

José Jorge Andrade Damasceno

A CUIA E A BENGALA

Histórias, memórias e trajetórias de pessoas cegas
em Salvador, em busca de inserção econômica
e autodeterminação social (1963-1993)



Esta obra é indispensável na biblioteca de todo estudioso que transita na historiografia do mundo do trabalho. A partir de sua “visão” aguçada e de pesquisador criterioso, o professor e historiador baiano José Jorge Damasceno nos mostra que, apesar dos entraves à sua pessoa cega, o seu texto já está registrado no rol da historiografia brasileira.

Em que pese a dificuldade de acesso à documentação escrita, eu fui testemunha de seus muitos anos de investigação em bibliotecas e arquivos históricos da Bahia. Não obstante alguns entraves institucionais, estruturais e burocráticos para acesso do autor, ele mergulhou nas histórias e memórias de pessoas cegas, lançando mão da história oral com uma abrangência sobre o tema até então nunca vista na Bahia. Com isso, conseguiu explorar aspectos pouco examinados de razão e sensibilidade das trajetórias daquelas pessoas, apresentando as notáveis conquistas de suas fontes, sem ignorar as controvérsias e os combates oriundos de uma pesquisa histórica.

A publicação desta obra celebra o que há de mais importante sobre as vivências e experiências do grupo social ainda pouco pesquisado e conhecido pela sociedade que “enxerga”, sem deixar de expor as dinâmicas e os entrelaçamentos com o contexto histórico.

Sandra Regina Barbosa da Silva

Professora visitante na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *campus* Eunápolis



A CUIA E A BENGALA

Histórias, memórias e trajetórias de pessoas cegas
em Salvador, em busca de inserção econômica
e autodeterminação social (1963-1993)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Vice-reitor

Penildon Silva Filho



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo

José Jorge Andrade Damasceno

A CUIA E A BENGALA

Histórias, memórias e trajetórias de pessoas cegas
em Salvador, em busca de inserção econômica
e autodeterminação social (1963-1993)

Salvador
Edufba
2022

2022, José Jorge Andrade Damasceno.

Direitos dessa edição cedidos à Edufba.

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Coordenação Editorial

Susane Santos Barros

Capa e Projeto Gráfico

Miriã Santos Araújo

Coordenação gráfica

Edson Nascimento Sales

Imagem de capa

Marcos José dos Santos

Coordenação de produção

Gabriela Nascimento

Revisão e normalização

Hyana Luísa Silva Oliveira e
Bianca Rodrigues de Oliveira

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

D155 Damasceno, José Jorge Andrade.

A cuia e a bengala : histórias, memórias e trajetórias de pessoas cegas em Salvador, em busca de inserção econômica e autodeterminação social (1963-1993) / José Jorge Andrade Damasceno. – Salvador : EDUFBA, 2022.

341 p.

ISBN: 978-65-5630-365-9

1. Cegos - Salvador (BA) – Pesquisa. 2. Cegos – Assistência em instituições. 3. Cegos – Condições sociais – Salvador (BA) – História – 1963-1993. 4. Pessoas com deficiência – Salvador (BA) – Emprego – 1963-1993. I. Título.

CDU: 347.649(813.8)

Elaborada por Geovana Soares Lira CRB-5: BA-001975/O

Editora afiliada à



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n – Campus de Ondina

40170-115 – Salvador – Bahia

Tel.: +55 71 3283-6164

www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

*O profondeur de la richesse, de la sagesse et de la science de Dieu!
Que ses jugements sont insondables, et ses voies incompréhensibles!
Car Qui a connu la pensée du Seigneur, Ou qui a été son conseiller?
Qui lui a donné le premier, pour qu'il ait à recevoir en retour?
C'est de lui, par lui, et pour lui que sont toutes choses.
A lui la gloire dans tous les siècles! Amen!*

(Romains 11: 33-36, Bible, LSG 1910).

Aos meus filhos Anna Beatriz e Jorge Levi, que ainda nem eram nascidos quando a primeira versão deste texto foi defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em dezembro de 1998; às mães in memoriam: a minha, Amanda (1935-2005), a deles, Adriana (1974-2008); à grande amiga Milfa Valério, poetisa e culta mulher das letras, minha mestre de francês – língua que domina como poucos –, que viu este livro embrionário, quando por vários dias o discutimos, ainda em forma de projeto de seleção para o mestrado; ao grande mestre Ubiratan Castro de Araújo in memoriam (1948-2013) – Bira Gordo –, grande conhecedor de Salvador e de sua história – além de possuir vastíssima cultura geral –, que me orientou durante o processo de pesquisa e construção do texto, que abriu caminho para que me fosse outorgado o grau de Mestre em História Social; ao excelente professor João José Reis que, com firmeza e grande rigor, examinou aqueles escritos submetidos ao seu crivo como um dos componentes da banca avaliadora e, com a fineza de trato que o caracteriza, fez os questionamentos ao mestrando e chamou-lhe à reflexão sobre o que escrevera e apontou-lhe aquilo que poderia ter escrito. Saliente-se que foi ele o primeiro a aventar a possibilidade de publicação daquele texto, ressaltando que aquela proposição analítica de um tema tão pouco estudado não deveria ‘repousar para sempre em uma estante de biblioteca’, mas ‘deveria ser trazida a público’, para que aquelas reflexões pudessem ser conhecidas por um conjunto mais amplo de leitores.

Professor João Reis, aqui está a tua proposição materializada, mais de 23 anos depois.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
<i>Cátia M. Paim da Cruz (1960-2021)</i>	
<i>In memoriam</i>	

APRESENTAÇÃO	15
<i>Moisés de Oliveira Sampaio</i>	

INTRODUÇÃO	19
------------	----



PRIMEIRA PARTE

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO PROCESSO DE INSERÇÃO DE PESSOAS CEGAS NA ESCOLA, NO TRABALHO E NA SOCIEDADE	49
--	-----------

1

Uma contextualização histórica e espacial do processo de inserção de pessoas cegas na escola, no trabalho e na sociedade – 1960-1985	51
O Instituto de Cegos da Bahia: de abrigo a educandário	54
Desorganização e dificuldades econômicas forçam mudanças	63
A mudança não mais podia esperar	70
Uma guinada na educação dos cegos na Bahia	72
Orientação e mobilidade como uma nova perspectiva para os cegos no seu direito de ir e vir	75
Uma análise das mudanças e de seus resultados	76
Aliança dos Cegos da Bahia: um dos resultados de uma mudança de rumos	80
Setor de colocação de mão de obra do Senai – 1964-1986	83
Grupo de copistas voluntários: um esforço por atender novas necessidades	89
Mendicância, esmola e filantropia	93

2	Políticas públicas e assistencialismo	97
	Os cegos e a política de profissionalização e de emprego	98
	Década de 1980: novos tempos, novas ideias	108
	Os cegos e a política de acesso ao serviço público	120
	Reserva obrigatória de vagas: uma faca de dois gumes	124
	As pessoas cegas na sociedade: a política assistencialista como forma de segregar e discriminar	129
	Os cegos e a formação cultural: a política educacional como forma de produzir pessoas conformadas ao sistema	136
	Instituições de e para cegos: na contramão da história	145

SEGUNDA PARTE

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE RUMOS E TRAJETÓRIAS 167

3 **Histórias e memórias de mulheres** 173

	Adriana Borges dos Santos	173
	Audaí Silva da Silveira	191
	Estella Parreira dos Olivais	197
	Marilza Vieira de Matos	203
	Acácia da Beira Rio	223
	Bela Vaitsman (1933-2006)	239

4 **Histórias e memórias de percursos masculinos** 257

	Herbert Player (1967-2018)	257
	José Augusto Laranjeiras Sampaio	267
	Mário César Lima	280
	João Bosco Dias Santa Rosa (1955-2019)	290
	João Eudes Alves Ferreira	299
	Manoel Dias Santa Rosa (1948-2013)	309

CONCLUSÃO

Ultrapassando a gratidão: a filantropia reavaliada	319
--	-----

POSFÁCIO

A bengala e a cuia: uma leitura do nosso tempo	331
<i>Joabson Lima Figueiredo</i>	

REFERÊNCIAS	335
-------------	-----

PREFÁCIO

Cátia M. Paim da Cruz (1960-2021)

In memoriam¹

Ao ser convidada, pelo amigo Jorge Damasceno, para fazer o prefácio desta obra *A cuia e a bengala: histórias, memórias e trajetórias de pessoas cegas em salvador, em busca de inserção econômica e autodeterminação social (1963-1993)*, fruto da sua pesquisa de mestrado, não recusei o convite, embora tivesse a certeza que me envolvia numa missão difícil, à medida que cabe a quem faz este tipo de apresentação suscitar no leitor não só o interesse para conhecer o que está posto nas linhas, mas refletir sobre as entrelinhas.

Aceitei o desafio por entender que o livro seria mais uma contribuição, frente às raras que temos para as pessoas que apresentam interesse em estudar, pesquisar e discutir a educação especial e, em particular, sobre a deficiência visual.

Já de posse do texto, debrucei-me sobre ele e fui devorando, linha por linha, página por página, num ímpeto de prazer, frente às descobertas que eu fazia sobre o início da educação das pessoas com deficiência visual no estado da Bahia, assunto que me despertou interesse tão logo me tornei coadjuvante dessa história, em 1991,

|||||||

1 Mestra em Educação Especial pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), convênio com o Centro de Referência Latino-Americano para a Educação Especial (UEFS/CELAEE – Cuba), professora especializada na educação de pessoas com deficiência visual, com atuação no CAP para Deficientes Visuais (Salvador-BA).

quando passei a atuar como professora de sala de recursos para alunos com cegueira e baixa visão. Nessa década, a sala de recursos não possuía a estrutura adotada, em 2007, pelo Ministério da Educação (MEC), de sala multifuncional, com atendimento a diferentes especificidades num mesmo espaço.

O marco histórico educacional retratado na obra se situa entre o período de 1933, quando foi criado o Instituto de Cegos da Bahia (ICB), época dos internatos por diversos cantos do Brasil, e 1998, quando as instituições com essa caracterização começam a perder força frente ao paradigma da educação/sociedade inclusiva.

Cabe registrar, que é justamente no ano de 1998, que o MEC assume como política pública a implantação dos Centros de Apoio Pedagógico (CAP) para Deficientes Visuais, nas capitais das unidades federativas do país. A Bahia contou com o apoio do governo do Estado para implantar o primeiro CAP, dentro do projeto da instância federal, com o objetivo de prestar serviços de complementação e suplementação didática para os alunos com deficiência visual, matriculados na rede regular de ensino.

A presente obra discute e analisa os resultados obtidos pela implementação das políticas públicas e das ações privadas de assistência, amparo e formação profissional voltada para indivíduos com deficiência visual, conduzidas por pessoas e/ou organizações. Trata-se de uma oportunidade para se conhecer como a educação das pessoas com deficiência visual se estruturou na Bahia e as poucas chances a elas dispensadas para o ingresso no mundo do trabalho, informações que não constam em outras publicações e com a riqueza de detalhes expressos por quem transitou pelo período selecionado para o estudo.

Enquanto primeira instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência na Bahia, não se pode negar que o ICB exerceu importante papel para a implantação da educação especial no estado. Verifica-se, nos depoimentos daqueles que fizeram uso dos serviços prestados por essa instituição, que não havia uma política de apoio ao estudante, no que se refere à conclusão do ensino médio, pois o critério para permanência no internato era a idade de 18 anos, desconsiderando que muitos chegavam com defasagem idade/série, consequência, na maioria das vezes, da falta de estimulação na infância, etapa tão importante para o desenvolvimento das crianças.

As próprias pessoas e/ou organizações, que prestavam serviços aos cegos, ignoravam essa falta de oportunidade e os rotulavam como incapazes de seguir a escolaridade, oferecendo-lhes, muitas vezes, apenas como opção uma vaga nas oficinas pedagógicas, já que o objetivo desse serviço era desenvolver habilidades e competências para uma determinada tarefa, sem preocupação com uma melhor qualificação desses indivíduos para o mundo do trabalho.

O autor analisa, com muita clareza, as dificuldades relativas à inserção da pessoa cega no mundo do trabalho, ressaltando os desafios da integração numa sociedade preconceituosa, em que aqueles que conseguiram se incluir no segmento economicamente ativo são vistos como super-heróis ou como diz o professor Jorge Damasceno: *“formam o que se poderia chamar de elite dentre os cegos, já que a esmagadora maioria do contingente populacional formada por estes indivíduos constitui-se de analfabetos, semianalfabetos ou com o primeiro grau incompleto”*.

Todo o registro histórico é feito a partir de entrevistas realizadas com pessoas cegas e profissionais envolvidos no processo de formação desses indivíduos e, como retrata o autor, são resultados práticos, na medida em que eles vivenciaram e sofreram as consequências dos erros e acertos das ações e propostas.

Os depoimentos são profundos e significativos e reafirmam que o limite de cada pessoa deve ser dado por ela mesma, a partir das oportunidades que lhes são oferecidas, uma vez que a relação entre assistentes e assistidos perpassa também por questões subjetivas.

As reflexões giram em torno da tríade educação, mercado de trabalho e o papel das instituições de e para pessoas cegas, sem ocultar as passagens relacionadas ao preconceito, à falta de oportunidades e à discriminação vividas por elas, inclusive por parte de profissionais, ditos especializados para atuar no processo laboral e educacional da pessoa com deficiência visual, e também por seus familiares.

Mesmo sendo uma obra que retrata situações específicas vivenciadas por pessoas com cegueira em um determinado estado brasileiro, os registros apresentados pelo autor, com análises bem contundentes, não são simples passagens de fatos que se sucederam no passado nesse *locus*, uma vez que a postura de discriminação da sociedade, marcada ainda por atitudes preconceituosas frente às minorias excluídas, é uma realidade vivenciada

em todo o Brasil, e as pessoas cegas não estão fora dessa fatia social. Os avanços são notórios apenas nos diplomas legais.

O livro está organizado em duas partes, com um total de quatro capítulos, em que os entrevistados, que são cegos, expressam seus pontos de vista sobre o olhar da sociedade frente à cegueira.

Segundo relatos e análises do autor, que também é cego, eles não eram vistos, e em parte ainda não são, como sujeitos de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, uma vez que nos espaços sociais consideram a limitação visual como fator preponderante para que as portas se abrem ou se fechem diante de suas aspirações.

Já na introdução, o autor teve o cuidado de detalhar o teor de cada parte e capítulo, fazendo-se desnecessário repeti-los. No entanto, não posso deixar de ressaltar a força e a coragem que teve o professor Jorge Damasceno para seguir com o seu propósito de pesquisador, mesmo diante das portas que se fecharam, inclusive do ICB, por onde passou na condição de estudante. A análise das entrevistas lhe permitiu inferir que a atuação das instituições para cegos apenas reforça a visão social de que eles são pessoas dependentes.

O título *A cuia e a bengala* nos remete às práticas da filantropia. A “cuia” aponta para as ações assistencialistas e paternalistas das pessoas/instituições para com os cegos, nas quais a preocupação está apenas em prover a existência dos deficientes e assisti-los na sua subsistência, colocando-os numa condição de submissão e de ser necessitado.

Por outro lado, a “bengala” expressa independência e autonomia que são conquistadas através de ações de formação e conscientização da pessoa cega sobre seu real papel social, que não deixa de ser cheio de percalços, de idas e vindas, altos e baixos, com vitórias e derrotas, num ciclo de recomeço contínuo, como é para qualquer cidadão.

Frente a uma realidade retratada pelas próprias pessoas cegas e bem costurada pelo autor, relembro o lema “Nada sobre nós, sem nós”, pois a obra se valoriza pelo compartilhamento de experiências que ficam registradas a partir de depoimentos dos entrevistados, atores do processo histórico.

Certamente, esta obra provocará profundas reflexões, valendo a pena, portanto, percorrer cada uma de suas páginas e, nelas, o leitor irá se apropriar de um elenco de considerações enriquecedoras, decorrentes das relações estabelecidas entre as pessoas cegas e o contexto social.

Salvador, novembro de 2015.²

||||||

2 O prefácio que o leitor tem diante de si foi escrito em 2015, quando este autor convidou a professora Cátia Maria Paim da Cruz para apresentar um livro que ainda estava sendo avaliado e preparado para se tornar uma realidade palpável. Cátia Paim, como era chamada pelos seus alunos, colegas e amigos, fê-lo a partir de sua observação de arguta leitora e com a seriedade que lhe era peculiar. No entanto, inicialmente acometida da Síndrome de Guillain-Barré, quando já se recuperava, fora contaminada e teve a vida ceifada pela covid-19, em 26 de fevereiro de 2021. Como forma de reconhecimento pela sua pronta aceitação ao convite e pelo modo como ela sempre encarou as tarefas que lhe foram confiadas, decidiu-se por manter o texto por ela escrito como parte desta obra que ela conheceu ainda no nascedouro, pois também dela participa como uma das entrevistadas para a sua construção. Manteve-se o texto como originalmente fora redigido, com pouquíssimas alterações, somente para não destoar da versão que o leitor ora tem em mãos.

Alagoinhas, dezembro de 2021, o autor.



APRESENTAÇÃO

Moiseis de Oliveira Sampaio

PhD

Quando conheci o professor Jorge Damasceno, não percebi as suas limitações. Estávamos em uma reunião de trabalho e, à exceção dos óculos escuros em ambiente fechado, nada de “anormal” parecia haver com aquele senhor, que falava com propriedade sobre discussões técnicas, historiográficas e sobre a pesquisa histórica. O professor Damasceno falava sobre os livros que havia lido sobre a memória e a história oral, sobre as técnicas de pesquisa e manuseio do gravador e como era um mal digitador por não ter sido um bom datilógrafo. Lá pelas tantas, ao se levantar, ao fim da reunião, a bengala o denuncia, a suspeita fora confirmada: o professor que usava óculos escuros, em um ambiente interno, era uma pessoa cega.

As próximas experiências não foram menos constrangedoras. O desconhecimento e os preconceitos estavam presentes em todos os momentos. Desde uma simples pergunta sobre deficiência visual, com a singela resposta: “você usa óculos? Então o deficiente é você, eu sou cego”. Momentos depois, perguntas ingênuas e constrangedoras tanto de colegas quanto de alunos: “professor, dá uma olhada neste texto” ou “veja isso aqui”.

Ao fim, o que mais impressionava era a autonomia. Nas suas aulas, sempre circulando pela sala, viajando sozinho, na rigidez com a leitura ou a atenção aos comentários. Ao fim, somente causava espanto quando sabíamos que era uma pessoa cega, era tratado “como

normal”, até que a bengala o denunciava. Concluo, então, que a única coisa anormal nas suas atividades profissionais era o uso da bengala. Fora isso, tudo era absolutamente normal.

Todo este preâmbulo é somente para dizer que o livro *A cuia e a bengala: histórias, memórias e trajetórias de pessoas cegas em Salvador, em busca de inserção econômica e autodeterminação social (1963-1993)* é um livro normal, que trata de pessoas normais, que estão presentes o tempo inteiro na sociedade e que somente são percebidas como “excepcionais”, “deficientes”, “portadores de necessidades especiais” ou qualquer outro termo que designe cego quando são denunciadas pelas suas bengalas. Entretanto, pouco ou nada se sabe sobre o processo de inserção econômica e autodeterminação social na história recente da Bahia e do Brasil. Talvez, não seria abuso dizer, no mundo.

Este não é um livro autobiográfico. É um trabalho historiográfico com rigor metodológico, perspectiva teórica muito bem marcada, que, entretanto, não perde a leveza que somente a literatura pode oferecer e nem constrange com as informações demonstradas pela pesquisa.

Este livro traz dois sentimentos para o leitor: o primeiro de satisfação ao se descobrir coisas novas, como essas pessoas “limitadas” pela falta de percepção visual conseguiram inserir-se no mercado de trabalho formal, com empregos em atividades “normais”, em tempos complicados economicamente para qualquer pessoa.

Por outro lado, o livro é constrangedor. Ele descortina a nós mesmos os nossos conceitos e preconceitos, disfarçados de surpresa, admiração, espanto, dó. O professor Jorge Damasceno demonstra, através da sua pesquisa, que pessoas cegas ocupavam espaços formais de trabalho e descreve como isso aconteceu no período determinado pelas suas balizas cronológicas, quando nós, até a atualidade, acreditamos que o trabalho para essas pessoas somente é possível quando “canta na feira” ou “pede esmolas nas esquinas”. Com este livro, começo a questionar o conceito de “normal”: não seriam as pessoas normais aquelas que desempenham as suas atividades laborais com presteza? Não seriam pessoas normais aquelas que desempenham atividades intelectuais como todos os outros? Independentemente de qualquer limitação física?

Ao ler o livro, descubro que sou cego sobre a temática e que, embora tenha pesquisado muito sobre vários temas e tenha conhecido várias

peças e lugares, continuava cego pelo preconceito explícito ou disfarçado e que a normalidade é muito mais ampla do que pensava. Questiono a mim mesmo. Antes do livro, conheci várias pessoas cegas que tinham vidas “normais”: eram avós, trabalhadores, cantores, professores, pregadores – somente não lembrava deles, porque estava “cego” pelo preconceito.

Dito isso, agradeço ao professor José Jorge Andrade Damasceno, através do seu livro, por iniciar o processo de cura da minha cegueira sociointelectual ou descobrir, como o doutor Simão Bacamarte, que o anormal era eu.

*Morro do Chapéu, Norte da Chapada Diamantina na Bahia,
3 de janeiro de 2022.*



INTRODUÇÃO

Transcorre normalmente a obra de Machado de Assis (1839-1908), *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, levada a público em 1881, cuja leitura transformou-se num desafio para este que agora digita estas linhas, quando a atenção é despertada para um episódio, que aparece em dois capítulos, sobre uma personagem: Eugênia, este é o seu nome.

O personagem machadiano que, em seu discurso, reflete o *modus pensandi* da sociedade brasileira oitocentista, mais especificamente aquela dos finais do século XIX, se surpreende e se indigna com o fato de ser ela uma moça deficiente física, o que acaba com o seu encanto inicial. Era bonita, mas era coxa. Investiria na sua conquista, a despeito de ser pobre. Desistira – era coxa. O que poderia exprimir este discurso? Eis aqui a passagem:

Palavra que o olhar de Eugênia não era coxo, mas direito, perfeitamente são; vinha de uns olhos prêtos e tranqüilos. Creio que duas ou três vezes baixaram, esses, um pouco turvados; mas duas ou três vezes somente; em geral, fitava-me com franqueza, sem temeridade, nem bicos. (ASSIS, 1881, p. 112)

Aparece, então, o ponto crucial do discurso:

O pior é que era coxa. Uns olhos tão lúcidos, uma boca tão fresca, uma compostura tão senhoril; e coxa! Esse contraste faria suspeitar que a natureza é às vezes um imenso escárnio. Por que bonita, se coxa? Por que coxa, se bonita? Tal era a pergunta que eu vinha fazendo a mim mesmo ao voltar para casa, de noite, sem atinar com a solução do enigma. O melhor é que há, quando

se não resolve um enigma é sacudi-lo pela janela fora; foi o que eu fiz; lancei mão de uma toalha e enxotei essa outra borboleta preta, que me andejava no cérebro. Fiquei aliviado e fui dormir. Mas o sonho, que é uma fresta do espírito, deixou novamente entrar o bichinho, e aí fiquei eu a noite toda a cavar o mistério, sem explicá-lo. (ASSIS, 1881, p. 113)

Observe-se que o personagem de Machado de Assis se perturbava sobremaneira com o fato daquela moça ter uma deficiência física, que não a fazia digna de seus amores. Todo o seu encanto e beleza para ele se transformaram em nada, visto que ela era coxa. Não age assim a sociedade “avançada” dos últimos anos do século XX – e das décadas iniciais do século XXI – quando se depara com uma pessoa deficiente? Não agem assim as pessoas quando têm que encarar de frente, em algumas circunstâncias ou situações semelhantes às de Brás Cubas, um indivíduo cego, por exemplo? A reação e a atitude não são as mesmas?

Acrescente-se, aqui, mais algumas considerações sobre a maneira como a sociedade humana constrói a sua percepção do indivíduo e/ou grupo de indivíduos que destoa dos seus padrões arbitrários de ser, pensar e parecer. A inferência concreta é a de que o indivíduo cego, independentemente de possuir condições de autossustentação, de estar bem ou mal vestido, pertenceria ao grupo dos “dignos” da esmola, mesmo quando ele não esteja no exercício de sua obtenção. Alvo de cumprimento de promessas a santos de devoção, em geral relacionado com o medo de tornar-se um cego, é sempre constrangido pelo afã do devoto em cumprir o que prometera: dar uma esmola a um ou mais cegos; dedicar seu tempo, seus olhos, a causas relacionadas aos cegos; amparar e assistir instituições para cegos e assim por diante.

Tomando como fundamento o papel que Bronislaw Geremek (1932-2008), em *Os Filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia 1400-1700* (1995, p. 10, grifo do autor), atribui à literatura “[...] um excelente espelho da consciência social”, pode-se afirmar que nela está explícita a forma de pensamento de uma dada sociedade.

No século XIX, por exemplo, aparece em *A luneta mágica* (1990, p. 1) a ideia social do que é ser cego: “Chamo-me Simplício e tenho condições naturais ainda mais tristes do que o meu nome. Sou míope; pior do que isso, duplamente míope física e moralmente”.

Quando o personagem Simplício é apresentado ao público leitor como míope físico e moral, Joaquim Manuel de Macêdo (1820-1882) reflete a consciência social de sua época e de épocas posteriores. A sociedade brasileira do século XIX via as pessoas reais que possuem as características do personagem como seres quase humanos que são incapazes de ver um palmo além do nariz, tanto quanto de discernir o certo do errado, o justo do injusto, e por isso precisam lançar mão de um “suporte” externo, mecânico, para ver além do nariz, ou de um humano, para gerir sua vida e bens e agir com discernimento, quando para isso venha a ser convocado.

O leitor, mesmo aquele menos arguto, percebe, na passagem seguinte, uma ideia que persiste, independente dos séculos, das classes e dos estágios socioculturais: a cegueira como resultado de uma “má influência” de algum elemento extrasocial, cujo resultado para a pessoa e sua gente é o infortúnio – “Nasci sob a influência de uma estrela maligna, nasci marcado com o selo do infortúnio”. (MACÊDO, 1990, p. 1)

No entanto, é sabido que as políticas penais, as práticas de guerras e as disputas sucessórias levadas a efeito nos 13 primeiros séculos da Era Cristã, tanto em Bizâncio quanto em Roma, produziram um número alarmante de cegos que, além de terem os olhos vazados, o que em tese os tornaria inaptos para, por exemplo, os pleitos sucessórios e aventuras cruzadistas, abatia-os sob o peso da humilhação e da ignomínia de não mais poderem dispor de suas vidas. Tal prática também atendia as necessidades sociais de ter pessoas com as quais pudessem contar para o exercício da piedade e da caridade cristãs.

Avançam-se os anos e aparece Robin Cook (1946-2005), com sua obra *Cego* (1992), apresentando a mesma maneira de a sociedade ver e conceber a pessoa cega, ainda que com entrelaçamentos mais complexos, deixando entrever uma permanência do pensamento coletivo, a despeito dos avanços temporais, tecnológicos, socioeconômicos e culturais. A ideia de incapacidade e dependência se reflete nas atitudes sociais, manifestadas no plano material, levadas a efeito por um indivíduo ou pelo todo coletivo por ele descrito no desenvolvimento de sua trama.

Em duas passagens chave do romance, Cook (1992) apresenta o pensamento social manifestado pelo mafioso nova-iorquino Paul Cerino, atingido por um “acidente” que lhe custou a visão. A primeira aparece em um áspero diálogo entre o mafioso e o médico responsável por sua cirurgia.

Irritado pelo fato de sua condição de cego ter vazado, Cerino vocifera ameaças, com o objetivo de intimidar o médico e de produzir algum efeito que significasse uma demonstração de força e poder sobre o interlocutor.

Ao comentário do médico sobre a sorte que tivera em encontrar tão rapidamente um lugar na fila de espera e uma córnea para ser transplantada, Paul Cerino responde com o cinismo de quem provocara a tal “sorte”: “Para mim não foi curto o bastante [...]. Em meu ramo de negócio você precisa ter todos os sentidos e mais alguns. Há um bocado de vigaristas que adorariam me transformar em pasto ou coisa pior. Portanto, vamos terminar logo com isso”. (COOK, 1992, p. 227)

A segunda passagem ilustrativa da ideia social do que é ser cego aparece no final do romance, quando já estava claro que Paul Cerino produzia mortes nas duas pontas do processo de espera para transplante de córneas, entre os doadores e entre os receptores que estavam colocados em posições a ele desfavoráveis. Diante de um detetive e de uma legista, desabafa com uma pergunta e uma resposta Cook (1992, p. 373-374): “O que eu devia fazer? Esperar como todo mundo? Eu não podia me dar ao luxo de esperar. Em meu ramo de negócios, cada dia que não pudesse enxergar, corria o risco de ser morto. A culpa é minha, se os hospitais têm um número insuficiente de córneas?”.

Ora, se a imagem refletida pelo espelho se constitui na imagem real do objeto ali apresentado, a literatura, vista pela assertiva de Geremek em *Os Filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia 1400-1700* (1995), reflete, por meio de seus personagens, a visão de mundo que permeia o tecido social no qual se insere, bem como as formulações que norteiam as atitudes e as ações praticadas em relação aos indivíduos e/ou grupos de indivíduos, em relação às atribuições e aos papéis que cada indivíduo e/ou grupo de indivíduos têm ou devem ter, desempenham ou devem desempenhar na sociedade em que vivem: se principal ou marginal; se de mando ou de submissão; de doadores ou de recebedores de esmolas; de capazes ou de incapazes de proverem a própria vida.

A sociedade humana já entrada na terceira década do século XXI, que já vive na Era Cibernética e cujo grau de desenvolvimento chegou a tal ponto que pretende atingir o ápice, com visitas a outros planetas, assim como a sociedade do século XIX, que viu nascer o surpreendente telégrafo e o precário telefone, ainda não conseguem conviver com naturalidade

com as pessoas com deficiências sensoriais. Ela ainda não aprendeu a conviver com as diferenças que são inerentes à pessoa humana.

Para a sociedade pretensamente pós-moderna, todos têm que ser iguais, uns no que tange ao modo de ser, outros no que tange ao modo de pensar e/ou de se comportar. No entanto, não tem a mesma pretensão no que respeita ao modo de viver: distribuição de renda equitativa, na propiciação de educação e saúde de qualidade para toda a população, informação a todos. O aparente, este sim, é que conta para ela, fique claro.

Tendo todos esses elementos como pano de fundo e essa sociedade como cenário, o leitor tem nas mãos um trabalho de cunho historiográfico, tendo a cidade de Salvador, capital da Bahia, como espaço onde se situa a maior parte do processo histórico que se pretende analisar, sendo a pessoa cega inserida naquele cenário, o objeto do estudo ora apresentado. O marco cronológico que norteia esta análise situa-se entre os anos de 1960, quando o Instituto de Cegos da Bahia (ICB) passa por uma profunda reorientação do modo como atuará na condução do processo histórico das pessoas cegas envolvidas em suas proposições filosófico-pedagógicas, e o ano de 1993, quando a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social produz um forte impacto no processo histórico da pessoa cega que, até ali, procurara desenvolver um enfrentamento, no sentido de conduzir o seu próprio devir.

Este estudo não pretende ser, senão, um dos pontos de partida para uma série de outros estudos sobre o tema, apresentando-se como quem dá o pontapé inicial do jogo, que se afigura como sendo emocionante e cheio de movimentação em todo o tempo de sua duração.

No entanto, mesmo quando a pesquisa histórica e a produção historiográfica apresentam alternativas de estudos investigativos, tomando como referencial o “excluído da história”, acaba por excluir destes esforços a realização de pesquisa sistemática sobre o ser ou o se tornar cego: sua vivência, sua história e sua luta em busca de seu reconhecimento como pessoa, como ser capaz de construir a sua autodeterminação e como quem precisa garantir a sua sobrevivência e a provisão daqueles que estejam sob a sua responsabilidade.

Ao que parece, o que com frequência tem ocorrido na sociedade de hoje, é que a produção mediática, que, via de regra, não tem compromisso com a elaboração de uma análise histórica, toma algum fato ou algum indi-

víduo isolado, tidos por “fenômeno excepcional” e dá-lhes um enfoque sensacionalista, chegando a empregar valoração de excepcionalidade tal, que leva os fatos, circunstâncias e situações em questão à classificação do pitoresco e sobrenatural/humana.

Entretanto, pouco ainda se conhece do grupo social formado pelos indivíduos cegos, que, por muito tempo, viveu como “pária”, “estorvo” e “escória” de uma sociedade produzida e construída para “perfeitos”, na qual aqueles que estão situados entre os “imperfeitos” são relegados ao plano do exótico.

Nos anos transcorridos entre as décadas de 1980 e 2000, apareceram alguns trabalhos acadêmicos e não acadêmicos realizados por cegos que se propuseram a discutir em dissertações de mestrado, teses de doutoramento, periódicos e obras autobiográficas, as questões relacionadas com os seus movimentos, na busca do reconhecimento de sua individualidade e cidadania plena, bem como com o propósito de discutir a questão do que é ser cego no Brasil. Convém reafirmar que tal questão vem sendo debatida e discutida basicamente por sociólogos, historiadores e educadores cegos – envolvidos direta ou indiretamente com a problemática de produzir o conhecimento acerca de seu grupo de pertencimento – nas academias, onde começam a interagir com os outros pesquisadores de uma forma nova e interdisciplinar de fazer ciência.

Saliente-se que, salvo melhor juízo, o professor José Espínola Veiga (1906-1998), homem dono de grande erudição, foi quem, no ano de 1946, com a excelente obra *Vida de quem não vê – Memórias de um cego. Psicologia e educação vida de vários cegos*, apresenta ao público em geral o perfil e o viver de um cego, sendo ele mesmo autor e muitas vezes protagonista daquilo que pretendeu mostrar aos seus leitores. Com seu esforço, ele procura desmistificar muitas das ideias que povoavam o imaginário popular a respeito dos cegos. Naquela mesma direção, Veiga publica, em 1983, *O que é ser cego*, ainda tentando mostrar para a sociedade brasileira o que viria realmente a ser uma pessoa cega.

Do mesmo modo e no mesmo espírito, algumas publicações periódicas e algumas obras podem ser citadas, por buscarem empreender o mesmo esforço envidado pioneiramente por Espínola Veiga.

A *Revista Lente*, editada pela então Fundação para o Livro do Cego no Brasil (FLCB), e a *Revista Braille*, editada pela Fundação Hilton Rocha de

Belo Horizonte – ambas fora de circulação –, apresentam artigos técnicos sobre o cego, a cegueira e as formas de lidar com ambos. A *Revista Integração*, editada pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC) – igualmente, há muito fora de circulação –, apresenta matérias sobre os diversos tipos de deficiência, como também a revista *Benjamin Constant*, editada pelo instituto que leva o mesmo nome. Em todas elas, os artigos são da lavra de técnicos e especialistas, não necessariamente cegos.

Em geral, foram escritas em tinta e tiveram algumas com versões em braille. Elas tratam do tema sob a luz dos estudos e métodos psicossociais e pedagógicos. Tais publicações dirigem-se a um público especializado no lidar com os cegos de forma direta, geralmente no âmbito da educação e do adestramento para o trabalho, sendo uma espécie de preparadores para o convívio e a interação dessas pessoas junto à sociedade.

No entanto, a década de 1980 conheceu uma primeira revista editada pelos cegos e para os cegos, tornando-se o primeiro e único canal, até então aberto, para que eles pudessem manifestar-se sobre si enquanto partícipes de um “seguimento social” discriminado pelo meio social em que está inserido. Chamada de *Revista Alternativa*, foi idealizada e publicada pelo Movimento de Cegos em Luta por sua Emancipação Social, coordenado por Maurício Zeni (1946-), Antônio Carlos Hildebrandt (1942-2010) e Hersen Hildebrandt (1939-). Em oito números muito bem elaborados, *Alternativa* trouxe o pensamento dos cegos a respeito de todas as questões que lhes interessavam diretamente, além de ter permitido àquele segmento social, até então desprovido de formas diretas de exprimir-se, a oportunidade de demonstrar explicitamente que a discriminação que os segrega da maior parte das relações sociais e que os marginaliza do mercado de trabalho é o ponto de aglutinação que lhes permite criar um espírito de luta por uma emancipação social.

Além das informações relacionadas com o movimento que lhe dava sentido, a revista trouxe diversos artigos, através dos quais os seus subscritores exprimiam uma espécie de “pensamento coletivo”, indo ao encontro dos anseios de seus leitores, o que ficava explícito em sua última seção “Alô Companheiros”. Ali eram repercutidas as opiniões dos leitores. As discordâncias geralmente se apresentavam com relação à forma, nunca à essência dos temas levados à leitura da ávida clientela.

A referida revista era editada em braille, atingia uma boa parcela dos cegos que tinha o conhecimento mínimo daquela forma de leitura e escrita que lhes permite tomarem contato com a palavra em forma de texto. Sendo de distribuição gratuita e dependente de patrocínio para fazer face aos altos custos deste tipo de empreendimento gráfico, *Alternativa* não pôde mais circular, cortando, assim, a pequena possibilidade de interação direta e democrática entre os cegos alcançados pelo periódico em questão. Deixou, no entanto, em todos aqueles que puderam desfrutar de suas leituras as marcas de uma luta que não chegou ainda ao fim, já que seu objetivo – mesmo hoje, ano da graça de 2021 – ainda não foi alcançado, apesar de bons avanços, sobretudo no campo da informática, que abriu um amplo campo de possibilidades para o acesso do cego à leitura e à escrita.

Mas a voz do cego não alfabetizado e, conseqüentemente, submetido a uma vida de sujeição à piedade dos “bons corações” não podia se fazer ouvir, nem sua mente poderia ser abrigo ou terreno fértil para as ideias progressistas e emancipacionistas propagadas por aquela publicação. Para que elas pudessem lhes atingir, como é óbvio, era preciso que eles tivessem acesso. Assim, sim, aquelas propostas fermentariam ou se diluiriam, de acordo com o modo como a cultura e o pensamento social tivessem construído o *modus pensandi* daquele indivíduo.

Pode-se afirmar, no entanto, que foi a partir da obra publicada em 1986, intitulada *Sopro no corpo*, de Marco Antônio de Queiroz (1957-2013) ou MAQ, como gostava de ser chamado, que este debate se apresenta de forma aguda e instigante. Naquela obra autobiográfica, MAQ apresenta a vida de um jovem que experimenta a rudeza de se tornar cego e ter que enfrentar um mundo completamente hostil ao seu novo estado sensorial, independentemente de ter ele conservado todas as características que, antes do sucedido, lhe fizeram um jovem desejado por muitas de suas coetâneas, procurado, festejado e respeitado por muitos dos seus amigos e, até mesmo, invejado por muitos de seus colegas. A obra mostra como é dar um salto abrupto de um mundo projetado para quem vê plenamente para um mundo totalmente despreparado e indiferente às necessidades e vicissitudes dos que não veem.

Aquela e outras obras com a mesma proposta apresentaram para o público leitor um perfil da pessoa cega, suas relações com os demais

agentes sociais, suas virtudes e seus defeitos, em suma: os cegos foram apresentados como pessoas humanas em sua plenitude.

Marco Antônio de Queiroz e José Espínola Veiga, em obras já mencionadas, assim como Francismar Torres Maia em *Vendo a vida com bons olhos: a história de um cearucho* (1999), César Gualberto em *Apesar de ser cego: ver além da visão* (1997) e Marcos Melo em *O símbolo da descrença* (1978), são cegos que se esforçaram por construir uma “desmitificação” do ser social que é cego, ao mesmo tempo em que lutavam por uma inserção do cego no lugar social que lhe caberia enquanto pessoa, caso não tivesse ele a marca registrada da cegueira.

No entanto, a repercussão desses trabalhos junto à sociedade é pequena, considerando-se os seus resultados práticos, devido ao profundo arraigamento das ideias sociais a tal respeito na sociedade ocidental, visto persistirem quase intactos os estigmas, conceitos, papéis e valores coletivamente atribuídos a esse grupo social, cujo contingente vê-se assustadoramente engrossado e, como processo de marginalização, não parece ter amainado, não obstante os larguíssimos desenvolvimentos tecnológicos e os diversos avanços socioculturais que a “civilização” ocidental tem experimentado neste virar de milênio.

No âmbito da academia, convém destacar aqui os trabalhos da professora e socióloga Joana Belarmino de Sousa e do professor Maurício Zeni. A professora Joana Belarmino, em sua dissertação de mestrado, já publicada em livro *Associativismo e política: a luta dos grupos estigmatizados pela cidadania plena* (1997), se propõe a discutir, dentre outras coisas, um dos principais fardos sobrepostos aos ombros das pessoas com deficiências, principalmente as pessoas com cegueira: a estigmatização social por sua condição sensorial. Estas são vistas como marcadas, como seladas por um selo indelével, muito parecido com aquele que identificava inexoravelmente o leproso, o criminoso, o traidor e aqueles, enfim, que se pretendia aniquilar moral e fisicamente da convivência social. Seu principal enfoque fica por conta das lutas levadas a efeito pelos estigmatizados para recuperar a sociabilidade e o direito a uma real e efetiva cidadania.

O professor e historiador Maurício Zeni, em sua dissertação de mestrado *O Imperial Instituto dos Meninos Cegos: Benjamin Constant e o assistencialismo (segunda metade do século XIX)* (1997), discorre em excelente texto sobre o processo de fundação e estruturação do Imperial Instituto dos

Meninos Cegos, enfocando o seu principal dirigente, Benjamin Constant, que deu forma a uma espécie de “mentalidade assistencial/educacional” que influenciou, durante muito tempo, a cultura de assistência e educação dos cegos no Brasil, consubstanciada nos ideários e nas ações promovidas com o surgimento dos diversos estabelecimentos de e para cegos por todo o Brasil, o que fundamentou, inclusive, as ações e as políticas governamentais, até hoje. Sua proposta de resgatar a obra e a vida daquele formador de um modo de pensar o cego e a cegueira, que perpassou todo o resto do século XIX e alcançou o XX, faz-se de grande importância para uma compreensão mais completa dos modos de agir e pensar arraigados nos dirigentes e construtores de estabelecimentos de educação para cegos. O assistencialismo paternalista representa o caldo de cultura mais consistente, que possui uma resistência/permanência, que seria incompreensível sem o estudo desenvolvido pelo professor Zeni.

No entanto, convém deixar claro que os autores citados apresentam as suas obras na perspectiva de esclarecer ao público quem são os cegos, o que eles fazem e as potencialidades que trazem em seu ser. Mas não se pode deixar de observar, de passagem, que elas foram escritas por aqueles que frequentam a “elite cultural” dos cegos. Como tal, puderam retratar em seus escritos o que é vivenciado no seio dessa “elite”, mesmo os processos de discriminação e rejeição que a sociedade lhe devota.

Para precisar os marcos temporais sobre os quais repousam as histórias e memórias de trajetórias trazidas a exame nesta obra, faz-se necessário estabelecer algumas relações históricas indicativas de um processo sociopolítico e econômico que forjaram os elementos subjacentes ao viver com cegueira no Brasil, mas principalmente na Bahia, espaço em que habita o conjunto de pessoas cujas narrativas compõem este arrazoado.

O tempo decorrido entre o surgimento da República Nova, inaugurada com a chamada Revolução de 1930, em que o prestígio da casta política baiana se viu definitivamente esmagado, passando pela chamada redemocratização pós 1945, assistiu ao crescimento das atividades assistenciais e/ou políticas públicas voltadas para o atendimento de pessoas pertencentes às categorias sociais depauperadas pelas estruturas de distribuição de renda perniciosa, engrossada pelo empobrecimento provocado pela contínua decadência econômica experimentada pelo Estado durante toda a República Velha, indicando que se fazia necessário buscar novas alternativas

para enfrentar a difícil situação vivenciada pelos setores da população, social e economicamente desfavorecidos.

Mais adiante, no final da década de 1950, o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, no qual a industrialização teve grande impulso, culminou com um surto de pequenas e médias indústrias que utilizavam técnicas de fabrico compatíveis com a condição de cegueira, permitindo o ingresso em suas fileiras.

Os meados da década de 1960, toda a década de 1970 e os meados da década de 1980 conhecem o apogeu da história de conquistas dos cegos baianos, implicando uma maior efervescência de sua atuação nos diversos seguimentos da economia e da sociedade em que estão imiscuídos. Essas décadas assistem também a uma maior e mais vigorosa atuação das instituições de apoio e assistência às pessoas com cegueira, sobretudo no que respeita à inserção da pessoa cega, primeiro na escola, abrindo um amplo espaço para que fosse possível atingir novos patamares sociais e criasse novas e mais amplas perspectivas econômicas para essa camada populacional, até então sujeita quase que absolutamente à mendicância para a manutenção da vida vegetativa e/ou ao isolamento, como forma de passar os dias que lhe fossem estabelecidos viver.

No entanto, o lapso de tempo em exame é marcado pelo lento e gradual declínio dos governos militares e o advento da Nova República, que viram desaparecer, aos poucos, a oportunidade de ingresso do cego no setor industrial, dada a tendência de substituir-se a mão de obra desqualificada pelas máquinas e pelos trabalhadores tecnicamente mais bem qualificados. Para a grande maioria dos cegos baianos, isso significou a exclusão pura e simples do mercado de trabalho e, por consequência, diminuiu a sua capacidade de reação diante das intempéries socioeconômicas que lhes sobreviera, interrompendo assim o avançar de um processo emancipatório, que, saliente-se, tão pouco avançara.

Finalmente, a segunda metade da década de 1980 e 1990, aquela já quase em seu final, assistiram ao declínio das iniciativas públicas e privadas, que tinham como objetivo a integração social e econômica do cego, mudando os rumos, no sentido de uma tendência ao assistencialismo promovido e bancado pelo Estado. É, neste momento de reorganização estrutural do setor produtivo, que as portas outra vez são fechadas para o ingresso da pessoa cega no mercado formal de trabalho, limitando-se a atuação a setores onde

se faz necessária uma qualificação específica, tendo que enfrentar uma concorrência cada vez mais acirrada com profissionais outros em condições desfavoráveis, visto as desvantagens quantitativas e de mobilidade técnica, em que o trabalhador cego precisa de mais tempo para se adaptar às inovações e aos aperfeiçoamentos, os quais seus concorrentes normovisuais e, até mesmo aqueles com deficiências de menor grau limitador, se adaptam com maior velocidade, dadas as condições específicas de uns e de outros.

A abertura política, ocorrida nos meados dos anos 1980, não se fez acompanhar de uma tendência de desenvolvimento sustentado nas atividades econômicas, no sentido de permitir a manutenção de cegos nelas já incluídos e de inserir aqueles que estivessem à sua margem. Os anos 1990 vieram encontrar o deficiente em geral e o cego, em particular, em uma situação de quase completa estagnação econômica e de apatia social, fazendo com que suas ações que resultariam em avanços ou recuos pessoais ou coletivos cada vez mais tivessem como ponto de partida o próprio indivíduo, com sua disposição e com os apoios que lhes viessem agregar, de pessoas ou instituições alheias ao seu grupo de pertencimento.

Em tese defendida em 2005 no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o sugestivo título de *Ironias da desigualdade: políticas e práticas de inclusão de pessoas com deficiência física*, Fernando Donato Vasconcelos traz uma grande contribuição para a compreensão do processo de inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, uma vez que seu estudo tomou como objeto de análise um público mais abrangente.

Logo ao iniciar o texto introdutório, Vasconcelos informa aos seus interlocutores o que o levava a identificar a necessidade de desenvolver estudos em torno do problema da inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Diz ele:

[...] Atuando como médico, conheci duas pessoas que reforçaram meu interesse em estudar em que medida pessoas com deficiência conseguem ingressar, permanecer e progredir no mundo do trabalho e como se dá seu processo de inclusão. Quando nos encontramos, meu papel era verificar se eram realmente deficientes, pois foram aprovados em vagas especiais de um concurso, e opinar se estavam aptos, do ponto de vista médico, para o cargo que concorreram. (VASCONCELOS, 2005, p. 10)

Mais adiante, ele constrói uma assertiva relacionada à necessidade humana de obter meios de se bastar a si e aos seus, entendendo a pessoa com deficiência como parte integrante daquele contingente social e psiquicamente partícipe de tal necessidade. Vasconcelos, assim, formula a sua premissa:

[...] O significado do trabalho para a pessoa com deficiência tem os mesmos elementos essenciais para todos os membros da sociedade capitalista. Trabalhar, no senso comum, é buscar afirmação enquanto ser humano criativo e produtivo, assim como obter recursos para sobreviver. Para as pessoas com deficiência [...], os dois elementos estão presentes na busca da afirmação como indivíduo capaz de trabalhar e de obter autonomia, agregando-se o fato de que trabalhar para elas é, em geral, superar as expectativas da sociedade, que não espera que trabalhem, é 'tornar-se normal' porque podem obter seu próprio dinheiro [...]. (VASCONCELOS, 2005, p. 102)

É assim que, destacando do contingente composto pelas pessoas com deficiências um grupo mais específico, aqui se traz à consideração o grupo formado pelas pessoas com cegueira que participaram de alguma forma dos processos de luta pela inserção da pessoa cega na escola, no trabalho e na sociedade, para que, através das narrativas de suas histórias, memórias e trajetórias, se possa extrair conceitos, modos de ser e pensar a elas inerentes. Utilizando a metodologia da história oral, algumas entrevistas foram gravadas com as pessoas cegas, deixando-as falar livremente, com pouquíssimas intervenções do entrevistador, procedimento sustentado nas proposições de Alessandro Portelli (2010, p. 212): “[...] a entrevista é uma experiência de aprendizado: o pesquisador pode ter uma série de títulos acadêmicos e o narrador pode ser analfabeto, mas é este quem possui o conhecimento que buscamos. Temos tudo a ganhar com os ouvidos abertos”.

Para tanto, será mister que os seus falares, as suas formas de apreender o tempo e compreender os espaços em que estão inseridos, sejam apreendidos a partir de suas “falas”, do modo como foram expressas nas entrevistas que concederam para a pesquisa e que foram trazidas para esta obra. Dessa maneira, as narrativas transcorrem de acordo com os entrevistados. Parte deles tem pouca ou nenhuma noção de adequar sua fala a um determinado tempo, ou seja, eles vivem o seu tempo. Assim, o que se leva em conta é a história das vidas que “desfilam pelas páginas” deste texto, com uma

narrativa toda particular, obviamente não desvinculada da totalidade da história global, nacional, estadual e municipal. Eles prendem-se mais aos fatos do que às datas; aos resultados do que aos dados estatísticos.

A esse respeito, Alessandro Portelli (1996, p. 72) salienta que:

[...] A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. Mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que nos lembrar que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas necessárias abstrações das ciências sociais, parecendo-se mais com um mosaico, [...] em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. É uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-me ainda muito mais coerente, não só com o reconhecimento da subjetividade, mas também com a realidade objetiva dos fatos.

Para Jacques Le Goff (1992, p. 426):

[...] A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento [...].

Ao se recorrer aos postulados encontrados na obra de Maurice Halbwach (2003, p. 68), crê-se aplicável a formulação que segue:

[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoia-

das nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. Não é de surpreender que nem todos tirem o mesmo partido do instrumento comum. Quando tentamos explicar essa diversidade, sempre voltamos a uma combinação de influências que são todas de natureza social.

Para o historiador francês Henry Rousso (2006, p. 94-95):

[...] A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado. Portanto não admira que tenha interessado aos historiadores do tempo presente, depois de outros, já que essa presença, sobretudo a de acontecimentos relativamente próximos [...], tem ressonância em suas preocupações científicas [...]. A memória, [...], é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, 'coletiva', como sugeriu Maurice Halbwachs. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao 'tempo que muda', às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – [...] – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. Mas essa percepção difere segundo nos situemos na escala do indivíduo ou na escala de um grupo social, ou mesmo de toda uma nação.

Conforme sustenta Paul Thompson (1992, p. 97), “[...] o advento do gravador propiciou um método mais sistemático de coletar evidências de entrevistas”. Assim, a técnica de gravar depoimentos para com eles fazer história vem já de algum tempo, sobretudo quando surgem e se difundem os gravadores de voz humana. Os primeiros eram grandes, pesados e de manuseio complicado, os registros eram feitos em arames que pouco resistiam às intempéries do tempo e dos precários processos de conservação e armazenamento; grandes rolos de fita os substituem, embora persistam as precariedades antes mencionadas. Depois, aparecem os gravadores portáteis e transistorizados que, paulatinamente, ocupam espaço no mercado do registro de vozes, trazendo a funcionalidade das fitas cassetes, com suas duas pistas de gravação, oferecendo maior capacidade de registro. Seu tamanho

menor e mais compacto permite melhorar o processo de acondicionamento, conservação e transporte.

Sobretudo, depois da década de 1960, o avanço da eletrônica se faz prodigiosamente célere com a miniaturização, cada vez mais eficaz. Com o desenvolvimento dos equipamentos de gravação, chegando ao segundo milênio com as versões no suporte digital que acabam por eliminar os limites do tempo de duração de uma fita cassete, os registros dos depoimentos se multiplicam e se tornam fontes, cada vez mais importantes e respeitadas, no sentido de construir uma documentação oral que possibilite ao historiador um diálogo com as diversas memórias individuais e/ou coletivas.

Viabilizada pela facilidade técnica de apreensão de evidências, esta documentação oral produzida e armazenada, em diversos formatos; associada aos monumentos, espaços culturais e equipamentos urbanos; permite a compreensão do passado de uma dada sociedade, de uma cidade, de uma comunidade, avultando as possibilidades de elaboração de estudos que permitam aos diversos cientistas sociais refletir sobre os “lugares de memórias” de que se valem o grupo político que se coloca à frente do Estado, para fazer prevalecer esta ou aquela “memória”. Em estudos fundamentados nesse tipo de documentação, pode se perceber, à medida que avançam as conversas com os entrevistados, prestando-se bastante atenção nos movimentos daquilo que é lembrado, esquecido ou simplesmente silenciado pelo colaborador, a existência de uma escolha daquilo que se deseje manter ou apagar.

A utilização do depoimento oral, como modo de construção de uma documentação que será transformada em fonte para a escrita de uma história da pessoa com cegueira, tem se apresentado como técnica indispensável e de inestimável importância, no sentido de contribuir para o trabalho do pesquisador que esteja preocupado em desenvolver estudos acerca de um campo do fazer histórico, em que a existência de outros tipos de documentação é escassa e/ou o acesso é grandemente dificultado. Nesse sentido, historiar a cidade é uma das tarefas que exige do historiador uma maior atenção na realização do trabalho de apreensão da memória, visto que é nela que, em grande parte, quando não na sua totalidade, repousará o labor de construir o *corpus* documental, sobre o qual se debruçará para o desenvolvimento de sua pesquisa.

Assim, o depoimento oral, a partir do qual o pesquisador busca apreender uma memória dada, para com ela desenvolver o processo de construção de fontes para a história, oferece possibilidades e limites inerentes à sua natureza, no que tange à sua obtenção e utilização, na medida em que se está lidando com “seres” eivados de vontades, idiosincrasias, posicionamentos políticos, marcas culturais e inclinações filosófico/ideológicas, como de resto se pode encontrar em uma documentação já “inerte nos arquivos”, com a diferença precisamente assentada neste aspecto: o narrador ainda está vivo e sujeito às vicissitudes advindas do seu lugar de fala. Conforme assegura Alessandro Portelli (1997a, p. 32, grifo do autor):

[...] Fontes orais são aceitáveis mas com uma credibilidade *diferente*. A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso, não há ‘falsas’ fontes orais. Uma vez que tenhamos chegado sua credibilidade factual com todos os critérios estabelecidos do criticismo filológico e verificação factual, que são requeridos por todos os tipos de fontes em qualquer circunstância, a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas ‘erradas’ são ainda psicologicamente ‘corretas’, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros factuais confiáveis [...].

35

Portanto, o trabalho do historiador oral, segundo assevera Alessandro Portelli (2010, p. 215), consiste em ouvir o que o entrevistado tem a dizer, assim é que:

[...] os historiadores orais citam muito mais amplamente as palavras de suas fontes, conservando o máximo possível de sua sintaxe e estilo. Quando podem, revelam nome e sobrenome dos narradores, reconhecendo-os como autores de suas histórias, como responsáveis por suas palavras. Incorporam sua subjetividade, sua imaginação, sua arte verbal, no mesmo tecido de um texto dialógico, no qual a voz do historiador é somente uma das vozes, e não necessariamente a mais autorizada. O caráter oral, dialógico, imaginativo destas narrativas não é uma impureza da qual devemos nos livrar para irmos à busca dos fatos puros; é, em si, um fato histórico, simplesmente de outro tipo.

Nesse sentido, cabe reforçar a assertiva corroborada por vários teóricos da memória, que assegura ser ela não um elemento neutro e isento das

mediações sociais, mas sim fruto do lugar de sociabilidade do sujeito que se dispõe a lembrar e que, por sua vez, usa da prerrogativa de selecionar o que e quando lembrar.

Tzvetan Todorov, em *Memória do mal, tentação do bem*, ao desenvolver o capítulo “A conservação do passado” (2002, p. 133-185), afirma que “a memória não se opõe absolutamente ao esquecimento. Os dois termos que formam contraste são a supressão (o esquecimento) e a conservação; a memória é, sempre e necessariamente, uma interação dos dois”.

Paul Ricœur (2007, p. 39-40) assegura que:

Se podemos acusar a memória de se mostrar pouco confiável, é precisamente porque ela é o nosso único recurso para significar o caráter passado daquilo de que declaramos nos lembrar. Ninguém pensaria em dirigir semelhante censura à imaginação, na medida em que esta tem como paradigma o irreal, o fictício, o possível e outros traços que podemos chamar de não posicionais. A ambição veritativa da memória tem títulos que merecem ser reconhecidos antes de considerarmos as deficiências patológicas e as fraquezas não patológicas da memória [...] Para falar sem rodeios, não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela. Os falsos testemunhos, [...], só podem ser desmascarados por uma instância crítica cujo único recurso é opor aos testemunhos tachados de suspeitos outros testemunhos reputados mais confiáveis. Ora, [...], o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história.

Assim, ao escolher usar a técnica de entrevistas de história oral para viabilizar a construção deste trabalho, partiu-se para se fazer o contato com aqueles que seriam os entrevistados, os quais com suas narrativas ajudariam na construção do acervo de que precisava para o êxito daquela empreitada. O pesquisador, cego como eles, tivera o intuito de associar a sua experiência pessoal, tanto enquanto quem buscara inserir-se no contexto do processo produtivo, na condição de enfrentar os ires e vires da busca pelos meios de sobrevivência através do trabalho, como quanto quem realizaria um trabalho historiográfico, no sentido de perceber os diversos movimentos operacionalizados pelos outros cegos, no sentido de interferir no seu devir histórico. Alguns dos cegos procurados pelo pesquisador com o fito de fornecer as suas narrativas para a consecução do presente estudo, logo se prontificaram a engajar-se neste empreendimento, mesmo

sem entender, na sua inteireza, o papel e a importância de seus depoimentos. Houve, entretanto, aqueles que se mostraram hostis ao convite para contribuir com seus relatos, alguns chegando mesmo a comentar que o entrevistador pretendia fazer nome à custa deles, ganhar dinheiro e prestígio, para o que não contribuiriam. Com isso, abriram mão da oportunidade de auxiliar na discussão e reflexão sobre a sua própria história, pois deixaram passar a oportunidade de colocar suas ideias, seus anseios como pessoas marginalizadas pela sociedade e pela historiografia.

Outros, no entanto, mesmo se tendo prontificado a gravar entrevista, não puderam ser contatados por uma série de fatores alheios à vontade do entrevistador, visto que este tivera de enfrentar um sem-número de intempéries, dentre as quais, a dificuldade de localizar aquelas pessoas e seus endereços, adequação de seus horários disponíveis com as conveniências de tempo e de espaço dos que viessem a ser envolvidos no processo. Para aquele segundo grupo de pessoas, não haveria qualquer objeção se fossem resolvidos esses impedimentos. Em geral, esse segundo grupo é formado por cegos, que não possuem um nível de escolaridade maior que o primeiro grau incompleto – talvez, o equivalente ao ensino fundamental 1 –, meios de contato rápido etc. Mas a vontade de cooperar na discussão de sua história e da trajetória da camada social a que pertence reveste-se de uma singeleza extremamente gratificante e, certamente, havendo oportunidade, será explorada.

Nesse sentido, durante a pesquisa que deu origem ao volume ora diante do leitor, foram realizadas 43 entrevistas, com pessoas cegas ou ligadas a elas. Dentre elas 23 foram utilizadas no processo de construção do presente texto, servindo as demais como suporte para as análises. Das 43 pessoas entrevistadas, dez não estavam domiciliadas em Salvador, sendo três em Vitória da Conquista, três em Feira de Santana, uma em Juazeiro, uma em Campo Alegre de Lourdes, uma em Alagoinhas e uma domiciliada na cidade de São Paulo, embora houvesse nascido e vivido entre Salvador – no ICB e em atividades laborais – e Alagoinhas, onde ainda residem os seus familiares. Dezenove eram do sexo feminino. Apenas um não tinha o segundo grau completo. Quinze tinham nível superior ou o estavam cursando. Eles formavam o que se poderia chamar de “elite” dentre os cegos, já que a esmagadora maioria do contingente populacional formada por esses indivíduos constituía-se de analfabetos, semianalfabetos ou com o

primeiro grau incompleto. As pessoas entrevistadas que tiveram as narrativas incorporadas ao processo de construção deste arrazoado, ao terem as suas falas gravadas cujo transcurso fora limitado ao tempo de duração das fitas cassetes, estavam na faixa etária situada entre os 20 e os 65 anos.

Outrossim, é preciso salientar que das 23 pessoas cujas narrativas foram incorporadas na construção deste livro, este autor nunca houvera tido qualquer contato com seis delas, antes de havê-las convidado a lhe conceder as entrevistas – Adriana Borges dos Santos, Bela Vaitzman, Fernando Antônio Matos de Oliveira, Herbert Player,³ Mário César Lima e Patrícia Amorim –, oito já eram seus conhecidos há mais de uma década – Acácia da Beira Rio,⁴ Audaí da Silveira, Carlos Castro, Cleópatra Feliz das Vinhas, Estela Parreira dos Olivais, Genésio Santos Silva, Jean Peter e Manoel Dias Santa Rosa –, cinco só eram conhecidos de ouvir falar – Felomeno Francisco de Sena, João Bosco Dias Santa Rosa, João Eudes Alves Ferreira, José Cândido da Silveira e Marilza Vieira de Matos –, um era contado entre os conhecidos há cerca de dois anos – José Augusto Laranjeiras Sampaio –, as três professoras especializadas eram já conhecidas do entrevistador por elas terem atuado no processo de atendimento especial na escola, em acompanhamento de pessoas cegas que se submeteram a concursos públicos e desenvolvendo trabalhos específicos de caráter orientacional. Infelizmente, entre a realização das entrevistas e o momento de preparação desta obra, cinco dos entrevistados já são falecidos, uma está com idade bastante avançada e uma não foi localizada. Aproveita-se o ensejo para agradecer aos familiares de quatro dos cinco que já concluíram o seu périplo terreno, pela presteza no atendimento do pedido de cessão de suas entrevistas, no que muito contribui para o desenvolvimento deste arrazoado.

|||||||

- 3 Este pseudônimo faz-se necessário para preservar o entrevistado de possíveis represálias dada a gravidade e a contundência de suas afirmações. Outrossim, ao preparar esta obra, o seu autor não pôde fazer contato com a sua família, no sentido de obter termo de consentimento para usar o seu nome verdadeiro, visto ter ele já falecido.
- 4 Nome fictício dado a uma das poucas entrevistadas por ocasião da pesquisa, residente no interior do estado da Bahia, embora tenha passado uma parte de sua vida no ICB, em Salvador. Por não ter conseguido obter resposta ao pedido de autorização para utilizar o seu nome real nesta obra, atribuiu-se este pseudônimo.

No transcorrer deste livro, algumas instituições foram tratadas ou mencionadas pelos entrevistados. A mais antiga delas é o ICB, onde nove deles viveram grande parte de suas vidas, tiveram sua formação escolar, em alguns casos, obtiveram formação profissional e ali tiveram forjado o caráter. O próprio autor deste livro ali tivera duas curtas passagens. A primeira no segundo semestre de 1967, antes que completasse sete anos, tendo saído de férias de fim de ano e não retornado no ano seguinte; a segunda, em 1975, ano que completaria 15 anos, tendo sido “convitado a sair” no meio do segundo semestre do ano seguinte. Outras instituições aqui tratadas e/ou citadas pelos entrevistados foram a Associação Baiana de Cegos (ABC) – com a qual este autor nunca tivera contato, embora soubesse de sua existência –, o setor braille da Biblioteca Central do Estado e o grupo de copistas voluntárias, de cujos serviços e atendimento este autor fez-se beneficiar inúmeras vezes, sobretudo quando cursava a graduação.

Cabe ressaltar, de passagem, que os entrevistados, cujas trajetórias foram incorporadas ao presente texto, desenvolveram as suas narrativas sem fazer quaisquer alusões aos processos históricos em curso no Brasil, enquanto estavam experimentando os momentos de busca por inserção na escola, no trabalho e na sociedade. Embora o tempo histórico em que tais embates foram produzidos fosse aquele em que vigorou a Ditadura Militar no Brasil e, a despeito de grande parte deles ter níveis de escolarização avançados, não aparece nas suas falas nenhuma referência ao momento histórico relacionado ao regime político em curso. A exceção ficou por conta de João Eudes, que, provocado pelo seu interlocutor, disse algumas palavras relacionadas ao tema da ditadura, quando comentou a respeito de comportamentos autoritários de chefes, talvez, lastreados nos exemplos institucionais. Os demais entrevistados silenciaram completamente sobre o momento que o país atravessava, sequer vincularam o fim do serviço de colocação de mão de obra de pessoas cegas na indústria à sucessão de crises que acabou por tirar-lhes as poucas oportunidades que tiveram no que tange à inserção no mercado de trabalho, em larga medida, resultante do surto industrial que marcou a economia brasileira em geral e baiana, em particular, principalmente nos anos iniciais da década de 1970.

Recorrendo-se à Márcia Maria Menendes Mota (2012, p. 28), talvez se possa dizer que:

[...] quando falamos de grupos sociais, devemos estar cientes de que existem o que poderíamos chamar de projetos de esquecimentos, coisas e fatos que não devem ser lembrados, sob pena de ameaçar a unidade do grupo e sua identidade, fragilizando e/ou colocando em questão o interesse comum [...].

Ao que parece, e salvo uma pesquisa mais aprofundada a esse respeito, uma possível explicação para o silenciamento dos entrevistados no tocante ao que se desenrolava no país e no Estado em termos da política e da sociedade envoltos no regime instaurado em 1964, pode ser encontrada no fato de que o processo de informação e de formação dos cegos, em grande medida, estava restrito à audição de rádio e, em menor escala, de alguns programas jornalísticos de televisão. Os cegos baianos no período em exame, mesmo aqueles detentores de maiores níveis de esclarecimento e de recursos econômicos, não tinham acesso direto à posse e/ou à leitura de jornais em circulação no país ou no Estado. O acesso para alguns poucos cegos que lograram essa fortuna era obtido através da leitura feita por terceiros que, quase sempre, escolhiam o jornal e a notícia/reportagem a ser lida. À guisa de exemplo, este autor teve a sua primeira experiência com a leitura de jornal, evidentemente mediada por colegas e amigos, em 1992, logo após graduar-se, quando acorria à sede do Partido dos Trabalhadores, em Alagoinhas, com o fito de ali ouvir a leitura da *Folha de S. Paulo*. Só com o advento da rede mundial de computadores é que este autor – e arrisca-se a dizer que grande parte dos demais cegos brasileiros – teve a liberdade de escolher o seu jornal, a sua notícia, o seu colunista para ler, sob a mediação tecnológica, que ora estava em desenvolvimento.

E, além disso, também no campo da produção bibliográfica, as pessoas cegas possuíam acesso muito restrito aos livros, mormente àqueles relacionados às contestações ao regime. As obras que chegavam às mãos eram distribuídas pela FLCB, devidamente filtradas, no sentido que grande parte era formada por livros clássicos, obras didáticas, títulos destinados ao entretenimento e algumas poucas revistas de caráter específico para os cegos. A exceção ficava por conta de uma publicação intitulada “Relevo”, que – talvez se faça necessário uma pesquisa para que se possa saber a razão – trouxera aos seus destinatários conteúdo da revista *Realidade*, publicação de grande impacto editorial nos últimos anos da década de 1960

e nos primeiros da seguinte, produzidos pela editora Abril. Aliás, saliente-se que “Relevo” sucumbiu quase concomitantemente com a revista *Realidade*.

Cabe observar, de passagem, que a dificuldade de acesso à documentação escrita deve aqui ser mencionada, uma vez que o meio de leitura para os cegos, o braille, não é contemplado com versões de livros, documentos (impressos ou manuscritos), sendo necessário recorrer ao assessoramento de pessoas que pudessem proceder as leituras e digitalizações – o que permitiria uma leitura autônoma –, o que diminuiu a possibilidade de utilização de tais materiais em um trabalho como este. Via de regra, as leituras eram feitas por pessoas que se dispunham, mas que muitas vezes não tinham letramento adequado, o que interfere na compreensão do texto lido. Isso se aplica a todos os níveis de escolarização da pessoa cega, agravando-se à medida em que ela ascende na escala da formação acadêmica.

Ainda no âmbito do acesso a outras possibilidades de exame de fontes documentais, não se pôde ter acesso ao acervo produzido por instituições, como o ICB. Tal impedimento foi atribuído a uma certa preservação de suas atas de reuniões e seus congêneres, entendidos como sendo documentos muito “íntimos”, pelo que não autorizaram o seu manuseio. Segundo informações de sua então presidente, em conversa telefônica travada com este autor, em agosto de 1997, tal decisão deverá constar na ata da reunião que tratou do assunto. O que poderia sugerir tal atitude? Quais as inferências que se poderia tirar dela? De antemão, pode-se prever que, caso surja alguma dúvida a respeito de um certo momento de sua história, esta permanecerá sem respostas confiáveis, por conta de tal decisão, até que aqueles “documentos muito íntimos” sejam liberados para leitura e análise de futuros pesquisadores.

Outra dificuldade de acesso à documentação encontrada durante o processo de investigação para a pesquisa e posterior escrita desta obra, foi a que fazia referência à participação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) na construção da história do cego em uma de suas fases mais efervescentes. Isso se deu porque um dos elementos principais daquela construção dissera ter jogado fora tudo que se havia escrito ao fazer uma limpeza geral em sua casa. Pergunta-se, então, por que essa documentação estaria em sua casa e não nos arquivos do próprio Senai? Por que não fora doada a uma instituição de pesquisa, ao Arquivo Público da Bahia, por exemplo? Provavelmente essas perguntas ficariam sem respostas,

não fora a obra de Bárbara Weinstein – *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil*, publicada nos Estados Unidos da América (EUA) em 1996 e, no Brasil, em 2000 –,⁵ onde este autor encontrou algumas explicações para o comportamento daquele gestor. Já nas páginas dedicadas aos agradecimentos, a referida autora aponta o modo como driblou as dificuldades que se lhe apresentaram. Disse ela que:

[...] Sou especialmente grata aos funcionários e aos membros do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, do Serviço Social da Indústria e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que me ajudaram nesta pesquisa. Visto que o SENAI, o SESI e a FIESP atuam como virtuais empresas privadas, suas equipes não são obrigadas a me fornecer documentos seus publicados ou inéditos. Além disso, quando eu iniciei esse projeto, nem o SENAI nem o SESI mostravam interesse em preservar sua memória material ou institucional. Assim, os funcionários que ajudaram em minha pesquisa o fizeram não por obrigação, mas por boa vontade, muitas vezes interrompendo sua rotina de trabalho para destrinçar informações ou arranjar espaço para mim em ambientes atulhados cuja destinação nada tinha a ver com a pesquisa acadêmica. Além disso, em alguns casos, eles me ajudaram, apesar da relutância dos ‘figurões’ em acolher uma historiadora cujos motivos lhes pareciam um tanto suspeitos [...]. (WEINSTEIN, 2000, p. 7)

Logo em seguida, Weinstein (2000, p. 7-8) assevera que:

[...] Não obstante minha profunda gratidão às pessoas do SENAI, do SESI e da FIESP que me ajudaram e sem as quais esse projeto seria impossível, sinto-me obrigada a observar os limites institucionais da gentileza pessoal. Em muitas ocasiões, no curso de minhas pesquisas, foi-me negado o acesso a documentos que me pareciam importantes, por funcionários que – ao que me parece – decidiam de forma arbitrária, considerando-se que pesquisadores que me precederam tiveram acesso a alguns daqueles documentos. Em certa ocasião, um funcionário recusou o meu pedido para examinar alguns documentos, garantindo que neles não havia nada de interesse para mim; espero que me desculpe, mas continuo a achar que seria mais

||||||

5 Localizar nas referências: *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964* (2000).

conveniente que eu mesma decidisse sobre isso. Nesses casos, porém, eu nada podia fazer, uma vez que as organizações proclamavam seus direitos, enquanto entidades privadas, ainda que suas políticas tivessem profundas repercussões públicas no Brasil. Espero que, com o passar do tempo, essas organizações passem a considerar seus documentos como arquivos públicos que devem ser postos à disposição de qualquer pesquisador sério. Na verdade, o SENAI já deu um grande passo nesse sentido com a criação do Núcleo de Memória, que publicou uma série de monografias importantes e reuniu material publicado e inédito de caráter histórico, transcrição de entrevistas com dirigentes do SENAI, e uma maravilhosa coleção de fotografias. O SESI, lamentavelmente, não seguiu o exemplo – descobri recentemente que um arquivo interno que constituiu uma fonte de valor inestimável para a minha pesquisa foi literalmente jogado na lata de lixo da história por ‘falta de espaço’ [...].

A despeito da extensão da citação, a partir da experiência da pesquisadora norte-americana, talvez se possa inferir que, se fosse construir a história do cego, considerando-se as políticas públicas e as ações privadas, no sentido de assisti-los na educação, saúde, inserção no trabalho e na sociedade, tendo a documentação das instituições como fonte de pesquisa, se estaria em um sério “beco sem saída”.

Portanto, isso explica, ainda que em parte, porque esta obra tem suas bases teóricas e metodológicas assentadas no uso das técnicas de história oral, por meio da qual buscou apreender algumas memórias de pessoas cegas que vivenciaram embates cotidianos, incrustrados em um tempo histórico dado: o “tempo presente”. Conforme postula Márcia Mota (2012), a “história do tempo presente” tem superado algumas dificuldades de legitimidade entre os historiadores e:

[...] As desconfianças deram lugar a um crescente interesse pela história dos acontecimentos atuais, e a produção sobre o tempo ‘de agora’ firmou-se como um campo de conhecimento dos mais vigorosos. São inúmeros os estudos produzidos sobre o tempo presente, sobre o passado ‘de ontem’, e são também incontáveis as temáticas que se formam em torno dessa linha de reflexão. Em torno dela, pretende-se estudar as minorias, os excluídos, as memórias dos movimentos sociais, a amnésia dos tempos de opressão e muito mais. Fontes antes ignoradas ou mesmo desprezadas iluminaram novas possibilidades de pesquisa, e cartas e correspondências pessoais, diários, anotações

e bilhetes unem-se às entrevistas orais dos que agora são chamados a contar sua versão dos fatos. A história já não é mais aquela... Ela se torna coparticipante dos acontecimentos; vive-se e conta-se sobre o que se vive [...]. (MOTA, 2012, p. 34)

Desse modo, a proposta que pretendeu apreender, discutir e analisar os resultados obtidos pela implementação das políticas públicas e das ações privadas de assistência, de amparo e mesmo de formação profissional levadas a cabo por pessoas e/ou organizações, visando uma clientela muito específica – os cegos –, é a que ora aparece como núcleo central deste livro.

Um dos principais pressupostos de sua análise é o de que as políticas públicas e as ações privadas relacionadas aos cegos, ao que parece, são mais dispersas, fragmentadas e discriminadoras, do que se apresentam à percepção do observador menos atento, visto que elas apresentam o cego como alguém de quem se precisa compadecer e ajudar. O beneficiador, é claro, encontrará a recompensa na garantia do céu!

44

Não obstante a utilização da história oral como a principal fonte e técnica de documentação, fez-se uso de matérias de jornais e de revistas para apreender discursos, que expressam o pensamento de quem os faz, quando se trata da forma como se vê o cego e como se age com relação a ele e à sua deficiência.

Saliente-se a importância de se realizar um tal exame sob dois aspectos principais. Em primeiro lugar, no sentido de ter sido uma primeira tentativa de se compreender um pouco as redes de interesse que envolvem a relação da sociedade com aqueles que para ela seriam seus tutelados; em segundo lugar, pelo fato de ser possível a participação direta dos próprios alvos da pesquisa, tanto como pesquisador, quanto como aqueles que foram entrevistados por ele.

O estudo tendo como objeto o cego, sua história, sua trajetória, no sentido de identificar quais tenham sido as ações privadas e as políticas públicas que visavam seu amparo, seu bem-estar, sua inserção na escola, no trabalho e na sociedade, mediante sua habilitação e/ou reabilitação profissional, com o fito de promover a sua independência econômica e a sua autodeterminação, no que tange aos aspectos sociais, políticos e, sobretudo, a obtenção de formas próprias de agir e pensar, individual e coletivamente, é por si só extremamente vasto e complexo, na medida em que diversos setores das ciências sociais precisam ser mobilizados para sua execução; grande é também o número de pessoas, órgãos e instituições envolvidos e

entrelaçados numa gama de relações que necessitam de investigação minuciosa e cuidadosa, bem como de estudos específicos e pormenorizados.

Diante de tudo isso, este livro só pode ser visto como uma contribuição para que esse processo se desencadeie, na medida em que pretende tão somente ser a primeira ou uma das primeiras de uma série de abordagens no campo da história social e da historiografia, cujo tema e preocupação central seja o cego, enquanto ser histórico ativo, ou seja, enquanto categoria social viva e interativa no âmbito da totalidade da construção da história da região, do Estado e do país.

O texto que ora se oferece ao crivo do leitor, cujo eixo cronológico em torno do qual giram as histórias e memórias de pessoas cegas concitadas a narrar as suas trajetórias, tem como ponto de partida o ano de 1963, quando o professor Geraldo Sandoval de Andrade (1925-1994) chega em Salvador trazendo uma novidade no campo das possibilidades da pessoa com cegueira. Tal novidade consistia em iniciar uma campanha junto aos empreendedores fabris ligados ao Senai, visando implementar o processo de aproveitamento da mão de obra de pessoas cegas na insipiente indústria soteropolitana. Aquela novidade provocaria um grande impacto no modo de viver e pensar não só das pessoas cegas, mas, igualmente, produziria uma reviravolta, embora de pequena monta, no modo como a sociedade como um todo pensava e agia em relação ao cego e à cegueira. Entretanto, a cessação daquela possibilidade de atuação na indústria e a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) funcionarão como marco para o fim de um processo histórico vivenciado pelas pessoas com cegueira, relacionado a uma busca por autonomia social, inserção na escola, no trabalho e no estabelecimento de relações políticas e sociais independentes. Portanto, o ano de 1993 pode ser indicado como o epílogo dos dois tempos históricos vividos por aquela geração de pessoas cegas, que conheceu um pouco da vida operária.

Dessa maneira, o leitor tem em suas mãos um livro que está dividido em duas partes, cada uma contendo dois capítulos. Na primeira parte, “Histórias e memórias do processo de inserção de pessoas cegas na escola, no trabalho e na sociedade”, apresenta-se uma análise das diversas políticas e ações que são planejadas e levadas a cabo por instituições de e para cegos. Essas políticas e ações deveriam fazer parte de um esforço para integrar social, cultural e profissionalmente o cego, mas isso não ocorre na medida

em que se cria um vínculo de dependência e acomodação muito forte, do qual poucos conseguem desvencilhar-se, consoante pontuado no segundo capítulo. Na segunda parte, “Histórias e memórias de rumos e trajetórias”, apresenta-se um feixe de narrativas de trajetórias envolvendo 12 pessoas cegas, com o objetivo de mostrar que elas estavam sujeitas às mesmas vicissitudes e idiosincrasias de todos os outros componentes do corpo social, conforme descrito nos capítulos 3 e 4.

A título de desfecho da análise aqui proposta, a conclusão abriga um arrazoado intitulado “Ultrapassando a gratidão: a filantropia reavaliada”. Este – depois de descrever algumas instituições, circunstâncias e situações envolvendo os cegos, contemplando mudanças de rumo que interferiram decisivamente na construção de sua história – dá algumas indicações de como se apresentam para o desenvolvimento autônomo do cego algumas das diversas formas pelas quais são tomadas decisões que, em última instância, significam ajudar efetivamente o cego na busca por sua autonomia ou, ao contrário, afundá-lo em sua dependência e consequente inutilidade social. Sendo a mendicância um elemento inerente à percepção do cego pela sociedade baiana, fica ele sendo sempre alvo de ações cujo móvel é a filantropia, que acaba se tornando uma readaptação do velho hábito de esperar uma esmola pelo novo de esperar que alguma coisa seja feita em seu favor. Por sua vez, o filantropo passa de ofertante de esmolas no varejo, cujos beneficiários eram alguns poucos indivíduos, para ofertante de seu tempo e recursos no atacado, o que beneficiará a um número maior e por mais tempo. No entanto, não deixará de estar presente, no modo de pensar da sociedade, a ideia estereotipada e estigmatizante do cego como um ser necessitado de ações movidas pela caridade cristã.

Convém não se perder de vista que, nesta obra, muitas serão as questões que permanecerão sem respostas, até porque não se pode pretender que uma primeira investida sobre um tema tão complexo quanto pouco explorado seja definitiva e venha a dirimir todas as inquietações por ele suscitadas. Por isso, o leitor, ao concluir sua viagem por estas páginas, vai fazer um grande número de questões e perceber alguns aspectos não contemplados pelo autor, como também vai ainda encontrar outro tanto de possibilidades de análise, sequer cogitado por ele. Disso, o autor tem plena consciência.

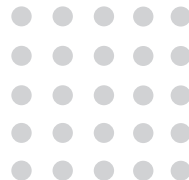
Algumas das questões poderão ser respondidas ou, pelo menos, analisadas em outros trabalhos. Mas algumas certamente não encontrarão, pelo menos a curto e médio prazos, sequer a possibilidade de serem

investigadas, dada a escassez de elementos sobre os quais se possa lastrear um estudo mais aprofundado, visto que as únicas fontes até então acessíveis são fontes vivas. Essas são ainda suscetíveis a medos, escrúpulos sociais, que fazem com que não queiram ou não possam falar tudo que sabem, receosos de melindres, que possam provocar represálias, protestos, processos etc.

No entanto, acredita-se que o que foi conseguido já permite ao leitor compreender um pouco melhor o que vai por trás e nas entrelinhas de seres que não pareciam ter história e de órgãos e instituições que agora têm que dividir com seu público-alvo o papel de construtor dos elementos que compõem a saga de quem já pode ter história.

Enfim, é mister que o cego seja definitivamente reconhecido por aqueles que fazem a ciência histórica e, mais abrangentemente, a ciência social que, a despeito de qualquer resistência, negligência, descaso ou desinteresse por esse grupo enquanto ser que, quando dotado dos meios para agir sobre o seu cotidiano – e mesmo deles não dotado –, é capaz de produzir sua própria história, de participar da produção histórica a ele circundante e mais: de pertencer à categoria homem, da qual se disse que faz a história. Certamente, poder-se-á perceber bem isso, quando ocorre a leitura da segunda parte deste trabalho, “Histórias e memórias de rumos e trajetórias”, em que se pôde contar com os depoimentos de alguns deles, discutindo e analisando questões relacionadas com aquilo que se faz e que se planeja, que se fez e que se planejou, resultados práticos, na medida em que eles vivenciaram e sofreram as consequências dos erros e acertos de tais ou quais propostas e ações.

Resta, então, desejar a quem se dignar a abrir estas páginas uma boa leitura.



PRIMEIRA PARTE

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO PROCESSO DE INSERÇÃO DE PESSOAS CEGAS NA ESCOLA, NO TRABALHO E NA SOCIEDADE



Uma contextualização histórica e espacial do processo de inserção de pessoas cegas na escola, no trabalho e na sociedade – 1960-1985

Este capítulo pretende desenvolver uma discussão de histórias e memórias de trabalhadores cegos que passaram a tomar parte nos ires e vires dos espaços urbanos da cidade de Salvador, no estado da Bahia, entre os anos de 1960 e 1985, na medida em que eles eram parte constitutiva do processo de industrialização em curso na cidade.

Desde as décadas de 1950 e 1960, a capital baiana via os seus espaços urbanos serem redimensionados, na medida em que o crescimento populacional forçava a expansão dos limites de ocupação de áreas que eram transformadas em novos bairros, cada vez mais afastados do eixo central da cidade. A cidade precisava abrir novas áreas de ocupação populacional, tanto no que tange ao atendimento das necessidades habitacionais, quanto ao processo de ampliação das áreas de comércio de mercadorias e da oferta de serviços necessários ao funcionamento da urbe que experimentava grande e desordenada expansão.

Nesse sentido, Antônio Risério recua um pouco mais no tempo e em seu alentado livro *Uma história da cidade da Bahia* (2004) aponta que alguns elementos precisam ser tomados em conta, no que tange ao processo de aceleração da urbanização da capital baiana. Risério (2004, p. 586) diz que

[...] As coisas só começaram a mudar na década de 1940, que pode ser vista como marco inicial do nosso crescimento citadino. Sentiu-se ali, pela vez primeira, a necessidade de um planejamento urbano para Salvador. [...]. Aquela foi também a época em que se falou, em base algo 'impressionista', de um 'enigma baiano', sinal da tomada de consciência do nosso atraso, no panorama brasileiro. E em que apareceu, por aqui, o fenômeno das 'invasões' – arregimentações coletivas de ocupação direta e extralegal de áreas da cidade para, na base do mutirão, transformá-las em zonas de moradia popular. E a cidade se movimentou. No governo de Octávio Mangabeira (1947-1951), tivemos a construção do Hotel da Bahia, do Fórum Ruy Barbosa, do Estádio da Fonte Nova e da avenida litoral ligando Salvador a Itapuã. Mangabeira rompeu com a rotina das pequenas obras com a timidez do administrador público baiano diante do espaço físico aberto. Mas foi só um começo. E insuficiente. Antônio Sérgio Guimarães está certo ao dizer que, quando a energia de Paulo Afonso chegou à Bahia, em 1955, Salvador se achava totalmente despreparada para o surto industrial que o projeto burguês acalentava.

No entanto, é nos anos de 1970 a 1980 que esse fenômeno se torna mais agudo, na medida em que são abertas as “avenidas e vales”, por onde escoam as gentes na direção das novas aglomerações populacionais que vão se estendendo no sentido norte, até chegarem, nos anos seguintes, aos limites do aeroporto e, no sentido oeste, vai se estendendo na direção da cidade de Simões Filho.

Nesse mesmo período, a paisagem urbanística de Salvador sofre grandes e significativas transformações propiciadas por obras de engenharia – sobretudo no campo da infraestrutura – e intervenções arquitetônicas, que marcariam os esforços envidados por aqueles que estiveram à frente da gestão da cidade, no sentido de desenvolver um “planejamento” que viabilizasse barrar e/ou minimizar o crescimento urbano desorganizado e aleatório.

Conforme assevera Risério (2004, p. 587):

[...] Duas obras foram fundamentais para a tessitura desse novo espaço urbano: a abertura da Avenida Paralela (assim chamada por correr de modo mais ou menos 'paralelo' à orla marítima) e a construção do Centro Administrativo da Bahia, o CAB, que envolveu o urbanista Lúcio Costa e o arquiteto João Filgueiras Lima, mais conhecido pelo

seu apelido, 'doutor Lelé'. Simultaneamente, assistimos às implantações do CIA e do Copec. É toda uma nova Salvador que se articula nessa confluência [...].

A explosão do processo de “favelização” da capital baiana já era notória, uma vez que o traçado da cidade de Salvador permanecia nos limites geologicamente determinados pelas características morfológicas do espaço no qual ela fora encravada, deixando poucas possibilidades de reelaboração dos traços urbanísticos da cidade. Tais limites precisavam ser rompidos de maneira radical: era preciso sair no sentido norte, para que as necessidades de habitação provocadas pelo crescimento populacional – que se dava em todos os aspectos do fenômeno –, viessem a ser atendidas adequadamente.

Para fazer face a essas novas necessidades da urbe soteropolitana, o Centro Administrativo da Bahia (CAB) e a Avenida Paralela aparecem no cenário urbano. Ainda segundo Risério (2004, p. 589), “[...] a Cidade da Bahia deu uma guinada radical, voltando-se vigorosamente para o norte. Passou a ser a cidade das avenidas de vale e do CAB – com os seus prédios longos e estreitos, soltos do solo, como se estivessem flutuando sobre o relevo caprichoso”, no dizer do arquiteto João Filgueiras Lima –, ao tempo em que assistia ao funcionamento do CIA e à instalação do Copec.

Isso se amplia, na medida em que eram planejados e construídos equipamentos tipicamente “modernos”, como um *shopping center* e, sobretudo, com a construção e entrada em funcionamento de um novo e amplo terminal rodoviário, que melhoraria sensivelmente as chegadas e partidas daqueles que se dirigiam para a cidade em busca de emprego e/ou moradia. Tais mudanças urbanísticas acabaram por acelerar a ocupação desordenada no entorno dos novos equipamentos, favorecendo o surgimento de novas “invasões”, típicas da capital dos baianos, como por exemplo a Saramandaia, que se instalou nos fundos da nova estação rodoviária e logo se tornou uma das mais populosas de então.

É assim, como parte desse processo de urbanização acelerada que Salvador conheceu nos 20 anos transcorridos entre o início do processo de industrialização e a crise do início dos anos 1980, que, de certa maneira, a cidade sofreu um revés em decorrência do estancamento do crescimento econômico experimentado no referido período: alguns indivíduos cegos são absorvidos como mão de obra naquele processo industrial, ao menos

em alguns dos setores produtivos nos quais sua capacidade de utilização das mãos fosse suficientemente eficaz, para que pudessem vender a sua força de trabalho.

O Instituto de Cegos da Bahia: de abrigo a educandário

A despeito do correr dos anos até o momento em que estas linhas são escritas, ainda se faz necessário desenvolver um trabalho de pesquisa acerca da história do ICB, a fim de que sejam preenchidas as muitas lacunas, permitindo que seja inserida no processo de produção historiográfica. Até então, o que se tem conhecido sobre o processo histórico daquela instituição quase nonagenária está fundamentado, majoritariamente, em textos dispersos produzidos por articulistas e repórteres que publicaram suas impressões em diversos periódicos que circularam na cidade de Salvador desde o momento de sua fundação, e, sobretudo, grande parte do que se tem conseguido saber a tal respeito procede das diversas narrativas obtidas através de testemunhos orais, mediados pela apreensão de memórias de seus ex-alunos e funcionários – já quase todos mortos ou muitíssimo idosos. São diversas histórias ainda presentes em uma memória coletiva, mas também ausentes dela, tanto pelo esquecimento, quanto pelo silenciamento.

Assim é que tal necessidade se avulta, quanto mais longe se vai o tempo em que o ICB protagonizou um sem-número de histórias de pessoas cegas, que nele se fizeram educar e acreditaram poder receber o preparo psicossocial para alcançar o desenvolvimento de uma vida profissional autônoma. Conforme assevera Maurice Halbwach (1990, p. 80-81):

[...] Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem [...].

Conforme as narrativas daquelas pessoas com idade mais avançada à época em que concederam as entrevistas, o aludido educandário para cegos teria sido fundado por um professor e advogado de nome Alberto de Assis, em 1933, no início da chamada Era Vargas, constituindo-se, a partir de então, em centro de referência, no que tange ao desenvolvimento da história da pessoa cega na Bahia.

Tendo sido dirigido por seu fundador até pouco mais ou menos o meado da década de 1940, aquela instituição caracterizou-se por uma sobrevivência inteiramente baseada nas subvenções do Estado, nas doações da comunidade e, sobretudo, na generosidade de homens e mulheres que, muitas vezes de forma anônima, faziam doações em dinheiro, gêneros alimentícios, roupas, material de higiene e limpeza, calçados, entre outros produtos e serviços indispensáveis ao seu funcionamento.

No que tange à sua atuação social, aquela instituição se caracterizava por oferecer abrigo aos cegos de todas as idades que a ela fossem encaminhados, dando-lhes acolhida, alguns rudimentos de braille, lazer, além de esporádicas oportunidades de uma formação escolar/acadêmica àqueles alunos que melhor se destacassem em interesse e inteligência.

Mas o momento em que o ICB ficou mais conhecido do público soteropolitano foi aquele em que passou a ter em seu interior uma fábrica de vassouras. Era, por meio dela, que o instituto auferia renda suplementar para a sua manutenção e, ao mesmo tempo, proporcionava aos cegos ali residentes algumas possibilidades de sobrevivência autônoma, quer fosse fabricando as vassouras, quer fosse vendendo-as de porta em porta.

Presume-se que aquele fabrico de vassouras deva ter atingido seu auge no meado dos anos de 1950. Tal presunção está baseada no fato de que, no final daquela década, a produção artesanal e a comercialização das ditas vassouras apresentavam um declínio considerável, ocasionando o fechamento da “fábrica” em 1960.

Naquele período, a formação de professores era feita em São Paulo, no Instituto Padre Chico, ou no Rio de Janeiro, no Instituto Benjamin Constant, sendo escolhidos os alunos de melhor desempenho, que, em última instância, seriam aqueles que ensinariam às demais gerações de alunos do local, que ainda se constituía como uma casa, cuja meta era abrigar os cegos, visto que não havia quaisquer limitações para o ingresso e para a saída deles das suas “asas protetoras”.

No entanto, ao entrevistar uma de suas ex-alunas, percebe-se que ela procura descaracterizar o instituto como sendo um lugar de abrigo de cegos, negando que ele tenha tido essa característica.

Ao ser indagada se lembrava como fora o ICB e como fora o seu funcionamento, se era uma instituição de educação e de abrigo, a professora aposentada Estella Parreira dos Olivais (1937-)⁶ afirma peremptoriamente:

[...] Era uma instituição de educação. O Instituto de Cegos nunca foi instituição de abrigo. Se existiu uma escola, que foi criada como [sendo para dar] educação, foi o Instituto de Cegos. Se alguém lhe disser... lhe fizer um depoimento e disser que foi a título de abrigo, pode dizer que é mentira. Pode dizer por sua conta, que é mentira. O Instituto de cegos, foi criado como uma escola de educação [...]. (OLIVAIS, informação verbal, 1997)

E a interlocutora continua, apologética e enfaticamente falando que:

56

[...] O Instituto de Cegos foi idealizado e fundado [...] pelo doutor Alberto Francisco de Assis. Alberto Francisco de Assis era advogado, formado em direito; era advogado e professor. Foi diretor duas vezes do antigo Instituto Normal. Era professor da Sacramentina, professor do Instituto Baiano de Ensino e de vários [...] colégios. Ele dirigiu o Instituto de Cegos. Foi o idealizador, fundador e diretor do Instituto de Cegos, durante 13 anos, quando Deus o chamou para a Sua Glória [...]. (OLIVAIS, informação verbal, 1997)

É provável que a apresentação de um currículo direta e estreitamente relacionado com o exercício de atividades ligadas à educação funcione para ela como elemento essencial para respaldar suas afirmações. Isso acabou gerando a insistência na questão, quando o entrevistador diz que, pelo que entendera de suas afirmações, a ideia do professor Alberto de Assis teria sido a de criar uma instituição para educar os cegos e não abrigá-los. A professora Estela reafirma o que dissera. E, para evitar cair em alguma contradição, procura justificar o eventual desvio dessa meta, ainda que

|||||||

6 Esta entrevistada teve o seu nome alterado por razões que serão melhor explicadas quando a sua trajetória for comentada na segunda parte desta obra. Por ora, saliente-se que esta entrevista foi gravada em sua casa, no ano de 1997, quando a narradora contava 61 anos.

não admitido por ela. Nesse mesmo trecho, ela elenca um conjunto de pessoas que teriam coadjuvado o professor Alberto de Assis na sua tarefa de fundar, estruturar e dirigir o instituto.

[...] Era. Educar. Agora, naquele tempo ele não podia fazer o que se faz hoje! Porque naquele tempo, não existia margem pra isso. Ele pra fundar o Instituto de Cegos... Fundou com a coragem, não é? Se juntou com um grupo de amigos professores igual a ele, como por exemplo professor Mário... e professora Maria José... professor Mário e Senhora... professor Mário Laerte, professor Hugo e senhora também professora Maria José... professor Hugo Baltazar da Silveira e senhora, professora Maria José... e assim por diante; D. Zulmira Meireles... e outras e outras pessoas que colaboraram; doutor [...] Durval Rocha parece... parece que era [...]. (OLIVAIS, informação verbal, 1997)

A propósito da fundação do ICB, a professora Estella apresentou uma narrativa, no mínimo hilariante, segundo a qual alguém teria dito que o fundador do instituto teria sido um “certo Dr. Renato Oliveira”, afirmação que causou tal indignação na interlocutora que vale a pena transcrever na íntegra sua narrativa. Convém observar a preocupação que ela tem em salientar que conheceu o fundador, sempre ouviu falar que era ele, “mas este aí, quem é!”

[...] Mas, uma vez teve uma missa lá e eu vi uma, uma grande mentira, que eu só não levantei pra protesto... eu fiquei até aqui, oh... fiquei até aqui de raiva porque não gosto de ver injustiça. Mas eu só não me levantei pra protestar, porque eu respeito a missa; eu respeito as coisas de Deus. Porque se fosse uma plateia... se fosse numa palestra, ao em vez de ser durante a celebração de uma santa missa, eu teria protestado. Porque, inclusive a D. Vanda... eu ia até perguntar a D. Vanda, que nessa ... dona Vandorá Mesquita, eu ia perguntar pra ela qual foi esse... eu ia chamá-lo até de... de sacana ou de... de outro... outro nome qualquer, que ela veio arranjar aí que quem fundou o Instituto de Cegos foi um tal de... Dr. Renato Oliveira. Foi doutor Renato Oliveira e Alberto Assis. Como que Alberto de Assis é que fosse a segunda pessoa... como fosse uma pessoa assim mais rejeitada. Quem fundou o Instituto de Cegos foi Renato.. Dr. Renato Oliveira.. Eu tinha vontade... eu, francamente, eu ainda localizei ela pra perguntar, mas eu não tive mais oportunidade de encontrá-la. Que eu queria perguntar a ela quem é esse sacana, quem foi esse vagabundo... É, porque eu não conheço... Porque só pode ser... só pode ser. Porque eu conheci o fundador. Nunca vi falar. Morei no Instituto de Cegos; entrei menina saí uma jovem formada... [...]. (OLIVAIS, informação verbal, 1997)

Faz-se necessário interromper a narrativa da professora, a fim de chamar a atenção do leitor para este trecho, no qual ela admite que o instituto dava abrigo aos cegos, dentre eles, ela própria.

[...] Porque quando eu estudava no Instituto de Cegos da Bahia... quando eu estudava no Instituto Normal, morava no Instituto de Cegos; porque minha família não morava aqui e não tinha família [...]. Então eu morava no Instituto de Cegos. Quando eu saí, já saí por minha conta. E ela veio pra cá com esse negócio desse Renato Oliveira! Eu ia perguntar a ela; só podia perguntar nesses termos; porque outro eu não teria para perguntar [...]. (OLIVAIS, informação verbal, 1997)

No final dos anos 1950, por conta de uma série de fatores internos e externos, o instituto passa por uma transformação radical, na medida em que muda completamente uma de suas características principais: a partir de 1960, ele passa a ser um educandário para pessoas cegas, com limite de tempo de estada e faixa etária que era fixada entre 7 e 18 anos para entrar e sair, respectivamente.

Até chegar a esse ponto, o seu processo de reestruturação foi construído em vários momentos do seu transcurso histórico. Outrossim, a história das pessoas cegas brasileiras e baianas também passou por uma série de etapas que implicaram transformações sensíveis no modo de ser cego e de viver como cego.

Desse modo, alguns fatores externos ao instituto, tais como o surgimento em São Paulo da FLCB, o célere desenvolvimento de pessoas cegas no sentido de empreender uma nova política de alfabetização e de escolarização da pessoa com cegueira, bem como e, sobretudo, a vinda de Helen Keller ao Brasil,⁷ provocaram a necessidade de adequação das formas de atuação do instituto, na medida em que precisava absorver as novas orientações pedagógicas e se adequar às novas políticas educacionais preconizadas por aqueles que partiam na busca de formar na pessoa cega um espírito brigador, para que com isso ele pudesse partir com autonomia rumo à independência social, econômica e política. Com essas conquistas,

|||||||

7 Helen Keler (1880-1968): mulher norte-americana, portadora de múltipla deficiência, inclusive a visual, que esteve no Brasil na década de 1950, propagando novas ideias sobre as relações e modos de tratar os cegos. Ver: Silva e Venturini (1968).

poderia a pessoa cega alçar voos mais ousados e pleitear melhorias socio-políticas para si, no sentido de ter maior incentivo e apoio institucional para o bom êxito de seus esforços.

Saliente-se ainda que a crise econômica que se agravava no período em apreço foi um outro elemento externo ao ICB que contribuiu para que fossem tomadas medidas visando a sua reestruturação, obrigando-o a reconsiderar a sua ação junto aos cegos baianos. Podem ser citados, além da inflação dos preços que traz como uma de suas consequências mais nefastas em tais casos, a baixa nas contribuições de sócios e/ou beneméritos, produzindo assim uma significativa redução na arrecadação da instituição, como também o surgimento de técnicas novas de fabricação de vassouras fez com que aquelas fabricadas pelos cegos abrigados no instituto não pudessem continuar sendo sua maior fonte de renda, visto que seu custo de fabricação continuava alto em relação àquelas novas vassouras que surgiam a partir da renovação tecnológica. As últimas podiam ser vendidas mais barato, enquanto as primeiras perdiam o espaço no mercado, ficando apenas com a fatia correspondente àqueles compradores que lhe davam preferência, pelo fato de serem fabricadas pelos cegos do instituto.

59

Tomando-se como referência uma reportagem publicada no jornal *A Tarde* de 19 de setembro de 1953, sob o título bastante conclusivo de “Um apelo do Instituto de Cegos ao espírito cristão dos baianos”, pode-se não só inferir o grau de dificuldade que então passava aquela instituição, como também ficam claras as formas que utilizava para conseguir recursos para o seu funcionamento e a sobrevivência dos cegos ali abrigados. Eis aqui a íntegra da reportagem:

[...] O interior pagou-lhe as dívidas e a capital dar-lhe-á um pavilhão para criancinhas que ali estão internadas.

Quando se viu abandonada pelos poderes públicos, com as subvenções consideravelmente diminuídas, D. Bernadete Pires, presidente do Instituto de Cegos da Bahia, mulher de grande determinação resolveu que, dentro de 60 dias, a entidade que dirige estará com todas as suas dívidas saldadas, sem auxílio externo. Pois se ela sempre assegura dizendo e demonstrando que o cego não é inválido, porque não fazer com que os próprios cegos pagassem os débitos daquele casarão, que já se tornara um verdadeiro lar para todos eles? [...]. (UM APELO..., 1953)

Observe-se, de passagem, que cerca de 20 anos depois de ter tirado o cego, enquanto indivíduo isolado, de sua habitual vida de pedinte nas ruas, a então dirigente do ICB propõe sua volta às ruas, da capital e do interior, para nelas retomar a sua mendicidade, agora não mais como indivíduo isolado, mas como coletividade abrigada e educada por aquela instituição, com o nobre objetivo de, com seus frutos, “pagar” os compromissos e as dívidas, que são, em última instância, segundo o entendimento do redator da matéria em exame, resultado do “abandono dos poderes públicos” e da “diminuição considerável das subvenções”, em dinheiro e víveres, tão necessários à sobrevivência daquela instituição caritativo-filantrópica. Volte-se ao jornal.

[...] Foi assim que a presidente do Instituto dos Cegos decidiu fazer uma excursão pelas cidades do interior, com o fim de apresentar o teatro dos cegos e um conjunto musical. O teatro seria formado por alunos, crianças e jovens dos diversos cursos que funcionam no ICB; o conjunto musical formado por doze figuras, iria porém com ordenado como profissionais que são os seus componentes. Planos estabelecidos, D. Bernadete procurou o governador Regis Pacheco:

– Quero um transporte, excelência, para percorrer os municípios do sul e do sudoeste.

O governador demonstrou o máximo de boa vontade:

– Pode contar, minha senhora, com uma caminhonete especial.

Não, caminhonete não servia, D. Bernadete pretendia levar 22 pessoas nessa comitiva. Não ia mendigar nem fazer turismo. Ia lutar e ganhar o Instituto de Cegos para os seus verdadeiros donos, os cegos da Bahia. Um ônibus, então? Mas aí ponderou o governador, o Estado não têm ônibus, para carregar tanta gente, só mesmo um caminhão.

– Caminhão serve, disse calmamente D. Bernadete.

– Mas, minha senhora!

– É como eu digo, excelência.

O governador deixou-se vencer por aquela força de vontade.

– A senhora terá o caminhão que deseja – anunciou [...]. (UM APELO..., 1953)

Aqui, cabe mais uma interrupção na transcrição da matéria do jornal *A Tarde*, para observar que, quando a senhora presidente diz que “não vai

mendigar”, está dizendo que não vai pedir individual e classicamente que sejam dadas esmolas ou colocar seus educandos e albergados para fazê-lo. Crê-se que o que ela pretende é utilizar a imagem socialmente bem conhecida do “cego cantor” e/ou “dotado de habilidades artísticas”, de *per si*, que o instituto desenvolve e aprimora. Dentro dessa perspectiva, elabora e apresenta “espetáculos” a partir dos quais espera sensibilizar os espectadores, no sentido de que venham a contribuir com a instituição que abriga e educa aqueles que os fascinara e comovera com tanta “alegria” e “saber”. Se aqueles dispõem daquilo que tanto agradou a quem assistiu a tais espetáculos é porque a instituição que os apresenta lhes propiciou. Em outras palavras: se tal instituição não conseguir sobreviver, os assistentes não mais verão tão belos espetáculos.

Retorne-se à matéria:

[...] 22 vezes 45, igual a 200 mil!

Assim que teve o caminhão à disposição, D. Bernadete encomendou uns bancos ao carpinteiro do ICB. Capacidade de 22 pessoas. Arranjou uma lona para cobertura, juntou os artistas e músicos cegos fê-los embarcar. Percorreram, em 45 dias, 16 cidades de municípios de sul e do sudoeste, angariando com suas exibições, que surpreenderam às críticas, nada menos de CR\$ 204.650,00. Agora, que ela voltou vitoriosa, tendo pago o último tostão de dívidas do Instituto de Cegos da Bahia, falou ao repórter:

– Muitas foram as dificuldades encontradas nessa excursão e eu não posso deixar de agradecer às prefeituras de Ilhéus, Itabuna, Ipiaú, Itambé, Conquista e Santo Antônio de Jesus, pelas magníficas demonstrações de hospitalidades de que nos fizeram alvo. Em outras localidades visitadas, tivemos hospedagem por conta das famílias mais abastadas, o que caracteriza bem o alto espírito e o carinho com que fomos recebidos por aquelas populações...

Outros proventos da Excursão

– Além desses auxílios particulares e das rendas dos nossos espetáculos – prossegue D. Bernadete – deixamos plantadas, em todos os municípios, as sementes da nossa campanha de sócios. Já recebemos de Ubaitaba 920 cruzeiros, como primeira contribuição efetiva. Em Jequié, já temos 245 sócios, com 20 mil cruzeiros arrecadados. Tudo isso virá melhorar as condições de vida dos nossos cegos. Somente em gêneros alimentícios, gastamos aqui mais de trinta mil cruzeiros por mês; a nossa folha

normal de pagamento aos cegos operários oscila entre quatro e cinco mil cruzeiros. Na excursão, os músicos ganharam 38 mil cruzeiros. Por aí o Sr. vê que são muitas as nossas despesas. Acrescente a isso roupas, camas, reparos e toda uma série de despesas inevitáveis numa comunidade de 100 pessoas, que o senhor poderá calcular quanto temos de despende. (UM APELO..., 1953)

Muita coisa ainda resta para dizer sobre o Instituto de Cegos da Bahia. O espaço é pouco, porém. Ademais, prometeu o repórter a D. Bernadete que 'bateria a tecla' várias vezes e se o assunto se esgotar, não haverá cão para a caçada. Por enquanto, é isso o que o Instituto de Cegos quer dos baianos de boa vontade: tijolos, cimento, ripas, telhas, pregos, parafusos, cal, pedras, em qualquer quantidade, para a construção do pavilhão destinado às criancinhas cegas. Os pequerruchos vão pular de alegria, quando souberem que estão construindo um lugar onde eles podem brincar em paz [...]. (UM APELO..., 1953)

62

Alguns ex-alunos do ICB da época foram entrevistados e, sempre que perguntados se sabiam de que modo se mantinha aquela instituição, diziam não saber, alegando serem ainda crianças e não se envolverem em tais questões. Alguns apenas dizem ter vivenciado algumas das dificuldades vividas pelo instituto, quando tiveram que se contentar com sobras das feiras, para assim prover de alimentos seus internos. Manoel Dias Santa Rosa (1948-2013) lembra que, muitas vezes, fora ele mesmo buscar pão em padarias próximas. Ele afirma ainda que a alimentação era fruto de apreensões feitas por órgãos de fiscalização, o que, saliente-se, constituía um risco à saúde daqueles que iriam fazer uso de tais alimentos, visto que não se sabe o motivo pelo qual aqueles produtos eram apreendidos, por não terem sua origem identificada ou por irregularidade na comercialização. Manoel Dias Santa Rosa (informação verbal, 1997) relembra:

[...] Naquela época a realidade era bem diferente; a realidade era muito dura. Apesar do esforço despendido pela diretoria do Instituto de Cegos; mas a realidade era muito dura; as coisas eram bem mais difíceis; nossa alimentação muitas vezes foi advinda do rapa, não é? o rapa pegava as coisas na rua, levava para lá [...].

João Eudes Alves Ferreira (informação verbal, 1998), perguntado se chegara a saber como se dava a manutenção do instituto, diz que:

[...] A manutenção na época (ali já anos 60), acho que foi sempre a mesma coisa que está hoje, me parece que a manutenção na época era feita pelo pessoal que fazia filantropia, um pessoal que a gente sabia que era da Barra, um pessoal de uma família que tentava angariar recursos para ser aplicado no Instituto de Cegos. Então a manutenção a gente sabia que era por aí, era... estava envolvida pessoas como Dona Édila, que era uma das contadoras do Instituto de Cegos, pessoa que deu muito apoio, depois Dona Maria Eugênia, que era a presidente do instituto [...].

Como se percebe, parece que as informações no que tange à manutenção do instituto não eram claras para aqueles que lá moravam. Faziam parte de um segredo que poucos poderiam ter acesso. A razão disso não se pode precisar. No entanto, pode-se inferir que seja o fato de que pessoas que se dispunham a envolver seu tempo e recursos nessa empreitada procuravam deixar que a recompensa viesse do céu, já que a recompensa dos homens não ia além dos aplausos. Elas certamente queriam mais: a salvação, a Graça. Isso, é certo, os homens não poderiam oferecer-lhes.

Desorganização e dificuldades econômicas forçam mudanças

Foi dito anteriormente que a cúpula diretiva e os provedores do ICB viram-se forçados a desenvolver profunda reestruturação gerencial e de propósito, tanto no que tange ao modo de obtenção de recursos, quanto à maneira de estabelecer as relações com a sociedade baiana, visando manter-se funcionando e abrigando, em seu interior, aqueles homens e mulheres de que se ocupava. Também foi dito que fatores de ordem externa e interna ao seu existir/funcionar impeliram-no a desencadear o referido processo de reestruturação. Assim, entre os fatores internos que levaram o ICB a buscar tomar um novo rumo e realizar uma reestruturação de suas atividades e objetivos educacionais, pode-se mencionar a grande desorganização administrativo-pedagógica que caracterizava aquele estabelecimento de “abrigo” e “amparo” às pessoas cegas baianas. Por consequência, o desperdício, o roubo e, claro, a insuficiência dos recursos advindos da produção de vassouras estrangulavam o funcionamento do instituto, o que o deixava vulnerável, no tocante às condições de fornecer aos seus

internos os alimentos, o vestuário e os outros insumos básicos de sobrevivência.

Portanto, para que fosse possível implantar as novidades pedagógicas e administrativas vindas de São Paulo, fazia-se necessária uma reorganização profunda, desde o ponto de vista funcional, passando pelas questões gerenciais, terminando pela construção de um novo prédio, para que ali pudesse funcionar uma escola onde os indivíduos cegos seriam alfabetizados e preparados para ingressar na escola comum, onde lhes seria dado o apoio pedagógico necessário ao seu êxito nesta nova etapa da educação de cegos na Bahia.

Comentando a esse respeito, Manoel Dias Santa Rosa lembrava que havia algumas pessoas que lidavam com os cegos do instituto e não acreditavam naquelas pessoas as quais se dispunham a dirigir. E ele cita o professor H.B.O., um daqueles que fizera parte do conselho administrativo da instituição.

64

Santa Rosa comenta longamente sobre aqueles momentos de transição para uma nova fase pelos quais passara o instituto e discorre sobre sua percepção daqueles fatos e pessoas. A seguir, na transcrição de um trecho de sua narrativa, ele se refere ao professor H. B. de Oliveira, Dona É. D. de Lima e outros:

[...] E tinha... diretores naquela... diretores que não acreditavam também. Faziam... não sei porque... mas fazia... como o doutor Hugo Baltazar da Silveira, que pra muita gente foi um nome grande, mas pra os cegos, no meu entendimento, questão pessoal, ele eu assumo como pessoa,... ele uma vez nos disse, numa discussão que teve lá de um roubo no Instituto de Cegos; que foi descoberto que o roubo foi feito por um operário de visão, que lá também tinha a fábrica de vassouras; ele disse que dez verdades de um cego, não valiam por uma mentira, de uma pessoa de visão. Professor Hugo Baltazar da Silveira.... [...]. (SANTA ROSA, M. D., informação verbal, 1997-1998)

Foi-lhe perguntado se seria capaz de dizer porque ele pensava daquela forma. Ao que responde:

[...] Eu entendi... hoje eu entendo que é um preconceito; e eu achei que a atitude foi uma atitude bastante irracional, pra o homem que era o professor Hugo Baltazar da Silveira! Eu acho que ele foi bastante irracional; ele foi muito infeliz. Mas,

como nem todo o mundo tem só o mal, ele ajudou muito o Instituto de Cegos; e na verdade foi ele quem assumiu quando... depois do fundador, doutor Alberto de Assis, do Instituto de Cegos; quem assumiu a presidência do Conselho deliberativo foi o doutor Alberto de Assis, que fundou o Instituto de Cegos. Muito mérito para ele. E depois, esse professor Hugo fo... [...] E ele era o tipo carrasco; ele falava com a gente, já como se fosse agredir a gente; como se fosse bater; aquela educação obsoleta, ultrapassada; truculenta, até; mas, de qualquer maneira, teve seus méritos. Por que eu não sei; mas ele não acreditava no cego. E aí depois então desse período, as coisas foram clareando mais [...]. (SANTA ROSA, M. D., informação verbal, 1997-1998)

O Sr. Santa Rosa parece entender que aquele momento em que ele vivera no instituto era de transição. Tal transição era percebida por ele nas ações e atitudes dos dois diretores gerais do estabelecimento, na sua época de interno. Em São Paulo, os ventos de mudança já sopravam desde, pelo menos, a segunda metade da década de 1950, sob os auspícios financeiros, técnicos e ideológicos da American Foundation for the Blind (AFB), dos EUA, através de sua decisiva influência filosófica e prática tifológica sobre a FLCB, que, por sua vez, encarregou-se de disseminar as novidades no campo da educação e integração do cego na sociedade e no trabalho. Santa Rosa, em sua fala, já deixa implícito que a senhora Édila Dória de Lima, a diretora que assumira logo após o “tipo carrasco”, Hugo Baltazar da Silveira, parecia já trazer, em sua ação filantrópica-caritativa, os primeiros germes da influência exercida por instituições norte-americana e paulista, respectivamente.

A narrativa de Manoel Santa Rosa ganha um caráter de balanço, visto que ele começa a apontar uma série de problemas no que tange ao funcionamento do ICB, para os quais urgia que fossem encontradas soluções eficazes, não só no que se refere aos processos administrativos e financeiros, mas, sobretudo, no que se refere às questões relacionadas àquilo que se dizia ser o grande objetivo de sua existência: a educação das pessoas cegas que para lá eram levadas. Crê-se necessário retomar a narrativa de Santa Rosa, quando discorre sobre o momento mesmo em que se procurava resolver os graves gargalos que dificultavam o caminhar daquela instituição que estava prestes a completar 30 anos de funcionamento:

[...] O progresso de qualquer sorte no Brasil é lento. Mesmo com essa lentidão [...] foi chegando também para o Instituto de Cegos. E assumiu a presidência da

diretoria executiva do Instituto de Cegos Dona Édila Dória de Lima. Senhora dinâmica, com um grupo de senhoras importantíssimas: Dona... Lurdes Brum; enfim, eu não vou citar nomes assim, porque [...] eu posso negar alguém ou omitir por esquecimento e não é bom. Mas ela, Dona Édila, foi um baluarte no Instituto de Cegos; ela então, viu aquele internato, aquele amontoado de cegos lá dentro. Tinha o que lá? Tinha uma escola, tinha fábrica de vassouras; então nós menores, ficávamos lá misturados; assim tinha os operários da fábrica de vassouras, tinha músico... enfim, era uma confusão terrível, dentro do Instituto de Cegos. E dona Édila chegou a... soube da existência da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, que hoje é Fundação Dorina de Gouvêa Nowill, e entrou em contato e mandou profissionais, em 1960 pra lá para fazer curso de especialização em ensino de cegos. Nessa... nesse caminho foi uma assistente social Dona Marfiza Simões Araújo; pessoa de muita competência; profissional... uma profissional de relevantes serviços prestados lá dentro; e foram algumas professoras. Foi a professora Sílvia Duarte, professora Zilda Pereira; foram as primeiras professoras que foram para lá. Quando voltaram, já vieram com novas ideias; ideias mais novas; e aquele aspecto de segregação começou a deixar de existir. Então elas abriram o leque: começaram a criar... estudo dos cegos em escolas comuns, lá fora; o cego morava no Instituto de Cegos, tinha a sua banca com professores do Estado, mas estudavam em escolas comuns, como foi o meu caso [...]. (SANTA ROSA, M. D., informação verbal, 1997-1998)

E prossegue Manoel, agora já tratando diretamente das primeiras mudanças implementadas no ICB, advindas do contato com a FLCB, sediada na cidade de São Paulo e, como já se disse, filiada à AFB.

[...] Aliás, antes disso, nós fomos para o Getúlio Vargas lá, mas antes do pessoal chegar de São Paulo. Mas não tinha estrutura, não tinha quem fizesse transcrição e tal... E, quando elas chegaram nós fomos para escola Marquês de Abrantes, ali na Rua Direita de Santo Antônio; tirei meu primário ali. E aí a coisa ficou mais social, né? O pessoal mais participativo, os cegos saíam para as escolas, tinha serviço de transcrição braille... enfim... eu acompanhando todo esse progresso, não é? Saí do Instituto de Cegos, já estava no Instituto de Educação Isaías Alves, fazendo o Ginásio; já saí empregado, eu saí do Instituto de Cegos com 16 anos [...]. (SANTA ROSA, M. D., informação verbal, 1997-1998)

A partir do próximo trecho de sua narrativa, Santa Rosa faz uma observação a respeito das mudanças implantadas no processo de funcionamento do ICB, que talvez se possa presumir que seja uma síntese do

sentimento de parte daqueles que por elas foram atingidos. Sua explicação do fato de ter saído do instituto aos 16 anos mostra uma guinada no discurso sobre a dona Édila de Lima, visto que ali, depois de ter sido beneficiado no primeiro momento, ele próprio sofrera as consequências das mudanças propostas e executadas por sua administração. Leia-se, pois, o que ele diz:

[...] Dona Édila teve a feliz ideia... a infeliz ideia, porque todo mundo é assim, né? Todo o mundo tem o direito de errar e de acertar; ela errou querendo acertar. Ela pediu a dona Dorina – porque tinha problemas sérios no Instituto de Cegos – e ela pediu a Dona Dorina um profissional de São Paulo que viesse para consertar no aspecto administrativo e técnico interno do Instituto de Cegos. Dona Dorina mandou um professor [Firmino Estrelato] que também foi um carrasco, não é? Ele pintou a coisa de tal forma a complicar muito o Instituto de Cegos. Botou muita gente para fora; botou muita gente na rua... Inclusive um rapaz que tinha sido... foi posto para fora, chamava Manoel Souza; ele tinha vindo de Macarani e tinha sido tuberculoso, tinha tido tuberculose. E ele mandou esse rapaz embora. Eu já estava trabalhando e eu dividi parte de meu salário com ele e arranjei uma pensão, para que ele ficasse numa pensão e enquanto eu arranjava uma colocação para ele [...]. (SANTA ROSA, M. D., informação verbal, 1997-1998)

O funcionário da FLCB, ao qual Santa Rosa se refere, é o assistente social, professor Firmino Estrelato,⁸ então com 29 anos, enviado para o ICB, pelo Ministério da Educação e Cultura, através da Campanha Nacional para a Educação dos Cegos, tendo lá trabalhado no processo de reestruturação e organização, entre os meses de março e dezembro do ano de 1966. Em entrevista que concedeu ao autor destas linhas, gravada em sua casa em São Paulo, em abril de 2003, o professor Firmino comentou sobre a sua passagem pelo ICB, dizendo ter encontrado ali uma gama de problemas, desde questões estruturais, administrativas, morais, até problemas de ordem médico-sanitárias e higiênico-nutricionais. Ele menciona o comentário feito pela médica que atuava lá, na ocasião, que dissera não ter “*internado nenhum dos alunos com tuberculose naquele ano*”. (ESTRELATO, informação verbal, 2003) Salienta o professor Estrelato, que o voluntarismo, até uma

|||||||

8 O verdadeiro nome do funcionário foi substituído em função de não haver autorização para seu nome real ser publicado.

certa ingenuidade das pessoas que dirigiam a instituição, poderia, no seu entendimento, ter levado o instituto à situação de caos que ele encontrou.

Note-se que já havia seis anos que o grupo responsável pela instituição buscava implantar as novas ideias de funcionamento e filosofia educacional, aprendidas pelas pessoas que foram capacitadas pela FLCB e pela Campanha Nacional para a Educação dos Cegos. Mas, pelo que se depreende da longa entrevista do professor Estrelato, a principal e mais necessária mudança custou a se fazer, como é natural naquelas sociedades de caráter sociorreligioso, que tem em seu bojo o idílico ideal de promover o “bem-estar”, no caso específico, das pessoas cegas. Assim, talvez se possa inferir que isso funciona como um freio que inibe as mudanças de postura e de visão de mundo a respeito do cego e da cegueira, prejudicando o seu amadurecimento como ser histórico, a quem deve ser dado o instrumental necessário para que ele próprio faça a sua história.

Ainda a respeito da reestruturação pela qual passou o ICB, a também ex-aluna daquela instituição, a professora Estella Parreira dos Olivais, se posiciona sobre o tema, respondendo a uma colocação feita pelo entrevistador, versando sobre as mudanças filosóficas adotadas pelo instituto, sob a inspiração da Sra. D. Dorina Nowill.

[...] É, o Instituto de Cegos passou por uma transformação filosófica não é? Claro! Entraram aí professores especializados, porque antes as professoras não tinham especialização; elas aprendiam o braille, e procuravam ensinar o deficiente visual, dentro da medida do possível, não é? Agora, com isso não quer dizer... não quer dizer que não existisse educação para o deficiente visual não... se exigia também a educação do deficiente visual. Agora não tinha assim, uma educação especializada, como tem hoje, não é? Mas... a partir desses ... a partir de 60 por aí, então teve uma... o Instituto de Cegos começou a passar por uma transformação filosófica. [...] E aí entraram os professores especializados, e também se passou a receber [...] já era fundada a Fundação para o Livro do Cego no Brasil; então passou a se receber os livros; como também no Padre Chico – nós no ginásio, nós tínhamos todos os livros em braille. Ninguém copiou livro à mão; porque a Fundação fornecia. Então o Instituto de Cegos passou por isso também e passou a ter uma mudança filosófica, não é?... Os professores todos especializados, passaram também a dar aos alunos, também mais uma educação assim mais... ampla, mais especializada [...]. (OLIVAIS, informação verbal, 1997)

Para concluir essa breve exposição sobre o ICB e as transformações que tivera que realizar no transcurso dos anos de sua fundação até o início da década de 1960, será apresentada a íntegra de duas notícias saídas no jornal *A Tarde* de 1º de agosto de 1962, que mostram o empenho com que as autoridades educacionais do país se apresentam, no sentido de mudar a forma de ver o cego e agir em relação a ele. Mas saliente-se que uma tal tomada de posição deve-se exclusivamente ao próprio cego. A sociedade não muda a sua mentalidade em relação a estes seus membros, a despeito de toda a sua luta, de suas conquistas e realizações, quer sob o ponto de vista pessoal, quer sob o ponto de vista coletivo. Fez-se necessário o próprio cego ir para o frente da luta pela sua emancipação.

A primeira delas apareceu com o título: “Nova orientação para reabilitação do cego” (1962, p. 7) e diz o seguinte:

[...] Entre as atividades que a campanha nacional de educação dos cegos está desenvolvendo em todo o Brasil, figura a de elucidar a comunidade para o trabalho de reabilitação e educação dos deficientes visuais. O Dr. Richard Danner fez recentemente nesta capital uma série de conferências esclarecendo aos interessados ao público em geral e à sociedade baiana para a luta e reintegração dos cegos na comunidade.

Assim a campanha nacional de educação dos cegos, da continuidade à divulgação que é valorizar as vítimas de cegueira, como seres humanos, como elementos úteis a sociedade afastando deste modo, certa incompreensão que vinha norteando a assistência aos pacientes visuais [...].

A segunda das duas matérias recebeu o título de “Duas bolsas de estudos para a Bahia” (1962, p. , p. 7), cujo teor é o seguinte:

[...] A Campanha Nacional de Educação dos Cegos, visando melhorar o padrão dos que dedicam ao ensino a educação dos deficientes visuais, concedeu 22 bolsas de estudos a vários Estados para se especializarem no curso do Instituto de Educação Caetano de Campos, em São Paulo. As bolsas caberão a 15 professores, 3 bibliotecários, 2 estagiários de Serviço Social, um psicólogo e uma enfermeira.

[...] o curso será de um ano e os alunos no final estarão aptos para iniciar a modernização e a atualização do ensino e educação dos cegos. Desenvolve assim a referida campanha um trabalho eficiente e a curto prazo para que se mude a mentalidade, em todo o Brasil, nesse setor, pois até então o grande problema tem sido fixar a nova filosofia que

orienta a citada campanha, afastando a ideia de caridade, para fazer com que aqueles que perderam a vista ocupem lugar na sociedade, como elementos úteis [...].

Observe-se, no texto, expressões como “vítimas de cegueira”, “pacientes visuais”, que demonstram a mentalidade daquele que escreve o artigo e que, em última instância, refletem o pensamento coletivo como um todo.

A mudança não mais podia esperar

Em 1958, segundo um artigo do jornal *A Tarde*, uma família formada pelo casal e seus dois filhos cegos viram-se obrigados a se deslocar para o Rio de Janeiro, a fim de que as crianças pudessem estudar em escola regular. O motivo do artigo, na verdade, foi o fato de o garoto Paulo Romário, um dos filhos do casal, ter-se constituído o primeiro aluno cego a ingressar na Escola Pedro II, visto que, até então, mesmo os alunos do Rio de Janeiro tinham que se contentar com um curso ministrado pelo Instituto Benjamin Constant, que não era reconhecido, até pouco tempo, como uma escola tal como as outras. Saliente-se, no entanto, que apesar do grande enfoque dado ao êxito de Paulo Romário, ele em momento algum deixa de ser o “ceguinho”, digno ao mesmo tempo de admiração e pena por parte do articulista que não consegue ver no garoto que enfoca uma pessoa humana, com virtudes e defeitos, inteligência e perspicácia, como todas as outras.

Para ficar mais claro o que foi dito, transcrever-se-á integralmente o artigo, para que o leitor tire suas próprias conclusões, concordando ou não com o autor destas linhas.

Sem permitir que a cegueira constituísse empecilho à sua ânsia de aprender, mas transformando as trevas em que vive em poderosos estímulos a uma aplicação cada vez mais intensa nos estudos, o menino Paulo Romário, de 11 anos de idade, conseguiu ser o primeiro estudante sem vista admitido no Colégio Pedro II, Paulo Romário, que alcançou média global excelente – 8,1 – e usou em suas provas aparelhos especializados de cálculo e de escrita Braille, mostrou-se emocionado com o seu êxito, através do qual honrou o sacrifício dos pais, que venderam tudo quanto tinham aqui na Bahia para que os filhos pudessem estudar no Rio de Janeiro. Quase uma criança, criança é na verdade, pois conta

apenas 11 anos de idade, Paulo Romário nasceu neste Estado na tradicional cidade do Vale do Paraguaçu, Cachoeira. É filho do Sr. Renato Mascarenhas de Souza também daquela cidade e hoje residentes na capital da República. Nasceu cego e tem, ainda, uma irmã em idênticas condições. Mas a cegueira não o abateu. Ao contrário, procurou na sua desdita, as forças indispensáveis para o triunfo. E, por isso, não se desencantou. Começou a estudar e, hoje, vê o seu esforço coroado de êxito. – Tudo farei para ficar à altura do sacrifício dos meus pais – disse Paulo Romário à imprensa carioca, logo foi procurado por esta ao saber que aquele menino de onze anos, cego, havia, pela vez primeira conseguido vencer as barreiras até então existentes no tradicional Colégio Pedro II e, entre mais de seis mil candidatos, conquistar um dos melhores lugares, com notas altas. É o primeiro cego que, tal consegue. Uma vitória, portanto. Ao tempo em que exulta, exalta e agradece aos professores que o orientaram na primeira fase de seus estudos, desde os tempos – que não vão longe – em que estudava aqui na Bahia. Ao jornalista que o ouviu, Paulo Romário disse: – Ainda há dias, como se aludisse, numa praça, à minha cegueira, achei graça nos comentários. É que a cegueira não cultivou dores em seu coração que só tem fé e confiança para viver feliz e estudar dando felicidade aos seus pais. A mãe do pequeno Paulo, comovida, também falou, dizendo que se orgulha dos filhos. Seu esposo era comerciante na Bahia e não se arrepende de ter desfeito o negócio e recomeçado as atividades em novas bases, pois os filhos não falharam ao seu esforço. No momento da entrevista, encontrava-se presente o professor Espínola Veiga, especializado em educação de cegos, que lembrou que, há vinte anos, foi aprovado no Vestibular da Faculdade Nacional de Filosofia, porém não o deixaram ingressar no estabelecimento porque seus cursos anteriores no Instituto dos Cegos, (ele também é cego) não eram equiparados aos dos outros colégios. Foi menos por isso adiantou – que por preconceitos então reinantes sobre os cegos e a cegueira, decidiu consagrar-se a luta contra esses males, por isso escreveu modesto livro sobre as verdadeiras condições psicológicas do pessoal cego. Reuniu-se a professora do Instituto Benjamim Constant para obter do governo federal a reforma que equiparou o ensino dos cegos aos dos que vêem. Frisou, também, aquele professor que há cerca de vinte mil crianças cegas no país, mas acomodações, apenas, para mil. Todavia, muitos mestres e diretores de colégios se tem mostrado sensíveis ao problema, em virtude do que o Rio de Janeiro tem hoje, estudantes sem vista desde os jardins de infância da Prefeitura até a Faculdade Nacional de Direito, estendendo-se a campanha a todo o Brasil. Paulo Romário, em carta dirigida a pessoa de sua família nesta capital, precisou mais:

'Papai, matriculou-me em duas escolas: (Rui Barbosa não fora ele baiano) particular, e o Colégio Pedro II. Neste com 6.586 candidatos, para 600 vagas com provas duríssimas, somente passaram 1024 e eu no meio, em bom lugar, com nota 9. Nas orais saí-me muito bem. Tirei 8 em português, 10 em história, 10 em matemática, e 8 em geografia. Fui ovacionado, (e nisso vai a sua ingênua e justificada emoção) quando da leitura das notas em plena sala de provas. Mamãe, presente, chorou. E dos meus olhos sem luz, as lágrimas da mais viva comoção rolaram e entro em meio peito de criança enferma mas não infeliz, rendi graças a Deus, que me propiciava aquela vitória'. Paulo Romário vai continuar nos seus estudos. Amanhã, será um médico, ou um advogado. Terá uma existência feliz no seu mundo de trevas, iluminado, porém, pela sua fé, pela sua confiança e pela sua enorme vontade de vencer na vida. O menino Paulo, o ceguinho baiano que estuda e triunfa no Rio é, certamente, um exemplo a juventude transviada, que enxerga, mas não vê que o seu futuro não está nas farras e nas esbórnias porém no estudo perseverante, pelo bem do Brasil [...]. (COMOVEDORA..., 1958)

Daí se conclui que o ICB já era um fruto maduro para ser colhido. Já estava na hora de mudar, uma vez que aquele modelo por ele adotado estava superado e os demais institutos existentes no país estavam sendo, literalmente, varridos pelas mudanças em curso. O da Bahia não poderia ficar a reboque dos acontecimentos. Sua própria estrutura já não mais comportava uma sobrevivência tão longa de um modelo falido de abrigo de cegos, obrigando aqueles que quisessem ir mais longe em suas expectativas de futuro a embater-se no sudeste do país, desarraigados de seu ambiente sociocultural.

Uma guinada na educação dos cegos na Bahia

Uma vez implantadas e consolidadas as inovações preconizadas pelas novas diretrizes adotadas pelo ICB, inicia-se uma nova fase na história da educação das pessoas com cegueira na Bahia, com a implementação do setor braille da Secretaria de Educação, onde se baseavam as ações no sentido de gerenciar os serviços de atendimento ao aluno cego matriculado na escola comum, a incorporação das salas de recursos e a ministração do curso de locomoção.

No setor braille, os professores especializados ficavam lotados no atendimento aos alunos cegos, além de dispor do material e dos recursos necessários para esse atendimento, bem como ficavam concentradas as políticas e as decisões administrativas daquilo que se relacionasse com o andamento do trabalho de acompanhamento.

Aqui se recorrerá à entrevista concedida pela professora Silvaneyde Petra,⁹ para que se possa ter ideia do processo que culminou com a criação de um setor de atendimento aos estudantes cegos na Secretaria de Educação. Conta a professora que:

[...] Ao voltar do curso, a Secretaria de Educação, em fevereiro de 1959, tinha criado setores de atendimento aos deficientes porque em 1959, foram algumas professoras daqui também de Salvador, para fazer o curso de especialização em educação de surdos, no Rio. E isso foi através da própria Secretaria, que era o superintendente, o professor... Raimundo Mata, então ele criara uma portaria que falava do atendimento ao deficiente. Quando nós chegamos em 1961, então existia esse setor na Secretaria de Educação. Mas, nós tínhamos... Fui eu e uma outra colega, Ezilda... da Rocha Pereira, então quando nós voltamos, tivemos que nos apresentar... Secretaria, porque éramos professoras do Estado, mas com o compromisso de atuarmos no Instituto de Cegos. Então, o professor Raimundo Mata, dissera que nós poderíamos trabalhar no Instituto, mas ficaríamos lotadas na Secretaria. Quer dizer, aí a gente pode considerar que... a parte de deficientes visuais iniciou mesmo na própria Secretaria, mesmo atuando junto ao Instituto de Cegos. Eu então, que vim com aquela ideia da integração do deficiente visual, então fiz uma proposta ao próprio Instituto e à Secretaria de colocar os meninos internos do Instituto numa escola comum e dar assistência a eles nessa escola. Então, a escola escolhida foi a escola Marquês de Abrantes, que anteriormente já tinha tido uma experiência.... que a... naquela época existia uma campanha dentro do MEC, [...] [Campanha Nacional de Alfabetização de Cegos] [...] E então, Dona Dorina, [...] incentivou muito dona Édila a colocar os meninos, nas escolas comuns. Só que eles foram [pras] escolas comuns, sem a assistência de um professor especializado. E por coincidência em 1959 – naquela época nós... a Secretaria botava, mudava o professor no final do ano, na época dos exames de uma escola pra fiscalizar a outra. E eu me lembro que eu fui pra Marquês de

|||||||

9 Por não ter recebido autorização para usar o seu nome real neste livro, foi atribuído esse nome fictício a uma das professoras especializadas no trabalho educativo com as pessoas com cegueira, entrevistada para o trabalho de pesquisa.

Abrantes, lá encontrei Mário, acho que era Mário Resende. E... ele era um dos alunos que tinha ido para a Marquês e lá tinha ficado e fez até, as provas finais. E depois essas provas foram transcritas pela professora do Instituto, que era uma escola próxima. Então quando nós voltamos, sugerimos que a integração dos alunos, mas que de uma forma sistemática, com assistência de professor especializado. E assim começamos o trabalho. Porém, nós éramos lotados na Secretaria, o serviço em parte pertencia à Secretaria, mas só que era muito ligado ao Instituto de Cegos. Reuniões, tudo mais era com o Instituto né? Que o nosso compromisso era com o Instituto. Em 1966, então, que o serviço passou, vamos dizer assim [a ser] definitivamente e de total responsabilidade da Secretaria. Então, nós passamos ... Secretaria. Eu passei a atuar na Secretaria de Educação coordenando esse serviço. Algumas professoras,... passaram também [pra] trabalhar diretamente com o serviço da Secretaria e assim então, a coisa ficou mais estruturada. E aí, também ampliou mais, porque desde 1961, que nós dávamos atendimento, não só aos meninos internos do Instituto de Cegos, na escola comum, mas dávamos também, ... alunos externos, quer dizer, alunos que moravam com a família, mas eram muito poucos. Com a nossa ida para a Secretaria de Educação então foi que a coisa assim, ampliou e passamos a atuar em todos os níveis [...]. (PETRA, informação verbal, 1998)

A sala de recursos funcionava dentro das escolas onde havia alunos cegos matriculados, para que a eles pudesse ser fornecido os meios de que precisassem para melhor desenvolver suas atividades escolares. Lá ficava uma profissional especializada, conhecida como professora itinerante, que fazia as adaptações de mapas, textos e demais recursos didáticos, utilizados pelos professores regentes. A sala de recursos ficava à disposição de professores e alunos, e deveria dispor do aparato necessário ao trabalho ali realizado.

A professora Heuvéssia Cândida (informação verbal, 1998),¹⁰ aposentada, reforça assim essa definição:

[...] Sala de recursos, se entendendo por uma sala onde os alunos recebiam um atendimento em relação às transcrições Braille, ao preparo do material necessário, à adaptação de mapas e material de ciências, uma complementação também na área de matemática e também onde o professor regente receberia uma orientação, um esclarecimento sobre o trabalho a ser feito [...].

|||||||

10 Essa professora, também entrevistada para a pesquisa, por não ter autorizado o uso do seu nome neste livro, também teve atribuído esse nome fictício.

Orientação e mobilidade como uma nova perspectiva para os cegos no seu direito de ir e vir

Ao comentar o desdobramento das mudanças, a professora Silvaneyde Petra (informação verbal, 1998) salientou que, além do surgimento do serviço de colocação de mão de obra – que será mencionado a seguir – do setor braille e da sala de recursos, acrescenta-se que

[...] junto com isso veio a mobilidade, que a gente solicitou um instrutor de São Paulo para vim preparar os primeiros que já estavam na idade de andar sozinho e depois procuramos fazer um curso de orientação e mobilidade para termos os nossos técnicos aqui. Então isso era uma maravilha porque quem estava lá dentro de casa sem poder sair, de repente começou a ter liberdade para a rua né... e fazer o que queria, então era novidade [...].

O curso de locomoção, uma das principais inovações daquela fase efervescente da vida do cego baiano, veio para declarar aos cegos sua capacidade de mover-se livremente pelas ruas das cidades onde vivessem, estudassem e/ou trabalhassem, sem que tivessem que sair necessariamente com um guia, uma vez que lhes punha em contato com o uso da bengala, que passava a servir-lhes como instrumento de orientação, para que assim pudessem ir e vir, conforme suas necessidades e suas vontades. Era o início do fim da dependência de terceiros, para que pudessem mover-se para onde quisessem. Dessa forma, estava aberta agora a possibilidade de inserção social, visto que, a partir de então, a pessoa cega poderia ir ao trabalho, à escola, ao lazer, ao namoro, de forma independente e desembaraçada, conforme sua desenvoltura nesse setor de sua vida.

Aquilo era algo muito novo e, como tal, enfrentara muitas resistências por parte de todos, inclusive da própria clientela alvo, uma vez que nunca se tinha visto um cego andar sem que tivesse alguém dentre seus parentes que lhe acompanhasse os passos. Esse fato o impedia de fazer coisas que quisesse ou que tivesse necessidade. Mas também aquela novidade enfrentara a resistência do público em geral, que considerava – e ainda há quem considere assim – uma cruel e arriscada atitude, aquela de deixar o cego sozinho, à mercê de sua bengala e da compreensão de motoristas e transeuntes, a circular pelas ruas das cidades, sejam elas de que tamanho for ou o quão movimentadas sejam.

Uma análise das mudanças e de seus resultados

Ainda levando em conta as considerações da professora Silvaneyde, tenta-se inferir os diversos rumos tomados pelo processo desencadeado pelas mudanças iniciais em 1960. Depois de surgir um conjunto de serviços especializados, que visava atender às pessoas com cegueira, suprimindo áreas então assumidas pelo ICB e, sobretudo, abrindo possibilidades outras que não eram abarcadas pela velha instituição, cada elemento desse conjunto tomou o seu próprio rumo, conduziu a sua própria história e, logicamente, obteve os seus próprios resultados.

Foi perguntado à professora Silvaneyde qual era a atitude dos governantes em particular e dos governos em geral, em relação às ações e aos serviços de atendimento, se apoiavam, se eram indiferentes, qual era a política do governo, das administrações para com esse grupo que se empenhou. Sua resposta convém que seja integralmente transcrita, para que melhor seja compreendida.

[...] Bom, no início, quando nós entramos para a Secretaria, [...] o professor Raimundo Mata foi assim o pioneiro, foi quem criou a portaria dos setores de deficientes de atendimento de deficiente, mas ele ficou distante porque nós trabalhávamos mais a nível de instituição. Depois quando fomos para a secretaria nós encontramos o apoio da pessoa que estava respondendo pela direção da divisão que tinha a educação de excepcionais, porque sempre a Secretaria colocou, mas assim a coisa não funcionando, mas tinha lá no quadro, não como um setor, mas como uma... um serviço. Então ela... nós fomos bem recebidas porque ela era uma pessoa também que simpatizava com a causa e também já tinha lá uma pessoa trabalhando com deficientes mentais, então foi mais uma que foi para lá deficientes visuais, depois de deficientes auditivos, porque o Estado com essas moças que vieram do Rio, fizeram um curso lá, também abriram uma escola de surdos, então a coisa foi assim se estruturando. Agora com o passar do tempo porque sempre de quatro em quatro anos muda tudo, como muda governo, muda enfim secretário e muda todos, nós sempre tínhamos muita dificuldade porque o pessoal não entendia o serviço. E nossa luta era muito grande para mostrar como funcionava e que funcionava, principalmente o professor itinerante, ele nunca entendia o que era o trabalho do professor itinerante. Teve épocas até de achar que o professor itinerante era uma forma assim do professor não fazer nada né, ficar indo às escolas passear. Então a gente tinha que mostrar que nós tínhamos relatórios, materiais adaptados tudo, a gente ia para

a luta, a gente tinha que ir, mostrar, dizer, falar, mas sempre a gente convencia [...].
(PETRA, informação verbal, 1998)

Ela prossegue e aponta um exemplo das dificuldades inerentes ao processo de alternância de governos e governantes:

[...] Um dos secretários que entrou, Carlos Santana, quando ele iniciou ele veio assim com a ideia de acabar com o serviço, mas através dos nossos argumentos e da demonstração da funcionalidade do serviço, continuou. Agora era uma luta, viu, porque o pessoal não entendia e quando chegava assim... começava que o professor tava lotado na Secretaria, trabalhando em escolas e achava que não podia ser, porque o professor itinerante não pode ser lotado em escola, porque ele trabalhava em uma, duas, três escolas. Ele era lotado no órgão central, trabalhando em diversas escolas, agora, nem por isso ele deixava de ter sua frequência. Em cada escola que ele ia, o diretor assinava a visita dele. Era um trabalho sério e a gente através disso, conseguia, agora, às vezes era muita luta! [...]. (PETRA, informação verbal, 1998)

77

A também professora especializada, Cátia Paim, informa que alguns dirigentes burocratas, diante do número de alunos especiais atendidos e do contingente dos demais alunos, contra-argumentavam que era como que desperdício destinar alguns professores para assumir esses atendimentos, quando poderiam estar atendendo 40 alunos em classe comum. O que se pode depreender é que o êxito ou o fracasso das ações levadas a efeito pelas pessoas que compunham os diversos serviços de atendimento ao aluno cego não dependia só da instituição, mas dependia da pessoa que estava à frente da instituição. Essa afirmação é reforçada pela professora Silvaneyde Petra (informação verbal, 1998), quando diz:

[...] Infelizmente sim. Tanto que eu não sei se alguém já disse que conseguiu... mas aí não foi só a área de deficientes visuais, era gerente na ocasião que era muito assim interessada, porque houve gerentes assim lá na Secretaria e diretoras que antes de diretoras foram gerentes que também se interessava, mas aí era aquelas pessoas mais ligadas ao serviço de educação de excepcionais. Mas, uma delas, e mesmo a pessoa também já conhecia o trabalho do tempo do Dr. Edivaldo, conseguiu que a Secretaria no seu tempo, na sua reestruturação

criasse uma gerência de educação especial, mas nesse governo,¹¹ agora nessa nova reestrutura, essa gerência foi extinta. Então se vê que uma coisa que depende né, quer dizer existe daqui a pouco não existe mais. O serviço existe na Secretaria, mas pertencendo assim não sei nem se, seção atualmente, é um serviço dentro de uma gerência, a gerência de educação fundamental, mas ela já foi gerência [...].

Conforme o que foi dito anteriormente, podemos inferir que era isso o que lhe conferia alguma autonomia. E a professora confirma: “[...] *exatamente em termos de verbas, de serviços enfim, né. Mas fica muito à mercê disso aí, de quem vem, de quem acredita, de quem acha que a coisa não vale a pena [...].*” (PETRA, informação verbal, 1998)

Desse modo, esse tipo de ação nunca foi possível se consolidar, em termos de se ter uma garantia de que o trabalho de hoje tenha continuidade amanhã, pois não se tem garantia nem se o serviço vai existir ou não. E a professora Silvaneyde Petra (informação verbal, 1998) reforça o que já expressara, indicando algumas perspectivas nada animadoras:

[...] Exatamente, e como atualmente a coisa tá assim, né... Desaparecendo, porque tá diminuindo o número de pessoas trabalhando, as dificuldades estão aumentando, agora a Secretaria está exigindo que o professor que está lotado lá, como professor itinerante, ele vá para uma escola. Ele indo para uma escola o mais que pode acontecer, ele ficar com uma sala de recursos, porém se essa portaria não rezar isso aí, o diretor pode exigir que ele vá para uma sala de aula comum, entendeu. Então a tendência, que a coisa... porque as pessoas que estão lá não estão interessadas e não acreditam, eu não sei bem o quê, que eu não... lá atualmente viu, não sei bem o que é. E vem aí o Centro de Educação de Deficientes Visuais que seria um centro de apoio, de atividades complementares, mas também ninguém sabe como é que a coisa vai ficar, e noutro dia eu soube que só vão ficar técnicos e nós não temos técnicos especializados, então eu pergunto assim: Irão para lá técnicos que não entendem nada, o que é, que vão fazer? Então a gente... é uma coisa assim que a gente sente até... né, tristeza, mas infelizmente, a esperança, que um dia tudo... [...].

||||||

11 “Este governo” sobre o qual a professora comenta é o de Paulo Souto (1995-1998).

Para agravar ainda mais o quadro já caótico da chamada “educação especial” na Bahia, sobretudo no que se refere ao serviço de apoio escolar ao aluno cego, a professora Cátia Paim observa que o professor itinerante perde algumas gratificações relacionadas com aqueles que estão em sala de aula, o que acaba por desestimular e forçar a sua ida para uma classe regular, acarretando uma diminuição ainda mais acentuada na oferta de pessoas que se disponham a fazer este trabalho de acompanhamento ao estudante cego. Isso significa que aquele aluno que foi estimulado à integração na classe comum fica à mercê das idas e vindas da política de educação especial, incentivada ou não, pelos que acreditam, ou não, em sua eficácia e funcionalidade. Diz a professora:

[...] O próprio professor não é. Por que muita gente às vezes sai da área, como a gente já tem... Em 95, quando eu estava saindo daqui muita gente [estava] pensando: vou, vou continuar ou vou ficar [deixar]...? Porque você é professor especializado. Mas existe a nível administrativo a questão: você como itinerante, trabalha em várias escolas? Então você não pode ser lotado em várias escolas, você fica lotado no órgão central. Então, se você está lotado no órgão central, a secretaria entende que está dentro da secretaria, você não está em classe. Então o professor que está lá na escola tem sua gratificação, de regência, tem sua gratificação de A.C. e mil outras que o professor dentro da escola está tendo. E ele que está lá dentro da escola só a nível administrativo, o nome dele não está no quadro de pessoal da escola. Então ele não tem direito. Então, isso desmotiva o professor. A gente hoje está mesmo na lei da sobrevivência do capital, mesmo. Então, pô, eu preciso de mais dinheiro. Então eu vou ficar aqui na secretaria, vou continuar trabalhando com deficiente visual, como professora itinerante, se minha situação não está regularizada, eu estou lá na escola, mas por meu nome fazer parte de um quadro de funcionários do sistema eu não tenho direito a nada do que está lá na escola, mesmo eu trazendo no final do mês uma frequência, dizendo que eu estou assistindo um deficiente na escola? Então eu vou logo ficar lá na escola. E aí vem a questão, só tá um aluno na escola. Ah, então não pode abrir a sala de recursos. Pra abrir a sala de recursos tem que ter no mínimo quatro [...]. (PAIM, informação verbal, 1998)

E Paim (informação verbal, 1998) vai mais longe:

[...] Então quer dizer: tem o serviço mas não tem uma estruturação. As pessoas não têm o conhecimento... Você vai lá no setor pessoal, no setor administrativo

e explica: 'Olha esse professor está na escola, agora ele atende várias escolas'. Então... 'Ah, mas não pode'. Oh gente, então quer dizer... as pessoas que estão administrando não tentam conhecer e entender e facilitar. Tentam complicar. Então o professor diz: 'Eu não quero mais, eu não vou ficar, vou pra minha sala de aula, trabalhar no ensino regular, ficar lá mesmo, porque eu fico logo na escola e vou ganhar mais'. Tem essa questão administrativa interna das secretarias, porque... A gente tentou regularizar essa situação do professor, saiu Instrução no Diário Oficial... e, quer dizer, muda governo, chegam outras pessoas que não querem entender determinadas coisas e vão fazendo a seu modo. Então, falta entrosamento até da parte pedagógica com a parte administrativa, pra que se preste um serviço melhor [...]'. (PAIM, informação verbal, 1998)

Como se percebe, a evolução do processo de implantação desse tipo de atendimento, iniciado com os novos ventos que sopraram a partir do sudeste do país durante os anos 1950, fez com que a década de 1960 se desenrolasse na euforia da novidade de um atendimento a alunos com cegueira nas escolas comuns e chegasse aos dias finais do século XX, com um arrefecimento brutal do interesse das autoridades por aquela que, na época, fora a menina dos olhos do Estado, uma vez que a ele era interessante mostrar que se preocupava em erradicar o analfabetismo, até mesmo dentre as minorias sociais. Com a mudança dos rumos políticos do país, mudou-se também o olhar, que agora insiste em fixar-se no nada, perdendo-se na vastidão das prioridades incompatíveis com os propósitos de uma política voltada para o individual.

Diante de tudo isso, talvez se possa concluir que educação especial e, particularmente, educação de cegos nunca foram prioridades dos governos e menos ainda dos governantes.

Aliança dos Cegos da Bahia: um dos resultados de uma mudança de rumos

Chegam os anos 1960 e, com eles, chegam as novas diretrizes do ICB, que preconizam sua transformação em uma escola para atender às crianças, aos adolescentes e aos jovens, tendo como meta a qualificação e a formação do homem e da mulher cegos para a vida, ou nas palavras da professora Silvaneyde Petra (informação verbal, 1998), “*deixou de ser um abrigo para*

ser uma instituição educacional". E, por consequência, com um novo objetivo: "a formação do jovem cego, tentando dar-lhe depois uma vida integrada e útil".

Já foi dito que, dentre os pontos que norteiam os novos rumos tomados por aquela instituição, estão a fixação de um período de entrada e de saída no seu quadro de internos e o fim do fabrico de vassouras como uma de suas atividades e fonte de renda. Alguns dos remanescentes daqueles que não mais poderiam ficar lá como internos e, menos ainda, como operários da fábrica de vassouras, ao serem lançados para fora, procuram constituir e construir uma espécie de sociedade que os abrigaria e permitiria que pudessem continuar desenvolvendo as atividades para as quais estavam aptos: cria-se a Aliança dos Cegos da Bahia.

Ainda na entrevista concedida pela professora Silvaneyde Petra, uma daquelas professoras que vivenciaram as transformações ocorridas naquele período, indagou-lhe a respeito do surgimento da Aliança dos Cegos, a partir da mudança do perfil dos internos do instituto. Diz ela:

[...] aí foi quando dona Marfisa também que é assistente social, né, e ela também foi... São Paulo, fazer um estágio a convite de dona Édila e quando ela veio para o instituto, ela já tentou dar uma nova forma ao instituto. Porque como eu digo, naquela época tinha de todas as idades né, inclusive pessoas já até idosas e tinha aquela oficina que não estava funcionando, era mais assim um pretexto, então aí foi sendo, vamos dizer, reorganizado o instituto. Foi quando as pessoas, os adultos é... alguns que tinham condição e eram mais moços foram colocados em indústrias, que foi justamente quando o serviço de colocação nasceu e isso no decorrer porque dona Marfisa também começou a trabalhar em junho de 60 no instituto, nisso, mas não foi logo de imediato, foi a coisa se arrumando e os mais idosos, o instituto.... eu tenho a impressão que deu uma espécie de indenização, isso aí eu não sei bem e deu aquelas máquinas né, e daí que foi o... o... como nasceu a Aliança do Cego né, foi daí aquele pessoal mais idoso que morava lá no instituto e da oficina. Aí fechou a oficina de vassouras porque também já não estava assim, já com a... O progresso da indústria já havia outras fábricas e tudo mais, então o instituto já não estava assim, e mesmo aquele... vamos dizer, aquele processo artesanal muito arcaico né já não estava assim com produção. Então fechou a oficina e regimento do instituto passou a determinar que receberiam crianças de 6 a 14 anos. A 14, depois parece que 12 teve assim uma, eu não sei bem aí se ficou 12 ou 14, mas me lembro de alguns casos que teve mesmo precisão e permaneceriam até os 18 anos. Agora aos 18 anos,

sempre que possível saindo já encaminhados, até para trabalho como muitos saíram de lá já em treinamento em indústrias. Então o instituto passou por essa modificação, então passou a ser uma instituição educacional atendendo crianças de 6 a 18 anos, agora o ingresso era de 6 a 12 e algumas exceções até 14 anos de idade. E parece que continua assim até hoje né? [...]. (PETRA, informação verbal, 1998)

Na verdade, na falta de uma pesquisa profunda sobre o tema, o que se sabe é que essa transição não teria sido assim tão pacífica, visto que os internos que se viram desprovidos abruptamente daquele abrigo certo que lhes proporcionava o ICB e que agora queria livrar-se deles como se fossem rejeitos, não se deram por vencidos e não se submeteram passivamente às imposições da nova orientação adotada por aquela casa. Segundo a narrativa de Dona Bela Vaitsman (1933-2006), eles exigiram que lhes fosse dada alguma compensação, algo como que uma indenização. Tendo seu pleito contemplado pela justiça, agruparam-se em torno dos líderes daquele movimento, constituindo, assim, a Aliança dos Cegos.

Indagada se poderia informar qual teria sido a reação das pessoas a essas mudanças, a professora Silvaneyde Petra (informação verbal, 1998), com o tom de quem participou diretamente do processo e teve uma percepção diferente de outros narradores, responde:

[...] Bem... aquelas pessoas já ... os adultos que já estavam lá, houve um pouco de assim de... de não aceitação, porque de repente, saíram de um ambiente assim abrigado né, apesar de que ganhavam muito pouquinho, mas tinham alimentação, tinham o barbeiro todo fim de semana, então houve assim uma certa reação, mas foi trabalhado, dona Marfisa fazia reuniões e tudo, então acabou... não, dizer que saiu assim né, de qualquer forma. Eles foram trabalhados. Fomos mostrando que agora a instituição ia ter outro objetivo e a coisa andou dessa forma. Agora você sabe que toda mudança né, traz alguma... algum sentimento de não aceitação. Agora para os jovens para os meninos a coisa não teve assim... [...].

Conforme a narrativa de dona Bela, um grupo, dentre aqueles que tiveram que deixar o instituto, liderado por um rapaz apenas identificado como B., constituiu a Aliança, mediante o recebimento das máquinas com as quais antes trabalhavam, depois de ter acionado o ICB junto ao Instituto de Previdência dos Industriários (IAPI). É assim que dona Bela Vaitsman (informação verbal, 1998) explica o assunto, conforme o seu ponto de vista:

[...] No princípio, encontraram uma série de dificuldades, visto não terem quaisquer experiências anteriores de vida fora do abrigo que sempre lhes fora pródigo em dar-lhes acolhida. A surpresa se constituía pelo fato de, dali por diante, terem que se ver sozinhos e equacionar todos os problemas que doravante viessem a enfrentar. Isto levara alguns membros da diretoria do instituto a ajudá-los, até mesmo a conseguir junto ao então governador Antônio Carlos Magalhães, o terreno onde hoje estão estabelecidos [...].

No entanto, isso não os eximiu de enfrentar tempos de grandes dificuldades, sofrendo inúmeras soluções de continuidade, tendo mesmo que apelar para a benevolência pública, no sentido de conseguirem comida e matéria-prima para que pudessem fabricar suas vassouras, sendo, muitas vezes, socorridos em tais circunstâncias. Ou seja, saíram de uma situação de total e quase irrestrito amparo para uma situação de penúria, visto que o instituto os deixou à própria sorte, apesar de se dizer que foram trabalhados para enfrentar a nova situação, à qual teriam que se adaptar dali por diante.

Não é muito diferente do que acontece aos alunos que – no momento em que foram escritas estas linhas (1998) –, ao completarem 18 anos, conforme a orientação então implantada, são lançados às feras, despreparados, muitas vezes analfabetos ou semialfabetizados, para que se superem e busquem encontrar meios de sobrevivência, depois de terem passado todo o período compreendido entre a infância e a adolescência, sem sequer saberem de que forma chega a provisão para que eles possam desfrutar dentro das quatro paredes de um instituto que, supõe-se, tenha como objetivo principal preparar seus internos para a vida fora de suas estruturas de pedra e cal.

Setor de colocação de mão de obra do Senai – 1964-1986

Os anos 1950 e, sobretudo, o seu final, viram o vertiginoso crescimento do setor industrial brasileiro, mormente na Região Sudeste, com a implantação das indústrias automotivas e com a ampliação das rodovias. Viram também o crescimento da absorção de mão de obra, sobretudo aquela que pudesse operar o setor produtivo, que, saliente-se, não requeria grandes conhecimentos técnicos daqueles que majoritariamente lhe fariam o efetivo funcionamento.

Com a preocupação em formar uma nova consciência social acerca dos cegos e com os novos parâmetros de educação então em adoção pelos diversos estabelecimentos de educação de pessoas com cegueira do país, surge, na cidade de São Paulo, a atividade capitaneada pelo Senai, que visava colocar o cego em condições de ter a sua mão de obra passível de ser utilizada pela indústria em expansão.

Aquele trabalho consistia em conscientizar e convencer os industriais de que aquilo era plenamente possível e depois convencê-los a dar aos técnicos do Senai a oportunidade de realizar pesquisas de ocupações compatíveis com o estado de cegueira e, por fim, convencê-los a empregar em seu estabelecimento uma pessoa cega. Isso ocorrendo, passa a existir um setor dentro do Senai que se especializa em fazer tais pesquisas e tais encaminhamentos.

Com o êxito alcançado pela experiência em São Paulo, veio a ampliação da ideia para os demais estados da federação, chegando à Bahia em 1962, a despeito da conjuntura econômica da Bahia não marchar no mesmo ritmo de desenvolvimento da região onde tal experiência teve bons resultados.

Falando longamente a esse respeito, diz a professora Silvaneyde Petra (informação verbal, 1998) que:

[...] Dona Marfisa [...] quando lá em São Paulo, ela conheceu o serviço de adaptação profissional de cegos do Senai de São Paulo que era chefiado por seu Geraldo Sandoval de Andrade, que hoje já é falecido. Então dona Marfisa ficou muito entusiasmada com o serviço que ele fazia né, então nessa primeira campanha ela pediu a dona Édila para conseguir a vinda do prof. Geraldo, e dona Édila conseguiu através do próprio Senai – porque aí era de Senai para Senai do departamento da Bahia para o departamento de São Paulo. Nessa época, o diretor regional do Senai aqui da Bahia era Dr. Mário Lisboa Sampaio, que até hoje ainda é conselheiro do Instituto – naquela época não era; daí que ele foi convidado para participar do conselho do Instituto. Então dona Édila conseguiu que Dr. Mário trouxesse seu Geraldo aqui e ele veio, por conta do Senai, já foi uma colaboração do Senai. E seu Geraldo vindo, ele fez contatos com industriais, empresas, já divulgando esse trabalho e tentando já iniciar o serviço aqui. Nessa ocasião, foi colocada à disposição do Senai uma estagiária de serviço social, para iniciar o trabalho por que seu Geraldo conseguiu que Dr. Mário abrisse., não foi criado ainda o serviço, vamos dizer como uma, uma... fazendo parte do departamento, mas ele abriu as portas para que lá funcionasse o trabalho. Bem,

então seu Geraldo quando voltou, deixou mais ou menos esquematizado o trabalho. Só que essa moça começou alguns meses etc. eu não sei, não me lembro, acho que não chegou a colocar ninguém e por questões pessoais ela depois deixou, não ficou e aí parou de novo. Quando foi em 1966, acho que foi, por ocasião de uma outra campanha, novamente através do Senai, consegui a volta de seu Geraldo, ainda por interesse de dona Marfisa e de Dona Édila. Seu Geraldo voltou para reiniciar o trabalho e dependia de alguém para ficar [...] frente das coisas. Apesar de minhas funções eu fui chamada, quer dizer assim: vamos acompanhar seu Geraldo, também foi aquela coisa assim que eu não esperava muito. Depois seu Geraldo foi me testando e achou que eu era a pessoa para ficar. No início foi um rapaz do Senai, Paulo Navarro de Andrade que trabalhou conosco fazendo o levantamento nas indústrias, o treinamento geralmente quem dava era eu, mas depois Paulo também por questões também dele e etc., não quis continuar, foi quando nós tentamos esse Manoel, ele era muito jovem mas nós achamos que ele tinha assim,... tendência para a coisa e ele foi fazer um curso no Senai, depois fez um estágio no serviço, aprovou e aí ele ficamos os dois trabalhando. Mas como o meu ideal sempre foi só educação, então anos depois quando já diretor do Senai era Dr. Mesézio de Arelhiano Neto, ele numa reestruturação do departamento, ele colocou o serviço como parte integrante do Senai, quer dizer passou então a pertencer ao quadro do Senai. E então ele me chamou que eu teria que dar, né, ficar só com o serviço, né, tendo que ficar o dia todo, eu não podia, não queria deixar educação, então daí eu... Manoel ficou à frente, depois eu fui fazer novo curso. Eu sempre me atualizei, sempre que havia curso em São Paulo, no Rio eu fazia, então eu me afastei e pedi demissão do Senai. O serviço continuou com Manoel à frente, até que depois veio uma nova direção e parece que não quis mais saber do serviço e acabou. [...] Mas de qualquer forma, nos anos que ele viveu, o serviço, né, empregou uma média de talvez mais de 500 deficientes visuais, nesse entra e saí, depois foi que quando muitos saíram, muitos se aposentaram até se valendo mesmo da própria deficiência, mas ficaram muitos anos trabalhando, teve alguns que trabalharam dez anos, cinco anos e mais nas indústrias [...].

Como se percebe, o serviço de colocação de mão de obra do Senai, que foi implantado em Salvador, tinha como fonte de inspiração o sucesso de experiência idêntica em São Paulo, apesar da diferença estrutural e conjuntural das duas regiões. Tal diferença se reflete nos resultados obtidos aqui e lá. No entanto, fazia-se necessário encontrar uma alternativa que pudesse minimizar o problema criado com o desalojamento dos cegos pela nova filosofia do instituto e, ao mesmo tempo, dar perspectivas àqueles

que de lá saíssem aos 18 anos, conforme preconizavam os novos ventos que por lá sopravam.

Aquele novo serviço teve a seu favor os ventos do desenvolvimento econômico que sopraram sobre o país, conhecido politicamente como “o milagre brasileiro”, desde o final dos anos 1960 e que cuja propaganda entusiástica perdurou até os meados dos 1970.

Mas aquela conjuntura favorável não se fez acompanhar de uma desejada e igualmente necessária mudança de modo de pensar dos homens que empreendiam, uma vez que, segundo o depoimento de Manoel, não era fácil a tarefa de convencer os industriais baianos da capacidade produtiva do operário cego.

Conforme sua resposta à indagação de quais foram as idas e vindas, os avanços e os recuos que tivera de encarar, durante o tempo em que esteve à frente do serviço de colocação de mão de obra, pode-se fazer as inferências necessárias à compreensão da afirmação feita anteriormente acerca da dissincronia da conjuntura econômica com a estrutura psicossocial.

86

[...] Dificuldades mil! Dificuldades pela própria falta de credibilidade das pessoas para com os deficientes visuais e muita facilidade por conta da minha própria maneira de ser... eu não acho ninguém superior a mim e nem inferior, eu vejo que todos nós somos iguais, eu respeito apenas a cidadania e respeito o aspecto hierárquico de cada... das pessoas. Por conta disso eu consegui muita coisa eu... nós... determinada empresa... às vezes tinha atividade que tinha ser criado alguma adaptação; eu sempre fiz isso... eu criei... Eu tive muita ajuda dos companheiros, por conta da minha própria maneira de ser, eu me integrei muito dentro do Senai. Lá dentro do Senai eu fiz... dentro da área de pessoal e dos instrutores encarregados, eu fiz amigos. Então, por ter feito amigos, eu consegui chegar onde cheguei lá dentro exatamente pela facilidade que eu tinha de fazer amizade e as pessoas confiarem em meu trabalho e confiarem em mim [...]. (SANTA ROSA, M. D., informação verbal, 1997-1998)

Faz-se necessário interromper aqui a fala de Manoel, a fim de chamar a atenção do leitor para o fato de que ele salienta muito o “eu”, convergindo todo o processo para si, indicando sua habilidade pessoal, sua facilidade de se relacionar, bem como de construir uma rede de aliados. Isso implica inferir que o seu prestígio era o que importava. É assim que, como se lerá em outros lugares deste arrazoado, algumas questões serão levantadas

por entrevistados, que apontam para possibilidade de algo como tráfico de influência, no momento de conseguir e destinar as vagas na indústria de acordo com aqueles que estivessem dentro do círculo de predileção, variando de acordo com o grau de preferência de quem era responsável pela colocação. Enfim, não seria o Senai, o órgão, mas a pessoa que estava à frente do serviço que lá funcionava. Repita-se que isso se pode inferir devido à grande ênfase dada pelo entrevistado a si, enquanto quem era capaz de fazer as coisas.

Mas devolva-lhe a palavra.

[...] Então, as dificuldades que eu tinha, superava praticamente por causa exatamente dessa facilidade que nós tínhamos. Chegava lá pegava um companheiro instrutor levava numa fábrica: vamos discutir isso aqui... porque... as dificuldades foram grandes, mas felizmente todos me ajudaram... todos. Eu... eu se fosse fazer alguma coisa... um agradecimento... eu agradeceria a todos: do servente a alguns diretores regionais. Me ajudaram. Perseguiram, alguns perseguiram. Eu sempre fui questionador, eu nunca admiti mandar alguém calar minha boca sem uma razão... Então... mas em cima disso tudo, todos me ajudaram... Todos. E é por isso que as idas e vindas reservem hoje também como experiência para vida própria, para vida comum da gente, entendeu? Mas, o nosso sucesso, dentro das limitações, não digo pessoalmente Manoel Santa Rosa, porque aí eu estaria sendo muito egocêntrico, mas eu falo sucesso do serviço que foi muito bom [...]. (SANTA ROSA, M. D., informação verbal, 1997-1998)

Foi-lhe perguntado como era o procedimento da abordagem do industrial, passando pela pesquisa e treinamento, até chegar à colocação propriamente dita. Ele, então, discorre detalhadamente:

[...] Nos primeiros tempos eu ia com a professora Sílvia, [...] eu fazia a pesquisa com ela, ela descrevendo para mim, eu ia pegando, ia fazendo as atividades... e depois que nós concluíamos essa pesquisa, eu ia ver... ia ... ver na linha de produção o que se podia fazer. Quando nós conseguíamos a oportunidade de colocação [...] eu ia lá dar o treinamento à pessoa que estava... Eu fazia a pesquisa e quando a gente achava a ocupação ou algumas ocupações, nós íamos lá... quando o industrial dava a oportunidade nós íamos lá, colocávamos a pessoa e dávamos treinamento. Treinamento esse que [...] nós só saíamos da empresa, quando a pessoa estava totalmente pronta para desenvolver sozinha as atividades. Nós dávamos treinamento normalmente de 15 dias, 20 dias... e dávamos um

acompanhamento de três meses, para ver até onde a pessoa estava... se a pessoa estivesse independente aí nós já íamos partir para outro caminho, já íamos partir para outra empresa [...], nós só íamos lá visitar de vez em quando, ver como é que estavam as coisas, mas a pessoa já ficava [...] tocando o barco, trabalhando, treinando [...]. (SANTA ROSA, M. D., informação verbal, 1997-1998)

Insiste-se em indagar como era o contato com o industrial, quais eram os caminhos e qual era a receptividade. Assim ele responde:

[...] O contato com o industrial, é... primeiro que nós conseguimos, através desse convênio com o Instituto de Cegos com o Senai, nós conseguimos um carro, um fusca, – eu me lembro até hoje – esse carro era do Serviço, esse carro... nós íamos diariamente batendo nas portas, nós trabalhamos na área do CIA (Centro Industrial de Aratu), quando o industrial nos atendia, então nós explicávamos a finalidade do Serviço, o que o Serviço... o que que nós queríamos e ele, então quando permitia a pesquisa, nós íamos no local, na área operacional da empresa. Nós visitávamos desde o início da operação até o final e fazíamos questão de cada... cada sessão da empresa, da empresa fosse um encarregado que nos inscrevesse, porque nós pegávamos as atividades e íamos assim analisando etapa por etapa da[quela] atividade minuciosamente. Tanto que numa pesquisa, às vezes nós passávamos dois dias, três dias fazendo. Porque não se pode dar um diagnóstico, formar um prognóstico antes de estar tudo pronto, então nós tínhamos o maior cuidado com essa pesquisa. Depois da pesquisa feita, nós fazíamos uma carta ao industrial, dizendo as ocupações nas quais nós encontramos e, inclusive nas seções, e agora, íamos batalhar em cima dessa carta a oportunidade para a colocação. Esse... esse! é que era o problema. Quando conseguia nós íamos trabalhar em cima daquele treinamento lá. Dava o treinamento, tal, na... mostrar... Eu inclusive já trabalhei de graça em umas duas empresas. Uma foi para mostrar ao fiscal do INPS, naquela época, que a atividade não era perigosa; era perigosa aparentemente. Foi numa guilhotina na fábrica de sacos S. JOSÉ. [...] Eu fiquei trabalhando cortando mortalha – aquele papelzinho que o pessoal faz cigarro de palha, cigarrinho de palha, cigarrinho de fumo no interior – [...] eu detectei essa atividade na empresa [...]. (SANTA ROSA, M. D., informação verbal, 1997-1998)

É notório o esforço do entrevistado, no sentido de evitar aprofundamentos maiores em torno da maneira como os industriais os recebia, sobretudo quando eram informados que a visita se destinava a encontrar no processo produtivo da sua planta fabril um lugar em que fosse possível

empregar uma pessoa cega para efetuar as operações necessárias ao pleno êxito da produção industrial, na qual aquela empresa estava inserida. Manoel faz questão de mostrar que havia sim inúmeras dificuldades. Mas ele, eventualmente com a ajuda “dos companheiros”, sempre conseguia desvencilhar-se delas.

Ainda conforme a narrativa de Manoel Santa Rosa, da mesma maneira que pela ação direta de um diretor do Senai, o serviço de colocação de mão de obra de pessoas com deficiência visual foi implementado também pela ação de um outro diretor, gestor que não demonstrou qualquer interesse em que aquela atividade fosse conservada em funcionamento, impôs a sua autoridade administrativa, retirando aquele serviço do escopo de atividades do Senai em Salvador. Manoel Dias Santa Rosa (informação verbal, 1997-1998) afirma que:

[...] O Serviço do Senai foi tocando até a vinda... a chegada de um diretor regional, veio do Rio de Janeiro, para assumir o Senai aqui, e ele então achou que essa atividade, para o Senai, não era uma atividade que [...], não era um Serviço que trazia produção para o Senai. Quer dizer, o gasto; os gastos que eram feitos, que existiam para com o serviço, não justificavam a produção que a gente apresentava. Porque, no máximo o que se colocava era 12, 14, 15 pessoas por ano. Então, esse número de pessoas... esse número de colocações que nós fazíamos, ele entendia... entendeu que não justificava a despesa com a receita que nós tínhamos. Certo? Aí então ele acabou mesmo com esse serviço. E, pensou na época, até em me demitir. Eu questionei muito, fui pra imprensa; denunciei, a própria Associação Baiana de Cegos também se pronunciou; enfim. Há muitos que queriam que acabasse; muitos companheiros cegos; mas muitos a maior par... a... maioria foi contra; pessoas que pensam, na verdade, foram contra realmente a extinção desse Serviço [...].

Grupo de copistas voluntários: um esforço por atender novas necessidades

Todos os desdobramentos até aqui discutidos foram vivenciados no período compreendido entre 1958 e 1967. Desde então, as necessidades e a clientela a ser atendida só fizeram se diversificar e crescer.

Deu-se um crescimento notável, não apenas sob o ponto de vista dos valores numéricos, mas também em termos qualitativos. Houve uma

ampliação do interesse das pessoas com cegueira em empreender caminhos mais ousados rumo a uma qualificação técnico-profissional e acadêmica, o que acarretava um esforço pessoal muito grande, visto ser o material braille, então existente, insuficiente para fazer face àquelas novas perspectivas socioculturais do cego baiano, que vivera a partir dos anos 1970.

Quase ao mesmo tempo em que aparece o ICB, entra, no processo de construção da história dos cegos baianos, a ideia de se copiar material em braille, que, segundo um documento produzido para um seminário sobre serviços prestados aos cegos, fora capitaneada pela Sra. H. M. Catharino “e mais algumas senhoras da sociedade baiana, em julho de 1937”, funcionando “no Instituto Feminino da Bahia”. Afirma ainda o mesmo documento que “aos 15 de março de 1974, passa [...] a funcionar no Setor Braille da Biblioteca Central do Estado, sob a coordenação da Sra. Maria de Nazareth Seixas, que, juntamente com os demais integrantes do grupo, vem realizando um trabalho de extrema importância para a Biblioteca e para toda a comunidade baiana”.¹²

Segundo esse mesmo documento, trata-se de

[...] uma sociedade civil, constituída de pessoas físicas, de caráter beneficente, sem fins econômico-especulativos. Ela se propõe prestar serviços aos deficientes da visão nas suas atividades estudantis, principalmente àqueles que, aos 18 anos, deixam definitivamente o Instituto dos Cegos da Bahia. Sendo o estudante comprovadamente pobre, a Sociedade fornece gratuitamente todo material, quer para livros em Braille, quer para os gravados em fitas cassetes.

Como se pode perceber, os acontecimentos dos anos 1960 vieram a produzir uma expectativa de trabalho muito grande para os que se propunham a atuar na assistência ao cego, sendo que, nesse caso específico, a assistência se pretendia como que intelectual, uma vez que procurava abrir a oportunidade para que eles pudessem ter acesso a livros e textos, antes quase inacessíveis. Ainda recorrendo ao documento mencionado anteriormente, fazemo-lo *ipsi literis*, para que fique mais claro o papel desempenhado por esse grupo e os objetivos que pretendia alcançar.

||||||

12 Braille na Educação Formal – Experiência da Biblioteca Central do Estado da Bahia. Coordenação de Maria Cristina Oliveira.

A sociedade no setor braille

1.1 – CURSOS

1975 – Curso para matemática e relevos gráficos

1977 – Curso para atualização do braille abreviado

1979 – Curso para copistas de braille

1980 – Curso para copistas de braille e braille abreviado

1.2 – CAMPANHAS

1975 – Campanha para aquisição de gravadores

1976 – Campanha para aquisição de bengalas

1977 – Campanha para aquisição de fitas

1978 – Campanha para a divulgação do Banco de Olhos da Bahia

1979 – Campanha para divulgação das copistas, leitores e chamadas de novos colaboradores

91

1.3 – DEFICIENTES VISUAIS ATENDIDOS 1974/1980

Estudantes de primeiro grau, segundo grau, de cursos técnicos e de curso superior – 43 (média por ano)

Alunos do Instituto dos Cegos da Bahia

1.4 – CÓPIAS EM BRAILLE 1974/1980

Livros didáticos – 228

Livros de lazer – 01

Livros infantis – 13

Folhetos – 114

Revistas – 08

Apostilas – 500

Relevos gráficos – 16

Total de páginas em braille – 59.052

1.5 – GRAVAÇÕES DE FITAS

Livros didáticos – 56

Livros de lazer – 35

Revistas – 02

Artigos – 14

Apostilas –22

Total de fitas gravadas – 470

Esse grupo era formado em geral por senhoras, em sua maioria aposentadas. Elas emprestariam o seu tempo e a sua boa vontade para aprender o braille e atender àquelas novas necessidades, transcrevendo textos em tinta para o braille, o que abriria uma nova e mais ampla perspectiva para a clientela que ingressaria nos cursos de nível superior e nas escolas particulares de nível médio, que não dispunham da assistência prestada pelas salas de recursos, anteriormente aludidas.

Aquelas senhoras formavam o grupo de copistas e leitoras voluntárias, que se compunha de uma presidente e que, com os demais membros, conseguia doações de papel braille, máquinas braille, junto a clubes tais como Rotary, Lyons etc., para repassar à clientela por elas atendida.

92

A pedra de toque desse tipo de trabalho, que não tinha qualquer vínculo ou compromisso com órgãos governamentais, era, como se pode notar no documento anteriormente apresentado, o voluntariado das pessoas que a ele se agregava. Era, ao mesmo tempo, uma terapia para aquelas pessoas que já se encontravam aposentadas, consideradas inúteis pelo corpo social e que acabavam por prestar um serviço às pessoas cegas que se aventuravam pelos sinuosos caminhos da vida universitária.

Vale salientar que, como o trabalho era voluntário, não havia qualquer compromisso com tempo no qual deveria ser o trabalho entregue ao beneficiado. Fazia-se necessário contar com a boa vontade, com a possibilidade de cair na simpatia de uma daquelas benévolas senhoras e, sobretudo, entregar o pedido de transcrição com uma antecedência considerável, visto que elas davam prioridade à transcrição de livros didáticos utilizados pelos alunos das escolas particulares.

Segundo a assistente social Marfisa Simões Araújo, aposentada, as copistas se agrupavam numa associação que organizava o trabalho, não só de transcrição braille, mas ofereciam o serviço de livros falados, pois acreditavam, segundo ideia corrente na época, ser o melhor e mais rápido meio de acesso do estudante cego à grande variedade de produção bibliográfica necessária para a sua formação profissional e acadêmica.

Conforme entrevista concedida a este autor pela senhora Bela Vaitsman em 1998, ao falar de seus livros, comenta:

Inclusive neste último livro eu falei muito sobre a necessidade de ter pessoas para serem copistas. Porque o grupo de copistas de braille está diminuindo muito, porque são pessoas idosas e não se apresenta muitas pessoas para aprender o braille e para continuar esse trabalho. E é importantíssimo para o estudante cego. E quando o grupo de copistas foi trabalhar na biblioteca, na sala braille, me convidaram para eu fundar a fitoteca, aí eu fundei aqui em Salvador a fitoteca, os livros gravados para cegos, que eu acho de grande importância, porque eu acho que a fita, o livro gravado, não pode ser único mas é um coadjuvante, eu acho que ajuda principalmente ao estudante que chega ao ginásio, que chega ao curso... ao segundo grau e a faculdade. Então, ele precisa de mais dinamismo, porque para acompanhar o vidente, ele tem que ter algum material que possa ajudá-lo. E isso é o livro gravado, que pode ouvir em qualquer lugar, pode se ouvir mais rapidamente, porque tem livros aí, por exemplo agora para o vestibular, tem um livro A ilustre casa de Ramires, que foram 15 fitas gravadas; foram 15 horas de gravação. E os cegos, todos que fizeram vestibular leram esse livro agora [...].

Desses comentários, depreende-se que o trabalho de copiar livros e gravar fitas para cegos estava em processo de decadência, embora isso não se fizesse acompanhar de uma redução da demanda por aquele material.

Mendicância, esmola e filantropia

Apesar de muito próximas sob o ponto de vista etimológico e, em alguns momentos, se confundirem em seu significado prático, essas três expressões sugerem situações diferentes e iguais, dependendo do momento em que se possa empregar ou exercer uma dessas ações.

Na vida da pessoa com cegueira, ao que parece, elas se misturam num todo quase sempre indissociável. Para essa categoria social, o normal é que a assistência seja o meio pelo qual se possa prover o sustento, o estudo, o avanço, sem que se possa desvincilhar facilmente desse conceito geral.

Ao discutir, por exemplo, a colocação do cego no emprego, cujo auge, como já se leu em páginas anteriores, se deu no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, paralelamente ao “milagre brasileiro”, questiona-se até onde os empregadores que proporcionaram uma oportunidade de trabalho às pessoas cegas não o fizeram por achar que, agindo dessa forma, poderiam estar fazendo um benefício.

Uma tal ideia se apresenta ao espírito, considerando-se o ar espantado e um tanto quanto decepcionado do empregador que, ao ver o seu empregado/beneficiário, ter atitudes que lhe pareçam incompatíveis com o seu *status*: uma reivindicação de melhores condições de trabalho e/ou salário, uma tentativa de obtenção de promoção, enfim, tudo que seria normal para os demais empregados talvez pudesse soar incompatível com a condição de cegueira daquele seu empregado.

Por outro lado, o fato de uma pessoa cega ser mantida anos a fio no exercício de uma mesma atividade ou função, sem quaisquer chances de ascensão é mais uma razão para levantar tal questionamento. Apesar de se saber de pessoas cegas que se superaram nas atividades que lhes foram dadas a desempenhar, de haver aqueles que superaram até mesmo os limites de produção de colegas que enxergavam e exerciam a mesma atividade que eles, até então, não se tem notícia de um daqueles empregados cegos ter assumido uma supervisão, apenas para citar uma possibilidade plausível.

94

Talvez se possa intuir que se trata de uma filantropia às avessas: enquanto a filantropia preocupa-se em beneficiar para obter resultados futuros e receber a recompensa da gratidão, a filantropia aqui referida receberá o benefício, a gratidão futura, mas tem benefícios imediatos, que é a produção realizada pelo beneficiário. Esses cegos não estariam nas ruas a esmolar, estariam integrados em uma fábrica, produzindo no setor a eles destinado. Em compensação, não têm direitos relacionados a reivindicações trabalhistas, sonhos, ambições de crescimento funcional, uma vez que se encontram na condição de “inseridos” no processo produtivo.¹³

Um outro tipo de filantropia, que se confunde com a caridade, pode ser percebido no trabalho das copistas e leitoras voluntárias. Elas sempre estão fazendo um favor àqueles que as procuram, sem, no entanto, esperar algo de volta, a não ser o reconhecimento daqueles que por elas foram ajudados com suas leituras, seu tempo empregado nas transcrições de material para o braille e, logicamente, o reconhecimento de Deus e dos Santos, no sentido de que possam estabelecer o céu como recompensa eterna de tanto desprendimento, visto que poderiam estar no aconchego

|||||

13 Este tema foi demoradamente analisado por este autor em sua tese defendida em 2009, publicada em 2016. Ver bibliografia ao final desta obra.

de suas casas, na companhia de filhos e netos, desfrutando de agradáveis horas de sono, entre outros desfrutes inerentes à sua condição de aposentadas e, em parte, bem nascidas.

No entanto, ao se colocarem à disposição de seus beneficiários, estão abrindo mão de tudo isso, uma vez que a atividade que elas se propõem a desenvolver, reconheça-se, exige muito tempo e esforço, dado ser o braille uma forma de escrita que requer grande quantidade de páginas transcritas para formar o todo do livro ou texto em tinta.

A programadora Marilza Vieira Matos (informação verbal, 1998) pondera o seguinte: *“Filantropia, ela é feita de acordo com a necessidade da instituição, ou com a vontade dos filantropos? Ela está desvinculada de quaisquer leis? ela é uma empresa livre que pode tomar decisões? [...]”*.

Isto é: aqueles que se propõem a assistir uma instituição por meio de ações filantrópicas permitem que elas possam planejar suas metas, seus objetivos, os caminhos a percorrer para atingir tais metas? As reais necessidades das instituições são efetivamente tomadas na devida conta ou elas têm que se conformar às subvenções e aos paradigmas estabelecidos pelos filantropos? Não é possível responder a essas ponderações aqui neste trabalho, uma vez que não foi dado acesso a documentos importantes do ICB, como atas de sua fundação, exposição de motivos que fizeram com que fosse ele declarado órgão de utilidade pública – o que lhe possibilita a obtenção de recursos estaduais e municipais, que igualmente permite celebrar convênios –, nos quais mostrariam seus objetivos, suas pretensões, no que diz respeito àqueles que se propõem a abrigar e a assistir.

Mas, tendo como parâmetro os resultados alcançados pela grande maioria dos homens e das mulheres que passaram por aquela instituição para cegos, talvez se possa depreender que o que se pretendia era tão somente: calçar, vestir e alimentar, dar alguns rudimentos de braille e de atividades da vida diária e proporcionar uma certa habilidade manual.

Como resultado disso, a maioria dos que por lá passam 15 anos de sua vida, aproximadamente, saem com dois únicos destinos. O primeiro é voltar para o interior, onde ficarão provavelmente confinados em suas casas recebendo uma aposentadoria especial – por invalidez, quase invariavelmente –, e o segundo é ficar em Salvador, sujeitos a duas situações estanques: viver como biscateiros, vendendo pequenos objetos (pentes, cartões telefônicos, doces etc.), assinaturas de periódicos, e a outra grande

maioria, como mendicantes em ônibus e/ou pontos fixos no centro da urbe soteropolitana.

A partir de 1993, essa última situação tem sido minimizada com a promulgação da Loas, Lei nº 8.742, de dezembro daquele ano, que regula a proposição introduzida pela Constituição chamada “Cidadã” de 1988. Os referidos diplomas legais estipulam que o Estado proveja uma espécie de aposentadoria especial, que é preferível intitular subvenção, a pessoas deficientes e idosas que não possuam renda ou que a família não tenha como prover-lhe o sustento, no valor de um salário mínimo, o que produz, saliente-se, uma acomodação extremamente perniciosa para uma categoria que pretende fazer valer os seus direitos de cidadão como qualquer outro ser terráqueo.

Voltando às ponderações de Marilza Matos (informação verbal, 1998), ela arremata afirmando que:

96

[...] Se ela [filantropia] atrelar seu objetivo à necessidade, tirar a parte emocional, que é àquela ditada pela necessidade que todos os filantropos têm de entregar a sua alma e fazer filantropia que possibilite o funcionamento real da instituição, de acordo com as suas necessidades, tornará a sua ação positiva. Isto se diz, em geral, por ser uma instituição filantrópica, ela termina restringindo alguma ação do assistido, no sentido de buscar uma vida própria, de atitudes autônomas [...].

Pelo que se pôde depreender de tudo que foi escrito até aqui, o caminhar das pessoas cegas em busca de alcançar a sua autodeterminação social sofreu inúmeras soluções de continuidade ao longo do período já analisado, em virtude de ter sido submetido a uma tutela que lhe dificultara os passos, em nome de prover-lhes proteção em face de hostilidades sociais que poderiam vir a enfrentar.

Políticas públicas e assistencialismo

Desde que os seres humanos se organizaram para viver em sociedade, tudo passou a girar em torno de um núcleo social que, mais tarde, ganhou o cognome de Estado. Dele, derivavam as políticas a serem desenvolvidas para o abastecimento, a organização administrativa e, devido ao fato de tornar a sociedade e sua engrenagem cada vez mais complexa, fez-se necessário uma política legislativa, no sentido de disciplinar seus membros, bem como de exercer alguma justiça social, visto que as diferenças individuais e grupais começavam a se fazer sentir.

Este texto busca fazer uma abordagem das políticas públicas e das ações privadas em relação ao grupo socialmente marginalizado, formado pelos homens e mulheres que são ou se tornaram cegos. Iniciadas a partir do segundo quartel do século XX, tais políticas são levadas a efeito tanto pelo Estado com sua engrenagem complexa e emperrada, quanto pela iniciativa privada com suas formas de encobrir suas injustiças sociais, no sentido de prover meios para que esses seres marginalizados possam enfrentar um mundo de transformações cada vez mais radicais e rápidas, tanto sob o ponto de vista tecnológico, quanto sob o ponto de vista econômico.

Necessitando de um tratamento especial, no sentido de obter uma formação profissional, os cegos ficam à mercê dessas políticas, sem as quais seus esforços para uma conquista de caráter profissional, acadêmico, cultural e, sobretudo, socioeconômico, tornam-se cada vez mais intensos e exigem maiores dispêndios de energia e, no entanto, apresentam resultados menos frutuosos, visto que eles têm que enfrentar a dificuldade de fazer colocar em julgamento o seu potencial e a sua capacidade de interação junto aos demais membros da sociedade.

Os cegos e a política de profissionalização e de emprego

As duas Grandes Guerras, desencadeadas no início do século XX, vieram estabelecer uma nova dinâmica social para a vida das pessoas com cegueira. Aquelas que foram consideradas durante milênios, de acordo com a civilização/cultura, desde pesos mortos até alguém que precisava de uma atenção especial, a ponto de, no período medieval, ser-lhe facultado o direito de submeter-se à caridade pública, chegaram, no período moderno, a iniciar timidamente, uma ação quase imperceptível em busca de algum lugar ao sol. Nos primeiros quartéis do século XX, o cego inicia uma empreitada no sentido de se fazer útil e acreditar ser alguém capaz de se tornar produtivo, sem perder de vista, naturalmente, suas inegáveis limitações sensoriais.

As duas guerras dão um forte impulso ao ímpeto de autonomia e de conquistas, uma vez que um dos resultados delas fora o alarmante número de pessoas mutiladas que deixara atrás de seus vultosos pelotões de vencidos e de vencedores e sob seus escombros sociais e políticos. Seu rastilho deixara, enfim, um sem-número de pessoas cegas, que precisavam ser assistidas pelos combalidos cofres do Estado, então vergado sob o peso da reconstrução econômica e de toda a infraestrutura básica, bem como sob o peso das humilhantes indenizações e das dívidas astronômicas construídas a partir dos esforços de guerra, que ameaçavam gravemente a capacidade do Estado de resolver os graves problemas sociais daí decorrentes. Um dos mais graves legados da guerra e que se constitui de longe o maior dos problemas a ser resolvido pelo Estado e seus líderes está no fato de existirem centenas e milhares de viúvas e órfãos para completar o quadro econômico nefasto que se apresentava impassível diante da sociedade e de seus governos.

Diante disso, fazia-se necessário criar formas que permitissem ao mesmo tempo um alívio financeiro para os Estados e permitissem àqueles mutilados, aos quais ainda restassem alguns meios físicos de se manter, alternativas para que se pudesse reabilitar e outra vez ser duplamente útil à sociedade, deixando de pesar-lhe nos ombros e contribuindo para o alargamento de seus meios previdenciários. Isso faria com que outros mutilados, em condições físicas mais precárias, pudessem sobreviver dos cofres do Estado. Além disso, também baratearia sensivelmente a mão de obra a ser utilizada pela indústria, o que ampliaria suas possibilidades

de acumulação de capital, abrindo espaço para que se pudesse voltar a crescer e a auferir ainda maiores lucros, a partir da extração da mais-valia.

A partir de então, a Europa e os EUA são varridos por uma avalanche de inventos, de aperfeiçoamentos e de desenvolvimentos de máquinas, equipamentos especiais, bem como acessórios e adaptação de máquinas e equipamentos já existentes, para que pudessem ser utilizados por pessoas com deficiência. Com isso, dava-se início ao que seria uma longa trajetória de avanços e conquistas cada vez mais ousada realizada pelas pessoas cegas. Pouco a pouco, começou a ser quebrado o paradigma no qual estavam estabelecidos os limites, as possibilidades e as impossibilidades, operando-se uma concreta caminhada, muitas vezes lenta, outras vezes um pouco mais célere, rumo a uma independência social e a uma inserção profissional cada vez com balizas mais alargadas. Assim, talvez se possa afirmar que os indivíduos cegos só eram detidos em sua marcha rumo à autonomia pessoal e profissional pelas barreiras do preconceito, da discriminação, do impedimento mediante quaisquer argumentos e ações sociais.

99

Ao que tudo indica, naquele transcurso de tempo, começa também a aparecer uma diferenciação social entre os próprios cegos, marcada sobretudo pela dicotomia produzida pelo fato de uns serem beneficiados e outros não, pelas mais diversas razões, pelas mudanças e pelas melhorias técnicas.

No Brasil, é a partir da década de 1930 que o processo de diferenciação entre cegos atendidos e cegos não atendidos pelos serviços de escolarização, habilitação e reabilitação profissional e de inserção no mercado de trabalho, passa a ser observado com maior nitidez. Ao que parece, o fomento da industrialização, como parâmetro para aferir o desenvolvimento econômico do país, estimula a criação de postos de trabalho urbano-industriais, provocando o estabelecimento de um profundo fosso cada vez mais difícil de ser transposto, entre o primeiro grupo, minoritário, e o segundo grupo que, evidentemente, é composto pelos demais cegos.

Nas décadas de 1950 e 1960, o Brasil conheceu o surto de avanços e conquistas por parte dos cegos, naturalmente ainda tímidas e frágeis, obrigando àqueles que as alcançavam a realizar um esforço quase sobre-humano, para que um eventual deslize não viesse a prejudicar a marcha ainda tão trêmula e constantemente ameaçada.

É por essa época que o Serviço Nacional da Indústria, atualmente chamado de Senai, órgão da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

(Fiesp) e das outras federações dos industriais (localizadas nos respectivos estados), resolve implantar um serviço de aproveitamento da mão de obra do cego e de sua colocação no emprego.

“Fui colocado no serviço de colocação de mão de obra”, diz Manoel Dias Santa Rosa (1946-2013), uma das pessoas que fora escolhida para desenvolver uma tarefa até então nova no Brasil, sobretudo na Bahia, que era o serviço de aproveitamento de mão de obra dos cegos. E continua:

[...] Trabalhei no Senai, fiz vários cursos profissionalizantes; participei de inúmeros congressos promovidos pela associação brasileira para educação dos deficientes visuais; Congresso Interamericano, São Paulo; é... depois fiz alguns cursos de relações humanas [...]. (SANTA ROSA, M. D., informação verbal, 1997-1998)

Como se pode perceber, Santa Rosa fora preparado para o exercício daquela função, que seria alvo de muita controvérsia no decurso dos anos 1970, visto que, com ela, seu titular ganhara grande notoriedade entre seus iguais, sendo responsável pelo emprego de centenas de pessoas ao longo do tempo em que nela esteve envolvido. Depois de uma meteórica passagem da professora Silvaneyde Petra pelo setor – aliás, ela fora quem lhe indicara como apto para a execução daquela tarefa –, ficou, sob seu encargo, a política de profissionalização e emprego, levada a cabo em relação aos cegos.

Como não poderia deixar de ser, essa política de aproveitamento de mão de obra de pessoas com cegueira teve suas controvérsias e suas contestações, na medida em que sua execução suscitava descontentamentos entre aqueles que seriam seus alvos diretos. Saliente-se, inclusive, que a própria indicação da pessoa que a colocaria em prática fora questionada, na medida em que outras pessoas eram tidas como igualmente capazes de assumi-la e executá-la.

Poder-se-ia, em primeiro lugar, dizer que uma das críticas que se faz àquele tipo de atuação do Senai reside no fato de se ter concentrado todos os seus esforços na preparação dos cegos para o trabalho industrial, não se considerando que outras áreas poderiam ser exploradas por trabalhadores cegos. Isso demonstra que aqueles que implementavam tais políticas só acreditavam no cego enquanto pessoa capaz de realizar trabalhos que não exigissem nada mais que as aptidões físicas e alguma coordenação motora que lhe permitisse uma razoável mobilidade dentro e fora do

ambiente de trabalho, ou seja, que lhe permitisse uma atuação constante em trabalhos que fossem executados continuamente.

Em uma análise *a posteriori* daquilo que vivenciou e observou na época do apogeu do trabalho levado a cabo pelo serviço de colocação de mão de obra do Senai, Carlos Alberto Castro (informação verbal, 1998), assim, comenta aquele momento, demonstrando como eram arriscadas e, talvez, deliberadamente limitadas as perspectivas de preparação dos potenciais empregados cegos:

[...] a meu ver, foi feito um trabalho muito bem feito, com muito boa vontade, no sentido de colocar o cego no mercado de trabalho. Mas pela própria mudança, a gente faltou visão pra essa mudança. Pelo trabalho feito, nós achávamos que íamos viver na época industrial e, acabou. Não havia uma previsão dessa mudança que ocorreu tão rapidamente, ou seja: aquele trabalho que era exercido pelas pessoas cegas foi mais trabalhado, foi todo ou em parte, tido por máquinas. Então aquela preparação ela sofreu... ela não tinha uma visão de que essas máquinas, ou... de que esse trabalho seria facilmente superado por máquinas [...].

101

Chamado a tecer considerações a respeito do tema, José Cândido da Silveira (informação verbal, 1998) apontou o seguinte:

[...] O Senai só nos dava emprego na indústria. Não se preocupava na educação, e na formação profissional do deficiente visual. O deficiente visual ia lá, se inscrevia, fazia uma ficha, e seu Manoel saía procurando nas empresas o que tinha que o cego podia fazer. 'Venha cá, sua empresa tem quantas pessoas?' 'Tem 100 pessoas'. 'O que é que o cego pode fazer aqui?' 'Ah, não sei, só olhando aí... Então procurava alguma coisa que adaptasse ao cego e ia lá trabalhar'. E eu sempre fui contra isso [...].

Ao que tudo faz crer, na prática, isso quer dizer que os cegos empregados, a partir do método utilizado pelo Senai, eram treinados prioritariamente para o trabalho industrial repetitivo (fordismo/taylorismo), que não exigia muita ou nenhuma qualificação técnica, abrindo enormes perspectivas para um atendimento, quase sem fronteiras, de uma clientela inteiramente despreparada, sob o prisma de uma formação profissional, salvo algumas raríssimas exceções, como o próprio chefe do setor na ocasião, M. S. Rosa. Este, ao ser confrontado sobre o tema, apresenta muitas tentativas de explicações, mas, salvo um melhor juízo, nem de longe responde

satisfatoriamente à indagação, muitas vezes tangenciando, não deixando claro se tratava-se de uma política consciente ou inconscientemente levada a efeito pela instituição e pelo responsável direto por seu funcionamento.

Saliente-se que, conhecendo-se um pouco o perfil dos candidatos a empregos do Senai, é fácil notar que eles, em sua grande maioria, eram analfabetos e semianalfabetos. É também sabido que algumas daquelas pessoas, enquanto esperavam sua vez de empregar-se, pediam esmolas e que outras estavam atuando em determinada empresa e esperavam outra oportunidade para melhorar seu ganho salarial.

Observava-se que parte considerável desse pessoal não tinha a mínima qualificação, dissera o entrevistador, indagando em seguida: isso não interferia, não dificultava ao executante daquele serviço de colocação a seleção do pessoal a ser indicado às empresas para emprego?

Ao que Santa Rosa (informação verbal 1997-1998) responde, naturalmente que de acordo com a percepção e compreensão do homem que tinha em suas mãos a sobrevivência de centenas de pessoas e que acredita ter desempenhado a contento os dois papéis:

[...] Isso não dificultava não. Isso dificulta. Porque, o que os companheiros cegos precisam entender, até hoje é que cegueira não é privilégio; cegueira é uma deficiência [para não dizer um estigma]. E, os próprios companheiros, em grande parte, eles chegavam nas empresas e se acomodavam, começavam a querer determinados privilégios [...].

Depois de dizer que, para a gente comum, todos os cegos são iguais, são irmãos, são conhecidos uns dos outros e agem todos de igual modo, Santa Rosa (informação verbal, 1997-1998) arremata dizendo que:

[...] É a mesma coisa, no âmbito industrial: porque um cego criava um problema na empresa, os outros todos eram iguais! Então, na verdade, [...] realmente, eles [os] cegos também dificultaram muito... fecharam muitas portas. Teve gente até que ficava dormindo dentro da empresa e ganhando sem fazer nada! Quer dizer: os cegos também, muitos deles é claro; não são todos, evidentemente que não; mas muitos complicaram mesmo [...].

Apesar de não estar mentindo ou exagerando quando atribui aos candidatos os empregos por ele intermediados ou mesmo àqueles que já foram colocados parte da responsabilidade pelas dificuldades em abrir

novas perspectivas de colocação de pessoas cegas em vagas de trabalho, não considera o fato de que os industriais poderiam estar utilizando essas circunstâncias para camuflar sua resistência em admitir que cegos operacionalizassem suas máquinas. Apresentando como justificativa o fato de cegos terem “aprontado” em suas empresas ou de amigos que lhe tenham informado a tal respeito, esquivavam-se assim de dar uma oportunidade ou mesmo de colocar uma outra pessoa, que, embora também cega, poderia agir de modo diferente da maneira como seu colega agira. Aquele poderia desempenhar-se melhor ou pelo menos diferentemente do modo como seu colega cego se desempenhara. É provável que essa fosse a forma como os industriais poderiam fechar-se dentro de uma redoma impenetrável, mesmo ao mais perspicaz dos observadores.

Ao mesmo tempo, ao atribuir à família dos cegos a responsabilidade de sua formação, de seus bons ou de seus maus hábitos, exige o Estado de sua responsabilidade social, na medida em que teria a obrigação de promover os meios econômicos e técnicos, que propiciariam aos seus membros cegos uma formação adequada e uma qualificação profissional. Manoel Dias Santa Rosa (informação verbal, 1997-1998) prossegue afirmando que:

[...] a família, também é muito importante neste contexto. A família... não só é criar o cego para ele ficar alimentado, bem vestido, arrumado, não. A família tem que procurar dar para ele a sua independência; ajudar a independência dele. Não é o tratar bem; não é o super proteger, que é a solução para as pessoas portadoras de deficiência, no caso nosso aqui, deficiência visual. A família tem que ajudar, tem que permitir que ele externe o seu potencial. Porque, na maioria do povo... da cegueira, pelo menos cientificamente, está... a cegueira está mais no meio pobre né, na classe baixa, na classe pobre, na classe... não é? E isso... realmente nós sofremos muito, muito esse... isso refletiu... reflète muito na colocação no mercado de mão de obra; muito mesmo [...].

Isso parece indicar a implementação de uma política que tinha, como ponto básico, a formação de empregados de baixo custo e de baixa qualificação profissional, na medida em que não se percebia uma preocupação com futuras mudanças sociais e econômicas, como bem salientara o auxiliar de administração Carlos Castro. Tal cenário fica assaz claro quando Manoel Santa Rosa procura explicar o papel desempenhado pela oficina pedagógica.

Ele insiste no fato de haver uma clientela de baixa qualificação técnica, visto que a mudança de filosofia do ICB fez com que muita gente, aos 18 anos, saísse de lá sem a menor condição de competir no mercado comum de trabalho, já que alguns até saíam sem conhecer o braille, até então, a única ferramenta de interação com o mundo exterior, sob a alegação de que não conseguiam acompanhar porque tinham “baixo QI”. Daí essas pessoas serem jogadas diretamente na oficina pedagógica até completar o tempo de permanência. Algumas delas, presumivelmente, sairiam com algumas habilidades artesanais, enquanto as outras se dirigiam para o Senai. Ao que Manoel Dias Santa Rosa (informação verbal, 1997-1998) argumenta:

[...] É. Porque na verdade, a oficina pedagógica [...] servia basicamente, para um desenvolvimento da coordenação motora. Coordenação motora, para todo o mundo é importante; e para o cego, muito mais ainda. Por que muito mais ainda? Porque ele não está vendo. Tudo que ele precisa fazer e o que ele tem que fazer, ele tem que pegar, não é? Ele tem que... a visão do cego... ou a visão do cego material é o pegar; é o tato. Não é? Então a finalidade precípua da oficina pedagógica era exatamente desenvolver a coordenação motora dos deficientes e criar hábitos de trabalho [...].

Como se percebe, não se tinha interesse em dar outras oportunidades aos cegos enquanto coletividade, uma vez que sua preparação, como bem observou Carlos Castro, era uma preparação que visava a área industrial. Não se imaginava a preparação do cego para a área de prestação de serviço, para funções mais qualificadas, a não ser que ele próprio pudesse prover-se nesse sentido, o que lhe daria a ocasião de ser um profissional liberal, quando muito. Devolva-se a ele a palavra:

[...] Eu me lembro que eu com 16 anos em 76, já tinha sido feito um trabalho preparatório pra turma fazer trabalho em computador; e Marilza já ter ido lá pra São Paulo, se não me engano em 75 e ou 74, por aí, fazer o seu trabalho por computador. Tinha esse lado da visão do computador e era aquela coisa que era a esperança, da gente ter um campo de trabalho muito bom, que a informática... inclusive que a I.B.M. considerava, ou considera, não sei se ainda está nesse nível, que o cego era uma pessoa muito capaz de trabalhar com o computador, porque pelo fato de não enxergar, então a visão não distraia ele. Ele era muito mais concentrado.

Embora eu sei que tem a audição também que distrai a pessoa; mas o parecer deles era esse: que pesquisas que eles fizeram, o cego tinha uma capacidade com o computador por esse motivo. Então faltando essa visão de que esse trabalho poderia ser substituído automaticamente por máquinas [...]. (CASTRO, informação verbal, 1997-1998)

Assim sendo, não se poderia alegar que não havia outros meios de formar uma pessoa cega para ser inserida no mercado de trabalho, tendo uma formação profissional de melhor qualidade. Ao que parece, faltava interesse, sobretudo em se tratando de formar uma coletividade de modo a que ela obtivesse uma maior variedade de opções a seu alcance. O emprego na indústria era o carro-chefe no período em análise e, como não poderia deixar de ser, nas ações de colocação de mão de obra, serviço que era voltado para uma política de industrialização, não se dando conta da necessidade de um redimensionamento dessas ações para um prazo mais longo.

Carlos Castro (informação verbal, 1998) vai ainda mais fundo no problema, ao dizer que:

[...] ali faltava o quê? Só uma iniciativa pra você montar uma empresa de programação de computadores. Porque havia alguém que sabia programar e, que tinha um mercado todo pra ser atingido. Então, só era mudar o eixo; quer dizer: ao invés de você procurar emprego, você ser empregador. Entendeu? Que era uma coisa que tinha o aval, por exemplo, do Itaú, porque já tinha aquele rapaz que estava lá no Itaú – Domingos César Neto – e conhecia a qualidade do trabalho. Ele tinha um lastro muito grande... Então, tinha credibilidade; e o investimento não era tão alto não. Porque, na verdade, naquela época, o programado, ele não tinha questão de operar; poderia adquirir a máquina em cima do custo do programa, entendeu? Então faltou muita visão [...].

Castro (informação verbal, 1998) arremata indicando que as pessoas já tinham, então, alguma consciência da existência de outras possibilidades, mas que era muito difícil convencer as pessoas que estavam à frente do processo que fazia implementar uma política de submissão e de subordinação daqueles que estavam ligados àquele programa de empregos:

[...] Aí já vem uma questão de povo colonizado, até: não é uma questão nem de cego, mas com a própria visão da pessoa colonizada, aquela coisa de que ele não pode ser o patrão, ele tem que ser o empregado, e perdeu uma oportunidade

e tanta, de se manter isso. Inclusive com pessoas como Marilza, como Bosco, Cândido, [...], mas eu acho que se perdeu; eu também na época não tive essa visão em relação ao cego; talvez até em relação – egoisticamente – em relação pessoal, talvez até eu tinha... tivesse um sonho... essa ideia... mas não em termos [...] de aproveitar o próprio grupo, o próprio potencial das pessoas que fizeram o curso. Ainda estão aí; observe-se como a coisa é dinâmica e, ao mesmo tempo, estática. Esse pessoal ainda pode se reunir e fazer o trabalho hoje.¹ Entendeu? Hoje, ainda pode ser feito isso [...].

Os limites e as restrições que emperraram as iniciativas de colocar a pessoa com cegueira no emprego, mesmo aqueles empregos que não exigiam grande qualificação profissional do candidato, eram, sobretudo e em todos os casos, de ordem estrutural e/ou conjuntural: a dificuldade de formação de técnicos, a mentalidade vigente, tanto entre os empresários, quanto entre a clientela a ser atendida e, principalmente, a insuficiência (ou má gestão) dos recursos públicos e privados, necessários para o avanço e o êxito de um tal empreendimento. A esse respeito, Manoel Santa Rosa (informação verbal, 1997-1998) afirma que:

[...] Todos os investimentos profissionais que a gente queria fazer existiam dificuldades por parte de pessoas, não pelas atividades que eu queria fazer, exercer, mas as pessoas sempre colocavam... algumas pessoas, claro não é... colocavam obstáculos: ‘Que o cego não pode fazer, que o cego tem dificuldade...’ mas isso pra mim, não tinha problema [...].

O descrédito demonstrado pelas pessoas que tinham que lhe conferir apoio acabava por dificultar-lhe as ações, somando-se ao leque de outras dificuldades preexistentes, dentre elas a já mencionada desqualificação da mão de obra a ser encaminhada para o mercado. No que tange aos recursos, seguia o mesmo caminho, uma vez que sua liberação dependia muito da confiança de quem teria que fazê-la.

Insista-se que, apesar de ser uma ação de cunho privado, visto que o Senai é um órgão ligado aos organismos representativos dos industriais e diretamente subvencionado por eles, incorporava uma política de Estado,

|||||||

1 O “hoje” enfatizado pelo entrevistado é o “hoje” de 1998, momento em que a entrevista se realizara.

na medida em que havia um interesse das elites políticas do país em passar uma ideia de que se gozava de plena saúde econômica. O emprego de um maior número de pessoas possível, incluindo as pessoas com deficiência, seria um dos indicativos disso. A resistência dos industriais baianos poderia ser configurada como atitude típica de uma mentalidade atrasada e pouco disposta a avanços. Tanto é assim que quando Manoel indica os setores da indústria onde ele encontrou mais resistência à inserção dos cegos, pôde-se perceber que eram exatamente as áreas mais atrasadas em termos de um aproveitamento de um novo estilo de produção.

Santa Rosa segue dizendo ter encontrado, em sua trajetória de treinamento e de colocação de pessoas cegas, uma discriminação muito forte, às vezes clara, às vezes velada, ora apresentando-se em forma de negação da possibilidade dos cegos poderem fazer alguma coisa daquelas tantas que eram feitas em suas empresas, ora dificultando o acesso para pesquisa, treinamento e colocação propriamente dita. Mas ele arremata triunfante: *“Nós sempre colocamos as pessoas que colocamos e sempre elas desenvolveram”*. (SANTA ROSA, M. D., informação verbal, 1997-1998)

107

E justifica dando a ideia de uma preocupação com os resultados não tão satisfatórios, já que eles pesavam ainda mais do que os resultados, poucos é certo, que trouxeram grande produtividade, atendendo, assim, a maior preocupação dos empregadores.

[...] Aqueles que não desenvolviam, ou [era] porque não tinham coordenação motora nenhuma ou porque não se adaptavam. Como ser humano não é obrigado a saber tudo nem a fazer tudo, eles não se adaptavam às atividades. Mas sempre que nós investimos no aspecto profissional, sempre dava certo e até hoje vem dando certo [...]. (SANTA ROSA, M. D., informação verbal, 1997-1998)

E concluindo, quase em forma de balanço, Manoel Dias Santa Rosa (informação verbal, 1997-1998) afirma que:

[...] E, colocamos muitos cegos nas empresas da Bahia. Colocamos inclusive no interior: Juazeiro. Colocamos em Serrinha, Feira de Santana, Cruz das Almas. Nós tivemos uma abrangência boa do nosso mercado de trabalho. Não digo boa em termos de aceitação, mas digo boa pelo que nós colocamos e que ficaram trabalhando. São profissionais até hoje, competentes. São pessoas que se... se deram por conta de que devem ser profissionais [...].

Década de 1980: novos tempos, novas ideias

O apogeu daquele tipo de política desenvolvido pelo Senai deu-se entre o final da década de 1970 e o início da década seguinte. Naquele lapso de tempo histórico, a indústria foi atingida por uma recessão que alcançou e foi sentida, em maior ou menor grau de intensidade, por todos os setores da economia brasileira. O desemprego e a inflação deram a régua e o compasso, obrigando os empregadores de todos os setores do processo produtivo a rever suas estratégias, seus investimentos, forçando a uma automação cada vez mais intensa.

Discorrendo sobre a crise do capitalismo que se abateu sobre a economia mundial, tendo como uma de suas consequências mais agudas a drástica redução de postos de trabalho na indústria como um todo e na brasileira e baiana em particular, Damasceno (2016, p. 316), lastreado nas análises de Eric John Hobsbawm (1917-2012), afirma que:

[...] Relativamente ao grande surto de utilização intensiva das máquinas e técnicas que poupavam trabalho humano, Hobsbawm (1995, p. 402) afirma que '[...] A tendência geral da industrialização foi substituir a capacidade humana pela capacidade das máquinas, o trabalho humano por forças mecânicas, jogando com isso pessoas para fora dos empregos [...]', notadamente aquelas de menor capacidade produtiva, quer por razões de limitações físicas e/ou culturais, quer pelas dificuldades estruturais de requalificação e reutilização da mão de obra daqueles indivíduos.

Nem precisa ser especialista em economia para concluir o óbvio: a massa de desempregados crescia exponencialmente e a mão de obra tecnicamente qualificada era preferida em detrimento àquela desqualificada – oferecida pelas pessoas cegas. Era preciso ser versátil, saber operar as novas máquinas e, conseqüentemente, dominar as novas técnicas da produção industrial que, aos poucos, eram implementadas na indústria baiana, como uma das formas de fazer frente à necessidade de economia, sobretudo, no que tange ao pagamento de pessoal.

Ainda conforme Damasceno (2016, p. 307):

[...] quando a produção industrial deu saltos para uma mecanização e tecnologia mais intensiva e, quando o sistema capitalista experimenta as transformações estruturais [...], estes cegos começaram

a perder suas oportunidades de trabalho, passando a formar fileiras entre aqueles que Virgínia Fontes chama de '[...] populações desnecessárias, inclusive para a regulação capitalista'. (FONTES, 2005, p. 32)

Restava aos cegos – que em geral, insista-se, constituía uma mão de obra desqualificada e pouco versátil – partir para uma readaptação no sentido de encontrar meios de superar a cada vez maior falta de oportunidades de emprego para pessoas que tinham as suas características. João Eudes, por exemplo, sempre fora empregado da indústria. Naquele momento de crise do setor, tivera que partir para laboratórios de fotografia e, posteriormente, para a área de massoterapia, que se mostraria mais adiante o grande salto. No entanto, teria que ser treinado, formado, qualificado, enquanto mão de obra.

Em *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*, ao analisar o que chamou de “Décadas de Crise”, período que situa entre 1973 e 1993, Hobsbawm (1995, p. 403) assevera que:

[...] as Décadas de Crise começaram a dispensar mão de obra em ritmo espetacular, mesmo nas indústrias visivelmente em expansão [...]. O número de trabalhadores diminuiu relativamente, absolutamente e, em qualquer caso, rapidamente. O crescente desemprego dessas décadas não foi simplesmente cíclico, mas estrutural. Os empregos perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhoravam: não voltariam jamais.

Observe-se a evolução do caso de João Eudes, como ele teve que procurar se adaptar à medida que as perspectivas iam se mostrando desfavoráveis no setor de trabalho em que ele se encontrava. Note-se que, à certa altura, já se tratava de uma mão de obra de algum modo especializada, visto que já se fazia operações mais complexas na área de refrigeração e de peças de precisão para veículos. Assim, diz ele:

[...] Eu trabalhei na indústria, trabalhei na Brastemp, que é com montagem de ar condicionado para funcionar [...] depois saí da Brastemp e fui para Bosch, trabalhava com vela de ignição, com linha de montagem também. Depois fui para a Kodak trabalhar com revelação de filmes na câmara escura [...]. Esse tipo de trabalho ficou inviável. Eu tive que sair da Kodak por isso, porque com as novas técnicas, veio as novas máquinas e esse tipo de trabalho ficou inviável. Na realidade, as máquinas agora são máquinas que trabalham com filmes soft,

notas de alguns minutos, depois colocam outro filme e assim vai, e ele aproveita, trabalham três pessoas que na época eram 20 que faziam. Então, para se ter uma ideia de como funcionava a coisa no laboratório, para entregar filme em 24 horas trabalhavam 20 pessoas, hoje, para entregar filme em uma hora, trabalham três pessoas, já era um emprego a menos para o cego nessa época. E depois eu saindo da Kodak, fui trabalhar, tentei vendas, tentei trabalhar na oficina de um amigo meu de [...] fiquei um pouco com ele, depois fui para a área de..., fiz um curso de massagem que é massoterapia e nessa área eu me identifiquei mais do que nas outras, e aí estou exercendo essa função de massoterapia já há cinco anos que eu fiz o curso, há seis anos que eu fiz o curso, entrei para o Estado e comecei a trabalhar nessa área. Trabalhei um pouco no Ebal também, numa parte de embalagem e passei, fiquei na parte de embalagem do Ebal, depois passei uma transferência para esse setor que hoje é no setor de saúde da justiça e por enquanto, eu estou por lá [...]. (FERREIRA, informação verbal, 1998)

110 Mas o caso exemplificado não é regra, fique claro, para ser tomada em outros casos. A grande maioria teve evolução diferente ou antes diga-se involução, já que se sabe que pessoas que foram demitidas daqueles empregos que pouco exigiam de seu baixo desenvolvimento intelectual acabaram indo para as esmolas ou para as vendas em veículos de transporte coletivo e/ou logradouros públicos: praças, terminais de passageiros, dentre outros. Isso se mostra como um indicativo de que não havia uma política de reaproveitamento daquela mão de obra que, a partir das referidas mudanças estruturais, ficariam ociosas.

Quando dos últimos momentos de atividade do serviço de colocação de mão de obra do Senai, o grande gerador de empregos era o setor de serviço, mais precisamente o setor de supermercados. De fato, fora a última etapa em que se colocou em prática a velha política de empregos intermediados. Uma política que criou raízes e trouxe dificuldades para que outros meios fossem utilizados, no sentido de se conseguir um emprego, fosse ele qual fosse, uma vez que não se aceitava que uma pessoa cega buscasse ingressar no mercado de trabalho, se não fosse por meio do Senai. Esse foi, por exemplo, dentre outros, o caso do industrial Genésios Silva (1954-), com experiência na área de refrigeração, oriundo daquelas primeiras levas de pessoas cegas empregadas no setor industrial no início dos anos 1970. Diz ele, taxativamente, ao ser informado de que hoje os cegos estão tendo que correr atrás de seus empregos:

[...] Então? Agora, o cego vai atrás no polo... no Polo Petroquímico de Camaçari?! Você acha que um diretor daquele, vai ceder uma vaga a um deficiente visual? O papel de Manoel era pedir; porém tinha o apoio do Senai. Existia o problema do descrédito, da necessidade de Manoel demonstrar que o cego seria capaz de fazer esta ou aquela coisa. Mas a gente tinha a chance... inclusive a gente também tinha chance de levantar a moral dele, a gente tinha chance de mostrar que tinha condição de fazer aquilo, e hoje não se tem. Hoje não se tem. E eu posso provar que não tem. Eu fui na Brespel não sei quantas vezes.² Eu tinha amigo na Brespel. Lutei por uma vaga na Brespel e não consegui nem chance de mostrar minha capacidade [...]. (SILVA, informação verbal, 1997)

Indagado se, com a intermediação do Senai e, conseqüentemente, com a atuação de Manoel, ele teria a chance que buscara e não lhe fora dada, responde convicto:

[...] Conseguiria sim, conseguiria sim. Não tenha dúvida que ele conseguiria, porque a mentalidade era outra, porque o Senai convivia com indústria [agregava] no país todo, talvez tivesse ligação até com... com alguém lá fora. Então a estrutura é outra, a consciência era outra. Eles têm condição, eles podem provar, e além de tudo isso, eles podem assumir até um prejuízo que venha a haver nesse período [...]. (SILVA, informação verbal, 1997)

Da forma como Genésio compreendia o serviço de colocação de mão de obra, vinculado ao Senai, talvez apontasse para o entendimento de que, na verdade, o que era levado em conta não era a possibilidade ou não do cego exercer aquela atividade industrial, mas a influência que o Senai poderia ter sobre os industriais. Sua percepção da engrenagem e sua leitura da influência do Senai chega às raízes da ingenuidade, ao ponto de crer que ele assumiria eventuais prejuízos causados pelo mau desempenho de uma pessoa cega em uma empresa. E prossegue: “A partir do momento em que o Senai tinha influência, dependendo de cada um, a gente podia mostrar nossa capacidade”. Ou seja, para ele, o fato de não encontrar um

|||||||

2 O entrevistado está se referindo a uma empresa do setor coureiro com sede em Alagoinhas, onde reside. Trata-se da Brespel Companhia Industrial Brasil Espanha, com endereço físico na Rodovia BR 101 Km99, s/n Fábrica, DISAI, Alagoinhas – BA, Brasil, 48005135.

emprego sem a intermediação do Senai era uma circunstância e não uma política de atuação do empresariado industrial.

Terminado o último surto de empregos intermediados, à metade da década de 1980, vê chegar ao fim do serviço empreendido pelo Senai. Manoel Dias Santa Rosa (informação verbal, 1997-1998) informa que chegara um novo diretor regional e este decidiu por terminar o serviço de colocação de mão de obra. Indagado sobre qual explicação o diretor teria dado para tomar aquela decisão, o entrevistado afirmou:

[...] A de que não era um serviço que trazia produção para Senai. Quer dizer, o gasto, os gastos que eram feitos, que existiam para com o serviço, não justificavam a produção que a gente apresentava. Porque, no máximo o que se colocava era 12, 14, 15 pessoas por ano. Então [...] esse número de colocações que nós fazíamos, ele entendeu que não justificava a despesa com a receita que nós tínhamos. Aí então ele acabou mesmo com esse serviço [...].

112

Ele exemplifica com a seguinte comparação, tirada do fato de ter sido ele designado para um outro setor de colocação de mão de obra, só diferindo pelo fato de que aquela mão de obra era qualificada e não era o seu contingente formado por pessoas com cegueira:

[...] Para se ter uma ideia da disparidade de colocação de mão de obra de deficientes para a colocação de pessoas que se dizem normais, eu coloquei, no período em que eu assumi, o serviço de orientação educacional, eu coloquei em média... foi uma época em que existia... estava numa greve numa metalúrgica, eu coloquei nas indústrias alunos... ex-alunos do Senai, oitocentos e trinta e tantos alunos, nesse ano. Então, a visão dele foi ratificada pelo número que eu colocava de cegos entre 12, 14, 15 pessoas por ano. No ano em que eu assumi o setor de orientação, eu coloquei oitocentos e tantas pessoas. Aí veio ratificar mais a ideia dele, a visão dele. E é uma prova cabal de que a sociedade ainda tem ideias... continua com as ideias estereotipadas contra os deficientes, não é? E, em especial, os visuais. Por isso que as coisas ficaram mais difíceis [...]. (SANTA ROSA, M. D., informação verbal, 1997-1998)

Caberia aqui, mais uma vez, recorrer às palavras de Damasceno, encontradas em publicação de 2016. Ali, ele assevera que:

[...] Assim, esgotado em sua capacidade de dar resposta aos cegos, em suas demandas por trabalho, principalmente pela falência do modelo

fordista de produção, sobre o qual esteve estribado, de forma lenta, mas vigorosa, veio o fim da atuação do Setor de aproveitamento de mão de obra na indústria. O departamento que funcionava nas dependências do SENAI, na Bahia, começa a perder funcionalidade, na medida em que os parâmetros industriais começam a se modificar, no sentido de estar em curso um inadiável processo de modernização do maquinário e adequação à realidade econômica e social. Por esta razão e, por um sem número de outras que aqui não caberia mencionar, os industriais e/ou seus executivos, não mais conseguem atender as demandas feitas, para que disponibilizem vagas em suas linhas de produção. (DAMASCENO, 2016, p. 310-311)

Portanto, ao que tudo indica, a despeito da plausibilidade da explicação dada por Santa Rosa, ela não leva na devida conta uma mudança de perfil da indústria que, a partir de então, começa a trabalhar com uma perspectiva diferente daquela com a qual trabalhara durante aquelas duas décadas em que ele desenvolvera seu trabalho. Na verdade, o novo diretor que tivera a coragem de acabar com um serviço que já não mais funcionava, apenas refletia o pensamento daqueles seus pares, se era ele um industrial, ou dos seus patrões, se era um funcionário, um burocrata. De qualquer sorte, ele estava ali representando uma categoria que investia em um órgão e que queria ver retorno: mão de obra melhor qualificada, mão de obra que pudesse ser reaproveitada a cada mudança estrutural ou mesmo conjuntural, enfim, as pessoas cegas e sua mão de obra desqualificada e imprópria para usos diversos e para mudanças rápidas de função não mais interessavam ao setor industrial.

Assim, diante do que se disse, parece claro que era uma política levada a efeito e que não era percebida por quem a ela não mais se ajustava. Ele próprio já não mais fazia parte da engrenagem, visto que sua utilidade como eixo principal daquela velha política que tão bem e controversamente executara, naquele momento, não mais tinha sentido. Daí a disposição inicial do novo diretor em demiti-lo.

Chamado a analisar o período decorrido entre as décadas de 1970 e 1980, ao advogado Mário César Silva Lima (1965-), foi proposta a assertiva que dizia respeito à inserção do cego no mercado de trabalho. Nos anos 1960 e 1970, no auge do “reinado” de Manoel Santa Rosa, vivia-se uma condição especial em termos de colocação de pessoas cegas no mercado de trabalho, marcada por uma tendência dos empresários a acreditar na possibilidade de utilização daquele tipo de mão de obra.

Reafirme-se que uma dupla razão para que prevalecesse aquela tendência era o fato de: por um lado, tratar-se de um parque industrial periférico, semifábrica, de baixa complexidade no que tange ao seu processo operacional; por outro lado, no que diz respeito aos cegos, tratava-se de uma mão de obra desqualificada, na qual não seria necessário o dispêndio de um grande volume de recursos financeiros para a sua inserção na estrutura produtiva. O seu aproveitamento era possível, mediante um treinamento realizado na própria empresa, o que possibilitaria ao candidato a execução de sua tarefa. Já nos anos 1980, começou surgir a necessidade de utilização de uma mão de obra um pouco mais especializada e de mais dispendiosa utilização de recursos, a fim de capacitar a pessoa cega para atuar no processo produtivo.

Mário Cézar Lima (informação verbal, 1998), num discurso bastante longo e pleno de ideias linearistas da história, tenta explicar por que a sociedade brasileira trata os marginalizados, quer sob o ponto de vista físico, quer sob o ponto de vista étnico:

114

[...] Veja bem, em regra, a cegueira tem uma raiz social: A miséria. Quando alguém vai pegar um grande número e fizer um levantamento social dos deficientes visuais, se vai constatar que a sua maioria esmagadora é [composta] de pessoas de muito baixa renda. A pobreza, ela tem as suas ramificações: subnutrição, a ausência de uma orientação médico-hospitalar adequada, a ignorância, então isso contribui para esse grande número e pra esse peso econômico no contingente de deficientes visuais. Então, essa fase que se delimita, que era através do Senai, que se fazia algum tipo de preparação dos deficientes pra ser colocado em supermercados e empresas deste tipo, mais pra trabalhos braçais, eu não poderia [falar], por se tratar de um período que eu não tenho muitos elementos pra fazer uma análise mais profunda; agora, de qualquer sorte, acho que de alguma forma valeu a pena. Porque se alguém pega um sujeito vindo de bairro proletário, de família bem pobre, porque com certeza uma família bem pobre não vai pegar um... A possibilidade de ela pegar um filho deficiente, cego, e dar uma preparação pra que ele enfrente um mercado de trabalho gabaritado, em condições de concorrer a funções mais qualificadas, isso é muito pequena, porque ela própria não tem essa condição; e aí você vai pra lei da seleção natural. Então, se alguém pega uma pessoa com essa realidade e consegue dar a ela um tipo de preparo que lhe possibilite alguma atividade rentável, uma coisa você já está fazendo: Você está evitando que ele vá pedir esmola, então, já é algum trabalho que valeu a pena.

Não sei se poderia ter sido feito melhor; se outros trabalhos poderiam ter sido feitos, é bem provável que sim, mas pelo menos esse foi feito. A nova realidade de que vai surgindo mão de obra, onde você já tem aí, professores universitários, [...] é, quer dizer, eu não posso nem considerar o caso de Guga, porque Guga se preparou ainda com uma situação visual completamente diferente do que tem hoje. Mas tem advogados, tem Jaime Coe, tem eu, tem Japi, ele inclusive é um exemplo que... mas ele é lá da região de Brumado, daquela região ali de Rio de Contas, e ele se formou no início dos anos 70 na Universidade Federal da Bahia. Mas já vinha de uma realidade econômica, melhor. E com todos os percalços conseguiu se formar em Direito e ir pro interior e se estabeleceu; mas, mais recentemente, tem João, que se formou pela Católica, é um homem que se sabe vem de família humilde mas conseguiu; quer dizer, já não era tão humilde assim, alguma condição ele teve; é aí que se vai olhar também a realidade do Brasil que foi mudando: o ensino superior foi chegando pra mais pessoas; o ensino profissionalizante foi chegando pra mais pessoas; não é só um fenômeno que aconteceu dentro do contingente dos deficientes, mas dentro da sociedade em geral, que trouxe seus reflexos [...].

115

Chamou-lhe a atenção para o fato de que esses cegos preparados, possuindo curso superior ou curso profissionalizante, ainda assim, encontram resistência quanto ao exercício daquilo para o que tenha se preparado. Ele concorda e afirma, utilizando-se daquela ideia de que a sociedade brasileira assim age porque tem uma origem colonial e segundo a sua compreensão:

[...] A nossa sociedade, ela foi composta por pessoas de pouca luminosidade, as pessoas que vieram para aqui, como classe dominante, era o pária social da colônia, era o burguês que não deu certo e esse sujeito veio para aqui com o intuito única e exclusivamente de aqui dar certo, seja a que título for e o Brasil como terceiro mundo foi campo de exploração. Nós tivemos o azar de sermos colonizados pela elite mais atrasada da Europa, que era a elite lusitana. E tanto que você repara que Portugal foi o primeiro Estado Nacional a se organizar, foi o primeiro a partir para as grandes descobertas, foi detentor, num dado momento, da maior Marinha do mundo. E já no século XVI, século XVII, já entra num todo processo de decadência, porque as suas elites não tiveram uma perspectiva de futuro, de transformação, então alguém pega aí todo o nosso processo histórico: nós fomos politicamente emancipados por um louco, um desequilibrado, farrista, [...] que ficou no Brasil com o único intuito de evitar que forças nacionais fizessem a independência; o Império foi dominado por quem? Por... Quem era o nosso

segundo imperador? Um insosso, que levou 48 anos num trono sem dar nenhum grande legado pro Brasil. Ele pegou o Brasil com uma economia cafeeira nascente, uma açucareira decadente e entregou o Brasil com a açucareira já completamente arruinada e a cafeeira já começava o seu declínio... E né, um homem que não deu nenhuma grande contribuição. Mas em que pese isso, as nossas elites estavam bem. Por quê? Porque as elites brasileiras sempre construíram um modelo econômico que elas lucravam, mas o país empobrecia. E nessa realidade não se pode imaginar... é absolutamente infantil supor ações sociais voltadas para o bem-estar da comunidade. Porque se não se pensa na comunidade como um todo, não se vai pensar nas minorias, é por isso que nunca se deu um tratamento digno à questão indígena, porque alguém pensar hoje dar um tratamento digno à questão indígena envolve dizer para determinados seguimentos, que eles não vão ter mais acesso aos imensos depósitos de terra que eles têm, porque a terra é pra quem nela trabalha ou pra quem tem nela suas raízes culturais, sua identificação cultural, então, é mais fácil matar o índio³ [...]. (LIMA, informação verbal, 1998)

E Mário César Lima (informação verbal, 1998) prossegue:

[...] Não se vai chegar para indústria e dizer: 'olha meu amigo, você aqui vai ter que ter em cada unidade produtiva 5%, 15% de deficientes e não vai ter abatimento em imposto de renda não, porque você tem que ter uma função social, o capital tem que ter uma função social!'; não se vai dizer isso, porque o cara vai dizer: olha, se eu botar, eu vou ter que investir para receber esse pessoal aí, eu vou ter que estar reduzindo a minha margem de lucro e quando se reduz margem de lucro no Brasil, é prejuízo. Então, a verdade é essa: nosso país foi construído por uma elite antissocial, uma elite escravocrata, uma elite dominadora, que não se libertou desses ranços, tanto que hoje, nos nossos dias, países da Europa, todos estão negando o neoliberalismo. A França deu sua guinada, a Alemanha está preparando aí... o Helmut Kohl está com medo que os socialistas ganhem,

|||||

- 3 Faz-se necessário explicar ao leitor que a compreensão, apresentada pelo entrevistado nesta passagem, não tem respaldo nas mais recentes pesquisas históricas ou na larga produção historiográfica relacionadas ao desenvolvimento social, econômico e político brasileiro, nem na ocasião que a entrevista foi realizada, muito menos no momento da publicação desta obra. Não se vai aqui procurar desenvolver grandes explicações para contestar o modo equivocado de interpretar a história do Brasil apresentado pelo entrevistado. É bem vasto o volume de estudos históricos que pode ser consultado pelos leitores que queiram entender o Brasil de maneira diferente ao apontado na passagem em questão. Basta indicar o clássico *História geral da civilização brasileira*, organizado pelos historiadores Sérgio Buarque de Holanda e Boris Fausto em 11 volumes, especialmente os seus três primeiros.

a Inglaterra deu sua virada, e o Brasil... estão entrando e está se aprofundando no neoliberalismo. O contrato temporário de trabalho, que está surgindo aí, como a grande coqueluche que vai gerar empregos, isso já foi testado em vários países, inclusive México, Argentina, na Europa e não deu certo. E no Brasil é justamente o que o empresariado está botando goela a baixo, inclusive com a colaboração de seguimentos do sindicalismo trabalhista [...] como uma saída... botando mais uma vez o trabalhador pra pagar uma conta que ele não contraiu. Então é essa elite que nós temos, é essa sociedade que nós temos, é esse o nosso modelo econômico, é essa a nossa cultura social, que faz com que o deficiente enfrente inúmeras, inúmeras dificuldades [...] dificuldades que, com certeza, poderiam ser minimizadas e até inexistir; bastava que realmente se tivesse uma política social justa [...].

Aquelas migalhas que caem da mesa das nossas elites, em forma de assistência, apoio e amparo, não seriam nada mais do que uma espécie de descargo de consciência. A essa observação, ele interpõe uma outra, na qual afirma que não acredita em migalhas e que

[...] Ninguém faz doação. O general já disse a Napoleão Bonaparte: 'se pode fazer tudo com a baioneta, menos sentar-se sobre ela'. Getúlio Vargas deu aos trabalhadores uma C.L.T., não foi por mera bondade; não foi concessão dele e das elites; foi por conta da pressão social que havia. Agora, no Brasil, as nossas elites, apesar de todo o egoísmo, de toda cultura de acumulação que têm, elas não são burras; muito pelo contrário, se elas fossem burras, elas já tinham sido despojadas do poder há muito tempo. Se você joga um olhar sobre a história, você vai ver, que têm sido burras são as forças sociais ou pelo menos as pretensas vanguardas sociais, que tentam mudar a realidade... E aí você vai ter burradas, desde o processo da Independência, o processo da República, e por aí vai... porque a elite ela sabe a hora em que ela tem que flexibilizar, pra usar uma palavra da moda. Mas nisso aí, não há uma concessão; há uma adequação... para sua sobrevivência [...]. (LIMA, informação verbal, 1998)

Perder os anéis para não perder os dedos, adicionou-se: "Perfeitamente, perfeitamente. O que foi que D. João VI disse a D. Pedro, quando saiu do Brasil? 'Tome esta bandeira, antes que alguns aventureiros o faça', ou quase isso [...]". (LIMA, informação verbal, 1998)

Aqui, indagou-se a respeito da forma como os cegos se comportavam diante de tudo isso. Ao que Mário César Lima (informação verbal, 1998), responde:

[...] Olha, nós somos brasileiros... nós, além de tudo, somos brasileiros, somos sociedade brasileira, somos povo brasileiro, somos classe média brasileira, somos classe baixa brasileira. Então nós refletimos o comportamento da sociedade de um modo geral. Com um agravante que, no nosso caso específico, nós temos um problema a mais, é que no varejo, nós estamos procedendo da mesma forma como procedemos no atacado. Será que a minha postura diante... minha postura como deficiente, será que não é a mesma, como condômino do meu prédio, como servidor público, como membro da minha categoria profissional, como munícipe da minha cidade? Então, eu acho que nós nos posicionamos no varejo da mesma forma que nos posicionamos no atacado. Não é que eu não me importe com o meu problema, não é que eu faça um... coloque ele em segundo plano; mas é que de um modo geral, nós não temos uma cultura do trabalho coletivo, da consciência coletiva, da mobilização, da resistência, da construção coletiva... [...].

O entrevistador pondera que isso acaba por referendar a leitura que a sociedade faz das pessoas cegas, ou seja, quando Mário César se torna advogado, se torna procurador, se torna juiz, se torna desembargador, foi Mário César o indivíduo, a criatura. No entanto, se Mário César fizer meia dúzia de estragos pelo caminho, aí não foi Mário César, mas foi o cego, então, todo o cego que vier após Mário César Lima (informação verbal, 1998) vai cometer o mesmo número de estragos. O narrador concorda e diz mais:

[...] Exatamente. Não tenha dúvida. E isso é [assim] com o negro; é com o homem do sertão... Alguém pega um cidadão, ele é negro, o cara cursa uma faculdade, se torna um excelente profissional, as pessoas veem mais o valor individual dele, do que uma representação da raça negra, que é igual a raça branca; mas se esse sujeito toma umas canas diferentes, chega no meio da esquina e começa [...].

Falando a respeito da política governamental levada a efeito a partir de um dispositivo da chamada Constituição Cidadã, João Bosco (1956-2019) indica que essa política influi negativamente na vida das pessoas que são por ela atendidas, na medida em que, além de serem submetidas a humilhantes maratonas a provar que de fato têm necessidade, também acaba por criar uma acomodação dos beneficiados e um arrefecimento nas lutas por conseguir melhores e maiores oportunidades para desenvolverem uma vida produtiva. Assim, ele se posiciona:

[...] Para se ter ideia, o que é que o governo resolveu fazer aí, quer dizer, ao invés dele como voltado para o social, que é obrigação do governo, ao invés dele procurar

incentivar a integração do deficiente no mercado de trabalho, ao invés dele dar todo apoio para que o cara se engaje normalmente, exerça o direito de cidadania dele normalmente, ele está criando é formas eleitoreiras, criando o quê? esse tal de salário mínimo que ele dá para esse cara que é cego, não sei, tem que provar...⁴ uma série de coisas aí que eu não sei que tem que provar para ele receber... [...]. (SANTA ROSA, J. B., informação verbal, 1998)

O critério a que ele se refere é aquele que preconiza ter o candidato uma renda familiar abaixo de determinada quantia e não ter ninguém que o sustente. Ou seja: a soma das pessoas da família do candidato não podia atingir a soma equivalente ao salário mínimo. E Bosco Santa Rosa (informação verbal, 1998) acrescenta:

[...] Eu acho que isso deveria ser abrangente, não é só para o cego não, deveria ser para toda pobreza, a verdade é essa, certo? Então... quer dizer, aí você vê, o instituto, de certa forma, aparentemente para quem não conhece acha maravilhoso, não vive a coisa, está de fora. Mas, sendo a gente de lá de dentro a gente sabe que não é isso que está precisando de verdade. Precisa de oportunidade para trabalho, para se jogar no mercado de trabalho, para todos irem... [...].

119

No transcurso da conversa, foi perguntado ao entrevistado a que ele atribuiria uma tão baixa qualificação profissional e intelectual das pessoas com cegueira. Sua resposta imediata foi a de que se tratava de falta de oportunidade. Questionou-lhe, então, se tratava-se apenas de falta de oportunidade, ao que ele replicou:

[...] É falta também de incentivo, como a gente falou nesse instante. Porque a obrigação do Estado é ver não só a área da cegueira, a área da deficiência visual como toda, essa área das... pessoas que são deficientes em alguma coisa que eles não dão apoio. E eu [...] eu acho que... principalmente aqui, nos DVs⁵ aqui dentro da área da deficiência visual mesmo, da cegueira, é uma minoria, e como toda minoria ela é sacrificada em toda situação. E essa própria minoria também não é unida, às vezes as pessoas querem mostrar que tem mais farinha no saco,

|||||||

4 Ao que parece, Bosco está se referindo à Loas, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

5 DVs – neologismo que quer dizer deficientes visuais, assim como DMs, deficientes mentais, Das, deficientes auditivos etc.

e não lembra que no outro não teve a mesma oportunidade que talvez ele teve, que os outros precisam apesar de ser... porque você pode ver que a cegueira, a maior parte do pessoal é revoltado, muito deles são revoltadíssimos, mas... eles não têm culpa de serem revoltados, se eles não tiverem chance, se eles quiserem alguma coisa... Agora, muitos também não querem não, a gente até arranja, mas alguns não querem não, a gente sabe disso não é? mas é por isso que acontece, existe uma competição muito grande dentro dessa minoria, entendeu? e cada um quer ser melhor do que o outro, e isso complica, então quem está desmanchado vai embora, e quem não está, quem vai sobrar como essa briga aí, entre o mar e o rochedo, quem é que vai ser? Aqueles que estão mais protegidos. Então, é isso que eu acho, é por isso que a coisa fica assim, desse jeito. Tem uma associação aí existente, uma associação fundada aí que, socialmente na verdade, eu não vi grandes coisas ainda; ela tem se voltado mais para a parte de condomínio, tem a sua validade claro, procurando seu espaço, está com prédio enorme. Mas está na hora de fazer o social, praticar o social ali dentro [...] e ver aquela turminha que vai pra lá jogar dominó, [...] e nada de atividade [...]. (SANTA ROSA, J. B., informação verbal, 1998)

E Bosco Santa Rosa (informação verbal, 1998) finaliza procurando meios de suavizar a proposição do interlocutor, com o objetivo de tirar da Associação e do Estado, ao mesmo tempo, a responsabilidade do modo como os cegos se encontravam e ainda se encontram:

[...] Agora não é fácil também o trabalho não; não é fácil o trabalho não. Tem gente que não quer muita coisa não, pelo contrário, que ficar só vivendo de fofoquinha, de disse me disse, e o que é bom para ele, para que realmente ele cresça, realmente ele não se preocupa não. Não tem nem culpa, rapaz, é até uma questão social deles mesmo, do meio que eles vieram etc. [...].

Os cegos e a política de acesso ao serviço público

A década de 1980, sobretudo a sua segunda metade, experimentou uma mudança que já vinha se delineando com o processo de decadência da era dos empregos na área industrial. A partir de então, as pessoas cegas começam a empreender uma busca no sentido de obter uma formação profissional, baseada na integralização de cursos técnicos, profissionalizantes ou mesmo procurando habilitar-se à formação em áreas mais complexas do saber, ingressando cada vez em maior número em cursos de

nível superior, o que lhes possibilitaria atingir novos patamares, no que respeita a uma atuação intelectual e profissional mais intensa e, sobretudo, qualificada.

O mercado, a partir de então, voltando-se prioritariamente para o setor de serviços, absorveu ali a última leva de pessoas cegas colocadas pelo Senai. As redes de supermercados fizeram essa transição, fazendo com que se descobrisse que era possível desenvolver aquela mão de obra que, até então, era prioritariamente direcionada para a utilização na indústria, abrindo o leque de oportunidades.

Uma área que começa a receber a mão de obra das pessoas com cegueira é a da telefonia. Essa área começa a exigir um pouco mais daqueles que nela ingressem, na medida em que alguma formação se fazia necessário que o candidato tivesse, caso a ela quisesse habilitar-se. Para tanto, exigia-se que o pleiteante tivesse cursado pelo menos a oitava série e, um pouco mais tarde, passou-se a exigir o segundo grau de escolarização. Ambas as exigências excluía, de pronto, a maioria das pessoas cegas, dada a sua característica marcante: a baixa escolarização.

Nesse contexto, o serviço público entra como o maior polo de atração para os candidatos a emprego, na medida em que o que agora contava era a tão ardentemente buscada estabilidade no emprego, visto que a recessão campeava implacável e, para os trabalhadores cegos, ela é a maior das inimigas. Nesse caso, surgindo a necessidade de demitir um certo número de funcionários, vai utilizar-se do critério que leve em conta a versatilidade do trabalhador, ou seja, estão sendo consideradas as possibilidades de reaproveitamento rápido daquele trabalhador, no sentido de, em um período x de trabalho, um mesmo trabalhador possa ou não exercer diversas funções nos vários setores dentro da empresa. Naturalmente que esse critério jamais, ou muito pouco, vai beneficiar o trabalhador cego, sobretudo aquele que muito mal executa o seu processo operacional rotineiro. Esse trabalhador, por exemplo, não poderá cobrir a falta ou a hora de almoço de um caixa, em se tratando de supermercado. Logicamente, ele então será o escolhido para fazer parte da lista dos demitidos.

No caso do setor público, que em geral, tem as mesmas características do setor industrial, um servidor pode ficar fazendo a mesma coisa anos a fio, muitas vezes fazendo-a mal, mas o instituto da estabilidade o preserva. Equivocadamente interpretada, a estabilidade é tão sonhada por todos

aqueles que estão fora do mercado de trabalho, e o Estado seria o grande objetivo a ser atingido na vida de um cidadão. Para tanto, todos os esforços e investimentos políticos são realizados pelo próprio pleiteante ou por seus familiares.

Nos primeiros tempos da república até o período da ditadura militar, isso era conseguido por intermédio dos apadrinhamentos políticos, depois por meio dos concursos públicos, nem sempre sérios e limpos, na medida em que as pessoas, que antes influenciavam e forçavam o ingresso dos seus parentes e amigos no Estado, intentavam lograr intimidar pessoas e órgãos responsáveis pela seleção dos candidatos aprovados, classificados e, sobretudo, chamados para a sonhada admissão.

Os anos 1980, sobretudo os seus últimos anos, nomeadamente a partir da promulgação da chamada Constituição Cidadã, viram crescer lentamente o contingente dos servidores públicos cegos, não sem muita resistência e parcimônia, uma vez que, em tais casos, a administração pública mostra-se pródiga em cercar-se de atenções e cuidados, no sentido de impedir que ingressem, naquele feudo social, uma pessoa que, ao seu ver, seria improdutivo. Na verdade, tratava-se de uma forma de evitar que tivesse mais um grande número de candidatos a bater nas portas. Sob o pretexto, nem sempre real de “proteger” o erário público, os vassallos do Estado, encastelados em suas confortáveis fortalezas, ardem em desvelos para evitar que alguém “incapaz de exercer cargo público” ali se apresente com tal pretensão.

Para tanto, um sem-número de impedimentos legais é criado, dificuldades burocráticas são interpostas ao processo de admissão, no sentido de preservar a falange estatal, na medida em que critérios excludentes são utilizados, para que seja feita uma rigorosa seleção dos pretendentes. Apesar de todas essas filigranas administrativas, no primeiro momento dessa avalanche de incursões na tentativa de fazer parte daquele círculo fechado de servidores ímpares, valia a indicação, o apadrinhamento, a despeito dos concursos.

Não havia possibilidade de um candidato cego submeter-se a um concurso público, antes de 1988, sem que tivesse que se desgastar muito, no sentido de reivindicar junto às autoridades, denunciar junto aos órgãos de imprensa e de buscar amparo nos órgãos associativos. Mesmo assim, muitas vezes os esperneios davam em nada, ficando à mercê do seu

esforço e empenho pessoal e, sobretudo de seu ânimo, para quase que indefinidamente continuar esmurrando pontas de facas.

Ao que parece, a Constituição Cidadã de 5 de outubro de 1988 veio trazer esperanças de mudança, no sentido de permitir que, pelo menos, o cego pudesse concorrer em igualdade de condições àqueles tão cobiçados e disputados pedaços de filé social: a estabilidade de um cargo público.

Não se perca de vista que essa foi uma forma de pensar construída pelo próprio Estado, pela própria concepção que se criou de seu aparato, de sua atuação, de seu papel. As pessoas estabeleciam como meta principal de sua vida: ser ou ter alguém dos seus implantado no Estado, para que isso lhe pudesse facilitar o acesso aos seus interesses sociais e políticos, bem como o atendimento de suas necessidades econômicas, como forma de construir espaço para barganhas, negociações, troca de favores e manter-se em uma posição de garantir um confortável futuro, sempre que possível, multiplicando o número dos seus ali instalados.

A já mencionada Constituição de 1988 acaba reforçando esse tipo de concepção, tentando, por outro lado, dificultar o ingresso e a permanência de pessoas que lá foram instaladas por meio de apadrinhamentos e indicações político-partidárias para favorecimento de um grupo em detrimento de outros. Instituiu-se, a partir de então, um único meio de ingresso no serviço público: em todas as instâncias, aparecia com toda força a figura do concurso público. Ele não aparece como coisa nova, mas como algo que pretendia estabelecer uma certa paridade, um meio de permitir que todos fossem igualmente aferidos em sua capacidade, pelo menos intelectual, o que, diga-se de passagem, salvo um melhor juízo, não ocorre.

Para o cego, tratava-se de abrir uma nova perspectiva de ingresso no mercado de trabalho, na medida em que tal instrumento dispunha de dispositivos que lhe permitiriam pleitear, embora em condições especiais, essa velha/nova modalidade de aproveitamento de sua mão de obra. Ele agora pode, desde que reúna as condições exigidas, pretender exercer desde cargos mais inferiores aos mais graduados existentes no serviço público. A ele, agora, é facultado o direito de inscrever-se. A ele, é reservada uma percentagem de vagas, que varia de dois a cinco por cento, de acordo com a lei de cada Estado da Federação.

Reserva obrigatória de vagas: uma faca de dois gumes

Instituída e regulamentada já nos anos 1990, a obrigatoriedade de se reservar vagas em concursos públicos destinadas às pessoas com deficiência apresenta-se como uma providência ao mesmo tempo discriminatória e ambígua. Ela acaba por dificultar ainda mais, na prática, o ingresso da pessoa deficiente no serviço público, na medida em que um grande número de exigências é interposto. Por outro lado, há dificuldade em se definir exatamente em que medida o deficiente está sendo submetido ao concurso como um todo ou se ele está participando de um concurso à parte. Além das dificuldades naturais em se submeter a uma avaliação pública, impõe-se a apresentação de um documento que ateste a compatibilidade da deficiência ao cargo pretendido pelo candidato. Esse atestado deve legalmente ser fornecido por uma equipe médica, o que, na prática, não acontece, uma vez que é humanamente impossível determinar, salvo em alguns casos muito específicos, qual o limite desta ou daquela pessoa com deficiência, em relação a este ou aquele cargo, este ou aquele grau de dificuldade.⁶

No entanto, existem algumas posições divergentes em torno do assunto, sobretudo quando se trata de tomar o cego como base de discussão a respeito do tema. Em comum, existe, no entanto, a ideia de que ao cidadão com cegueira deveria ser dada a oportunidade da mesma forma como é dada ao cidadão comum, embora se saiba que existem algumas diferenças entre uns e outros, que não podem ser negligenciadas nem subestimadas. No entanto, essa forma de proteção instituída pela reserva obrigatória de vagas em concursos públicos, para alguns, é como se fora uma espécie de espada de dois gumes, que, ao mesmo tempo, que pode ser útil e ajudar, pode também ser inócuo e igualmente prejudicar.

Mário César Lima, bacharel em Direito pela UFBA, cego e funcionário público, em uma entrevista especial concedida ao autor destas linhas,

|||||||

6 Fernando Vasconcelos (2005, p. 57-58), em tese defendida no Instituto de Ciências da Saúde da UFBA, salientou que “O sistema de cotas para deficientes no trabalho, cuja implantação também é embrionária em nosso país, enfrenta discussões [...] e precisa ser analisado cuidadosamente para verificar em que medida promove a inclusão das pessoas com deficiência no seu ambiente de trabalho e se vem ocorrendo mudança da cultura prevalente em nosso meio, que enfoca a deficiência em detrimento da habilidade [...]”.

mostra o quanto diverge da assertiva exposta anteriormente. Ao ser interrogado se não teria sido a reserva de mercado um tipo de animal que morde o dono que o alimentara – já que ela é fruto das reivindicações das instituições de e para cegos junto à Assembleia Nacional Constituinte –, se, em outras palavras, ela não seria o feitiço que virara contra o feiticeiro, ele, dentre outras coisas, enfaticamente afirma que não.

[...] Não concordo, não concordo. Porque veja: você é hoje um professor que se submeteu a um concurso, junto com outros professores, outras pessoas que se candidataram a esse cargo. Só que, se você quisesse estudar das cinco da manhã à meia-noite, de segunda a domingo para esse concurso, você além do seu esforço pessoal, de só dormir cinco horas, não ter lazer ao sábado nem ao domingo, além de ter uma quantidade de livros insuficientes, você teria uma coisinha a mais: você ia ter que ou todos esses livros transcritos pra o braille, aí você tinha que ter gente suficiente pra transcrever, que não tem; ou você ia ter que ter alguém que lesse pra você durante todo esse período e aí, esse alguém não ia fazer, salvo sem parente abnegado ou um amigo abnegado, mas, em regra, não tem ninguém com abnegação tamanha, que vá abdicar de tudo que é seu, porque essas pessoas também têm as suas vidas, então, você ia ter que contratar alguém, pra você contratar alguém, você ia ter que ter um desembolso, e aí, você já estava numa situação diferente de seus concorrentes, porque o gasto com a preparação para o concurso, não era o que eles estavam tendo, então eu não vejo por aí. Eu acho que a reserva tem que existir mesmo, tem que ser melhor regulamentada, que ainda não está. Por enquanto, é mais uma declaração de vontade, é mais uma intenção do que algo concreto. Agora, tem que haver, porque a nossa situação é diferente. Eu não posso dizer, que pra eu chegar aqui eu passei exatamente por todos os caminhos que colegas meus passaram, eu tive muito mais dificuldade, pode ter certeza que meu pé está um pouquinho mais calejado do que o dos outros, porque eu pisei mais pedras [...]. (LIMA, informação verbal, 1998)

125

Insistindo na questão, é apresentado ao entrevistado mais um ponto agudamente complexo do problema, que consiste no fato de que essa lei, segundo a compreensão dele, diz que a vaga “*Em geral, tem que ser reservada; o Regime Jurídico Único da União prevê de 5 a 10%; a lei baiana chega a prever 20%*”.

Retomando, pode-se refletir que se tem um determinado concurso com 100 vagas, 20 para deficientes, ocorre que não se terá acesso à disputa das outras 80 vagas. Mário Cêzar Lima (informação verbal, 1998) rebate tal entendimento do seu interlocutor, assegurando:

[...] Não. Engano seu e engano, se tiver isso na portaria é ilegal; inclusive, na lei estadual, isso é claro: o deficiente visual concorre a todas as vagas. Vamos supor: são 100 vagas, 200 aprovados; 20 vagas tem que ser para deficientes. Sendo que os 30 primeiros colocados são deficientes; [...] do primeiro ao trigésimo lugar, vão ser chamados os deficientes [...].

Respeitando a interpretação do jurista, tem-se que discordar disso, uma vez que, na prática, o que tem se dado é o alijamento dos deficientes da possibilidade de concorrer a todas as outras vagas, em função daquelas já reservadas, que, em contrapartida, poderão ser ocupadas pelos demais candidatos, não havendo nenhum aprovado entre os candidatos deficientes.

Para o analista de sistema e auditor fiscal, Fernando Antônio Oliveira, as coisas não eram tão práticas e o entendimento da lei por parte dos burocratas encarregados de aplicá-las não era tão clara e precisa, implicando vários entraves para a realização do concurso pela pessoa cega desde o momento da inscrição. Diz ele:

126

[...] Olhe, esse daí é o mais complicado. Que aí a gente entra em uma coisa que a lei brasileira tem... a gente entra numa coisa que a lei brasileira tem, que – e aí eu não vou culpar nem a instituição pública nem o médico, a lei é incoerente – e é bom que a gente comece a fazer alguma coisa com relação a isso. Então, o fato de a nossa lei dizer que: primeiro, são reservadas vagas específicas para deficientes – se acha muito bonito isso, não é? – o Brasil está preocupado em integrar o deficiente a sociedade. Muito bonito! Essas coisas aqui são feitas para dizer que são, não são para funcionar. O que é que acontece? Essas reservas de vagas, que até alguns casos já me prejudicou porque, você faz o concurso, esse número de vagas é pequeno, o percentual desse número dá zero, zero virgula poucos, aproximadamente dá zero, então você acaba não podendo fazer o concurso porque não tem vagas e o deficiente não pode concorrer a vagas normais. Então o que inicialmente seria benefício, torna-se até discriminação [...]. (OLIVEIRA, informação verbal, 1998)

Oliveira (informação verbal, 1998) prossegue, discorrendo sobre um caso concreto:

[...] como foi o caso desse concurso: estava específico, aqui, em Salvador, tinha uma vaga, o que é que aconteceu? Aí entra o pior problema da lei, que eu acho, que ela diz que cabe ao médico identificar, se realmente o candidato é deficiente,

até aí tudo bem. Ninguém mais capaz do que o médico para identificar isso, mas a parte ruim da história toda é quando ela diz que o médico deve identificar a compatibilidade da deficiência com o exercício do cargo, isso é que é extremamente, como é que eu posso dizer? Ruim para o médico. Porque o médico que não conhece aquele cargo, o que é que você vai fazer? Mas não está lá, ele pode conhecer muito de tudo, ele pode conhecer de doença, ele pode saber que você é deficiente, ele pode saber até as limitações que um deficiente tem – que eu também acho que o médico não seja a pessoa mais adequada para dizer, mas até isso você pode dizer que ele sabe, agora, saber quais são as atividades que o cara vai desempenhar naquele cargo, isso o médico não sabe. Então você jogar a responsabilidade no médico de julgar se o cara está apto ou não, eu acho muito pesado, eu acho que não devia ser o médico que teria obrigação. Isso deveria ficar para a própria repartição, uma vez que nós temos um estágio probatório que todo mundo passa e nós também deveremos passar. Se não formos considerados aptos, saímos nessa parte e não você atribuir ao médico uma responsabilidade exagerada [...].

Fez-se a opção por transcreever integralmente o pensamento do entrevistado, por ser relevante apresentar uma posição diametralmente contrária àquela manifesta pelo advogado Mário Cézar, visto que ambos igualmente participaram de processos de seleção para cargos públicos e tiveram percepções diferentes do processo a que foram submetidos.

Na verdade, a reserva de vagas acaba por dificultar ao invés de facilitar o ingresso do cego em áreas onde há uma maior exigência de qualificação profissional e intelectual, mas acontece o mesmo até quando esse cego vai submeter-se a vender sua mão de obra em setores públicos nos quais as exigências de qualificação não são tão grandes. Tal processo faz com que, além da necessidade de submeter-se a um concurso de provas escritas e de títulos, o cego precisará desde já submeter-se a longas provas de paciência e de perseverança, independentemente de ter que passar, como os demais, pelo estágio probatório, no qual, conforme expressara Fernando Oliveira, deveria ser estabelecida a compatibilidade, a capacidade de adaptação ou não ao serviço para o qual a pessoa cega se habilitara, pressupondo que teria as bases teóricas para arrimar suas pretensões.

Na verdade, a ideia da reserva de vagas para deficientes, sendo uma ideia deles próprios, só reforça o processo seletivo e discriminatório ao qual é submetido, independentemente de sua capacidade individual, de sua perspicácia e agudeza intelectual, de sua formação acadêmica e/ou qualificação profissional. Se é possível manter um deficiente por meio de obras

de caridade e de subvenções governamentais, por que, ou para quê, abrir-lhe portas para um efetivo exercício profissional?

Voltando a Mário César, ele acaba concordando que existe um esforço por parte do Estado, ou antes, por parte de seus burocratas, para vedar a entrada de pessoas deficientes em seus quadros, mas ele atribui a um outro fato.

[...] Tudo bem. Aí já é uma outra história que nós vamos voltar pra aquele pensamento o do... a cultura em geral... Mas aí não é um problema da lei, não é um problema dessa garantia. Ela não virou contra o feiticheiro, ela ainda está sendo muito mal reivindicada, inclusive pelos próprios deficientes. As associações não têm feito nada, absolutamente nada... sobre esse assunto... têm feito, as pessoas individualmente [...]. (LIMA, informação verbal, 1998)

Como se pode perceber, para ele, a lei é boa e necessária, mas mal interpretada e mal reivindicada. Ele crê ser possível reforçar seus benefícios com empenho das associações, visto que, só individualmente, os deficientes têm se deparado com ela. Por vezes, são enfrentamentos exitosos, mas, em grande número, seus efeitos têm sido negativos, na medida em que, por exemplo, um deficiente físico, com a possibilidade de usar os olhos para ler, concorre com um deficiente visual que precisa utilizar as mãos para ler numa prova de datilografia. Quem, porventura, levará vantagem? A essa ponderação, ele reforça sua ideia de que:

[...] Se só tem uma vaga só e o primeiro colocado é deficiente, amigo, a vaga é dele. Existem cinco vagas, 10% tem que ser reservada, aí não dá, mas aquilo ali se inteira. Então fica uma vaga pro deficiente, aí o deficiente, ele é o sexto colocado ou então tem um no quarto e um no sexto lugar, então vão entrar os quatro primeiros... e aquele quinto colocado ele não vai ser chamado porque essa uma vaga vai ser reservada para o deficiente [...]. (LIMA, informação verbal, 1998)

Retomando o pensamento de Fernando Oliveira, chega-se ao momento em que ele compreende que os deficientes não concorreriam aos outros cargos, às outras vagas, às não reservadas. Aqui ele assevera de forma convicta:

[...] Não, não concorrem, porque o texto da lei não é muito claro, quando você lê o texto da lei, você acha que até pode ser que aquilo seja uma coisa benéfica. Até em outros casos é, mas só que tem esses problemas que a gente falou e já aconteceu um caso de eu participar de concursos onde não havia essa reserva e aí eu não poderia concorrer a nada [...]. (OLIVEIRA, informação verbal, 1998)

Como se pode perceber, o entendimento das pessoas ouvidas a respeito da reserva de mercado é controverso. No entanto, parece ficar claro que a sociedade e sua estrutura de pensamento conseguem o seu objetivo, que é manter a maioria das pessoas cegas alijada do processo de ascensão ao serviço público e fazer com que permaneça longe de alcançar uma autonomia pessoal profissional, utilizando, para tanto, os meios que só reforçam a sua dependência e a sua adequação aos papéis previamente traçados para ela. Os poucos que disso escapam são tidos como exemplos de vida e de superação! Como se eles fossem diferentes daqueles que foram mantidos presos ao seu catre de inutilidade.

129

As pessoas cegas na sociedade: a política assistencialista como forma de segregar e discriminar

Como se vem notando no decurso deste capítulo, a pessoa com cegueira, invariavelmente, tem sido tratada como alguém que precisa ser tutelada, assistida de alguma forma, mesmo quando se trata de colocar a sua mão de obra no mercado de trabalho, quando se trata de garantir-lhe o direito de ingressar na escola e os meios pelos quais ela possa desenvolver-se, bem como de acompanhar normal e integralmente, as etapas necessárias à sua formação profissional e/ou acadêmica.

Salvo um melhor juízo, essa maneira de agir pode ter produzido na pessoa deficiente a sensação de incapacidade para andar com suas próprias pernas. E, pior do que isso, pode ter produzido na sociedade a certeza de que as pessoas marcadas por ter alguma deficiência não poderiam atingir seus objetivos, não poderiam realizar suas conquistas profissionais e pessoais, se não fossem tuteladas por pessoas ou instituições que lhes pudessem dar suporte. O exercício da tutoria é perceptível, na medida em que, por muito tempo, as pessoas com deficiências, sobretudo, as pessoas cegas, sempre foram representadas por terceiros no que respeita a tornar públicas

as suas reivindicações sociais. Assim, instituições, familiares, pessoas “abnegadas” se envolveram em sua luta para fazer-se inserir no mercado de trabalho. Com isso, acabaram criando uma dependência tácita, “evitando” que elas tivessem um contato direto com o problema, para que pudessem encontrar as soluções das constantes dificuldades que viessem encontrando na consecução mesma do processo de sua autodeterminação.

Muito particularmente, as pessoas cegas, sobretudo no transcurso das décadas de 1960 e 1970, ficaram sempre à mercê da política de colocação de mão de obra do Senai, que, na prática, a julgar pelas informações obtidas a partir das narrativas orais das pessoas que foram ou não beneficiadas por ela, tinha um cunho muito pessoal daquele que era responsável direto pelo emprego daquela mão de obra. Lado a lado com a baixa qualificação dos candidatos a emprego que acorriam para o Senai, atuavam a preferência e a simpatia dos que dirigiam o setor, dos que trabalhavam diretamente na execução daquela política. A percepção de um salário melhor, a colocação em uma empresa que melhor pagasse, igualmente dependia desses fatores, concomitante e paralelamente.

Visto serem “poucas” as vagas de trabalho destinadas à colocação dos cegos, era preciso que as melhores oportunidades de colocação no mercado laboral ficassem com aqueles que gozavam da simpatia e que privassem da amizade e apreço dos encarregados do setor, visto que uma política de valorização da colocação industrial dependia também de que se desse as melhores oportunidades àqueles que melhor pudessem aproveitá-las. Ou seja, aliava-se uma política de preferência pessoal a uma política de atribuição de vagas a pessoas que melhor pudessem executá-las, no sentido de um desempenho muito mais satisfatório, uma vez que a clientela a ser indicada era um pouco menor, embora muitos fossem preteridos, mesmo tendo igual capacidade de assumir determinados espaços no mercado. O critério, então, acabava sendo o pessoal.

A essa constatação se chega a partir da narrativa de Carlos Alberto Castro, que, analisando uma questão que lhe fora posta, discorre sobre o tema da preferência. Foi-lhe colocada uma questão problema, que consistia em apresentar os exemplos de três indivíduos com cegueira que entraram no ICB na mesma época, com a mesma idade, mas que tiveram desenvolvimentos e chegaram à fase adulta em condições inteiramente diferentes. O aproveitamento dos três diferiu em todos os sentidos, observando-se

o processo escolar/profissional a que eles chegaram. Ao ser colocada a mesma questão para um outro entrevistado, Jean Eder Peter,⁷ professor do ICB e pedagogo de formação acadêmica, ele buscou explicar a diferença dos resultados a que chegaram os três exemplos, a partir das diferenças individuais de capacidade, pela possibilidade de, associada à cegueira, os que não obtiveram resultados satisfatórios terem outros comprometimentos.

Carlos Castro, no entanto, tem uma outra percepção da questão. A partir de uma história por ele vivenciada, discorre com lucidez a tal respeito, crê-se. Diz ele que a preferência pessoal e até mesmo afetiva dominou amplamente o processo de escolha das pessoas para assumirem determinados postos na aplicação da política social, construída ainda não se sabe por quem, que visava beneficiar os cegos. Castro entende que esse tipo de escolha passional se dava desde a deliberação do tipo de trabalho que se iria dar a tais ou quais cegos até mesmo a seleção de quem iria executar o trabalho mais importante daquela época, que fora a chefia do setor de colocação no emprego.

131

[...] Tinha um menino no instituto, [...], ele era um menino muito inquieto; e ele era tido como indisciplinado; como isso, como aquilo; que ninguém dava jeito; mas hoje eu me pergunto, se ele não seria assim, uma pessoa extremamente capaz intelectualmente. Eu me pergunto. Eu não tenho condição de afirmar que era; também não posso afirmar que não era. Então, eu acho que a gente perdeu muita gente boa, por causa desse processo meio complicado de educar [...]. (CASTRO, informação verbal, 1998)

Perguntado se isso seria uma política deliberadamente traçada, visto que se tratava de um processo de seleção arbitrária sob critérios subjetivos e igualmente arbitrários, escusa-se de afirmar peremptoriamente, no entanto deixa a entender que há uma possibilidade de ser.

[...] É complicado. Eu acho que isso acontecia politicamente, se a gente considerar que, se eu sou amigo, do amigo, do amigo, que vai puxando o cordão, aí passa a ser até uma questão política. Agora, por acaso, se você for ver que muita gente

|||||||

7 Por razões de ordem ética, também este entrevistado, para o desenvolvimento da pesquisa, teve o seu nome real substituído por este nome fictício, pelo fato de não se ter obtido autorização para o seu nome real ser utilizado nesta obra.

estava ali, porque descobriu que trabalhando com cego ganhava um pouco mais, então se eram menos pessoas, provavelmente poderia dar menos trabalho, teoricamente, não sei, então é por acaso nesse lado. E é político, [...] na medida em que se você se desse bem com quem estava à frente do processo, você era beneficiado, senão você era jogado de lado... Então, aí já deixa de ser por acaso [...], já passa a ser uma questão de preferência; que essas preferências, às vezes, não eram nem tanto por capacidade, mas por questão mesmo de preferência. Porque é conhecido de fulano, é parente de cicrano... Eu presenciei vários colegas meus serem assim, jogados de lado, por essa questão discriminatória, na época [...]. (CASTRO, informação verbal, 1998)

Sabe-se de um aluno que voltara ao ICB no ano de 1975, com a promessa de que teria um curso técnico, de que sairia, enfim, com alguma coisa que lhe daria autonomia. Uma vez lá, quando algumas vezes ele questionara por que não chegava a sua vez, disseram que era por causa do seu comportamento, que ele era indisciplinado e insubordinado. E Castro (informação verbal, 1998) acrescenta:

132

[...] Mas é isso que eu digo: ele não podia ser diferente, porque ele era indisciplinado, era rebelde; mas a sua rebeldia ... É por isso que eu digo. Eu me lembro de B., me lembro de C. – que foi expulso -me lembro de D., lembro de outras pessoas, que essas pessoas queriam alguma coisa a mais. Então, essas pessoas que queriam algo mais eram alijadas: ou você se contentava, era o quietinho e aí passavam a mão pela sua cabeça e tal, você se contentava em ser um pião de fábrica da vida, aí, estava tudo em riba [...].

Voltando à ilustração esboçada anteriormente, aconteceu que surgiu um curso no Senai à época, o mesmo curso que Bosco fizera. Em 1975, surgiu mais uma vaga ou duas para o curso de eletricista, ele não foi chamado nem para o teste. Depois, é que se soube que um outro aluno foi chamado para fazer o curso. Então, depreendeu-se que o “insubordinado” fora preterido, não só em função do seu alegado mau comportamento, ele fora preterido porque não tivera quem lhe apadrinhasse, quem falasse por ele junto à direção do instituto.

Surge, então, a pergunta, que talvez alguém se desse ao trabalho de sentar e traçar: “Bom, fulano tem potencialidade X, mas eu não posso abrir espaço para ele, então, tenho que deixá-lo travadinho lá na oficina pedagógica, ou quando muito, na escola comum?”. Ao que Castro (informação verbal, 1998) responde:

[...] Eu, eu acho que não foi dado nem a esse trabalho de ser travadinho; eu acho que foi o seguinte: 'Olha, fulano interessa porque está mais ligado a um processo', então vai fulano. 'Sicrano está ligado'. Uma questão mesmo de preferência afetiva. Questão... pior: porque até se fosse sentar pra se fazer esse estudo e depois fosse você trabalhado: 'Olha eu cheguei à conclusão de que Fulano não dá pra esse negócio aqui, por isso ou por aquilo'. Bom, se ele não dá pra isso aqui, eu estudei. Então eu tenho que saber pra que ele dá; se eu estudei o quadro dele, se eu estudei ele, eu tenho o histórico, a possibilidade de ele trabalhar em alguma coisa. Então, eu estudei [e concluí] que ele não deu pro lugar lá mais fulano... Mas... ele não deu pra ficar mais fulano, mais sicrano, mas dá pra outra coisa... vamos dizer que tenha sido, [...], mas tenha sido elétrica; ele não dá pra elétrica, mas dá pra auto; vamos tratar... Então aí eu poderia dizer assim: 'Oh, foi traçado dessa maneira, não' [...].

Agora, Carlos Castro (informação verbal, 1998) fala de sua experiência pessoal:

[...] Eu fui chamado pra um teste no Senai em 74; não sabia nem o que estava fazendo lá, depois de muito tempo é que eu vim saber que eu fui chamado pra um teste pra ver se... era mecânica ou eletricista. Fui lá... E vou te falar uma coisa: eu na época... eu não sei nem se eu passei se... [...], não me comunicaram se eu fui aprovado, se eu fui reprovado... nem se era pra aprovar, nem se era pra reprovar... não foi dada a noção do que eu fui fazer lá ... era um curso de dois anos e tal, em 74, [...] E eu sinceramente, inclusive eu não tinha nem noção se aquele curso ia ser importante pra mim ou não. [...] Fiz o teste. Não obtive resultado nenhum, nem de aprovado, nem de reprovado, nem de nada. Inclusive eu acho que deveria ser chamado pra conversar; não me chamaram, também nunca... Eu sou meio orgulhoso, nunca me procuraram, eu também nunca procurei. Isso aí talvez é até uma falha minha de arrogância, mas eu achava que... Eu poderia até dizer o seguinte: de um lado até humanístico, dizer assim: 'Olha [...], eu não fui procurá-los, porque tinha pessoas que precisavam mais do que eu, e merecem'; mas isso é um lado até poético do negócio, provável até que falaria em público assim, pra ser poético, pra não comprometer ninguém e tal [...].

E Castro arremata (informação verbal, 1998):

[...] A coisa tem que ser muito clara; a coisa foi feita na base da afetividade. Na época em que teve que haver uma escolha entre o aluno A e B, da ilustração acima referida, a mesma coisa teria que ser feita entre M. e P.R. Já tinha, [...] ou aproveitar

duas pessoas ou já tinha gente disputando o troço. Tinha M., P.R. e H., pelo menos três, que eu saiba; agora imagine outros aí que foram pra vassoura fora? Que não tinham nem P.R. nem, nem... Porque P. R. era também uma questão econômica! P.R. tinha condição porque ele era externo do instituto; ele financeiramente era compatível com M. Eu não sei se um era mais rico do que o outro, [...] mas significa que os dois tinham autonomia; H. tinha uma certa autonomia. Agora imagine, por exemplo, um N., capaz pra cacete, mas não tinha ninguém pra berrar por ele, junto a quem decidiria quem seria o escolhido. E de repente, ficou lá na vassoura; de uma capacidade retada... Quer dizer: é um processo discriminatório, sem dúvida [...].

Pegando a última frase do entrevistado, dir-se-ia que é um reforço de um “processo discriminatório”, na medida em que as ações perpetradas por aqueles que se punham à frente dos destinos das pessoas cegas são semelhantes àquelas perpetradas pela sociedade como um todo. A escolha deste ou daquele indivíduo para fazer jus a este ou aquele cargo, a esta ou aquela vaga no mercado de trabalho, significa a elevação do escolhido a um patamar de vida social e econômica, que estabelece uma diferença de *status*, levando ao distanciamento entre aqueles que foram e que não foram contemplados com a escolha, entre aqueles que conseguiram e que não conseguiram ser colocados no mercado de trabalho.

Portanto, pelo que tem sido exposto até aqui, pode-se assegurar que não se trata apenas de diferenças inerentes à pessoa humana, trata-se de diferenciação de cunho sociopolítico e econômico-cultural, trata-se de uns poucos conseguirem afirmar-se como membros ativos da sociedade, fugirem das determinações socioculturais impostas a eles, como pessoas cegas. Mas trata-se também de alguém que é submetido a tais determinações, subjugado pelo fracasso de não conseguir superar as barreiras interpostas por uma má formação mental, por uma má nutrição, por não ter os alicerces culturais de que precisaria para fazer frente às suas necessidades de integração e de interação com o mundo que lhe rodeia e, por isso, fica alijado. A discriminação assim reforçada pode propiciar o desenvolvimento de personalidades marcadas pela frustração, cuja principal característica é a revolta e o descrédito, em qualquer possibilidade de mudança de rumos, que de alguma forma venha lhe beneficiar.

Nesse sentido, ao que parece, uma das ferramentas utilizadas com eficácia para manter o cego sob uma tutela extremamente castradora é a sua igno-

rância. Assim, faz-se necessário que ele ignore ser possível construir seu próprio caminho. Criou-se uma cultura social, segundo a qual é necessária a existência de uma instituição e/ou pessoa que possa falar, intermediar sua busca de colocação no mercado de trabalho. As próprias associações ainda conservam e reforçam essa ideia. Dessa maneira, o indivíduo cego fica preso a esse tipo de pensamento e de atitude, impossibilitado de buscar lançar-se na luta por seus direitos, artificialmente limitado, enfim, em suas iniciativas de independência pessoal e grupal. Criou-se a ideia de que alguém precisará fazer as coisas para ele, pois ele jamais poderá ter a iniciativa, daí uma paralisia pétérea. Prevalece, assim, a ideia de que se faz necessário que haja uma tutela, um acompanhamento do qual a pessoa cega não possa prescindir.

Cria-se, então, uma dificuldade enorme para os cegos já no mercado de trabalho ou em processo de ingresso nele, tanto na hora de buscar um novo emprego, quanto na hora de encontrar a sua primeira oportunidade de trabalho. Isso sofreu um maior agravamento no momento em que o serviço de colocação no emprego fora extinto pelo Senai, ficando os cegos e os empresários vivendo de recordações. Ele faz falta não por sua eficiência ou mesmo por sua suposta imprescindibilidade. Muito pelo contrário. Sua falta se faz sentir por causa da cultura que ele deixou arraigada na mentalidade tanto de uns quanto de outros.

Tudo isso junto talvez signifique mais isolamento, mais segregação, mais discriminação, menos oportunidades de emprego para mais gente. Mais isolamento na medida em que quaisquer avanços que se venha a conseguir empreender, no que respeita a um cego vir a galgar algum lugar no mercado de trabalho e, conseqüentemente, algum ponto na escala social, tem que ser algo muito pessoal, uma conquista eminentemente individual. Isso acaba promovendo um distanciamento dos que são seus iguais. No entanto, isso não significa uma integração efetiva do cego que ascende social e economicamente, como os demais cidadãos. Mais discriminação na medida em que, a despeito de suas conquistas individuais, as pessoas cegas continuam sendo vistas como seres desprovidos de condições e de capacidade cognitiva, para igualar-se a todo corpo social.

Significa igualmente mais assistencialismo, quer seja ele privado, quer público. Mais pessoas deficientes na informalidade e no subemprego na busca de proverem a sua sobrevivência. Isso significa, por fim, mais pessoas cegas buscando a renda mínima propiciada pelo poder público, um menor

número de pessoas cegas buscando a sua inserção no mercado de trabalho e ainda mais pessoas prontas para serem submetidas aos caprichos do processo de alienação política e social. Ou seja, mais pessoas desempenhando papéis previamente determinados pela estrutura social sobre a qual está assentada toda a política desenvolvida na área. Mais pessoas a serem assistidas, pelas quais a sociedade terá a oportunidade de penalizar-se e de exercer seus dotes caritativos. No entanto, é ainda mais gente para ser confinada dentro de seu próprio mundo, onde jamais incomodarão a sociedade com suas reivindicações, que a deixará descansar flacidamente de suas queixas e cobranças.

Os cegos e a formação cultural: a política educacional como forma de produzir pessoas conformadas ao sistema

136

Salvo um melhor juízo, o sistema educacional brasileiro como um todo e o baiano, em particular, se caracterizara por uma formação elementar parcial, precária e subalterna. Trata-se de um sistema que estava construindo cidadãos para uma convivência passiva e para um cotidiano de conformismo quase que absoluto, no que tange à sociedade e às suas engrenagens de exploração econômica e suas estruturas de dominação cultural e política. Cidadãos assim formados não percebiam a rudeza de tais engrenagens, oprimidos que eram em sua vontade. Mais do que isso, não viam quaisquer perspectivas de mudança, não conseguiam compreender que uma tal mudança poderia ser promovida por eles mesmos. Mesmo assim, quando vislumbravam essa possibilidade, lançavam suas expectativas em terceiros, assim, frustrando-se quando uma vez mais se decepcionam. Crê-se que esse tipo de cidadão era facilmente embromado por promessas ou intimidado por bravatas, visto que não era orientado a compreender um discurso em suas entrelinhas, naquilo que ele tem de mais sutil. Por isso mesmo, tornara-se presa fácil de salvadores da pátria que se multiplicam, à medida que a miséria e a *débâcle* social se perenizam.

Enfim, salvo um melhor juízo, o sistema educacional brasileiro formara cidadãos apáticos, sem iniciativa própria, manipulados pela mídia, sujeitos a serem engodados em formulações propagandísticas e a se deixarem ludibriar por elaborações filosófico-religiosas de toda a ordem. No que tange a isso, pode se perceber uma prática deliberada de alienação política e social,

produzida por uma contínua tática de falência do sistema público de educação. Uma vez que o sistema privado, embora igualmente alienante, só pode ser acessado pela elite dirigente e pelas camadas médias da população brasileira, as demais camadas sociais eram deixadas à mercê de um ensino deliberadamente deteriorado ao extremo, apodrecido nas estruturas e em constante pauperização de seus objetivos. Na prática, tratava-se de uma proposital destruição de um já ruim e esbulhado sistema público de ensino, com o intuito de manter na ignorância das letras e das ideias as camadas pobres da população, para que melhor possa dominá-las, conduzindo-as como ovelhas ao sacrifício de sua liberdade, independência de espírito e, com isso, possa tirar-lhe a pele do direito à plena cidadania.

No caso da chamada educação especial, ministrada aos cidadãos cegos, o quadro não é muito diferente na medida em que quase nunca se teve uma política séria e consistente de alfabetização, de formação profissional que visasse preparar o cidadão cego para uma vida realmente plena e ativa, no que respeita à vida cotidiana e, menos ainda, que visasse libertá-lo das atribuições de papéis “inerentes” à condição de cegueira, dos estereótipos, do exercício de atividades previamente elencadas como sendo próprias para ser por ele desempenhadas, muito pelo contrário.

Como vem sendo apontado neste livro, no caso da formação profissional, hoje – no século XXI, tanto quanto no século precedente –, ainda mais do que antes, tem-se listado atividades ditas compatíveis com o estado de cegueira, as quais se tem tentado confinar as pessoas cegas ao seu exercício. Isso acaba impedindo que elas próprias descubram suas habilidades pessoais e suas compatibilidades em relação aos seus interesses e à capacidade de superação dos próprios limites.

Portanto, a despeito de todos os avanços tecnológicos, filosóficos e tiflológicos, essas atitudes persistem em uma política de manter a pessoa com cegueira num determinado patamar, numa determinada fronteira, da qual ele não poderá afastar-se sem criar atritos e admiração em uma sociedade que insiste em rotular o homem como capaz ou incapaz, eficiente ou ineficiente, de acordo com o parecer físico do indivíduo.

Quanto à política de alfabetização de pessoas cegas, limita-se a dar-lhes o conhecimento do alfabeto braille, pondo-as em contato com as letras que lhe permitem identificar as palavras escritas numa folha de papel, quando isso ocorre. No momento em que estas linhas eram escritas, já se havia

passado mais de 20 anos que na cidade de Alagoinhas – onde o autor destas linhas cresceu e desenvolveu grande parte de sua formação escolar e acadêmica – sequer essa oportunidade fora dada a um único cego.⁸ A política de dar a conhecer os caracteres braille não se fez acompanhar de um aprendizado de uma forma correta de leitura e compreensão do que se lê, não foi acompanhada de uma bibliografia adequada, atualizada, variada e muito menos disponível para aquisição ou empréstimo aos que assim desejem perscrutar.

Aqueles que se arriscam a empreender uma incursão efetiva pelas sendas da academia se veem privados de quaisquer incentivos, no sentido de que possam produzir seu próprio material de estudo e consulta. Precisa contar, portanto, com a colaboração voluntária de colegas e professores para que veja seu “rali” cultural, seu “safari” acadêmico terminar, para, então, atingir a reta final, para, ainda sôfrego e ofegante, receber a bandeirada, indicando que está terminada uma etapa de sua trajetória pelos desertos e pântanos atravessados ao longo do caminho.

Adriana Borges dos Santos, então cursando Letras no Instituto de Letras da UFBA, conta como tinha que se virar para dar conta das atividades inerentes ao seu processo de graduação. Ela informa que todo ou grande parte do seu trabalho de elaboração do seu material de estudos era feito à mão, além de contar com a cooperação de professores e de vários de seus colegas de curso.

[...] É tudo na paleta mesmo; é tudo na punção. Eu peço pra meus colegas gravarem; incomodo a uns e a outros; até professores gravam por mim, material que vão passar na aula; me dão xérox de graça, porque realmente todo o dia são em média três, quatro reais em xérox, então você não tem condições... Letras é um curso caro. As pessoas pensam que não, mas é caro...! Porque são capítulos inteiros de livros e, eu estou com seis disciplinas... Então é literatura portuguesa tem muita coisa pra ler, literatura brasileira que é um catatal também de coisa pra ler; é português III, que você trabalha com três gramáticas, entendeu? Então é...

|||||||

8 Tratando-se da cidade de Alagoinhas, através da organização não governamental Fundação do Caminho, esta realidade conhece uma pequena mudança no início da primeira década do século XXI, com a implantação de um processo de escolarização para cegos, ainda fundamentado em rudimentos já em desuso, no momento mesmo de sua implementação.

é muita coisa mesmo pra você ler, escrever e tirar xérox e redigir, resenhar, entendeu? Então dispendioso pra mim; então eu boto Letras em peso pra trabalhar comigo. Que se danem... que se dane... se você não quiser, tem outro ali que vai querer. Eu peço a dez pessoas; uma, pelo menos, vai me dar o material no prazo e no dia que eu estou propondo a ele [...]. (SANTOS, informação verbal, 1998)

Enfatize-se que as políticas públicas e as ações institucionais privadas nesse campo são simplesmente implementadas ao sabor dos ventos e das circunstâncias.

A ideia gira sempre em torno de que a aplicação de técnicas que permitam ao cego a leitura e a escrita braille é suficiente para que ele alcance meios de uma sobrevivência ao nível do salário padrão. Quando muito, tal tipo de educação é aplicado de modo esporádico e parcial, já que, na maioria dos casos, isso ocorre sobretudo nos grandes centros urbanos. Trata-se de dar uma formação geral muito precária, que não liberta, mas aliena, acomoda, condiciona a pessoa cega a levar uma vida medíocre, escapando apenas uma ou outra, dentre muitas, que acabam por transpor os limites que lhes são impostos por um processo de construção de uma personalidade conformada a um sistema de papéis e ações sociais muito bem definidos e determinados.

Os anos 1930 viram nascer na Bahia uma instituição que fizera muito bem essa obra de introjeção das expectativas sociais naqueles que nela ingressariam. O ICB surge em 1933, como sendo uma instituição de ensino e abrigo de pessoas cegas. Nele, eram acolhidos todos os cegos que se pudesse, independentemente da idade ou fase da vida, sem limite de tempo para deixar as suas asas protetoras. Como meio de obtenção de renda para ajudar no sustento da empreitada, surgiu a ideia de se ensinar os cegos a fabricar vassouras, que seriam vendidas na comunidade adjacente.

Já ali, aparece a primeira manifestação que indicava a piedade como pedra de toque nas relações entre os cegos e sua instituição agregadora com a sociedade em geral e soteropolitana em particular. Os poucos cegos que escapavam ao desígnio de fabricar e vender vassouras eram enviados para São Paulo, para que lá pudessem empreender alguma caminhada rumo à obtenção de uma formação profissional mais alargada, geralmente a de professor. Mas, quando chegou a década de 1960, conforme as informações que foram levantadas, dão conta de que o instituto passou por uma mudança filosófica/pedagógica, mudança essa que teria sido capitaneada

pela professora Dorina Nowill (1919-2010), idealizadora e gestora da FLCB, localizada na cidade de São Paulo. Nowill preconizava um novo modelo de funcionamento e de atuação junto à comunidade, estabelecendo, dentre outras coisas, limite de entrada e de saída dos que pretendessem ingressar a partir de então, constituindo-se, dali em diante, em um educandário para cegos.

A professora Estella Parreira dos Olivais (informação verbal, 1997), então com 63 anos, contemporânea daqueles dois momentos, embora conteste a característica de abrigo que se emprestou ao antigo instituto, fala um pouco do novo perfil daquela casa nos seguintes termos:

[...] É, o Instituto de Cegos passou por uma transformação filosófica não é? Claro: entraram aí professores especializados – porque antes as professoras não tinham especialização; elas aprendiam o braille, e procuravam ensinar o deficiente visual, dentro da medida do possível, não é? Agora, com isso não quer dizer... não quer dizer que não existisse educação para o deficiente visual não... se exigia também a educação do deficiente visual. Agora não tinha assim, uma educação especializada, como tem hoje. Mas, a partir de 60, por aí, o Instituto de Cegos começou a passar por uma transformação filosófica. Entraram os professores especializados, e também se passou a receber... foi quando fundou a... tinha a... já era fundada a Fundação para o Livro do Cego no Brasil,⁹ então passou a se receber... é... os livros; como também no Padre Chico – nós no ginásio, nós tínhamos todos os livros em braille. Ninguém copiou livro à mão; porque a Fundação fornecia. Então o Instituto de Cegos passou por isso também e passou ter uma mudança filosófica. Os professores todos especializados, passaram a dar aos alunos, uma educação mais ampla, mais especializada [...].

A referida FLCB se apresentava como uma instituição propositora e incentivadora das mudanças na maneira de instruir e “preparar” as pessoas cegas para a sua inserção social. Para tanto, a FLCB contribuíra de maneira bastante efetiva, inclusive com o fornecimento de livros em braille e proporcionando apoio teórico e metodológico. Começa, na Bahia, o ingresso de alunos cegos em escolas regulares, acabando com a migração de alunos para São Paulo, a fim de cursar o ginásio, quase sempre em instituições para cegos, como era o caso do Instituto Padre Chico.

|||||||

9 A referida instituição, mais tarde, passou a se chamar Fundação Dorina Nowill para Cegos.

Com a implantação da nova filosofia de atendimento do ICB, a ideia era preparar a sua nova clientela para o pronto aproveitamento da mão de obra na indústria. Eudes foi indagado se, diante da experiência adquirida, ele acha que o instituto em si e sua filosofia conseguiram aquele objetivo.

[...] Olha, deixa muito a desejar, porque a pessoa que está no Instituto de Cegos já tem um universo pequeno. Ali dentro, é tipo a pessoa que está só na família o tempo todo e nunca sai para lugar nenhum. Então, a pessoa sai realmente desprotegida e isso há uma distância grande. Quando eu saí do Instituto de Cegos, eu saí para enfrentar a indústria e é uma coisa muito diferente, você está no Instituto de Cegos e você tem cama, roupa lavada, lençol, tudo arrumadinho, você mesmo arruma, mas é tudo organizadinho, tudo bonito, tudo cheiroso, tudo legal, então você sai para morar em pensão, aí já muda, você vai enfrentar um trabalho que você vai dar duro, você vai chegar de manhã, ter horário para corresponder, tudo direitinho, hora de almoço, hora disso e daquilo. Até que, na minha época, essa coisa de horário, para mim, não foi difícil. Me adapto fácil com as coisas. Tinha aula das 8 às 10 horas, 10h30 entrava e saía meio dia, também isso é religioso. Na minha época, funcionava legal isso, tinha essa disciplina de horário. Mas era só estudo, só teoria, só livros e quando você sai para indústria que você vai pegar pesado, vai pegar linha de produção que é o dia todo naquela mesma coisa, realmente é uma diferença muito grande. Tem muitas pessoas que chegam e não se deram bem por isso ou talvez não tiveram essa preparação. Talvez depois que entrou a oficina pedagógica, começou a dar essa noção às pessoas. Na minha época, não tinha, quando eu saí foi que a oficina entrou, que foi no início de 70, então a oficina pode ter dado esta noção às pessoas [...]. (FERREIRA, informação verbal, 1998)

141

Mas o fato de introduzir o cego na escola comum nos primeiros anos de escolarização, por exemplo, o convívio com crianças da sua idade, isso contribuiria para a sua socialização e para a quebra das barreiras de aceitação que sempre envolveram as pessoas com cegueira. Essa era a pedra de toque daquela nova política implantada a partir de 1960. Eudes assim se posiciona acerca dessa providência, de cuja adoção se esperava que, de alguma forma, ajudasse o cego a se socializar.

[...] Ajuda bastante porque ele já começa a ter o contato com as pessoas na escola. Agora já o trabalho é uma coisa diferente, já é um outro público. Você com o público da escola é um, com o público do trabalho é outro. É diferente a realidade, é um pessoal que está vivendo dia a dia com as malandragens, com as pessoas do cotidiano. É um negócio diferente realmente, é tipo quando você só estuda e

quando começa a enfrentar o trabalho, vai-se perceber que é diferente. Talvez não seja nem culpa dos cegos, mas sim do próprio sistema que pega um colégio desde o primeiro grau, termina o segundo, entra na universidade, nunca trabalhou, quando ele vai trabalhar, vai se deparar com coisas que ele não esperava e que só o trabalho vai dar experiência. Isso significa que é necessário [que haja] essa parte da teoria. E quando se vai trabalhar, se deve perceber que é diferente [...]. (FERREIRA, informação verbal, 1998)

No entanto, ao que parece, a pretendida integração na escola comum, por si só, segrega, na medida em que os alunos cegos vivem uma realidade quase que absolutamente diversa dos demais alunos, embora estejam na mesma classe, sendo regidos pela mesma professora. A distância entre o mundo vivido pelo aluno cego e pelo aluno não cego é tal que, muitas vezes, as dificuldades que uns enfrentam têm pouca correlação com as que os demais enfrentariam. Um exemplo ilustrativo seria o processo de adaptação de material, que o professor regente não tem acesso, no que tange à sua confecção, uma vez que depende de um professor especializado para fazê-lo. Na falta desse último, o ônus recai sobre o aluno cego, que fica sem acesso ao material utilizado pelo restante da classe. Essa, aliás, é a situação enfrentada pela grande maioria dos estudantes cegos, que se arriscam no campo dos estudos, sobretudo fora dos grandes centros urbanos, ou antes, fora das capitais.

Quanto à formação profissional, salvo a realização de um estudo mais específico, convém salientar que segue o mesmo caminho da alfabetização/ escolarização, uma vez que é diretamente relacionada. Trata-se de propiciar algum rudimento de formação técnica que lhe permita portar um certificado. Os cursos são ministrados em forma de intensivo, às vezes acompanhados de estágios. No entanto, um problema agrava ainda mais o processo de formação: trata-se da escolha a se fazer, em torno do que se vai ministrar como curso de formação. Ao invés de ser o mercado de trabalho o regulador das ofertas de cursos, proporcionando uma dinâmica no processo de especialização, o critério é uma incógnita, na medida em que os que concluem tais cursos ficam à mercê de vagas em um mercado quase sempre saturado, em que as pessoas não deficientes são preferidas, dada a já aludida possibilidade de serem relocadas para outras atividades dentro das empresas.

A área de informática, tão decantada nos últimos tempos como o oásis de empregos para cegos, em meio ao deserto do desemprego para todos, acaba sendo um filete de água ao sol escaldante. Na prática, poucos cegos podem ser programadores, uma vez que exige um certo nível de escolaridade e uma capacidade de raciocínio lógico. A grande maioria dos cegos não dispõe dessas ferramentas e, menos ainda, existe o interesse em que sejam delas dotados.

Portanto, se de um lado, como nos tempos do Serviço de Colocação de Mão de Obra na Indústria e em outros setores, comandado pelo Senai, forma-se um pequeno grupo de pessoas que têm acesso a todas as facilidades do avanço tecnológico/cultural, com o qual podem construir os fundamentos de uma sobrevivência razoável, de outro, mantém-se um outro grupo, formado pela quase totalidade dos cegos, alijados, desprovidos de quaisquer recursos ou instrumentos que lhe permita fugir da burocrática mão do Estado, da generosidade das instituições privadas e até mesmo das pessoas em geral, ávidas por pagar suas promessas aos seus santos de devoção. Essa prática é comum na Bahia, sobretudo em Salvador, onde bênçãos são agradecidas mediante ofertas de alimentos, roupas e outros dispêndios que demonstrem a gratidão daqueles que se dispõem a dar um pouco do que receberam por graça.

Comentando a respeito da estrutura que propicia um tal estado de coisas, Audaí Silveira, então com 53 anos, assim se expressa acerca das dificuldades enfrentadas pelas pessoas cegas, que se estendem desde a sua formação/escolarização até atingir a formação técnica, acadêmica e/ou profissional, essas últimas em número ainda muito pequeno, mesmo hoje, a despeito dos muitos avanços experimentados nas duas primeiras décadas do século XXI. Diz ela:

[...] Pra gente estudar, faz-se necessário lançar mão de alguns recursos que nos possibilite [fazê-lo]. Não existem livros e o que existe que nos pode assessorar é muito caro, a gente não tem condição de comprar; não existe nenhum incentivo nesse aspecto pra você adquirir acessórios que possam te ajudar nos estudos e no trabalho, né? E todos esses acessórios são importados, pelo menos a maioria deles e caríssimos, praticamente inacessíveis. Então, tudo isso dificulta [...]. (SILVEIRA, informação verbal, 1997)

E ela apresenta a forma como resolveu, ou antes, minimizou o gargalo criado pela escassez de assistência do poder público, a falta de acesso

ao material necessário à sua formação, ainda que com grande dispêndio e sacrifício: *“Agora, eu estudei [...] através do uso de gravador [...] muitas fitas, gravava tudo, gravava todas as aulas, textos, contei com a boa vontade de colegas, de pessoas que liam muito pra mim e fui levando dessa forma [...]”*. (SILVEIRA, informação verbal, 1997)

Isso quer dizer que as políticas públicas e as ações privadas, na área de educação para estudantes cegos, são inexistentes. O que Audaí Silveira (informação verbal, 1997) confirma:

‘É completamente. Ela não atua de forma alguma’. [não é eficazmente sentida enquanto resultados concretos, no sentido de promover o crescimento do deficiente visual e de uma efetiva inserção social]. Indagada se seria capaz de dizer, por exemplo, se sua época de estudante do instituto, essa política era mais ou menos dessa forma, ou era diferente, no sentido de promover realmente uma inserção socioeconômica do cego à sociedade, ela garante: ‘Eu acredito que sim [...], eu acho que nunca... eu acho que eles nunca se dispuseram a ajudar, a trabalhar em prol do deficiente não. Nesse aspecto aí, eu acho que não houve crescimento nenhum [mudança]. O governo [estado] continua impassível [...]’.

144

Acredita-se que tal indagação faça sentido, pelo fato de que, ao se analisar a literatura que trata do assunto, percebe-se a existência de uma grande profusão de planos e projetos realizados e em pleno andamento, inclusive com resultados que chegam a surpreender àqueles que estariam sendo beneficiados por eles. Teve-se acesso a algumas *Revistas Lente*, que eram em tinta, editadas pela FLCB – mais tarde, chamada de Fundação Dorina Nowill para Cegos – ao que parece, publicada para os professores videntes e especializados, em que foram encontrados muitos projetos de formação de professores, de adaptação de material, de aquisição de material, campanhas de educação, campanhas para reabilitação, entre outras.

Enfim, naquela publicação “especializada”, aparece um grande número de trabalhos já desenvolvidos ou a serem desenvolvidos por aqueles que construíaam aquilo que, mais tarde, veio a se denominar educação especial. Daí, qual é a conclusão a que se pode chegar de tudo isso? É a de que se está repleto de projetos, de papéis plenos de “boas intenções”, de propostas e, na prática, não são bem assim. E Audaí Silveira (informação verbal, 1997) continua a reflexão: *“Existem projetos! ah, o que não falta são projetos, agora a sua consecução... é que é difícil... não existe mesmo [...]”*.

Instituições de e para cegos: na contramão da história

A história das instituições de assistência aos cegos representa a externalização de percepções e atitudes coletivas relacionadas aos seus assistidos que, bem traduzidas, significam pensar e agir de modo a inferir na sociedade ideias indicativas de que os cegos não dispõem e nunca disporão de instrumental mental por meio do qual possam agir, pensar, andar – física e emocionalmente sozinhos –, sem que alguém esteja permanente e vigi-lantemente ao seu lado; que jamais poderão assenhorar-se de sua própria vida, correr seus próprios riscos, obter suas vitórias e sofrer suas derrotas. Assim, era preciso cercá-los de todas as formas e de todos os cuidados, para que não viessem a ser enganados ou usados por indivíduos inescrupulosos ávidos por lucro/promoção de seus “dotes caritativos”; para que não ficassem à mercê dos que veem e dos que pudessem utilizá-los como meios escusos de obter lucros no “mercado do bem morrer”.

Enfim, as instituições para cegos passaram a existir e existem a partir da visão de seus idealizadores, segundo a qual aquelas criaturas são como crianças que precisam ser tuteladas, protegidas e educadas para a vida. Nesse ponto, reside a diferença entre estas e aqueles: as crianças estão sendo efetivamente preparadas para a vida, para interagirem com ela, passando à fase adulta, com as principais ferramentas de que precisam para vivê-la plenamente, enquanto os cegos, no entanto, ficariam sendo crianças até que a terceira infância viesse encontrá-los decrepitos e ao fim da existência.

Portanto, segundo tal concepção, os indivíduos com cegueira seriam pessoas improdutivas, a não ser que tivessem alguma habilidade manual – artesanato, tapeçaria – ou artística – música, principal e quase exclusivamente. Mas, no que tange à produção econômica, que lhe garanta a sobrevivência e o desenvolvimento da economia na qual está inserido, trata-se de pessoas incapazes de qualquer tipo de ação prática que implique contribuir para o acúmulo de capital, necessário ao funcionamento da sociedade cujo sistema econômico que a rege é o modo de produção capitalista.

As instituições de cegos, pelo menos em tese, aparecem com a finalidade precípua de fazer frente às primeiras, tanto em ações quanto em atitudes, sobretudo no que respeita às concepções difundidas por elas. Surgem daí as associações, as confederações, as federações, as uniões regionais e mundial de cegos e tantas outras, para introduzir novas formas de

ver o cego e de agir em relação a eles, reafirmando suas limitações, por todos já conhecidas e, por conseguinte, indicando suas possibilidades e potencialidades, iniciando assim um processo de real introdução de novas concepções e atitudes coletivas em relação aos seus partícipes, dando passos importantes na modificação de conceitos enrijecidos pelo tempo e emaranhados pelo espaço.

No entanto, a partir das conversas com os que são participantes de alguma forma, direta ou indiretamente de umas ou de outras, bem como a julgar pelos resultados alcançados pela maioria dos que por elas foram atendidos e/ou assistidos, pode-se inferir que ambas caminham céleres na contramão da história.

Trazendo à discussão o ICB, indagou-se ao músico Herbert Player¹⁰ se o papel que aquela e outras instituições de formação de cegos se propõem a desempenhar seria o de prepará-los para o convívio social. Ele responde categoricamente que as instituições em questão não tinham e nem têm tal objetivo, nem desempenham na prática esse papel e, em sua narrativa, ele aponta razões e exemplos para fazer tal afirmação.

146

[...] Não existe, nunca existiu. As instituições de cegos preparam os cegos, infelizmente, para serem subservientes, para dizerem sim a tudo, para sofrerem calados e não dizerem nada. [...] Eu vou provar, como dois mais dois são quatro, como tudo que eu estou dizendo é verdade, agora infelizmente, as pessoas preferem não enxergar isso [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

Aqui, o entrevistado pode ter feito uma leitura suavizada da questão que levanta. Ao que parece, conforme o que já se vem preconizando ao longo destas páginas, não só as pessoas preferem não enxergar, as pessoas são, na sua grande maioria, levadas a não fazê-lo. Ao que tudo parece indicar, faz parte do jogo social fazer com que se tenha a impressão de que as ferramentas utilizadas pela sociedade para um determinado fim passem exatamente a impressão de que sua atuação é precisamente aquela para

|||||||

10 Neste caso, a opção por um nome fictício deste narrador foi feita já enquanto se realizava a pesquisa, visto que os seus comentários e as suas avaliações a respeito de instituições de e para cegos serem profundamente ácidos e, para esta obra, não foi possível pedir sua autorização para utilizar o seu nome real, por ter ele falecido no ano de 2018 e este autor não ter qualquer contato com os seus familiares.

qual elas se destinam. No caso das instituições de e para cegos, tudo indica que elas existem com a finalidade de fazer com que o corpo social sinta-se aliviado, pelo fato dos cegos estarem amparados, apoiados logística e psicologicamente, encaminhados a uma profissão ou, na pior das hipóteses, com uma renda mínima, garantindo-lhe o sustento. Essa impressão de eficiência é fator *sine qua non* para que o corpo social se tranquilize e possa dormir confortavelmente, tendo a certeza de que não está sendo omisso em seu dever de amparar os que dele necessitam.

No entanto, o descaso é patente, quando se vai para os meandros dessas instituições e se identifica o que de real se passa dentre as suas paredes, em suas reuniões administrativas.

Herbert Player, em uma entrevista concedida ao autor destas linhas, gravada em sua casa no ano de 1998, afirma:

[...] Eu já cansei de fazer gravação de reuniões às terças-feiras de tarde. As reuniões do Instituto de Cegos aqui da Bahia e, nessas reuniões [...], se discutia mais o que se comeria, qual seria o menu da próxima reunião, do que o problema do cego propriamente dito. Então, se discutia muito mais [...], como é que vamos mudar o código braille [...].

147

Conforme assegura o narrador, depois de algum tempo, a conversa muda de tom e de interesse, versando sobre situações e circunstâncias alheias à vida dos cegos, outros temas passando a ser o alvo das horas restantes da reunião. Diz ele a tal respeito:

[...] Eu tenho fitas aqui que eu posso provar isso, eu tenho que procurar, mas eu tenho fitas aqui na minha casa que eu posso provar isso, que eu gastava três, quatro fitas, pra gravar as reuniões, porque eu tinha que dar muitas pausas, e a maioria das conversas enternecem, centravam-se em fofocas da vida alheia, o menu, ou seja, o cardápio, o que vamos comer, qual será o canapé da... quais serão os canapés da próxima reunião e menos se discutia a problemática do cego, mas como pessoa comum, você não tem que discutir: 'Ah, por que o cego, não sei o que...!' Você tem que discutir o cidadão, fulano de tal, não é fulano o cego, mas fulano o cidadão [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

Nesse ponto, Herbert Player apresenta seu entendimento do modo como deve ser visto e tratado o cego, na circunstância de estar sob a tutela de uma instituição de ou para cegos. Ele apresenta uma tentativa de diferenciar

o cego pessoa que não vê do cego cidadão que precisa cumprir os seus deveres e/ou de como dotá-los dos meios necessários para tal. Herbert Player (informação verbal, 1998) entende que o cego precisa de oportunidades para demonstrar sua capacidade de decidir por si mesmo, de buscar os meios para a sua sobrevivência e de produzir:

“[...] Porque se você der condição ao fulano, fulano com certeza vai ser um cidadão normal como eu sou, eu tenho carro, eu tenho telefone, eu tenho casa, não é por que eu sou cego, eu não sou um cego super poderoso porque tenho isso, não. É porque eu sou um cidadão normal, eu me comporto como um cidadão normal [...]”.

Já se disse que, aparentemente, as associações vieram para fazer frente a essa coisa a que Player se refere. Quer dizer, para caminhar no sentido contrário. Bem a propósito, foi-lhe indagado se, segundo sua análise pessoal, elas conseguiram alcançar esse objetivo. Sua resposta:

148

[...] deixe eu te falar uma coisa: as associações de cegos, como o cego no Brasil – eu vou falar isso bem devagarinho, para que seja bem entendido, e pra que não seja assim, de uma certa forma mal interpretado. As associações de cegos, como os cegos no Brasil são meros bonecos de animação; fantoches, porque não resolvem nada, não fazem nada, se multiplicam, mas do que se sedimentam; elas se multiplicam mais do que conseguem se sedimentar, se tornar uma coisa. São muito voláteis, ou seja, elas se fragmentam com uma rapidez muito grande e acumulam muito patrimônio, e o cego continua na mesma situação de antes e não vai mudar. Porque a grande maioria – eu não estou falando de todos, porque eu seria burro, e burro eu não sou se eu falasse que todos... mas a grande maioria dos presidentes de associação se comportam como se [...]comportam aqueles cegos, que conseguem alguma coisa na vida. Se agarram àquela coisa e se esquecem que quando estão na rua andando de bengala, são comparados ao esmolé que está ali na esquina pedindo esmola, que são tão cegos quanto ele. Eu acho que uma classe poderosa, ela defende... ela defende aquelas que pertencem a ela; uma classe [camada] que pode se considerar poderosa é aquela que defende os seus; e a nossa classe é uma classe medíocre, é uma classe pobre, em todos os sentidos da palavra – aí eu não [...] não vou usar a exceção, porque pra essa regra não tem exceção –, são pobres em todos os sentidos da palavra, quando não protege os seus associados. Então, a classe dos cegos, ela só se preocupa [...]

o cego como classe¹¹ só se preocupa com [...] em defender a sua vidinha; aquela vidinha medíocre de ter um salarizinho qualquer; não se preocupa com outros que estão no meio da rua pedindo esmola; não se preocupa com outros que estão entrando no mercado de trabalho agora; não se preocupa com absolutamente nada. O cego que consegue alguma coisa na política ou o que consegue alguma coisa no... na sua vida particular, ele não se preocupa com ninguém a não ser com ele. E quando ele consegue alguma coisinha que ele pode colaborar com o cego, ele cobra uma fortuna por isso [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

E exemplifica:

[...] Eu vou usar como exemplo o Dosvox. O Dosvox é uma produção da UFRJ, que deveria ser patrocinado pra todos os cegos do Brasil, porque o Dosvox é uma redenção pra os cegos. No entanto, tem uma firma, de âmbito particular, que se serve do Dosvox, pra ganhar dinheiro, entendeu? Que se serve pra ganhar dinheiro e eu acho isso errado. Uma pessoa [...] que como comerciante no âmbito particular, eu não vou entrar no âmbito particular; eu só vou falar aqui da empresa. A empresa C.M. é incompetente, porque só funciona de dez às quatro, em horário bancário. Então, o cego que mora em Arapiraca que é pobre, –eu estou citando Arapiraca, como poderia citar qualquer outra cidade do Brasil – o cego que mora em Arapiraca, que tem um computadorzinho lá, um dois oito meia, um três oito meiazinho vagabundo, ele não vai ligar pra C. nunca. Porque ele vai pagar mais caro de interurbano, pra ligar pra C., do que pagaria pelo próprio programa. Primeiro porque é difícil achá-la, segundo, porque ela só atende no horário de pico, no horário que telefone é mais caro: das dez à quatro da tarde; porque o horário de meio dia ninguém consegue, porque o pessoal lá do Rio liga [...] o horário de almoço, quem consegue é o pessoal lá do Rio. Então, resumindo tudo isso, todo esse conjunto de incertezas, de problemas, de barreiras que o cego inventa... consegue... inventa não,... que o cego tem no Brasil, as instituições para cegos não lhes protege [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

|||||||

11 O termo “classe”, empregado pelo entrevistado, não parece estar no contexto das formulações de Max Weber, muito menos das proposições de Karl Marx. Imagina-se que esteja falando do ponto de vista do Dicionário Houaiss, que indica o significado de classe como sendo, entre outras, “categoria de cidadãos fundada nas distinções da lei ou na diferença de condição”.

E aqui ele exagerava, sonhava, devaneava mesmo, quando dizia de modo enfático e firme que, para ele:

[...] Quanto mais cegos estiverem com um computador na mão, melhor. Logo, se a gente conseguisse colocar um 386, que custa o que, 200 reais, na mão de cada cego no Brasil... vamos dizer que no Brasil tenha um milhão de cegos... por hipótese... Se a gente colocasse na mão de cada cego, um computador 386, que custa 200 reais, em cinco anos, nós teríamos desses um milhão, pelo menos 100 mil pessoas bem colocadas na sociedade. E aí nós só teríamos pra nos preocupar, 900 mil esmolés. Aliás, não vou nem radicalizar, nós teríamos 850 mil esmolés e 50 mil não colocados, vamos dizer assim... vivendo com seus pais, dependendo de favor de irmão, enfim, dessas coisas [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

E Herbert Player (informação verbal, 1998) destemperava, mas não sem razão, visto que expressava o que muitos gostariam de dizer e não tem espaço para fazê-lo.

[...] Olha, eu não tenho vergonha de ser cego, muito pelo contrário: eu tenho orgulho de ser cego. Porque eu sou um cara que navego na internet como uma pessoa normal, um cara que toco meu teclado; estou atuando num mercado extremamente competitivo, com tecladistas que enxergam; consigo operar o meu XV1000 sozinho, então eu tenho orgulho de ser cego; em nenhum momento eu tenho vergonha de ser cego, muito pelo contrário, eu tenho orgulho de ser cego. Porque eu sou um cara que uso meu cérebro, como poucas pessoas conseguem usar, porque eu não tenho o advento da visão. Mas o que me entristece, o que me deixa com vergonha, com nojo, com asco... com todo o tipo de sentimento pejorativo é ver que os cegos não se respeitam; abre parênteses: salvo algumas e raras exceções; os cegos não se respeitam; eles não se... não valorizam a própria classe, eles se escondem atrás de uma escrivadinha de um escritorzinho medíocre pra dizer que tem... Ah, eu sou presidente disso, eu sou diretor daquilo, eu sou diretor daquilo outro, e se esquece que, no meio da rua, ele é tão esmolé, quanto os esmolés que estão no meio da rua. Porque as pessoas têm pena dele, tanto quanto têm pena do outro [...].

Mais ponderado, Carlos Castro, falando sobre instituições de cegos, entende o papel de uma associação como sendo aquele de dar suporte aos seus associados. Diz ele:

[...] Uma associação, como a gente começou aqui, como tem em Conquista, como tem... eu acho que ela deve ter a noção do grupo que a compõe e passar a reivindicar e integrar esse grupo, dentro de seus interesses. Genericamente é isso aí. Ela foi formada porque um grupo achou que há um interesse comum entre eles; e, a partir desse interesse comum, passou a traçar caminhos para reivindicar e servir a comunidade ao mesmo tempo, em cima desses interesses mútuos, dela como específico, e da comunidade coletiva [...]. (CASTRO, informação verbal, 1998)

Indagado se, no momento em que ele conheceu a ABC, ela desempenhara esse papel, Castro (informação verbal, 1998) assim responde:

[...] Discursivamente, sim. Quer dizer: no sentido de a gente ir pra lá pra biblioteca e discutir, também, porque se questionou. Agora, ela não desempenhou o papel no sentido de formação. Porque, na verdade, ela teve o comodismo de nós todos; de nós todos, era mais salutar ir fazer partida de bola pelos interiores da vida, fazer farra, do que na verdade sentar e fazer esse trabalho estrutural [...].

151

Ao que parece, essa é a percepção daquilo que a associação deveria ser e representar. No entanto, na grande maioria dos casos, elas se apresentam como promotoras de lazer e, vez por outra, provêm a realização de alguns cursos, mas não desempenham um papel agressivo, no sentido de buscar fazer uso do espaço que possui na mídia e, quando o faz, quase sempre é para anunciar eventos e quase nunca para opinar, debater, informar a opinião pública ou tomar posição. Em suma, não se vê a ABC, para citar um exemplo local, se posicionando nos jornais, na televisão, no rádio; não se ouve falar, não se vê debates nas instituições de ensino, em quaisquer níveis; não se lê artigos nos jornais da capital ou nas revistas de circulação nacional, apresentando os seus pontos de vista, no sentido de contribuir para uma melhor percepção do que seja a pessoa cega e/ou a cegueira.

Até se questiona a necessidade de sua existência e funcionamento, porque tudo, ou pelo menos quase tudo, que se tem conseguido hoje,¹²

|||||||

12 Embora a expressão “hoje” esteja situada no ano de 1998, quando se redigia este arrazoado, bem poderia ser referente ao nosso “agora”, visto que as coisas não vão tão melhores, a despeito dos avanços tecnológicos alcançados nos últimos 20 anos. Faz-se necessário salientar, de passagem, que tais avanços tecnológicos no campo da informática e das mídias comunicacionais não chegaram para todas as pessoas cegas. Grande parte de tais avanços limitam-se ao acesso/posse de aparelhos de *smartphone*, ao acesso às redes sociais

quer seja na área profissional e em seus diversos estágios, quer seja na área acadêmica, trata-se do resultado de esforços individuais. Logicamente que não se pode negar a participação de pessoas outras, como aquelas que participam diretamente da vida da pessoa com deficiência. No entanto, quando se trata de avaliar a participação das suas instituições, ocorre precisamente dizer que tem sido quase nula, pelo menos nas grandes empreitadas, que exigem do cego, particularmente, a capacidade de embater-se com os grandes desafios advindos de suas incursões em busca de um lugar no setor produtivo da sociedade em que vive. As instituições de cegos têm a nulidade como símbolo que marca a presença em tais circunstâncias.

O presidente da ABC, o senhor Felomeno Francisco de Sena,¹³ indagado com respeito à relação da associação com a sociedade como um todo, em termos de colocação no emprego, assim se manifesta:

[...] Ah, isso é uma dificuldade muito grande, que sempre existiu, está existindo cada vez mais, está piorando, está se fechando mais os caminhos... mas, isso depende muito de cada indivíduo, né, de cada um, há uma discriminação muito forte ainda, principalmente com o deficiente visual, no que se refere ao mercado de trabalho. E, de modo geral, existe uma discriminação muito forte. Mas a gente vai encarando com seriedade e com muita disposição, a gente vai quebrando essas arestas e, tocando o barco aí, tranquilamente [...]. (SENA, informação verbal, 1998)

Ele é extremamente confuso ao responder se seria possível atribuir algum motivo para essa rejeição que a sociedade tem à pessoa deficiente, principalmente à pessoa cega.

[...] Eu acho que isso é uma questão de, não só de cultura, é uma questão de falta de preparo mesmo, isso pela própria história; antigamente a discriminação era muito pior, haja vista que você já deve ter lido alguma coisa como é que era o deficiente visual no início, ele era totalmente discriminado, e hoje com as lutas,

|||||||

e a alguns computadores com leitores de tela, o que não significa, de nenhum modo, a resolução de todos os problemas inerentes ao processo de aquisição dos equipamentos e softwares de ponta pelas pessoas cegas, bem como não significa o fim das dificuldades de acesso à leitura, muito menos a diminuição do enfrentamento pela inserção da pessoa cega no trabalho, na escola e na sociedade.

13 O nome fictício aqui se deve a razões éticas, visto não ter sido autorizado o uso, nesta obra, do seu nome real.

com os movimentos com realmente os grupos organizados, já melhorou bastante, né? Mas, há pouco tempo mesmo, estava conversando com uma pessoa que veio... presidente nacional de uma instituição da Suécia, ele mesmo me colocou também que lá na Suécia também eles passam por isso, por essa discriminação. Um país evoluído, um país onde a educação é muito melhor do que a nossa e, de repente, a discriminação existe. Parece que é mundial [...]. (SENA, informação verbal, 1998)

Ele está dizendo que se poderia atribuir basicamente à cultura, a despeito do próprio desenvolvimento dos povos. No caso baiano, especificamente, foi-lhe pedido para traçar uma espécie de trajetória de como foi a história do cego na Bahia em relação ao ingresso no mercado de trabalho. Por exemplo, quais seriam as políticas implementadas pelo Estado para facilitar ou não esse acesso ao trabalho. Outra vez, o presidente da associação mostra-se despreparado para assumir o papel de porta-voz dos seus associados, enquanto instituição. Era indispensável que pudesse falar com firmeza e convicção de um tema tão intrínseco ao que se deveria propor uma associação, na acepção mais completa e contemporânea do termo.

[...] No que se refere ao Estado, eu não tenho conhecimento de nada, né? Nós temos lutado aí como representantes da Associação Baiana de Cegos e até agora não houve nada de concreto. Já houve aqui na Bahia nesse sentido pelo Senai que teve um serviço aí que funcionou quase 30 anos, e foi só quando o cego na Bahia teve mais oportunidade no mercado de trabalho. Porque tinha pessoas específicas para fazer pesquisa, fazer a colocação, dar o treinamento... e, nessa época, muitos cegos tiveram oportunidade no mercado de trabalho, mas hoje em dia, nós estamos aí a ver navios. A não ser nos concursos públicos, aqueles que têm uma oportunidade de ter uma educação melhor, de ter um preparo melhor; de se prepararem melhor para competir no mercado de trabalho através de concursos, esses aí têm obtido alguns êxitos, algum sucesso, mas, no caso contrário, está muito difícil. O Estado não tem trabalhado muito por aquele lado não. Nós estamos aí criando a Associação... já foi criada agora nós estamos nos estruturando pra ver se um dia uma hora, um determinado momento a sociedade e o próprio Estado, possam nos dar condição de também trabalhar nesse sentido do mercado de trabalho, criar mais oportunidade pra o deficiente. Por que o que ele mais está precisando... o que o deficiente precisa é de oportunidade também, para mostrar sua capacidade, sua condição de trabalho [...]. (SENA, informação verbal, 1998)

Ao responder se o cego, por sua parte, tem feito alguma coisa nesse sentido, Felomeno acaba por reconhecer que o indivíduo é que tem se dado melhor. Suas razões são outras, mas acha que se trata de atitude egoísta, não reconhece que é a inércia e a ineficácia da instituição que dirige. Mas, ao reconhecer que alguns individualmente têm conseguido se sobrepor a toda a inoperância institucional, decreta sua prescindibilidade. Assim, ele desenvolve um raciocínio no qual procura tirar de seus ombros a responsabilidade pela inoperância da associação que dirige.

[...] Casos isolados. Muito poucos se interessam, são muitos polêmicos, muito desagregados, muito... não há uma unidade assim, pessoal que ... não sei... parece que não tem o espírito ainda de luta de unidade pra poder conseguir as coisas, tem um espírito muito crítico, umas críticas mais negativas do que positivas. Pelo menos, nessa trajetória minha, é o que eu tenho observado. Há mais de dez anos à frente de uma instituição que nós estamos tentando aí organizar, felizmente já está bem adiantada, falta agora a gente botar em funcionamento, o que não depende só da gente, depende de ajuda, já que nós não temos subsídios, não temos nada, então... E o que eu tenho observado é a falta de unidade mesmo, a falta de união, de luta, para chegarmos a um denominador comum, podermos chegar a um ponto. Porque só a união é que faz a força, né? Só unidos é que podemos conseguir alguma coisa. E o deficiente visual infelizmente, não só aqui na Bahia – porque eu conheço já alguns outros estados – sempre há essa separação. Quem tem a oportunidade de galgar uma posição melhorzinha, fica lá no seu lugarzinho, lá e tal e esquece dos outros também, não se une, não procura ajudar, não procura realmente batalhar juntos, pra ver se as coisas melhoram [...]. (SENA, informação verbal, 1998)

Aqui, Felomeno carrega a ambiguidade, quando perguntado a que ele atribuiria esse desinteresse, essa grande apatia, além da questão da pouca ou quase nenhuma unidade, a grande desagregação por ele apontada como razão para a pessoa cega não avançar na busca pela inserção no mercado de trabalho. Mas, se esse desinteresse é, em geral, porque o cego não se interessa, por exemplo, em buscar uma formação específica, uma formação profissional? Outra vez, ele remete ao todo, ignorando o particular.

[...] Rapaz, hoje está acontecendo no mundo inteiro, não só com o deficiente... é o egoísmo que está predominando no mundo, né? Cada um pensando só no seu

lado, procurando ver a sua parte e, não está aí ligando muito pra o coletivo, não. E eu acho que mais é isso, e a falta de cultura mesmo, falta de conhecimento em termos de entidades, em termos de sindicato, em termos de entidade de grupo mesmo, de luta, né? O que está faltando é isso mesmo, melhorar essa mentalidade, diminuir o egoísmo e o pessoal ter maiores conhecimentos dentro do que é realmente uma luta conjunta, uma luta de todos por um mesmo fim [...]. (SENA, informação verbal, 1998)

Forçando ainda um pouco mais e, convidando-o a filosofar, foi-lhe indagado se acredita no individualismo, como sendo a pedra de toque da filosofia liberal que acaba por levar as pessoas a buscarem o seu próprio caminho. Em caso afirmativo, existe um problema: alguns poderiam se dar ao luxo de, individualmente, buscar o seu próprio caminho, buscar a sua própria realização pessoal e profissional. Mas – e aí se parte para o específico outra vez – há um número enorme de cegos que, como os primeiros, não têm esses meios de buscar as conquistas e realizações, essas oportunidades de individualizar o sucesso. E essas pessoas acabam se acomodando à esmola, a aposentadorias que aparecerem por seu caminho. A que se poderia atribuir isso? Eis sua resposta:

[...] Isso aí é a falta de cultura mesmo. E eu acho que a falta também de conhecimento e de interesse de todos pra acreditarem na coisas que são feitas nesse sentido, como a própria associação foi criada com a finalidade também de ajudar, de minorizar esses problemas e, o pessoal ao invés de se unir, por exemplo, cada um... porque eu, tenho convicção e tenho certeza que tenho feito a minha parte, como mais alguns companheiros, mas são muito poucos aqueles que têm se dedicado, aqueles que têm dado um tempo seu pra fazer alguma coisa nesse sentido. E eu acho que é por aí, a gente pode melhorar bastante com essas entidades representativas, esclarecendo, ministrando cursos profissionalizantes, e é por aí que cada um vai conseguindo a sua individualidade, vai conseguindo a sua condição de lutar sozinho também, de buscar sozinho, desde quando as pessoas também acreditem e ajudem pra se poder fazer a unidade, enquanto não houver essa unidade, houver só esse egoísmo, cada um pensando só [...]. (SENA, informação verbal, 1998)

Pelo discurso do senhor Felomeno Francisco de Sena, talvez se possa depreender que essa forma de pensar é a que norteia o agir cotidiano da instituição que teria como objetivo contrapor-se àquelas que segregavam

dentro de suas paredes pessoas e potencialidades. Elas, por sua vez, inutiliza umas e outras, na medida em que incute e perpetua a ideia de que alguém vai fazer por ele: o indivíduo não precisa se preocupar porque tem quem lhe ministre um curso, ainda que não esteja dentro de suas expectativas, mas que lhe será oferecido. A ideia da tutela no sentido inverso, isto é, o tutelado esperando sempre a proteção do tutor. Em suma, essa é a ideia exatamente contrária que se deveria ter, em plena era da globalização e da busca de uma independência pessoal, aliada a uma interdependência, sem, no entanto, criar uma relação de submissão e de tutela.

156 Num determinado momento da longa entrevista concedida a este autor pela senhora Bela Vaitsman, então com 65 anos, cega após os 30, foi lhe pedido que fizesse algumas considerações acerca de quais têm sido as ações governamentais e/ou institucionais, sejam na prática, sejam na propaganda, no sentido de dar apoio ao cego, apoio aqui entendido como sendo o provimento de meios que permitam a ele encontrar o seu caminho, para que seja dotado de instrumentos que lhe possibilitem buscar sua independência, enfim, superar suas próprias limitações socioeconômicas. Ela se manifestou apresentando uma percepção muito diversa a respeito da atuação e do papel das associações, indicando alguma ambiguidade em vários momentos, misturando conceitos e papéis, entrelaçando promoção de lazer com proteção e a busca de promover o bem-estar social. No entanto, segundo essa percepção idilicamente construída – ao que parece, tal construção fora erguida enquanto ela ainda enxergava –, o associado fica na mesma situação de dependência e de subserviência, não mais às pessoas, agora às instituições. Dê-se lhe, pois, a palavra.

[...] Eu acho que [...] o que tem melhorado a posição do cego aqui no Brasil têm sido as associações, as associações de cegos, então eles se reúnem, fazem competições de jogos, fazem seminários, congresso. Então isso tem ajudado a que os cegos que as coisas estão mais atrasadas, verifique que os cegos estão evoluindo em outras partes. [...] Eu soube que, na internet, já tem mais de 500 cegos no Brasil, usando a internet. Isso é sinal de que os cegos estão evoluindo. O computador veio ajudar muito. Os cegos descobriram o computador e viram que, apesar do computador, ele pode trabalhar muito bem [...]. (VAITSMAN, informação verbal, 1998)

Aqui, fez-se necessário insistir na questão inicial, relacionada com os poderes públicos. Assim, dona Bela Viatsman (informação verbal, 1998) se manifesta:

[...] Mas os poderes públicos eu acho o que tem feito muito pouco, porque eu acho também que eles fazem sem ouvir o cego. Então, resolve fazer isso, fazer aquilo. Por exemplo, aqui na Bahia, eu soube que tem uma placa na Rua de Brotas. Tem uma placa baixa com o nome da rua em braille. Mas, quem vai dizer ao cego onde é que está essa placa? [...].

Aqui, ela passa a fazer a apologia das associações:

[...] Então, as associações têm que se fortalecer, os cegos que estão assumindo posições melhores na vida têm que se unirem para ajudar os que estão trabalhando, estão lutando por isso e talvez politicamente estejam muito divididos, então como eles se dividem muito e cada um busca suas melhoras particulares sem olhar o bem coletivo... Eu acho que tem que haver mais união entre os cegos e também fazer com que esses que estão assumindo liderança, que tiveram mais oportunidade não desapareçam, venham juntar-se aos outros para continuar a lutar. Por exemplo esse menino, esse F., que é um rapaz que está mostrando que tem uma capacidade extraordinária, que não é moleza fazer faculdade e passar no concurso da Petrobras, passa no concurso da Vale do Rio Doce e passa no concurso em primeiro lugar da Auditoria Federal [...] de muita capacidade. Eles desapareceram, ninguém ouviu falar. Tem aqui um advogado J.C., esse se afastou completamente de todos, entendeu? São pessoas que a gente precisa estar junto conosco. Isso nós precisamos mudar [...]. (VAITSMAN, informação verbal, 1998)

157

Observe-se que, imediatamente, ela personaliza a ideia, passando para a primeira pessoa, indicando que pretenderia ter a liderança do processo, o que noutra tempo fora frustrado, assinala-se. E enfatiza:

[...] Eu acho que o trabalho principal da associação são reuniões, trazer todos os cegos para se conscientizar, os cegos de saber o que é ser cego, do que é... objetivo. Não é que a associação sirva só para namoro, nem para jogar dominó, nem para isso... mas sim para conscientizar esses meninos porque pelo menos, se eles vão para lá jogar dominó, pelo menos a gente sabe que eles estão lá na associação, melhor do que eles estarem na rua fazendo outras coisas. [...] Essa é minha opinião, como eu vejo as coisas. Porque eu não sou daquelas que acham que tudo tem que ser feito a ferro e fogo. Eu acho que as coisas tem que se usar diplomacia, tem que saber como fazer a coisa, não fazer igual para todos, porque não dá certo, a gente tem que saber formar os grupos e, daí então, partir, porque, dentro da associação, eu acho que a associação não tem a finalidade de arranjar

emprego para ninguém. Ela tem a obrigação de conscientizar o cego para lutar para conseguir seus objetivos. Agora o que a associação pode fazer é uma campanha para que as empresas aceitem os cegos, mas não é para arranjar os cegos, porque ela pode ser... José vai para a tal firma e ele não dá para aquilo que ela está oferecendo, quem tem que saber o que pode fazer, é o próprio cego. Agora, tem que dar ajuda, ajuda... tem que fazer com que, se ele precisar de papel, vamos comprar papel e vender mais barato, fornecer o papel mais barato, se precisar de fita, vamos atrás de uma firma que nos ofereça, ou que nos ofereça com um preço mais barato, que o cego possa adquirir, isso mais barato, isso eu acho que é trabalho da associação. Se eles tiverem condições de oferecer cursos, ótimo, cursos especializados, como um tempo já teve aí, curso de massagista, hoje na Bahia tem muitos cegos que têm o curso como massagista. Tem aquele menino do Vitória, o Edmilton [...]. (VAITSMAN, informação verbal, 1998)

158

Ao que tudo faz crer, dona Bela parecia não ter muito claro qual seria, afinal de contas, o papel de uma associação de cegos no que tange à promoção de sua inserção social. Fica muito confuso no seu discurso qual seria o papel que uma associação de cegos deveria desempenhar: promover a união entre os cegos, buscar o seu bem-estar social, oferecer condições para que eles se lancem ao mercado em busca de sua realização pessoal? Promotora do lazer e de folguedos ou se todas e nenhuma dessas coisas.

Para Cleópatra Vedra,¹⁴ então com 31 anos, massagista cuja formação fora propiciada pela ABC. Ela deu a seguinte resposta à questão que lhe fora feita pelo entrevistador, sobre qual seria o real papel a ser desempenhado pela ABC.

[...] A associação procura de um modo geral – em parte, a gente não pode condenar muita coisa. Hoje está fazendo uma construção na associação e o governo ajuda a se construir, a gente sabe que tem o governo que é bem mais fácil você conseguir [dinheiro] para construir, do que para eles colocarem como verba para fazer cursos, essas coisas. Colocar o cego de uma maneira, abrir indústria, essa coisa toda. É bem mais fácil construir, porque você construindo mostra o que se fez e você colocando curso ali é mais difícil. Eu acredito que existe boa vontade das pessoas que compõe a direção de lá. Eles têm feito projetos, mas isso não está tendo resposta. Porque você precisa muito disso. Então, se aquele ideal que

||||||

14 Por não ter sido autorizado a publicar o seu nome real nesta obra, optou-se por atribuir um nome fictício a esta entrevistada.

...você precisa, você acha dificuldade de conseguir, com o próprio governo fica mais difícil de se conseguir as coisas. Porque na realidade o trabalho aqui, é necessário ver aquilo que está externo, como no seu caso está no prédio bonito. Mas, a gente ainda não viu a resposta daquilo porque os projetos que foram mandados estão todos engavetados e não há ainda o interesse governamental [...]. (VEDRA, informação verbal, 1998)

Pela resposta um tanto desconexa de Cleópatra, fica logo patente que a associação precisa de uma cadeira de rodas para se movimentar: o poder público; como tal, precisa de rampas especiais, peso adequado ao seu estado de mobilidade limitada. Então, por causa disso, a associação não consegue preparar, profissionalizar seus associados? Ao que responde,

[...] É, em parte sim. Ultimamente tem dado alguns cursos; massagem já deu, umas duas ou três vezes, mas, depois que acaba o curso, colocar em prática fica difícil. Não se acha campo para isso. Agora tem várias pessoas com certificado de massagista e de eletricista. Na realidade está todo mundo parado. Porque não está tendo campo [...]. (VEDRA, informação verbal, 1998)

Insiste-se, indagando se não está tendo campo ou a sociedade não acredita, não abre espaço. E, sem esperar mais, Cleópatra Vedra (informação verbal, 19998) responde resoluta:

[...] A própria sociedade... A sociedade em si... Espaço tem, né? Mas [...] Eu acho que foi muito julgado bom, desse salário, esse tapa-buraco que fizeram. Que se dê isso está bom, mas, na realidade, não é isso que as pessoas querem. Que dessem isso, mas também abrissem campos para as pessoas verdadeiramente mostrar aquilo que elas são capazes de fazer [...].

Procurou-se refletir sobre algumas opiniões já manifestas, sobre o que, na prática, associativista se apresenta como o problema que dificulta a atuação institucional. Ao que parece, é entendimento de parte dos entrevistados como sendo a “desunião dos cegos”, o que tem sido apontado como o grande obstáculo a ser enfrentado. As pessoas têm dito que os cegos são desunidos. Ao ser indagada se também partilha dessa posição, Cleópatra demonstra não ter entendido em qual sentido se diz serem eles desunidos. Então, foi lhe explicado que o sentido em questão era o de que, na prática, os cegos têm conseguido algumas conquistas, mas em termos

individuais, nunca coletivos. E se tem atribuído isso a uma espécie de resistência do cego em se unir às entidades representativas para brigar pelos outros. Diante do que responde:

[...] É, em parte também, fica muito aquela coisa [...] um grupinho faz, e tem aquele grupinho que fica só para criticar. Eu acho que você vive de críticas, mas críticas construtivas, que você venha dar opinião de alguma coisa. Que você chega: 'Isso aqui está ruim, mas pode melhorar'. Então, no momento que fica um grupo dizendo: 'Isso não presta, isso não dá certo'. Então é difícil trabalhar, conseguir qualquer coisa. Eu acho que está na hora de se sair, se gritar mesmo, pelos direitos, eu acho que os cegos em si, ele é muito... aqui pelo menos o comodismo é muito grande, a gente fica muito fechado, fica no mundo muito nosso, não sai para as ruas. Pelo menos, acho que só o fato de você chamar a atenção, desperta às pessoas que você não está dormindo, pra ser... Então, é necessário sair mais, gritar mais, até uma passeata se for possível, alguma coisa que venha chamar a atenção da sociedade, que isso venha a partir da união das pessoas que isso venha acontecer [...]. (VEDRA, informação verbal, 1998)

160

Para o advogado Mário Cézar, citado em páginas anteriores, uma associação nada mais é do que o resultado daqueles que a compõe. Observe-se o seu arguto raciocínio, ao falar do modo como elas se comportam e qual o papel que elas desempenham, como o desempenham, ou se deseja que o faça:

[...] Olha, eu acho o seguinte: as nossas associações são resultantes de um conjunto de pensamentos de pessoas que vêm em suas histórias individuais, com seus sentimentos pessoais e que se afinam em determinados pontos e que produzem um tipo de postura. Na produção desta postura, vai se ter o retrato da correlação de forças daqueles diversos pensamentos. Então, se você tem um seguimento que está acomodado, que prepondera, a associação também será acomodada; se você tem um horizonte limitado de fazer política, naturalmente que a associação, ela vai ter uma ação política apática [...]. (LIMA, informação verbal, 1998)

Em outros termos, se a associação – e por extensão as demais instituições para cegos – não funciona, não dá os resultados que se espera, é porque os que a compõem fizeram a opção política de não o fazer. Trata-se de um conceito um tanto arbitrário, na medida em que o corpo de associados quase nunca pode fazer valer o seu direito e o seu desejo sobre o corpo

diretivo. Em geral, este último é composto por indivíduos já colocados no mercado de trabalho; principescamente acomodados àquilo que receberam na vida (um cargo público, uma colocação profissional em uma boa empresa estatal e/ou privada; e assim por diante), desconhecendo as vicissitudes daqueles outros que estão fora do mercado de trabalho, daqueles que estão sobrevivendo de maneira precária, esperando que possam obter uma abertura para que possa sonhar com uma competição em condições de igualdade na busca por um lugar ao sol, por uma sobrevivência digna de uma pessoa humana, de um cidadão, entre outras coisas. Como na política eleitoral do país, aqueles são lembrados apenas por ocasião das constantes reeleições da diretoria ou do presidente. Crê-se não ser possível avaliar a atuação das instituições em geral e da associação em particular, a partir da ideia de que seus componentes juntos, serem o maestro de uma orquestra, cujo repertório já está previamente escolhido por uma estrutura social viciada no entorpecente chamado necessidade de ter um indivíduo ou um grupo de indivíduos pelo qual fazer o exercício do bem fazer.

161

O entrevistado que mais se demora e se preocupa em falar sobre as instituições de e para cegos é o músico Herbert Player, igualmente já citado em páginas atrás. Ele começa dizendo que *“foi um choque horroroso”* ter encontrado seu irmão em plena Avenida Copa Cabana esmolando. E segue: *“É por isso que eu acho que as instituições... os institutos de cegos do Brasil, coloque isso, dê uma ênfase bastante grande a isso, ...os institutos de cegos do Brasil são verdadeiros depósitos de futuros esmolês. Essa é a minha concepção [...]”*. (PLAYER, informação verbal, 1998)

Mais adiante, ele busca explicar uma tal concepção, a partir não só da aludida experiência de seu irmão. Ele diz que as estruturas sobre as quais estão fundamentadas as instituições de formação de cegos são estruturas velhas, *“grotescas”*, que retiram os *“cegos de seu ‘habitat natural’, onde ele é reconhecido como cego”* e que tenham uma vida cotidiana normal em contato com as crianças de sua idade, para serem levados para um confinamento com outros cegos, sujeitos a uma convivência quase exclusiva com eles e separando-os das demais pessoas. Segundo ele, isso se dá, em grande parte dos casos, nos primeiros tempos de vida das crianças/adolescentes cegos. Inicialmente, pensa ele, isso dificulta a aprendizagem correta de gestos e hábitos que levam a uma comunicação precária.

Depois, a forma de tratamento muda quando aquela criança cega de então, ao retornar de seus aproximados, após 15 anos de confinamento,

encontra seus antigos colegas já adolescentes, mas não mais familiarizados com ele e com sua cegueira. Para Herbert Player, isso implicaria a perpetuação do preconceito. Para ele, o ideal seria não retirar o cego de seu “habitat natural”. Ao contrário, ele seria

[...] Educado no seu ‘habitat natural’, haveria uma grande quantidade de municípios com cegos; ou seja, o cego seria espalhado pelo Brasil e seria visto se educando no Brasil; brincando com seus amiguinhos que enxergam, de uma maneira limitada, é claro, mas brincando. E outra coisa: nada, nada, nada justifica que o cego não brinque com seus amigos que enxergam. Porque eu andava de bicicleta, mesmo cego [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

Para Player, a integração precisa ser efetiva e realizada dentro do meio em que o cego vai viver a maior parte de sua vida. Não adianta passar uma parte de sua vida confinado a uma instituição arcaica, caduca e sarcófaga, com ensinamentos desconectados com a dinâmica das mudanças ocorridas à velocidade da luz e, depois que completar 18 anos, ser lançado às feras famintas, ávidas por devorá-los de um só arremesso.

E ele enfatiza num texto cheio de reticências, que aqui será transcrito quase integralmente, para que melhor possa ser compreendido o seu pensamento a respeito das instituições de formação de cegos:

[...] Então, nada... nada justifica esse descaso com que é tratado o cego no Brasil. Nada [...], nada. Nem discriminação da família, nem discriminação da sociedade, nem falta de recurso... falta de recurso não é. Porque o governo gasta muito mais com essas instituições de – desculpe a expressão, é porque eu não consigo ser educado com coisas que, ao meu ver, são [...] hipócritas, idiotas, enfim... essas instituições cretinas, que estão aí pra proteger o cego, mas que, na realidade, só desvirtuam, só tornam o cego uma pessoa triste, solitária, cheia de tiques, [...]: tem muitos cegos que ficam assim... se balançando; outros ficam assim, se balançando; outros ficam assim, mexendo com as mãos; ficam... isso é fruto de um lugar onde você só convive com pessoas que além de cegas [...] eu convivi, no instituto daqui da Bahia, com pessoas retardadas mentais... Eu, um menino de 12 anos de idade, na adolescência, convivi com retardados mentais... E eu acho que não tem nada a ver... o cego é como uma pessoa comum, qualquer; que tem que ser tratado como uma pessoa comum; ele só não enxerga; mas sexualmente ele é perfeito – eu estou usando o termo sexual em primeiro plano, porque geralmente o homem latino, ele prefere perder a visão do que perder a potência.

Pode fazer uma enquete em qualquer lugar do mundo, que o cara prefere ser aleijado, prefere tomar um tiro na cabeça, prefere tudo: ele só não quer ficar impotente. Então, eu já usei para provar... o cego ele é sexualmente legal... [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

E Player se extrema em seu posicionamento, indicando que seria mais produtivo e mais interessante em termos de aproveitamento que se pudesse acabar com tais instituições:

[...] Mas, o que eu falo é que, alguns tabus que os institutos estão pregando a vida inteira têm que ser derrubados. E aliás, eu acho que não são nem os tabus que os institutos pregam; são os próprios institutos. Eu acho que está na hora de acabar com esses institutos; e no lugar desses institutos, ao invés de uma escola pra cegos, uma escola pra quem vai ensinar aos cegos. Coloque isso entre aspas e dê um jeito de dizer, que eu estava gritando nessa hora em que eu falei isso... [...]. Chame uma professora de cada município da Bahia, são 415 municípios, são 415 professoras. Quantos alunos existem no instituto? Oitenta. Se você pode manter 80 por 15 anos, porque você não pode manter 415 por seis meses? E uma professora dessa vai ensinar durante quantos anos? Vinte e cinco anos [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

No entanto, ele compreende que não seria uma proposta aceitável, na medida em que não há o interesse do Estado em incentivar esse tipo de ideia, porque, segundo suas próprias palavras:

[...] A sociedade brasileira, ela tem necessidade de ter uma torre; a torre do cego seria, hoje, é os institutos, porque o cego tem que viver a vida dele em função dos institutos. Por exemplo: eu tenho que votar no instituto. Eu acho isso um absurdo! eu ter que votar no instituto, eu acho um absurdo [...] você ter que centralizar a vida de milhões de pessoas, num lugar, numa parede, num lugar que, por sinal, a engenharia e a arquitetura é horrorosa [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

Saliente-se que, comentando a engenharia dos prédios onde funcionam os institutos de cegos, observa-se que não se tem o menor cuidado em estabelecer um desenho arquitetônico que propicie segurança e facilite os movimentos de pessoas que não enxergam. Ao contrário, as colunas são colocadas bem no meio de modo a promover acidentes graves, como é o caso da construção onde funcionara o ICB. Não se tem a mínima preocupação

em verificar que a adequação dos espaços à circulação de pessoas que não veem tornaria um pouco mais seguro o ambiente onde elas vivem uma parte considerável de suas vidas. Mas insistem em reivindicar que os logradouros outros sejam adequados arquitetonicamente àquelas mesmas pessoas por quem, internamente, não se teve a mesma preocupação. E Herbert Player (informação verbal, 1998) relata que:

[...] Lá no Rio de Janeiro, se cometia a estupidez, eu posso provar porque estão lá até hoje; eu tenho os meus lábios aqui, no meio dos meus lábios tem uma cicatriz, que eu cortei numas colunas, que as quinas eram como se fossem uma faca; e daquele mármore... daquele mármore não. De uma pedra porosa, você sabe uma pedra porosa? Ela é porosa e ela é meio áspera... então... bicho, eu me choquei contra essa coluna, eu cortei meus lábios; levou pontos; e mesmo assim eu tenho a cicatriz hoje. Então a arquitetura é grotesca; o lugar é grotesco [...].

164

Depois de dizer não ter revolta de ser cego, ele afirma se sentir muito bem quando se vê aclamado ao subir no palco onde se apresenta, sobretudo pelas mulheres. No entanto, insiste em dizer que sente revolta

[...] da estrutura que se criou pra educação do cego no Brasil. Que é um... volto a repetir: é um depósito de esmolés; futuros esmolés. Se pega uma criança de três anos de idade, coloca naquele ambiente de loucos, de malucos, entendeu, que é uma escola mais feita pra débeis mentais do que pra... aliás, a própria literatura braille foi feita, exclusivamente, pra débeis mentais; porque os livros são ultrapassados, horrorosos, mal impressos, entendeu? Antigamente que se imprimia alguma coisa que preste; porque hoje... Os livros didáticos, esses eu nem falo. Porque você estuda um código civil que está ultrapassado desde não sei quando. Então, como o cego pode aprender? [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

Aqui interrompeu-se lhe o discurso para indagar sobre aqueles cegos que escaparam àquela trilogia: instituto-associação-subserviência. Responde ele a respeito do que seriam eles, além de exceção ou se seriam exceção exatamente porque eles conseguiram escapar à trilogia.

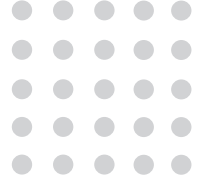
[...] Olha, a maioria dos que estão bem na vida não passaram pelo instituto. Se for olhar direitinho, a maioria dos que passaram... aliás, não. Eu vou colocar de uma forma diferente. [...] A grande esmagadora maioria dos cegos que ficaram de três a 18 anos nos institutos, hoje são esmolés. Eu não vou usar o contrário. Eu vou usar isso. A grande maioria dos cegos que viveram de 3 a 18 anos,

15 anos, dentro de qualquer instituição no Brasil, hoje, são esmolés. Isso desde quando D. Pedro II fez o Benjamim até hoje. E duvido que algum antropólogo ou sociólogo antropólogo me prove o contrário. Eu quero que alguém me prove. Porque se alguém me provar, eu calo a minha boca e nunca mais falo nada. Mas, dificilmente, aliás, difícil não, [é] impossível provar que Herbert Player está mentindo. [...] Alguns que frequentaram, conseguiram vencer; mas a grande maioria dos que frequentaram, durante 15 anos, não venceram. Estão pedindo esmola. Então, prova – essa regra vai provar, exatamente o que eu estou dizendo – que enquanto nós estamos levando o cego pra educação e não a educação pro cego, nós estaremos fadados a ter esmolés na sociedade. Mas eu acho até que isso é feito de propósito, porque a sociedade precisa de alguém para sentir pena [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

Pelo que se pode depreender da fala de Herbert Player, a categoria daqueles que a “sociedade precisa para sentir pena” é composta por cerca de 85% dos cegos que foram alijados da vida social, cultural e produtiva do ponto de vista econômico, cujas principais características podem ser listadas como de ordem estético-higiênica despadronizada, socioeconômica marcada pela busca da sobrevivência a partir das esmolos ou das vendas de objetos, político-cultural marginal e apática. Normalmente, são pessoas de aspecto mórbido, cujo principal talento é divertir os circundantes, na medida em que fazem gracejos, provocam risos e, por vezes, causam asco e repulsa. Esse grupo é geralmente formado por aqueles que não dispõem de qualquer tipo de formação escolar, cujo principal meio de vida está restrito ao recebimento de pagamentos por seus trejeitos e pelo uso da sua voz.

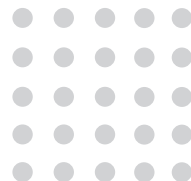
Isso produz a ideia de que se trata de pessoas desprovidas de senso, de razão, de capacidade de compreensão daquilo que se passa à sua volta. Aquele grupo é formado por pessoas que, em última análise, se expõem a uma situação de ridicularização social constante, nomeadamente junto a grandes aglomerações de pessoas. Isso é motivado pela necessidade que elas têm de prover-se do sustento material. Mas saliente-se que essas pessoas não se expõem apenas individualmente, enquanto seres particularmente constituídos e dotados ou não de razão e tendo ou não suas faculdades mentais em plenas condições de funcionamento, por meio delas, é exposto todo um grupo de pessoas que forma parte de um contexto mais amplo, cuja única coisa em comum é o fato de não possuir a visão.

À guisa de conclusão deste capítulo, vai aqui a narrativa de um episódio presenciado por este que ora escreve estas linhas. Em viagem ao interior do Pará em 1997, ouviu-se de um cego que entrara no ônibus para pedir sua esmola e, com o intento de convencer aos passageiros que lhe ajudasse a “comer”, pediu ele que olhassem, já que o homem que estava ali diante deles só comeria se a ele fosse dado. Isso queria dizer que: seria impossível para aquele cego sobreviver de outra maneira que não aquela que ali exercitava.



SEGUNDA PARTE

**HISTÓRIAS E MEMÓRIAS
DE RUMOS E TRAJETÓRIAS**



Nos capítulos que seguem, buscar-se-á historiar algumas trajetórias percorridas por algumas pessoas cegas que conseguiram e/ou que estavam em vias de conseguir superar alguns dos muitos obstáculos que se apresentaram no transcurso de sua vida, possibilitando a oportunidade para que outras, de outras gerações, prosseguissem no desbravamento da imensa floresta de preconceitos, descréditos, discriminações e rejeições, ora explícitas, ora implícitas, ora veladas, ora sem a menor preocupação em esconder suas atitudes devastadoras de ânimos em relação àqueles homens e àquelas mulheres que duplamente se esgotaram em esforços para conseguir se sobrepuser a si mesmos e para que lhes fossem dadas as oportunidades de que precisavam para desenvolver e demonstrar para a sociedade os seus limites e possibilidades.

Ao que parece, indivíduos e/ou grupos de indivíduos, nas suas diversas variantes temporais e espaciais, são trabalhados, durante toda a sua existência, para exercer uma representação dada. Sobre eles, são projetadas certas imagens, talvez deliberadamente distorcidas, sujeitando-os a determinados papéis a serem socialmente representados. A partir disso, são construídos alguns estereótipos e estigmas, aos quais as sociedades condicionam-nos a se moverem e a se comportarem consoante parâmetros há muito consolidados. Para que se chegue ao resultado de modo satisfatório e seguro, os agentes sociais podem recorrer aos diversos instrumentos de que dispõem, tais como a coação político-militar (cujo órgão executor é o Estado mormente, aquele existente nas sociedades de classes) e a coerção, sobretudo aquela cujos instrumentos de sua consecução estão diluídos e ao mesmo tempo quase imperceptíveis no processo de elaboração e de execução da política econômica, na implementação de modelos de educação levados a efeito e na elaboração e reelaboração da cultura a ser apreendida e massificada pela e para a sociedade em questão.

Assim, para que um indivíduo e/ou grupo de indivíduos possa exercer uma representação dada, em uma sociedade igualmente dada, será preciso que preencha requisitos de ordem econômica, política, social, racial e, naturalmente, requisitos que estabeleçam relações com a capacidade ou a incapacidade físico-sensorial: capacidade visual, capacidade locomotora, capacidade cognitiva e auditiva.

De sorte, aqueles que, por quaisquer razões, estiverem fora dos enquadramentos aceitos, difundidos, legitimados e, por vezes, reforçados pela sociedade, passam a ser considerados como indivíduos à margem em relação aos demais que compõem o todo social. É assim que esse grupo posto à margem do curso normal da sociedade representa quase que, naturalmente, um papel social compulsoriamente marginal e secundário. A ele, muitas vezes, é atribuída uma inferioridade incompatível com o potencial que possui enquanto pessoa. Ademais, o condicionamento sociocultural a que é submetido dificulta, quando não impede, o pleno desenvolvimento e aprofundamento de suas potencialidades em proveito da sociedade como um todo. Saliente-se que, ao indivíduo ou grupo de indivíduos marginalizados, o desenvolvimento e aprimoramento pleno de suas potencialidades possibilitariam alcançar o reconhecimento social e a dignidade humana, negadas pela marginalização.

Essa forma de ver o sujeito com deficiência, sobretudo o cego, transforma-o em um ser quase inválido e faz pensá-lo diferente dos demais seres humanos, no sentido de acreditar que, para ele, todas as coisas precisam ser facilitadas ao máximo. É preciso salientar que, como seria de se esperar, o próprio deficiente pode ser diretamente influenciado por aquilo que se pensa sobre ele, internalizando em suas atitudes e reivindicações aquelas estruturas de pensamento que o cercam cotidianamente, contra as quais ele mesmo se insurge, ao ponto de ser taxado de estúpido por aqueles que agem conforme o modo de pensar da sociedade em que vivem. Não compreende nem um e nem outro, que se encontram ambos em situação de franco e silencioso conflito.

De um lado, apresenta-se um velho modo de pensar social, que vem sendo colocado em prática por aqueles que julgam o cego como sendo aquele ser estereotipado tal como lhe foi introjetado por anos e anos de percepção, leitura, filmes, novelas, enfim, pelo dia a dia, reforçado por inúmeros exemplos propiciados por cegos de seu convívio, que incorporam aqueles estereótipos. De outro lado, apresenta-se o novo modo de pensar social, incorporado por aqueles que se debatem veementemente contra tais estereótipos, porque já estão bem além do perfil construído sobre aqueles velhíssimos alicerces.

É assim que a pessoa cega, renovada por uma ideia de si mesma – que procura se apresentar como alguém que, tendo oportunidades iguais e instrumental adequado, pode se superar e vencer os limites sensoriais

e até mesmo sociais a ele impostos, natural ou ideologicamente –, luta e, até mesmo, briga por construir não só um novo edifício, como também por reparar as falhas estruturais de anos, de séculos e de milênios, sem o que sua nova construção estará em constante ameaça de desmoronamento. O choque entre o novo e o velho modo de pensar resulta em um constante desentendimento, em uma constante incompreensão mútua a que estão sujeitas as relações entre cegos e não cegos.

Entretanto, não se perca de vista que o tal conflito entre o velho e o novo modo de agir e pensar existe entre os próprios cegos e até mesmo no indivíduo cego consigo, motivando a diversidade de atitudes tomadas e assumidas por cada um deles ou por cada grupo deles: acomodação, apatia, submissão, rebeldia, insubordinação, luta aguerrida e constante.

Neste arrazoado, a memória é entendida sob a perspectiva de Maurice Halbwachs (1877-1945), quando afirma, em obra já clássica e saída no Brasil em 1990, que mesmo um único indivíduo tem sua memória relacionada com o seu grupo de pertencimento e este tem relação direta com a construção de uma memória coletiva. É nesse sentido que se quer, aqui, tomar a memória das pessoas cegas, como objeto de reflexão acerca das suas histórias e suas trajetórias, visto que as suas narrativas podem ser fontes a partir das quais seja possível encontrar pistas que permitam ao pesquisador reconstruir uma parte da história do cego e da cegueira, bem como o modo como eles construíram os seus embates junto à sociedade, no sentido de desencadear as lutas que propiciassem a sua inserção no trabalho na escola e na sociedade. De igual modo, é possível apreender seu modo de ser e pensar a si e as maneiras como são estabelecidas as relações com as coisas e pessoas que os cercam, além de conhecer algumas de suas concepções políticas e sociais, na medida em que as histórias aqui trazidas se desenrolam em consonância com uma tessitura social dada.

Ao recorrer-se a Michel Pollack, (1989, p. 7) pode se tomar de empréstimo a formulação por ele desenvolvida para dar sustentação teórica ao que se pretende desenvolver neste texto. Afirma o referido autor:

[...] A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, [...], em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos

grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis.

Assim, mediante a apreensão de algumas memórias de pessoas cegas, talvez se possa inferir que as mudanças ocorridas, sobretudo no século XX, são percebidas pela observação de diversas trajetórias, quase sempre individuais, que indicam novos rumos para aquelas vidas, antes sabidamente inúteis e infrutuosas, visto que apenas vegetavam anos a fio, confinadas dentro de claustros materiais e espirituais. Apesar de muitas e naturais exceções, a vida de pessoas cegas nada mais era, até bem pouco tempo, do que uma existência manifestamente inglória e desprovida de sentido, na acepção mais plena do termo.

Nesse contexto, nas próximas páginas, serão apresentadas algumas histórias, memórias e trajetórias que demonstram essas idas e vindas da vida de 12 pessoas cegas, indicando como se dá o movimento dialético, tomando como princípio a ideia de que elas estão em constante luta por modificar aquelas determinações que lhes são inculcadas e, por vezes, inculcadas com base no fato delas não possuírem ou perderem um dos seus sentidos. Naturalmente que os rumos e trajetórias aqui apresentados nem sempre serão vitoriosos, na medida em que algumas experimentaram fracassos em suas tentativas de transformar a sociedade, no que tange às suas atitudes preconcebidas.

Assim é que, muitas vezes, esses fracassos podem ter sido resultados do fato de que algumas daquelas pessoas possuísem uma índole pouco perseverante. Outras podem ter fracassado por razões inteiramente alheias à sua vontade. Mas fique claro que a apresentação de tais trajetórias visa mostrar uma dinâmica construção, algumas vezes coletivas, outras vezes individuais. Essa incessante busca por mudar a forma como a sociedade milenariamente está condicionada a ver o cego, muitas vezes esbarra na falta de meios e de instrumentos para uma consecução equânime, constante e coesa. No entanto, mesmo em forma de mosaico, ela segue sendo feita e precisa seguir sendo feita, sob pena de serem tornados inúteis os esforços já envidados por gerações outras, que lutaram em condições econômicas, políticas, culturais, sociais e tecnológicas ainda mais adversas que as vigentes até então.



CAPÍTULO 3

Histórias e memórias de mulheres

Adriana Borges dos Santos:

“Quem vai me botar no ônibus não é minha bengala?”¹

Conforme proposição de Alessandro Portelli, publicada na *Revista Tempo* em 1996, pode-se entender a “entrevista” como um produto utilizado pelo historiador oral para desenvolver a construção do *corpus* documental com o qual poderá desenvolver as suas tarefas de apreender o seu objeto histórico. Dessa forma, segundo o oralista italiano, é preciso ter em mente que

[...] O processo de transformação, o trabalho da consciência, manifesta-se na entrevista pelo fatigante trabalho da palavra. As interrupções, digressões, repetições, correções que caracterizam a narração [...] são procedimentos constitutivos da oralidade, graças aos quais o discurso oral se apresenta mais como um processo do que como um texto acabado. Estes procedimentos da oralidade põem em evidência o trabalho da palavra, da memória, da consciência. (PORTELLI, 1996, p. 68-69)

173

|||||||

1 Adriana Borges dos Santos teve concluída a sua passagem na vida terrena dez anos após ter concedido a este autor a entrevista aqui analisada. Seu modo de pensar, com alguns ajustes inerentes ao crescer e amadurecer humanos, permaneceu inabalável em suas linhas mais gerais.

Nesse sentido, cabe reforçar a assertiva de ser a memória não um elemento neutro e isento das mediações sociais, mas sim fruto do lugar de sociabilidade do sujeito que se dispõe a lembrar e que, por sua vez, usa da prerrogativa de selecionar o que e quando lembrar. Assim considerada, serão trazidas algumas histórias e memórias da trajetória de Adriana Borges dos Santos (1974-2008), que em busca de afirmação social como pessoa cega, procurou posicionar-se, em termos muito objetivos, acerca de questões inerentes ao ser cego e ao viver sob o signo da cegueira.

Ainda conforme Portelli (1997a, p. 33):

[...] Mas o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico.

174

Talvez seja possível aplicar à narrativa de Adriana – como também às narrativas que serão analisadas nas páginas seguintes – o postulado transcrito anteriormente, na medida em que há um esforço por parte dos narradores em ordenar os elementos constitutivos dos seus “lembrares”, de modo a desenvolverem alguma coerência daquilo que trazem do “passado” para o presente. É nesse sentido que o entrevistador deixou que Adriana narrasse a sua história, sem que lhe fosse interposta quaisquer interrupções, com o fito de permitir-lhe o fluir do seu rememorar. Dê-se lhe a palavra, a fim de que possa apresentar ao leitor alguns dos elementos constitutivos de si, enquanto pessoa inserida na vida e na sociedade.

Meu nome é Adriana Borges dos Santos; eu sou baiana de Salvador, quer dizer, meu nascimento é de Minas Gerais [...] eu nasci em Belo Horizonte. Desde pequena, eu vim para cá, fui criada aqui, eu nasci em 1975,² já que eu tenho 22 anos, agora,

|||||||

2 No momento em que a conversa era gravada, o entrevistador não conhecia dados civis da narradora e não atentou para um lapso de sua memória, ao afirmar ter nascido um ano depois daquele que fora indicado no seu registro de nascimento, embora não tenha se equivocado ao assinalar dia e mês. Optou-se por conservar a fala como foi proferida originalmente pela narradora.

nasci em 15 de setembro [...], e meu motivo de perda da visão foi glaucoma congênito e atrofia do nervo ótico. Certo? [...]. A descoberta do meu problema de vista foi uma descoberta tardia. Porque quando meus pais perceberam o meu caso, eu já estava grande, então já não tinha mais como remediar, como controlar a perda. Isto foi descoberto quando eu tinha por volta de sete, oito anos de idade e eu já estava sendo, inclusive, alfabetizada pelo método normal. E até hoje eu lembro que a gente descobriu isto em um dia da criança, dia 12 de outubro [...], tiramos o dia né, [...] pra passearmos, pra nos divertirmos em família, e tal e minha irmã ficava o tempo todo comigo – eu tenho uma família grande, somos em nove e uma das minhas irmãs chama Patrícia.

Ela tava me segurando, e minha mãe ficou observando aquilo e teve uma hora que minha mãe disse a ela:

– Pate, largue Adriana porque ela sabe andar sozinha.

Ela disse:

– Ela sabe andar, mas ela não está vendo.

Aí minha mãe disse ‘bom...’

Pate, na época, estava com 10, 11 anos de idade. Pate estava percebendo de mim, e minha mãe não estava percebendo o meu problema. Isso em virtude da ausência dela, né? Dentro de casa. A gente morava num apartamento grande e eu, desde pequenininha, sempre fui muito curiosa, muito sapeca, então eu aprendi com muita facilidade a me deslocar no ambiente, né? E, nesse período, eu ainda enxergava: um ano, dois anos, três anos, até seis anos e meio, sete anos, eu enxergava muito bem...

Então, a gente se mudou com seis anos, sete [...] aí foi que minha mãe começou a perceber algo... algo muito esquisito: eu me deslocava com dificuldade – não com dificuldade total, entende? E andava pouco e cada dia eu ficava [...] Uma coisa que eu me lembro até hoje, eu assistia televisão de perto. Eu não conseguia me distanciar da TV. Aí minha mãe começou a questionar o que era aquilo. Me levou pro médico, meu pai também e descobriram que eu tinha glaucoma e que o problema era irreversível, eu passei dois anos fazendo tratamento no nervo ótico e, mesmo neste período, eu ainda tinha um resíduo razoável. Eu via sombra, eu via cores, eu via letras, letras de livro em tinta, tanto que eu já estava sendo alfabetizada; já escrevia, já lia e fiquei nisso até uns 11 anos. Aí foi quando eu [...] perdi né, totalmente a visão. E o que eu vejo hoje é sombra, assim mesmo no sol, um reflexo muito pouquinho de luz, de cores [...]. Agora eu vejo claro e escuro, vejo luz..., se você colocar sua mão na minha frente, eu vejo sua mão, entendeu? Coisas assim. Mas, em relação ao que eu via antigamente, é nada!

E fiquei indo e vindo de Belo Horizonte, até que meus pais resolveram me des-cansar; eu já estava ficando desgastada; eu ainda tinha esperança de voltar a enxergar mesmo os médicos desenganando meus pais, meus pais, meus pais conversando comigo... Agora, a reação de minha mãe foi meio traumática, né?

A mãe é sempre abalada. Primeiro que ela [...] pensa muito nessa coisa de dizer 'oh, que foi que eu fiz...' Aquela coisa de dizer 'será que eu mereço ter um filho portador de deficiência', né? Isso passa por toda mãe, eu acho, por toda família... E meu pai não. Meu pai é daquele tipo que se precisar vender o mundo para o filho enxergar, vende, entendeu? Então eles se desfizeram de algumas coisas que eles tinham, que nós tínhamos, o apartamento; a gente foi para uma casa muito mais simples, carro e... sabe, pra poder... Viagem no final do ano, já não fazíamos tudo por conta da perda da minha visão. Então, tinha que ser investido no meu tratamento. Então, em detrimento disso, fui pra Belo Horizonte, fiz, fiquei no Hilton Rocha e me operei aqui também, aqui em Salvador no Ibop, aquele hospital que tem ali no Canela. E foi o que piorou, né? Que os médicos lá em Minas é que disseram; primeiro me operei aqui, pra depois ir pra Belo Horizonte; isso com uns sete anos... e depois eu fui pra Minas. Quando cheguei lá os médicos disseram que o tratamento tinha sido encaminhado de maneira errônea, né? Eu era pra ser somente tratada com colírios, controle de pressão e tudo mais.

Mas, depois disso, eu comecei a estudar o braille na escola regular; e sempre estudei na escola Sátiro Dias, uma escola lá na Pituba e aprendi a ler o braille com muita facilidade também, [...] como eu fui muito curiosa, né? Gostava muito de ler, gostava de pegar, gostava de mexer e de me descobrir... eu, eu... por exemplo, eu descobri rapidinho, todos os pontos da reglete, o que eu podia e o que eu não podia fazer; eu destruí uma reglete numa facilidade incrível. Mas eu descobria rapidinho o manipular, mexer e aprendi a ler rápido e foi isso. (SANTOS, informação verbal, 1998)

Como se pôde perceber, a narrativa de Adriana fluiu de modo torrencial, visto que os eventos foram narrados de maneira a dar um sentido a uma certa cronologia, de modo a criar uma certa temporalidade, na qual as coisas se sucediam como se fossem uma sequência linear, não tendo havido outros interstícios cotidianos que houvessem transcorrido desde o seu nascimento até os momentos de enfrentamento da descoberta da cegueira. A narrativa não deixa entrever o nascimento de outros irmãos, enfrentamentos de situações e circunstâncias envolvendo os seus pais,

por exemplo. Talvez a isso se aplique a proposição de Alistair Thomson (1997, p. 56, grifo do autor), que diz que

Compomos nossas reminiscências para dar sentido à nossa vida passada e presente. *Composição* é um termo adequadamente ambíguo para descrever o processo de ‘construção’ de reminiscências. De certa forma, nós as compomos ou construímos utilizando as linguagens e os significados conhecidos de nossa cultura.

Volte-se, pois, ao processo narrativo de Adriana, no qual ela faz algumas observações importantes, no sentido que apontam para uma espécie de “percepção” da cegueira. Diz a entrevistada:

[...] Agora, o que é engraçado... o que, até os dez anos, eu não me descobri cega. Eu descobri na escola. Eu conversando com os meus amigos, os coleguinhas e era assim: como eu tinha resíduo visual, então, e minhas irmãs estudavam comigo, na mesma escola, então, eu não era cega. E porque não tinha outro não tinha... quando eu ia pra os lugares, e tudo, eu participei umas três vezes de brincadeiras e tal, lá no instituto, então, no meio dos cegos totais eu enxergava, porque eu via algumas coisas. Então eu era dessas brincadeiras. Então, eu me sentia anormal. Eu dizia: ‘Se todos aqui não enxergam, por que que não querem que eu brinque com eles?’

Eu não tinha em mente que existia um resíduo visual, entende? E quando eu cheguei na escola normal, o pessoal dizia: ‘ela não vai brincar com a gente não, porque ela é cega’.

Então eu comecei ‘eu, cega?’ Ai foi que eu vim perceber o que é cegueira, aí foi que eu vim perceber o quanto que eu era diferente e igual aos outros, né? Ao mesmo tempo. Mas depois eu fui me adaptando, até [...]. (SANTOS, informação verbal, 1998)

Acredita-se que ela exprimia exatamente a ideia de que sem a visão e, no seu caso naquele momento, sem o resíduo visual, não poderia sobreviver, sucumbiria ao tédio, à dependência de tudo e de todos. Na verdade, era a ideia daqueles que veem, que projeta toda a sua existência físico-psíquica na capacidade visual. É nesse sentido que a narradora diz que “*[...] Entre 12 e 14 anos eu fiquei revoltada mesmo, assim, que [...] eu achava que não tinha jeito, que a gente não tinha [...], que não tinha como sobreviver e tal, mesmo eu sobrevivendo, entendeu?’* (SANTOS, informação verbal, 1998)

Embora tenha procurado se instrumentalizar para ganhar um certo nível de independência de movimentos, como grande parte das jovens da sua época e idade, mesmo às cegas, Adriana conclui a 'locomoção' com cerca de 12 anos, mas demora um pouco para colocar o aprendizado em prática, por razões que detalhará mais adiante. Assim ela diz que '[...] E, só comecei sair de fato sozinha há... quatro ou cinco anos atrás, por aí aos 17, 18 anos, por aí. Foi quando eu entrei no Severino Vieira, eu estudei lá – fiz todo o meu primeiro grau no Sátiro Dias e todo o meu segundo grau ali em Nazaré, no Severino Vieira. Aí, eu entrei no Severino e a minha vida ganhou uma normalidade, né? Aí sim, eu comecei a viver mesmo. Tudo era normal'. (SANTOS, informação verbal, 1998)

Aqui cabe uma interrupção para retomar um ponto apenas tocado de leve pela narradora. Ela deu algumas pinceladas acerca da reação de sua mãe e da sua própria reação à cegueira. Pediu-se a Adriana Santos (informação verbal, 1998) que se demorasse um pouco mais sobre essas questões:

178

[...] Olhe, eu... minha mãe, como é que eu posso dizer [...] ela tem... minha mãe nunca foi fervorosamente religiosa. Certo? Ela é uma pessoa que hoje tem 50 anos, chama Edna Borges dos Santos e minha mãe se sentia culpada da perda da minha visão, porque, quando eu era pequena, minha mãe tava em fase de separação, certo? Término de casamento e separaram; então ela, ela tinha que sair de casa pra trabalhar e deixava [...] e nós ficávamos com alguma tia, ou com a irmã mais velha, sempre olhando, né? Então, quando os médicos disseram 'não, mas ela tava perdendo a visão, desde pequenininha!' E minha mãe se sentiu assim... 'poxa, mas eu nunca descobri isso!' Ela... se sentiu culpada mesmo, sabe?

Ela inclusive já falou isso várias vezes – antes, hoje não cabe mais... Mas, antigamente, ela dizia: 'Não, mas a culpa é minha; não doutor, mas a culpa é minha'.

Então, minha mãe se sentiu muito mais abalada com a minha cegueira do que eu mesmo. Porque eu era criança; eu não me percebi cega; porque, eu tinha, [...], na minha cabeça que toda criança via como eu via. Mesmo eu percebendo que hoje eu enxergo o que tá lá na porta do setor braille e amanhã eu não enxergo, sobretudo quando criança, eu achava que isso acontecia com todo o mundo. Entendeu? Eu não conseguia ter a dimensão... a dimensão do meu problema. E minha mãe já era adulta; depois que descobriu, começou a acompanhar de muito mais perto, o quanto pudesse trabalhar comigo... e o tempo que eu fui internada, minha mãe sofreu muito; porque eu fiquei internada cerca de 20 dias, foi uma parada! Eu era pequena, eu era criança, e aí, ela ficou realmente muito traumatizada com a situação.

E meu pai não. Meu pai achava que... meu pai sempre teve isso em mente: enquanto tiver como a gente lutar, a gente vai lutar pra que ela recupere ou conserve alguma coisa. Porque uma coisa é verdade: nem um pai nem uma mãe, enquanto não... enquanto não... não participa de uma maneira passiva da cegueira dos outros, quando acontece na sua família, com seu filho, com sua filha, acha que é o pior, o fim do mundo, que aquela criança nunca vai conseguir sobreviver com deficiência... E minha família foi assim. Minha mãe e meu pai, eles foram assim. Mas isso foi mudando, muito por mim... é... por minhas irmãs, né? Que deram muito apoio para que eles se desfizessem de tudo e apostassem tudo em mim... e sempre dizendo assim: 'Não, mas eu conheço, tem outros, e se fulano e fulano sobrevive, por que que Adriana não vai sobreviver?' E com isso a gente foi crescendo, né? Foi melhorando.

O entrevistador procura retomar agora uma outra questão já rapidamente abordada pela narradora, quando afirmou que, aos 12 ou 13 anos, vai descobrir de fato que não via, que era diferente, que, de alguma forma, poderia estar até sofrendo alguma discriminação, rejeição, ao que ela atalha:

[...] E tava. E tava. [...] Eu... Eu... logo no começo, eu fiquei muito, muito revoltada. Revoltada, revoltada, eu fiquei de uma maneira que eu ficava deprimida com muita facilidade, eu ficava angustiada e foi por isso que minha mãe... foi procurar a Secretaria de Educação e comprou até uma briga, né? Com professora Silvaneyde, com professora Camilla,³ porque elas diziam: 'Não, mas ela tem 12 anos, ela tem 13 anos, como é que você quer que ela tome locomoção?' [...].

E minha mãe queria mais era ocupar meu tempo... e eu fui... eu fiz dança, sabe? Eu saía muito de tarde; eu fiz datilografia muito cedo... tudo por conta dessa depressão, que ela, ela queria arrumar uma forma, não é? de que eu ficasse menos tempo em casa, porque o tempo que eu ficava em casa, eu ficava pensando; o tempo que eu ficava pensando, eu ficava deprimida. Então, quanto mais ficasse na rua, entrando em contato com outras pessoas, com outros ambientes, com outras famílias, era melhor. Né? E... E aí eu fui melhorando... Mas também não foi uma revolta de dizer assim 'eu vou me matar'... nada disso. Eu nunca cheguei a este extremo não. Graças a Deus [...]. (SANTOS, informação verbal, 1998)

||||||

3 Por uma questão de ética, os nomes citados pela narradora foram trocados por nomes fictícios, uma vez que as pessoas mencionadas foram entrevistadas para a elaboração da pesquisa, mas não autorizaram o uso dos seus nomes reais na presente obra.

Prossegue a narradora:

[...] E por conta disso, eu fui, aos 12 anos e meio, 13 anos, pra locomoção,⁴ eu tinha vontade de sair e minha mãe não deixava, por superproteção, tudo mais. Então, tomei locomoção muito rápido; [...] E só comecei sair de fato sozinha há quatro [ou] cinco anos atrás [...], com 17, 18 anos. Foi quando eu entrei no Severino Vieira [...]. Aí a minha vida ganhou uma normalidade. Aí sim, eu comecei viver mesmo de uma maneira normal; porque até então [vivi] com superproteções, com... irmãos protegendo, pais, tia, avó... porque, em toda a minha família, só eu que não enxergo [...] E mulher e não enxerga; eu sou uma das caçulas; só tenho mais uma irmã depois de mim e dois irmãos. Então, todo mundo paparicava, porque ela não vê; todo mundo protegeia, porque ela não vê; todo mundo acobertava algumas coisas, porque ela não vê; e isso foi mudando depois que eu fui pra escola; porque a justiça, ela é igual pra todos. (SANTOS, informação verbal, 1998)

180

Nesse ponto da narrativa, Adriana começa a tocar em um tema que lhe parecia bastante caro e, talvez por isso, tenha demorado grande parte da entrevista ampliando, explicando e debatendo as suas posições sobre o assunto. Daqui para a frente, ela vai se esforçar por esmiuçar o postulado que compreende um certo paradoxo para a pessoa cega. Em sua narrativa, ela afirma ter encarado como um problema o uso da bengala e, por isso mesmo, entendeu que não se tratava de uma postura única, mas sim como sendo encontrável entre outras pessoas cegas, sobretudo aquelas das suas relações. É assim que ela aborda a questão do uso da bengala, na medida em que toca num ponto da vida do cego que pouco se tem percebido, até mesmo por quem vive o dia a dia de um cego. Observe-se que, entre o período em que toma a locomoção, ou seja, passa a estar apta para andar na rua com o auxílio de sua bengala e o tempo em que efetivamente a põe em prática, decorrem aproximadamente seis anos. Todo esse tempo, ela fica apenas como detentora de um instrumento que não se dispõe a usar, em função de um sem-número de razões a partir das quais ela levanta uma questão vital para a pessoa cega: usar ou não usar a bengala?

||||||

4 Termo usual entre as pessoas cegas que significa realizar atividades que permitam sua independência de movimentos. Em termos técnicos, isso significa fazer o treinamento de orientação e mobilidade.

Ela começa a abordar o fato de haver uma rejeição da bengala, uma espécie de vergonha daquele objeto por parte dos cegos, sobretudo das cegas. Ora, parte-se do pressuposto que a bengala é o instrumento de liberdade, de independência e de autoafirmação da pessoa cega, uma vez que nela se deposita todas as suas esperanças e todas as suas expectativas de mobilizar-se livremente por todos os lugares que ela precise ir, que lhe propicia a possibilidade de reivindicar oportunidades de trabalho, de mostrar sua capacidade profissional e intelectual. Posto isso, na prática, uma tal atitude de recusa seria como se estivesse rejeitando receber sua carta de alforria, uma vez que estaria sendo liberta da “escravidão” – física e psíquica –, representada pela necessidade de uma pessoa que sempre lhe pudesse levar e buscar nos lugares, indo de encontro a um anseio alimentado por ela mesma durante anos a fio.

É importante notar que se estabelece aí uma contradição, na medida em que se rejeita, ao mesmo tempo, duas coisas. Em primeiro lugar, tal atitude aponta para a rejeição da sua cegueira, visto que a bengala é um indicador incontestado de que seu usuário é alguém que não vê, daí precisar de seu auxílio. Isso significa uma rejeição de si mesmo, enquanto pessoa que precisa interagir com as outras pessoas, desde as que formam parte de sua família até aquelas que formam todo o restante do corpo social. Em segundo lugar, está se rejeitando aquele instrumento que lhe proporcionará a liberdade quase que absoluta, na medida em que lhe abre os horizontes diante de si e diante daqueles que o cercam. Uma vez rejeitando o uso de uma bengala, se está dizendo que não se quer andar, trabalhar, estudar, crescer, lutar pela vida, pela sua emancipação social, econômica e cultural, pela sua autonomia política, enfim, pela sua inserção na escola, no trabalho e na sociedade.

Adriana Santos (informação verbal, 19998), assim, explicita os seus pontos de vista sobre o tema:

[...] Mas eu era assim, eu dizia assim ‘eu não, eu não tô vendo, como é que eu vou usar bengala?’ Tive muita vergonha de começar a usar bengala, porque quando a gente tem um resíduo visual, a gente usa daquele resíduo, não é? Pra, pra facilitar a nossa locomoção. Quando a gente não tem e é inevitável que a gente use bengala: meu deus, todo mundo olha! Porque as pessoas são acostumadas com cegos; mas, todo mundo olha pro cego na rua. E eu via que todo mundo olhava. Então, eu tinha vergonha mesmo. E isso eu acho que passa por todo... todo,

todos os cegos; pelo menos as cegas passam por isso. As colegas, todas que eu conversei, todas que perderam a visão depois ou estão ainda em processo de perder a visão, todas passam por isso. Todas, todas, todas [...]. Homens, parece que homem, homem pra essa questão de cegueira, de adaptação e tal, é muito mais... muito mais fácil, porque homem tem que, que encarar mesmo a vida, né? Mulher não. Ainda sai muito com a irmã, então se vale muito da irmã... E aí? Eu mesma passei muito por isso; Como eu saía muito com minhas irmãs, então, não usava bengala. E aí depois que eu mudei, minha irmã foi pra escola técnica, a outra foi estudar no Central, eu tive que ir pro Severino, como era que eu ia? Minhas irmãs iam ficar me levando e me buscando? Entendeu? Então, é... que isso da bengala tomou um tempo danado. Mas foi o que mais [...] assim, demorou mesmo. Foi o período mais demorado da minha vida; Assim, foi de 12, o período que eu tomei locomoção, até... meu primeiro, segundo ano no Severino Vieira. É um tempo muito longo! Cerca de seis, sete anos, não é?

Como parece indicar a fala da narradora, a primeira das preocupações está centrada no fato de que todas as pessoas vão observá-la empunhando uma bengala, um instrumento estranho à maioria das pessoas, visto que se trata de um apoio que não se faz necessário, a menos que não se enxergue, que é o caso. Esse instrumento perderia, então, toda a sua importância na condução da pessoa cega rumo à conquista de seus ideais. Nesse instante, para a entrevistada, a bengala apenas é vista como aquele bastão que vai à sua frente indicando obstáculos, de toda sorte; ela não está sendo vista como um instrumento de afirmação pessoal da pessoa cega. É interessante notar que ela acredita ser essa rejeição uma questão mais diretamente relacionada com as garotas cegas, o que deixa entrever duas coisas. A primeira é uma forte preocupação estética: “*eu, sair com esse fardo, esse negócio pesado, feio, horrível!*”. A segunda, uma negação de si mesma como cega, conforme conclusão da própria entrevistada, que afirma:

[...] Pode reparar isso: se você tiver saindo comigo ou com qualquer outra das meninas, geralmente, o que é que a gente faz? Dobra a bengala. Isso eu acho que é uma coisa inconsciente do negar a cegueira. Eu acho. Eu faço muito isso. Mas eu acho que isso seja. Mas isso, isso... faz, por exemplo, eu saio muito com meus colegas e as pessoas dizem muito isso assim: ‘ele não enxerga. Por que que ela não conduz ele?’ E, de uma certa maneira, a gente diz assim: ‘puxa, eu ainda sou normal’. Entendeu? Lá no fundo, eu acho que passa por isso. Eu acho [...], eu acho

que passa por isso. Lá no fundo, no fundo. Porque é fácil você aceitar, [...] mas querer ser cego, ninguém quer ser. Entendeu? Isso é uma verdade. Ninguém quer ser cego. Quanto mais... quanto mais, entre aspas, 'normal' a gente for, melhor, porque a gente está sofrendo menos preconceito. Então, no momento em que eu escondo minha bengala e saio com você e você me conduz, claro que o cego ali é você. Então, as pessoas te discriminam, mas não me discriminam, até que descobram que eu sou cega e aí a discriminação vem em dobro. (SANTOS, informação verbal, 1998)

O entrevistador propõe uma provocação à narradora, indicando-lhe que, talvez, aquela demora para de fato se locomover sozinha que ela experimentara não foi necessariamente uma dificuldade de confiança de sua mãe, ao que ela responde, de modo um tanto ambíguo, visto ter afirmado inicialmente que não, para, logo em seguida, dizer que sim. Observe-se o seu postulado:

[...] Não. Foi, foi mais... Foi também. É, foi também, porque mãe com filha, tem aquelas coisas [...] e a marginalidade e quem vai atravessar a rua, quem vai botar no ônibus... Então, ela... quanto mais ela... pudesse evitar que saísse, principalmente saísse sozinha, melhor. E eu me apoiava nisso, porque eu não precisava usar bengala, entende? Não gostava quando alguém ia lá em casa e – porque minha vó sempre fez isso. 'Oh, eu tenho uma neta que é cega'. Como se cegueira fosse vitrine, entendeu? Eu odiava isso da minha vó. Odiava, odiava, odiava. Eu dizia assim: 'Poxa, eu não sei porque minha vó tem mania de querer exibir uma coisa que não é bonita'. Entendeu? Depois, eu mesmo comecei a trabalhar isso de uma outra maneira. Oh, sabe de uma coisa, se ela tá me mostrando, é pro povo me ver mesmo; eu vou é mostrar, vou mostrar como eu leio, vou mostrar como eu escrevo e aí pronto... Aí já foi uma mudança que eu mesma me propus a isso, entendeu? Eu disse: não. SE eu ficar o tempo todo nisso, eu nunca vou mudar, eu quero mudar. E mudei. Inclusive, eu acho que se não acontecesse... que se minha vó não entrasse nesse processo de [...] 'venha ver minha neta que é cega' [...] eu nunca ia... talvez eu nunca mudasse, pelo menos, não ia mudar tão rápido, como mudei. Aí quando chegou na escola né, eu fui muito namorada, pronto. Arranja um namoradinho, sai com o namoradinho [...] pronto... cabou vida, né? Cabou vida de angústias, depressões, não é? [...]. (SANTOS, informação verbal, 1998)

Em mais uma provocação do entrevistador, a propósito da última frase da narradora, propõe um retorno a um ponto de sua fala, quando ela diz

que a aceitação da realidade passou a se fazer sentir a partir do momento que ela trabalhou a questão da bengala, que ela também passou a observar que não poderia estar sempre tutelada pelas suas irmãs, até porque, continuou ele para retomar o fio da narrativa, não ia ter graça ela sair com o namorado e a irmã ficar ali.

[...] Ah, ia ser ridículo! Ridículo... Inclusive, hoje em dia, eu falo muito pras minhas colegas, né? 'É, fulana, procure de vez em quando sair com a bengala na mão, porque não é bom você ficar retardando. Um dia você vai ter que usar; então, que esse dia você aproxime mais, e você tenha uma relação melhor com a sua bengala'.

E Adriana sustenta uma proposição acerca do estabelecimento de uma “relação” pessoal com a bengala, quando ela diz que

184

[...]. Uma coisa que eu aprendi muito, sabe o que é? Que um amigo meu até que me ensinou isso, um amigo que enxerga, inclusive: 'por que você não bota um nome na sua ajudante? Bote um nome na sua bengala!' Cria uma relação muito mais íntima com ela, você cuida dela como se fosse uma filha. E isso funciona [...], realmente funciona. E o nome da minha bengala é Gabriela. (SANTOS, informação verbal, 1998)

Arrematando a questão da rejeição da bengala, a narradora firma resoluto que, aos 18 anos, precisando dar rumo e sentido independente à sua vida, acaba por conscientizar-se não só da utilidade da bengala, mas também de sua importância enquanto meio de emancipação e, por via de consequência, passa a ver a bengala como uma forma de encontrar-se consigo mesma, agora já se encarando como cega e, como tal, como alguém que não pode prescindir, sob quaisquer hipóteses, do seu uso. E diz com a firmeza e com a ênfase que lhe caracterizam: “Oh, sabe de uma coisa, quem é que vai me botar no ônibus, não é minha bengala? Quem?!”

Passando para outro tema não menos polêmico, ela, uma vez mais, inova com afirmações que, em princípio, surpreendem, mas ao mesmo tempo forçam o ouvinte/leitor a fazer uma reflexão e aguçam a curiosidade para que se promova uma observação.

[...] Eu sempre namorei com meninos videntes; eu acho que pode até... eu não afirmo, mas pode até ser uma forma de negação... Claro que tem os dois lados da moeda... pra o homem arrumar uma... pro menino cego arrumar uma namorada vidente é mais fácil do que pra gente. Porque pra mulher tem todos os preconceitos... Todos. E quando a mulher é 'especial', entre aspas, o preconceito é mais acentuado ainda; e o homem não; sendo homem, mulher já vai atrás... pode ser mudo, cego, aleijado ou capenga, pode ser o que for, é homem. Entendeu? Então, a mulher tem uma flexibilização maior em aceitá-lo. E o homem não. O homem tem que ser... 'sim, não enxerga, mas é muito bonitinha'. Entendeu? É muito difícil você, por exemplo, ver uma menina que não enxerga, fora dos padrões sociais, ou seja, gorda, desarrumada, não estudada, com um menino razoável, um homem razoável. Muito complicado. (SANTOS, informação verbal, 1998)

Assim, ela entabula o seu discurso que fez parte de uma ideia que – não se sabe até que ponto – permeia o pensamento das jovens cegas, mas que ela defende com vigorosa ênfase e convicção. Suas afirmações chegam a chocar, na medida em que ela coloca em evidência uma rejeição do cego pelo cego. Como tal, coloca em cheque toda uma formulação que pretende ser o discurso de luta dos cegos, que é a reivindicação de igualdade de tratamento da sociedade em relação a eles, enquanto minoria social. Isso pode indicar que, dentro de suas próprias fileiras, persiste uma discriminação. Pior que isso, uma tentativa de nivelar-se aos que veem a partir da escolha de seu parceiro ou de sua parceira, refreando ou deixando de lado quaisquer vestígios de afetividade ou de preferências outras, que não aquela de poder ter um parceiro que lhe possa servir de meio de aceitação pela sociedade, como se fosse uma moeda de troca. Aliás, uma troca muito difícil, já que ele precisa ter alguma coisa muito maior para proporcionar a quem se propuser fazer esse tipo de negociação social.

Diante da insistência do entrevistador, no sentido de ampliar a sua reflexão sobre a questão, ela acaba por reafirmar isso. Ao tocar num ponto tão discutível, que é a questão do homem cego mais facilmente arrumar uma garota que enxerga para ser sua namorada, suscita grande perplexidade, por não ser a experiência do interlocutor compatível com tal afirmação. Nesse ponto da entrevista, acontece uma interferência maior do entrevistador, ao ponderar que lhe parecia ilógico que, guardando-se as devidas proporções, havia de se reconhecer que as garotas cegas encontrariam um

pouco mais de dificuldades aqui, principalmente para casar. Para namorar, talvez não tanto, mas principalmente para casar. O cara certamente vai querer uma mulher que ele tenha certeza que fará tudo para ele, com ele, mais ele etc., ele não vai apostar na dúvida: “será que fulana pode fazer isso ou aquilo? Será que aquela garota, apesar de inteligente, apesar de esforçada, aplicada... Apesar de tudo isso, será que ela é capaz de assumir uma casa como...?” Então, esse seria o ponto de maior dificuldade de uma garota encontrar um sujeito vidente. Já a mulher, que ela diz ser mais flexível, ao mesmo tempo ela parece ser muito mais preconceituosa do que o homem, porque a preocupação do homem é a preocupação mais material, mais concreta, quer dizer, “ela vai poder fazer ou não vai poder fazer? Ela vai poder ser ou não vai poder ser?” A mulher não. A mulher verá muito mais o seguinte: “como minha mãe, minha amiga, minha irmã etc. vão me ver, vão me encarar sendo namorada, noiva ou mulher de um sujeito que não enxerga?”

186

A essas ponderações, ela assim responde:

Eu, eu, [...] quer dizer, eu concordo, mas eu acho que o preconceito da mulher é mais... o preconceito da mulher cega... que a mulher cega passa é maior, porque o homem sempre está procurando uma mãe... Primeiro, tem a mãezinha dele, boa, maravilhosa, e depois ele começa a namorar e quando vê que aquela pessoa é a pessoa que ele gostaria de casar e tudo mais... então, ele sempre... Hoje em dia, isso mudou, eu acho... isso mudou mais; eles já aceitam, porque, hoje em dia, o homem já faz as coisas dentro de casa... o homem trabalha como... Ele já participa de uma forma mais ativa na... nos afazeres domésticos e tal... então, isso eu acho mais facilmente superado, do que uma mulher vidente... Não... Eu acho que isso pro homem, mas ele sempre [...] ‘mas ela é cega...’, entendeu? ‘e mas...’ [...] É complicado... pra gente realmente é muito complicado... Tanto que você vê nas estatísticas: se você analisar um pouquinho mais... de... eu conheço um número razoável de homens e mulheres cegos; e que eu estou me lembrando agora, nesse momento, só tem duas colegas minhas que são casadas com homens videntes. Casadas. E... os homens não... Os homens se têm um grau intelectual... sobretudo intelectual maior, num instante arrumam mulher pra casar [...]. (SANTOS, informação verbal, 1998)

Aí ela carrega na ênfase, repetindo sua afirmação, recheando-a de um tom bastante solene e convicto.

É verdade, é verdade; é verdade. Quando você... quando você vai procurar nas estatísticas, se é um menino de primeiro segundo grau que tem uma profissão, digamos assim inferior [...] Então eles mais facilmente casam com cegas, se conformam com a cega. É, isso é uma verdade. Mas o homem, o que estuda, não sei o quê, não. Você tira pelos nossos colegas. Eles sempre estão procurando a menininha da universidade, a menininha do trabalho, entendeu? A menininha, mesmo que... do bairro, mas que tenha o mesmo nível que ele ou pode até ter um nível inferior, mas... e ela, óbvio, dá graças a Deus porque ele é cego e tudo, mas ele é universitário, ele faz mestrado, ele faz doutorado, entendeu? É assim. Isso acontece. Isso é normal. Normal. Eu acho um absurdo... mas é normal. (SANTOS, informação verbal, 1998)

Percebe-se que é um tema que não se esgota aqui, porque se trata de uma questão social para os pesquisadores levantarem: quem tem mais preconceito, o cego em relação à cega, a cega em relação ao cego ou o vidente em relação aos dois? É difícil estabelecer um parâmetro, a não ser que se saia pegando casos, mas, ainda assim, é complicado porque cada caso é um caso. Por exemplo, algum cego pode achar esta ou aquela garota uma pessoa interessante, independentemente de ser cega ou não. Mas você pode achar exatamente o oposto. Aí se vai jogar para o campo do preconceito? É arriscado afirmar peremptoriamente, afinal um cara que vê pode achar uma menina cega super legal, bonita, irresistível, mas o outro, que também vê, pode achar, independente de não enxergar, uma menina comum. Ele pode dizer que encontra uma melhor ali na frente, talvez até também cega. Mas aí se vai jogar para o campo do preconceito? É difícil tirar conclusões sem um trabalho de pesquisa inteiramente voltado para essas questões.

Entretanto, convém atentar para o fato de que uma afirmação, feita por uma jovem de 24 anos, é corroborada e reforçada pela experiência de uma pessoa que já passava dos 50 anos e que apresenta os mesmos argumentos e a mesma ênfase que a da primeira. Trata-se de Marilza Vieira de Matos (1946-), então com 52 anos, funcionária do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) na área de programação de computadores há mais de 20 anos e, no momento que concedera a entrevista, era estudante de Filosofia na Universidade Católica do Salvador (UCSal), que se referindo a um companheiro cego que tivera, cuja relação durara dois anos, comenta que as ideias da família dele foram fundamentais

para o fim do relacionamento. E, diante de tudo que vivenciou, ela conclui, de modo irônico, como sendo o pensamento de seus familiares:

[...] Na verdade, ele tinha que ter uma mulher que enxergasse, que ele podia ter um carro, que ele podia ter uma motorista; que ele podia ter isso, ler aquilo. E aí para o homem cego arranjar uma mulher que enxerga, é até mais fácil, até pela própria natureza da mulher. Só que tem uma coisa, [...], eu já percebi, não sei se é a regra, mas, pelo menos na maioria das vezes, existe o desnivelamento cultural entre o homem cego e a mulher que arranja, com quem ele casa. Na verdade, ele não casa com uma pessoa de igual para igual, ele casa com uma pessoa para lhe servir, isso eu acho também uma sacanagem [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

Por esse raciocínio, poder-se-á concluir que, na melhor das hipóteses, esta seria apenas a fêmea da cama e da mesa: uma empregada de luxo, de papel passado. E ela arremata:

188

A mulher quer casar, que ela também por ser socialmente colocada numa situação inferior, de repente quer um cara inteligente, cego, mas tem emprego [...] e abrir uma oportunidade para ela. Só que aí, ela vai ser, na maioria das vezes, a serviçal, que dirige, que [...] nada de mais. Não tenho assim, nada de mais [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

E Matos (informação verbal, 1998) sentencia enfática e convicta:

São pouquíssimos os que conseguem se relacionar com alguém do seu nível cultural. Pelo que eu tenho visto até agora, se ele conseguir, depois de casado, desenvolvê-la, tudo bem, pode até ser que... mas, na maioria das vezes, a maioria dos cegos que eu conheço, casado [...] são pessoas infelizes. Porque tem filhos, tem mulher, tem carro, tem as facilidades dos olhos, mas não tem o fundamental, que é a afinidade e o amor [...].

Voltando à trajetória de Adriana Santos (informação verbal, 1998), instada a falar sobre o seu processo de ingresso no ensino superior, ela assim construiu a sua narrativa:

[...] quando chegou em março de 1996, um amigo meu, até ex-namorado de minha irmã, estava montando um cursinho pré-vestibular pra pessoas que não tinham condições de manterem um cursinho regular... Então a gente ia pagar

uma taxa mínima. Tinha que dar algo em troca... era uma cooperativa... Nós dávamos o papel, nós comprávamos o giz e tal... E fazíamos o cursinho. E eu, como aprendia inglês... estava terminando o curso de inglês, eu dava aula de inglês, ensinava braille pra que as pessoas pudessem passar os gráficos pra mim, colocar uma questão ou outra comigo em braille, entendeu? Uma apostila ou outra em braille, porque eram muitas apostilas... e nisso estudei 1996 todo; fiz o vestibular em 1997, entrei na universidade... E, pra mim, foi um choque, porque na primeira semana não houve aula [...] e na segunda semana de março, quando eu fui pra UFBA, lá em Letras, primeiro que ficou todo mundo me olhando: 'o que é que essa menina está fazendo aqui?' Segundo, eu fui saber onde era a biblioteca [...].

Nesse ponto, Adriana Santos (informação verbal, 1998) relata uma das suas primeiras experiências com o despreparo do pessoal envolvido com o ensino superior nas universidades brasileiras. Observe-se o desenrolar de sua narrativa, relacionada ao primeiro contato com a biblioteca do Instituto de Letras, da UFBA:

[...] Quando eu cheguei na biblioteca – isso serve até de piada [...] –, cheguei na biblioteca com uma colega minha que chama Edivânia – eu ando com ela até hoje –, ela era caloura como eu, estávamos em horário... aquele buraco – porque a UFBA tem muitos buracos; você tem aula de 7h às 9h, de 9h às 11h você fica sem fazer nada; e só vai ter aula de 11h às 3h da tarde, assim.

Aí ela morava longe, morava em Camaçari e eu não gostava de ficar vindo e indo; indo pra casa e voltando pra casa, entendeu? Pra faculdade. Então eu ficava com ela. A gente foi pra biblioteca, pra poder ver o que era que tinha em braille, porque uma outra colega amiga minha disse assim: 'olha Adriana, minha mãe disse que aqui tem sim, acervo em braille. Procure que tem. Aqui em Letras'.

Eu peguei e fui. Quando cheguei lá, a chefe do setor, a bibliotecária chefe fez assim: [...] Eu disse assim: 'Bom dia! Eu queria saber quais são os livros em braille que tem aqui...'. Ela disse assim: 'olhe ali no fichário...'. Minha colega disse assim: 'vamos Adriana olhar...'. Não, Edivânia, não olho não, porque ela está pensando que braille é um autor e é um método...

A mulher ficou absolutamente no chão... 'me perdoe minha filha... eu nem percebi o que você falou... Mas nós não temos não, é lamentável...'

E ficou, conversou comigo, conversou, conversou... Mas é pra você ver: a chefe da biblioteca de Letras não sabia que tinha obras em braille... não sabia nem... ou não sabia ou foi um lapso de memória muito grande, que ela não soube que

ali... não soube me dar informação... E, pior ainda: passou por absolutamente ignorante em questão de não saber que braille é um método e não um autor, entendeu? Porque ela, no mínimo, conhece, não vou dizer todos, mas ela conhece 60%...

Quando você é bibliotecário e por maior que seja... e está sempre em contato... então, sabe que, por exemplo, um livro de Letras de Humberto Eco, de... a Mensagem Estética, não vai ter ali na biblioteca de História... dificilmente vai ter. Ou se tem, uma pessoa ou outra que faz história, que faz uma ponte com Letras, vai pegar aquele livro... então, se destaca, entendeu? Então, isso aconteceria em braille. Se houvesse livros ali, ia ter um cego ou outro pegando, então ela ia saber. Significa que ela realmente não sabia. Na minha opinião. A meu ver... Certo?

Ela continua narrando a sua experiência com a vida da pessoa cega no ensino superior, sobretudo no esforço para acompanhar as leituras e as aulas:

190

[...] Mas eu... É tudo na paleta mesmo, é tudo na punção. Eu peço pra meus colegas gravarem, incomodo a uns e a outros, até professores gravam por mim material que vão passar na aula, me dão xerox de graça, porque realmente todo o dia são, em média, três, quatro reais em xérox, então você não tem condições... Letras é um curso caro. As pessoas pensam que não, mas é caro...! Porque são capítulos inteiros de livros e eu estou com seis disciplinas... Então, é literatura portuguesa tem muita coisa pra ler, literatura brasileira, que é um catatal também de coisa pra ler, é português III, que você trabalha com três gramáticas, entendeu? Então é... é muita coisa mesmo pra você ler, escrever e tirar xérox e redigir, resenhar, entendeu? Então, dispendioso pra mim. Então, eu boto Letras em peso pra trabalhar comigo. Que se danem... que se dane... se você não quiser, tem outro ali que vai querer. Eu peço a dez pessoas: uma, pelo menos, vai me dar o material no prazo e no dia que eu estou propondo a ele.

Agora eu sempre faço assim: eu tiro a xérox... geralmente eu tiro a xérox e a pessoa grava ou então eu dou a fita e a pessoa grava. Compro o livro, deixo na mão daquela pessoa o tempo que ela precisar usar. Agora, contanto que ela me dê as fitas gravadas, entendeu? Eu... é... a gente trabalha muito com acordos... Você sabe disso que, você deve ter feito muito... As provas eu faço ou datilografadas ou digitadas ou oral... (SANTOS, informação verbal, 1998)

E, aqui, Adriana Santos (informação verbal, 1998) aponta uma dificuldade vivenciada com uma de suas professoras. Assim ela relata:

[...] Só teve uma... agora eu briguei com a professora Jumas no primeiro semestre... Eu sempre fui muito ousada... aí ela pegou e disse que, com 14 anos de universidades, ela sentia muito dizer aquilo, mas ali não era espaço pra mim não... Pode?! Pode uma coisa dessa?! Eu peguei e disse a ela que eu é que sentia muito que ela passou pela universidade, passou pela graduação, pela pós-graduação, mestrado, doutorado e estava com aquela ideia absurda, que eu nunca tinha visto nem em gente que tinha somente o primeiro grau... Aí você sabe que você comparar uma superior... né...? é o pior [...].

Como se pode depreender da narrativa de Adriana, embora se tenha feito grande alarde em torno do ingresso da pessoa cega nas várias etapas do processo de escolarização, havia uma discrepância entre a propaganda e a realidade vivida por cada pessoa cega que enfrentava os íngremes terrenos sobre os quais precisava caminhar, no sentido da construção do seu processo de autodeterminação social que procurava alcançar.

191

Audaí Silva da Silveira:

“Como conquistar seu reconhecimento profissional?”

Audaí Maria da Silva Silveira (1957-), então com 41 anos, casada, dois filhos, possui nível superior, sendo licenciada em Letras pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), tendo concluído o curso na UCSal, onde também se fez bacharel em Direito. Exerce a profissão de telefonista.

Ao começar sua conversa com o entrevistador, a senhora Audai Silveira (informação verbal, 1997) fala de como foi iniciada a sua trajetória: *“Estudei no Instituto de Cegos da Bahia. Fui para lá com 11 anos mais ou menos e estudei lá até a sexta série”*. Salienta que a ida para escola comum seria *“justamente pra você se socializar com outras pessoas, pessoas videntes”*. (SILVEIRA, informação verbal, 1997)

Esta filosofia era uma coisa nova naquele momento, uma vez que o referido educandário de cegos iniciava uma reestruturação filosófico-educacional, segundo a qual fazia-se necessário estabelecer um contato com outras crianças, no sentido de permitir uma maior integração da pessoa cega com a sociedade. Esta filosofia funciona apenas no que tange à aclimatação das crianças videntes com as crianças cegas, o que não é coisa muito difícil, uma vez que entre elas a atitude de solidariedade e de integração social é muito mais ampla e espontânea, do que entre

os adultos. No entanto, quando se trata de imiscuir o cego na faina diária da sociedade, onde se estabelece uma relação de competição e de luta pela sobrevivência, isto muda completamente e esta integração precisa ser feita de uma outra forma. (SILVEIRA, informação verbal, 1997)

E prossegue Audaí Silveira (informação verbal, 1997): *“Então, eu concluí a sexta série, fui-me embora para Feira de Santana, porque minha família morava lá, aí fiz a sétima e oitava séries lá”.*

É preciso chamar a atenção do leitor para o fato de que o primeiro choque ocorre quando se tem que sair de Salvador para retornar à sua cidade de origem e reiniciar sua vida tanto profissional, quanto estudantil. Todo o processo de integração intentado em relação à escola regular fica interrompido, uma vez que a pessoa teve que ir para um outro lugar, que não aquele ao qual ela estava integrada. Logo, tem que começar todo o processo. Dessa vez, isso se torna ainda mais difícil, visto que está sozinha, sem qualquer assistência especializada, precisando virar-se e andar com suas próprias pernas, lutar com suas próprias forças, utilizar-se de seus próprios recursos e, sobretudo, ser muito criativa e perspicaz. Enfim, toda a pretendida integração que enquanto criança e adolescente se fez benéfica, quando adulto, no dia a dia do trabalho, dos estudos, torna-se inócua.

Observe-se o que Audaí Silveira (informação verbal, 1997) diz quando se refere ao apoio especializado: *“Em Feira, eu fiquei completamente só. Não tive apoio de ninguém. Estudava, fazia minhas provas dactilografadas ou oral, muitas vezes era oral. E terminei o curso, fui pra faculdade, continuei assim, até voltar para aqui. Aqui também foi do mesmo jeito”.*

Verifica-se, então, que, para a professora Audaí prosseguir e concluir seus estudos, tanto em Feira de Santana, quanto em Salvador, foi preciso esforçar-se muito, já que tal era o seu interesse e sua necessidade. Ela é quem tivera que buscar os meios de superar a falta de material, a falta de produção bibliográfica em braille, quer na sua área específica de estudos, quer em áreas de entretenimento.

Superar essas dificuldades acaba sendo para muitos o critério mais rigoroso utilizado para um avanço ou para um recuo em sua caminhada no intento da inserção social. Travar uma luta contra os fatores materiais fundamentais para uma formação escolar, profissional ou mesmo acadêmica, acaba sendo um longo e sufocante processo seletivo, já que nem todos ou

muito poucos conseguem vencer essa etapa, que muitas vezes é a primeira das etapas do desenvolvimento da vida social da pessoa cega.

Superada e vencida essa fase, o caminhar do indivíduo com cegueira rumo a uma vida de independência e de ações produtivas para a sociedade em que vive torna-se mais fluente, embora não menos difícil, já que se terá que conviver com aquelas necessidades quanto mais se avançar no campo da leitura, da elaboração, reelaboração e até da absorção da cultura, na qual a pessoa cega está inserida e com a qual precisa interagir ativa, constante e eficazmente.

Assim, Audáí Silveira (informação verbal, 1997) segue na reconstituição de sua trajetória:

[...] Depois eu fui, fiz segundo grau e fiz vestibular pra Letras. Passei e fui para a UEFS, estudei lá até terminar a licenciatura curta. Pedi uma transferência, porque, nesta época, em 1982, [...] houve [um] programa que trabalhava esse lado de dar oportunidade às pessoas deficientes, ajuda... e principalmente ajuda em termos de profissionalização. Então, a Telebahia colocou duas vagas à disposição e uma delas foi ocupada por mim. E fui [...]. Continuei na Universidade Católica e trabalhando lá na Telebahia como telefonista. Nisso, eu terminei o curso de Letras. Nesse meio tempo, eu me casei com uma pessoa deficiente também, Cândido, e continuei na Telebahia e depois fui fazer... pedi matrícula especial pra fazer Direito... E fiz Direito.

Note-se, aqui, a observação feita por Audáí que parece bastante pertinente, quando ela fala a respeito de seu caso. Em geral, ao se dar com o cego um fato que envolva alguma atitude que possa ser entendida como discriminação ou resistência em lhe dar a oportunidade de fazer reconhecer-se profissionalmente, não é apenas com ele que se dá, ou seja, não é apenas sob o ponto de vista pessoal. Isso se faz sentir coletivamente. Daí porque se deve atentar bem para o que ela diz.

[...] O fato é que eu já concluí o curso de Direito e continuo na Telebahia, como telefonista... Diga-se de passagem que as oportunidades pra os deficientes são mínimas. A Telebahia não permite nem que eu concorra a nenhum concurso interno, ela diz que eu não tenho chance, que não tem como me colocar [no novo cargo] e me bloqueiam todos os caminhos. E continuo lá como telefonista [a despeito dos avanços intelectuais] e batalhando cá fora pra fazer concurso, tudo. Mas acontece que, para a gente passar num concurso [público], precisa estudar

muito e precisa ter tempo, precisa ter alguém que leia para a gente, precisa ter outros mecanismos que eu não tenho no momento ainda e [cuja falta] dificulta muito, muito a vida do deficiente, principalmente a minha. (SILVEIRA, informação verbal, 1997)

Como se pôde perceber, nem é preciso dizer que para o indivíduo cego não basta ser graduado em uma dada área do saber, não basta possuir um curso técnico profissionalizante. As portas a ele se fecham pura e tão somente pelo fato dele ser acometido pela sua deficiência, o que se faz acompanhar de um descrédito ímpar. Ele, além de apresentar as provas documentais e testemunhais de que é possuidor da formação profissional ou acadêmica que diz ter, precisa provar sua aptidão, mesmo que não tenha as necessárias oportunidades para tal. Isto é, ele precisa se virar de alguma forma para se fazer acreditar pela mesma sociedade que lhe vira e, muitas vezes, custeara a graduação, uma vez que a grande maioria obtém sua formação profissional e/ou acadêmica em estabelecimentos públicos de ensino e formação, embora alguns consigam fazê-lo em instituições privadas. Mas tem que provar. É como se um eletricitista pudesse mostrar-se competente sem nunca ter puxado um único fio, sem nunca ter alimentado uma única “fase”, sem nunca ter operacionalizado um transformador de força. É como se pretendesse que um engenheiro demonstrasse sua competência sem que ele nunca tenha projetado e executado uma única edificação: prédio, ponte, estrada de ferro, viaduto, entre outras.

Retome-se à trajetória de Audaí Silveira (informação verbal, 1997): *“[...] Tenho dois filhos, Cândido e Lorena [...]. Eu não tenho nenhuma dificuldade na minha vida familiar, na minha casa, faço tudo, não tem nada que me embarace. Os meus embarços, os meus percalços são lá fora. Aqui, eu não tenho problema nenhum”.*

Voltando aos fatos relacionados com a busca de melhores oportunidades, como a relação entre o estudante e candidato cego e os desafios que precisa enfrentar em sua trajetória, Audaí Silveira (informação verbal, 1998) afirma que:

“[...] Em Feira, eu estudei, eu era bem aceita nos colégios, fui para faculdade, no primeiro vestibular eu passei, não encontrei nenhuma dificuldade. E fiz concurso, fiz concurso público pra professora, passei também, o primeiro concurso. E as dificuldades eu vim encontrar aqui em Salvador; em Feira, não encontrei dificuldade não. Não trabalhei, não cheguei a trabalhar, mas, em termos de escola

etc., não tive problema nenhum de ser aceita. Nesse aspecto, não. Agora, aqui em Salvador, os concursos... a maioria dos concursos barram. Se tem que impetrar mandato de segurança pra poder fazer, pra poder ter a chance de concorrer, de fazer uma prova. E emprego, já se sabe como é.

E continua:

[...] Eu passava noites e mais noites estudando... e, às vezes, eu ficava em casa de colegas, dormia lá, ficava... aproveitava os momentos em que elas iam estudar, estudavam comigo também, liam pra elas e pra mim, [...]. Então, foi dessa forma que eu consegui... [gravei] muitas fitas, muitas fitas mesmo. (SILVEIRA, informação verbal, 1997)

E explica a razão de tanto desconforto:

[...] o curso de Direito é um curso que requer muito estudo... são livros e mais livros, códigos e mais códigos [...]. Até pra você fazer uma prova, é muito difícil pra um deficiente visual fazer uma prova porque você tem que consultar os artigos, cada artigo vem num livro em braille – porque se sabe que é imenso, né? São 50 volumes. Como é que você podia levar 50 volumes de um código pra uma sala de aula? Até pra você fazer um concurso é muito difícil [...]. (SILVEIRA, informação verbal, 1997)

195

Indagada sobre os resultados alcançados ao concluir um curso de graduação, responde um tanto quanto cética:

[...] Eu acho que os resultados são meramente a satisfação pessoal. Alguém ter concluído um curso, um curso que se queria! Fazer aquilo que sempre se almejou. Mas, em termos profissionais, eu pelo menos não... eu ainda estou muito decepcionada. Porque ainda não... Lá na Teleshahia, como eu já disse, não dão oportunidade. Surgem as oportunidades e eles dizem: 'oh, você nem se inscreva... Porque não tem condição de você trabalhar em tal lugar... essa função você não vai conseguir desempenhar. É, se dê por satisfeita... trabalhando ganhando... exercendo uma função que um [indivíduo] de nível primário consegue exercer'. Eu não considero nem de nível médio... nem nível médio porque uma pessoa com o primeiro grau consegue ser um bom telefonista ou uma boa telefonista... (SILVEIRA, informação verbal, 1997)

Indagada se a posse de um diploma de nível superior não implicaria uma melhoria salarial, responde:

[...] Não. Você não ganha pelo nível que você tem não. Ganha pela função que você exerce. Agora, veja bem: a Telebahia hoje, pra telefonista, eles só admitem telefonista com nível superior. Agora, vê se eles pagam condizente com o nível [exigido]? Não pagam. Só exigem. Até essas empresas que estão entrando agora – como se sabe, 102 foi terceirizado e aí já tem duas empresas aí atuando; ficou uma parcela de 102 com uma empresa e outra parcela com outra e uma pequena parte ficou para a Telebahia. Então, até essas empresas, todas as pessoas que eles estão admitindo têm que ter nível superior ou pelo menos estar cursando. (SILVEIRA, informação verbal, 1997)

196

Saliente-se que a exigência de ter concluído ou estar cursando ensino superior para que a pessoa seja admitida, conforme o exposto pela entrevistada, já coloca 90% dos cegos fora da possibilidade de encontrar nesse tipo de atividade uma chance de emprego, o que lhes reduz ainda mais os espaços onde possam buscar exercer uma função que lhes permita uma sobrevivência digna de seres humanos. Audaí Silveira (informação verbal, 1997) concorda e desabafa:

[...] Eu, nos meus momentos de depressão, eu me questiono: valeu a pena? Valeu a pena? O que valeu estudar... Hoje mesmo um colega falou: 'Audaí, você uma menina tão capaz, tão capaz, você está aqui como telefonista... advogada... está aqui como telefonista!' [...] Eu disse: 'sabe porque que eu estou aqui, Zenildo? Porque eu não enxergo. Porque se eu enxergasse, eu não estaria aqui não'. E é... e é porque eu não enxergo... né? Então é isso... O que provoca a acomodação é... é... são justamente essas dificuldades que você encontra na sua vida.

E conclui, salientando que um dos grandes problemas que mais a aflige no tocante às pessoas com cegueira seria a falta de esclarecimento acerca delas e de coesão entre elas. Isso, em sua opinião, facilita a prevalência da discriminação e da imposição da vontade social sobre elas. Diz:

[...] O que a gente deve... o que se deve batalhar, lutar, é por um esclarecimento maior. Se chegar a comover as autoridades, pra que elas... porque até existem leis aí, que dizem que beneficiam a deficientes... só que essas leis, elas são letra morta. Elas não chegam a ser uma prática. E se o deficiente não... não se unir e

não buscar, não exigir que essas leis sejam cumpridas, ele nunca vai ter acesso a nada. Principalmente nós no Brasil, né? Então, o que está faltando é isso. Esclarecimento... União, sobretudo união.

A união faz a força. Se alguém entrar na justiça, mover uma ação contra uma determinada empresa, um determinado [órgão], uma determinada pessoa... se for uma ação coletiva, se tem muito mais chance de conseguir. E se for uma ação individual, se pode conseguir também, mas quando a ação é coletiva, tem-se muito mais chance, as chances são maiores. Então, tudo é assim. A vida é assim mesmo. (SILVEIRA, informação verbal, 1997)

Portanto, coerente com sua prática associativista, o discurso da entrevistada aponta na direção da “união dos cegos em um propósito coletivo”, como sendo meio eficaz de emancipação social e econômica que a pessoa cega deveria considerar mais efetivamente em suas ações práticas e construções discursivas.

197

Estella Parreira dos Olivais:⁵ “[...] e, depois que fiz Pedagogia, continuei ainda a trabalhar como professora primária, pois não me davam oportunidade”

Estella Parreira dos Olivais, (1936-), pedagoga especializada em Orientação Educacional, professora aposentada, que, em entrevista gravada no ano de 1997, se dispôs a narrar a sua trajetória:

Meu nome é Estella, nasci no interior. Menina ainda com oito anos, vim para o Instituto de Cegos. Eu nasci no interior [...] nas adjacências de Mundo Novo e, ainda menina, com meus oito anos, eu vim para o Instituto de Cegos. E aí fiquei interna. Quando eu cheguei, estava prestes a concluir o curso primário. Então eu

||||||

5 Como já foi dito há algumas páginas, este nome é fictício, em virtude de não ter sido possível obter da entrevistada a autorização para a utilização do seu nome real, visto que ela já se encontra em idade muito avançada, sob os cuidados de uma instituição de acolhimento, que este autor não conseguiu saber qual. Além disso, não foi possível saber qual o seu estado de saúde, se teria condições para emitir algum documento nesse sentido. Dada a relevância de sua narrativa, bem como da expressão do seu modo de pensar o cego e a cegueira, optou-se por manter, neste texto, vários trechos de sua entrevista, gravada em 1997, apenas omitindo o seu nome, por motivações éticas relacionadas à publicação desta obra.

desejei fazer o ginásio, manifestei muita vontade de fazer o ginásio. (OLIVAIS, informação verbal, 1997)

A professora Estella iniciou sua vida estudantil numa época em que a mulher, e sobretudo a mulher cega, enfrentava um conjunto de situações, que a colocava em uma posição de subserviência, ou ainda vivenciava um estágio da sociedade no qual se atribuíam determinadas atividades como talhadas apenas para mulher, dentre as quais, a de professora.

Dessa forma, nos anos 1930, 1940 e décadas mais adiante do século XX, ter na família uma filha professora era o sonho acalentado pela maioria das mães e o grande anseio da quase totalidade dos pais. Para a mãe de uma menina cega, não deixava de ser frustrante o fato de não poder acalentar também para essa filha o mesmo sonho que acalentaria para as outras. No caso de uma menina cega nascida no interior, onde a informação sobre a existência de alguma possibilidade de instrução para alguém como ela se fazia muito raro, era ainda mais difícil se imaginar que aquela menina, nascida nos arrabaldes de Mundo Novo, pudesse ter alguma perspectiva em sua vida, que não fosse a de ser uma “ceguinha”, que, na melhor das hipóteses, teria uma vidinha muito tranquila e apática, vivendo de subvenção pecuniária provida por alguma instituição ou mesmo pela própria família, caso tivesse algum recurso.

No entanto, Estella chega ao ICB, desejando fazer o ginásio. Esse era um feito para poucas moças daquela época, que quando muito atingiam a formação primária, o que já era considerado suficiente para quem tinha uma perspectiva muito restrita na vida: casar. Estella se apresenta como quem quer alguma coisa mais além: quer ter o ginásio. Era a década de 1940.

Continua a narrativa da professora Estella Olivais (informação verbal, 1997):

[...] Era diretora nesta época do Instituto de Cegos da Bahia a professora Bernadete Pires de Almeida. Então, ela vendo a minha vontade de continuar os meus estudos, me mandou pra São Paulo, pra o Instituto Padre Chico. E aí, chegou lá eu [...] continuei meus estudos, fiz admissão – naquela época existia curso de admissão ao ginásio – e fiz o curso de ginásio completo em São Paulo.

Outra vez, Estella apresenta-se para vivenciar uma experiência diferente. No instituto, só existia a possibilidade de formação primária. Não havia uma preocupação em fazer com que o cego pudesse atingir outros patamares na

vida escolar. Para que se pudesse passar dos limites da formação básica, fazia-se necessário o deslocamento para o estado de São Paulo, mostrando a visão que a sociedade possuía em relação às pessoas com cegueira e deixando igualmente à mostra a visão daqueles que cuidavam dos cegos e de sua formação física e intelectual.

Portanto, as pessoas não acreditavam (como ainda não acreditam) que os cegos pudessem atingir determinadas escalas na hierarquia da formação humana, o que redundava numa visão de planejamento ainda fundamentada nas suas possibilidades manuais, musicais, cênicas ou tudo aquilo que não lhes exigisse um maior esforço da construção de pensamento lógico. Daí a surpresa que tiveram com Estella Olivais (informação verbal, 1997) e outras poucas, que precisaram ser enviadas para São Paulo para não terem frustradas suas perspectivas e expectativas:

[...] Concluí o curso de ginásio e vim embora para Salvador, para o Instituto dos cegos e aí permaneci. Entrei na Escola Normal pra fazer o curso normal, era a antiga... o antigo Instituto Normal da Bahia. Entrei ali e fiz o curso normal. Após ter feito o curso normal, eu... antes de terminar o curso normal, eu já estava trabalhando pela prefeitura. Após ter concluído o curso normal, eu fui nomeada também pelo Estado. E aí continuei trabalhando com os dois empregos: pelo Estado e pela Prefeitura. Tinha muita vontade de continuar... de fazer uma faculdade. Mas eu me recusava a voltar a organizar esse plano, porque eu tinha o problema de não andar só. Então eu me abstive de fazer a faculdade e continuei trabalhando.

Uma vez mais, Estella tem que enfrentar as rudezas de uma pretensão que esbarra na falta de planejamento e de visão a longo prazo. Quando, em outras áreas metropolitanas, já se dava meios para que o cego pudesse movimentar-se sozinho, no final da década de 1950, a professora Estella ainda não tinha essa facilidade em sua vida, apesar de estar vindo de um curso em São Paulo e de fazer o curso normal, que a dava por apta para ensinar. Perceba-se que ela já o fazia, mas estava impedida de empreender mais um investimento na sua vida: ingressar em um curso superior. Ela estava pronta para o desafio. Estava pronta para encarar todas as dificuldades inerentes a um processo de estudos que demandaria tempo, dispêndio de energias e de recursos materiais. No entanto, não estava efetivamente pronta para a plena e livre incursão naquela nova seara de sua vida, porque não tinha meios de movimentar-se sozinha.

[...] Em 1965, eu fui fazer a reabilitação [...], também em São Paulo, no Instituto de Reabilitação. Chegando então da reabilitação, estava muito animada, [...] estava independente, andava sozinha, sabia ir assim em qualquer lugar. E aí [...] eu me encorajei e enfrentei um vestibular pra faculdade e passei em primeiro lugar. Fiz então a faculdade de Pedagogia, que tinha muita vontade. Sempre tive muita tendência a trabalhar na educação. Como eu já era professora primária, então quis continuar a minha carreira educacional. Fiz Pedagogia e, depois que fiz Pedagogia, continuei ainda a trabalhar como professora primária, pois não me davam oportunidade. (OLIVAIS, informação verbal, 1997)

Aqui fica patente que o grande inimigo do cego em sua trajetória e nos rumos que queira e/ou precise dar à sua vida não é senão o descrédito e a falta de oportunidades que campeia. A relação de luta aguerrida que ele tem que estabelecer para se fazer acreditar profissionalmente é uma coisa inimaginável. Não basta enfrentar todas as asperezas de um curso superior, de uma formação técnico-profissional, tem-se que enfrentar a má vontade de diretores, chefes e pessoas responsáveis pelos setores em que atuam, no sentido de lhe reconhecer a capacidade de atuar na área para a qual se habilitou. Isso fica mais claro no decurso deste trecho da fala de Estella Olivais (informação verbal, 1997): *“Fiz concurso de Psicologia Educacional. Me reprovaram, alegando-me que eu não tinha condição de ensinar, como que [se] eles soubessem alguma coisa, entendessem alguma coisa de deficiente visual”*, afirma ela com uma irritação indisfarçável.

É sabido que, ao se concluir um curso universitário, geralmente enfrenta-se alguma dificuldade no momento de se colocar, quer dizer, de buscar uma promoção, uma mudança de posição profissional, de nível salarial, entre outras coisas. Isso é assim hoje e era muito mais ontem. Indagada como enfrentara essa situação em seu momento de afirmação profissional, Estella responde, dando indicações que não se tratava apenas de questões técnico-burocráticas. Era ainda, uma vez mais, o véu do descrédito no trabalho desempenhado pelo profissional cego, que reforçava a má vontade daqueles que respondiam por esse setor junto ao Estado, embora isso não tenha se dado apenas com ela, visto que outras colegas tiveram violados os seus direitos.

[...] Eu me formei em 69, então lutei com isso nos anos 70. [...] A dificuldade era... eu querer... Disseram aí que tinha uma... um processo de que a pessoa... quando tinha universidade passava automaticamente, depois não me passaram; não me passaram e eu consegui; teve também de tirar o nosso processo... não só eu como

todas as minhas colegas formadas, a gente... minhas colegas videntes, nós lutamos pra isto. Aí precisou se fazer especialização, para se conseguir um lugar. Eu mesma me aborreci muito, chorei muito... lutei, mas, finalmente, consegui. Aí eu voltei à universidade, voltei à faculdade e fiz a especialização. (OLIVAIS, informação verbal, 1997)

E ela continua, na busca de um crescimento quase que incessante, no que respeita ao seu campo de atuação profissional.

[...] Eu então fiz Orientação Educacional, que sempre tive vontade de trabalhar neste campo. Quando fiz Orientação Educacional, lutei novamente, entrei em luta e consegui então passar para o nível universitário. Aí continuei trabalhando, trabalhei em escola comum. Meu primeiro ano de trabalho como orientadora educacional foi na Escola D. Arlete Magalhães, em Castelo Branco. Depois, também cheguei a trabalhar no Carneiro Ribeiro, na Escola Carneiro Ribeiro, aqui em Salvador, e voltei para o Instituto de Cegos, voltei para o meu ninho antigo. Aí eu inaugurei o S.O.E. Inaugurei o S.O.E e aí trabalhei na orientação educacional. Eu trabalhei 16 anos, como orientadora. (OLIVAIS, informação verbal, 1997)

201

E conclui:

[...] E chegou o tempo de me aposentar, passei do tempo, pois [...] ninguém queria. Eu tinha vontade de deixar que alguém continuasse o meu trabalho de orientadora educacional. Pois eu, [...] pensando no bem-estar dos alunos, na situação dos alunos, queria deixar que uma colega continuasse. Mas acontece que não apareceu nenhuma pretendente pra trabalhar no S.O.E.⁶ Ninguém quis... uma se recusou pra me... preferiram se... entrar... entrou uma que já era... também era orientadora, mas ela preferiu ir trabalhar como professora primária do que trabalhar no S.O.E. E aí, quando chegou, eu passei do tempo de aposentar, trabalhei 30 anos. E quando pedi minha aposentadoria, já tinha 30 anos de trabalho. Pois eu deixei minha... primeiro, me aposentei da prefeitura. Na prefeitura, tinha mais tempo eu e tinha muita vontade de me aposentar. E depois me aposentei pelo Estado.

Após a minha aposentadoria, eu vim com um problema muito sério; problema de... nas mãos, devido o trabalho que eu tive, não é? [...] só escrevendo, escrevendo,

||||||

6 Trata-se do Serviço de Orientação Educacional (S.O.E).

pois não dispunha de livros. A maioria da... tudo que eu queria, tinha que ser escrito pelas minhas mãos. E aí eu fiquei com problema manual. Foi preciso eu me submeter a cirurgia, fiz vários tratamentos e me submeti a uma cirurgia e, por sinal, Deus me ajudou que agora eu estou bem melhor. Já estou escrevendo bem, graças a Deus que... que eu não conseguia escrever nem duas frases. Às vezes, nem uma frase completa, não conseguia escrever. Agora, graças a Deus eu já estou escrevendo direitinho.

E aí, depois que eu melhorei da minha mão, eu passei, fui fazer um curso de francês, fui fazer curso de francês pelos estudos canadenses e hoje estou fazendo curso de francês, curso de inglês, tenho minhas atividades na igreja, de um modo que meu tempo não dá. (OLIVAIS, informação verbal, 1997)

Agora realizada e já aposentada, a professora Estella reflete sobre as lutas que tivera que enfrentar, apresentando as diversas etapas de seus embates com alguma riqueza de detalhe, imprimindo uma ênfase quase de adolescente que folga com seus feitos, suas travessuras e traquinagens, apontando, no entanto, para as idas e vindas que vivenciou, sem perder de vista os resultados por ela alcançados e que entende como plenamente possíveis de serem alcançados por outras gerações. As dificuldades a serem enfrentadas por elas são as mesmas, embora um pouco amenizadas pelo tênue, mas rápido avanço tecnológico em curso nos últimos decênios do século XX e nos dois primeiros do XXI. Todavia, no aludido período de tempo anteriormente apontado, a “mentalidade coletiva” não foi nem um pouco atenuada em suas ideias, ações, políticas e percepções, ao processo de mudanças tecnológicas até então desencadeadas. Tais construções mentais não têm sido minimizadas em seus efeitos nefastos pelos avanços tecnológicos, tiflológicos, nem mesmo pelas conquistas individuais e coletivas levadas a efeito pelas pessoas cegas.

Comentando a respeito da forma como os cegos são vistos por eles mesmos, na mesma entrevista, a professora Estella Olivais (informação verbal, 1997) afirma numa expressão de arroubo juvenil, quase jactancioso:

[...] Tem gente que tem a mania de... quando se refere à deficiente visual, se refere à deficiente visual do Rio, deficiente visual de São Paulo... e que eu não vejo ninguém do Rio nem de São Paulo, melhor do que nós aqui. Não vejo mesmo. Eu não... vou lhe dizer uma coisa: se, se fizer um balanço, nós, aqui... deficientes visuais aqui da Bahia, estamos além do povo do Rio e de São Paulo. Olhe, eu me

formei em professora. Fui a primeira professora deficiente visual aqui na Bahia. Eu fui nomeada, como minhas colegas, como minhas colegas foram. Nós nos encontrávamos na Secretaria de Educação. Apenas elas enxergavam e eu não. E, quando eu fui fazer reabilitação em 65, eu cheguei lá em São Paulo, tinha duas colegas ensinando, mas tudo com o cadastro das videntes. Quer dizer: não tinha uma nomeada pelo... nomeada, assim... nenhuma... não tinha uma funcionária pública nomeada... funcionária pública como eu e outras. Como por exemplo: eu, Rosa, Elma, João, e outros e outros e outros.

E Estella Olivais (informação verbal, 1997) arremata triunfante: “*Eu não troco o nosso desenvolvimento social, intelectual, educacional [...] do operário ao intelectual, eu não troco por nenhum de outro lugar*”.

Ao concluir sua entrevista, pediu-se que desse uma palavra final, que fizesse uma colocação no sentido de fazer da sua experiência uma espécie de alento e ao mesmo tempo alerta para os que depois dela viessem a trilhar pelos caminhos que ela trilhara. E ela diz:

[...] A palavra final que eu queria dizer é a seguinte: é que... muitas pessoas ainda, elas acham que o deficiente visual deve ser diferente, ou deve ser aquele puritano, ou deve ser aquele assim que... Mas eu encaro o deficiente visual como uma outra pessoa qualquer. Eu sou uma pessoa, como outra qualquer. Tenho minha vida independente... [não respondo a família]; tenho minha vida independente, faço dela o que eu quero e o que eu devo fazer. Como eu devo fazer. Então, eu acho que o deficiente visual também deve procurar sua independência. E não viver assim só agarrado ou... ou comandado por família. Não. Nós, igual aos outros, temos os nossos direitos, com tanto que estejam dentro das nossas limitações, das nossas condições e das nossas capacidades. (OLIVAIS, informação verbal, 1997)

Marilza Vieira de Matos:

“Nós cegos e você, estado geral e igual”

Comemos, dormimos, trabalhamos, andamos, enxergamos, você não sabia? Nós também enxergamos. Para você que utiliza o sentido da visão é difícil acreditar que se possa enxergar também com o tato, com o olfato, com a audição e até mesmo com o corpo inteiro. Imagens não fotografamos com a retina, mas nós formamos com cérebro. Então, qual a diferença?

Você usa um sentido para enxergar, nós, os demais para ver. No mais, saudade, amor e vida verdadeira iguais a você.

Meu nome é Marilza Vieira de Matos, tenho 52 anos de idade, nasci com glaucoma congênita e enxerguei até os 28 anos de idade. Com 28 anos de idade, eu tive um descolamento de retina que me levou à cegueira. Apesar de ter feito três cirurgias, mas foi irreversível e eu fiquei sem enxergar a partir dessa idade [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

Assim Marilza começa discorrer sobre a sua trajetória de mulher com cegueira. Pessoa impetuosa e de temperamento forte, que, em uma idade bastante importante de sua vida pessoal e profissional, precisa encarar – com a maestria indispensável de mulher independente e dona de seu nariz – uma cegueira que lhe muda radical e extraordinariamente os rumos da vida. Não obstante ser um fato anunciado, visto ser ela acometida de glaucoma congênito, não é menos surpreendente e chocante, uma vez que tudo muda em torno: todas as perspectivas precisam ser revistas, todos os planos precisam ser refeitos, todas as estratégias de vida precisam ser repensadas e reelaboradas. A cegueira adulta traz consigo um quê de desalento e uma sombra de impedimento. No entanto, Maroca, como lhe chamam seus colegas, consegue sacudir para trás de si uma gama de lembranças de quando enxergava, passa a viver a realidade que a cerca e prenuncia os muitos labores recheados de cansaço, mas de grande valia para si e para os que prezam pela sua leal amizade e de seus préstimos.

Observe-se como ela desliza pela questão de ter perdido a visão num momento tão crucial de sua vida:

[...] No início, foi muito difícil, que mesmo sabendo que um dia eu ia ficar sem enxergar, quando chega a ocasião, que a gente é adulto, realmente fica um negócio que você... uma coisa nova, uma coisa inicialmente apavorante. Então, eu fiquei no início meio desnorreada. Mas teve uma coisa fundamental nessa história, que me segurou, que foi a minha família. A minha [família] foi peça fundamental nessa história. Primeiro porque nós morávamos numa casa e os meus irmãos me incentivavam. Eu tenho uma irmã e mais dois irmãos. Minha mãe era um pouco mais frágil em relação a isso: ela fugia [...], ela não sabia lidar. Eu não estava sabendo, imagine ela. Mas meus irmãos foram muito meus cúmplices no início. Então, foi assim... o norteio. A partir daí... eu fiquei cega em 1974, em agosto de 74, quando foi em março de 75 eu já estava fazendo reabilitação.

Eu já fui para a Secretaria.... Na época, tinha aqui em Salvador um serviço, na Secretaria de Educação, eu fui lá nesse serviço e... por lá eu fiz locomoção, aprendi braille, fui para o Instituto de Cegos e fiz todas as atividades, [...] e nesse mesmo ano, surgiu aqui... no final de 75 já [...] uma possibilidade de fazer um curso de processamento de dados [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

É certo que o fato de já dispor de informações que lhe davam conta da possibilidade de perder a visão a qualquer momento indica uma certa maturidade de espírito, no instante em que isso efetivamente se dá. Entretanto, faz-se necessário um tempo e um trabalho de reabilitação, no sentido de recompor material, intelectual e até mesmo fisicamente a pessoa atingida por um tão grave evento emocional. Sim, é precisamente no campo das emoções em que se estabelece o maior número de combates e o mais inquietante grau de incertezas e é, igualmente no campo das emoções, em que mais se precisa encontrar reforço no sentido de recompor a vontade de seguir vivendo. Daí a sensação de se ter uma necessidade, de firmar-se a despeito da importância de um sentido que perde suas funções e que provoca a mais premente mudança.

A partir de então, precisa-se conviver com limitações das mais diversas, sobretudo aquela que lhe obriga a mudar de área de atuação profissional. Esse é o ponto mais obscuro para quem vive a circunstância da perda visual quando adultos, visto que sabe que precisa reestruturar sua vida e que não tem a menor noção dessa possibilidade, habituados que já estão ao uso quase que exclusivo do sentido perdido.

Isso fica muito claro nas palavras encontradas nos versos anteriormente descritos. Trata-se de algo apavorante para alguém que dispunha antes de um quase inacabável volume de oportunidades de trabalho, de mobilidade social e física à sua frente, ver-se então privado. Mas logo Marilza se refaz e, aos poucos, retoma sua vida ativa e principalmente a sua vida produtiva.

E segue ela:

[...] Eu estava empregada quando fiquei cega e eu estava no INPS, estava de licença ainda e o INPS queria dar um rumo a isso aí, me aposentar ou me... Inicialmente ele queria que eu retornasse ao serviço, só que eu não tinha condições porque eu trabalhava com contabilidade, minha formação inicial é de contabilidade. Trabalhei muitos anos da minha vida em contabilidade, então eu não tinha condição, não tinha como voltar a trabalhar com contabilidade. Aí eu pedi ao INPS, que me

mandasse para o Centro de Reabilitação do INPS para que nós juntos acharmos uma coisa lá. Foi quando surgiu através do Senai, através de Manoel Santa Rosa, a oportunidade de se fazer um treinamento em São Paulo, um treinamento de processamento de dados, tomar um curso... era um curso de formação de programadores cegos. Então eu [...] consegui que o centro de reabilitação do INPS me mandasse para São Paulo. Passei um ano em São Paulo, aliás, foi em 75, essa história anterior, foi em 73, 74. Então em 75, eu passei o ano inteiro morando em São Paulo. Fiz o curso lá de processamento de dados e... consegui fazer o curso legal e lá no encerramento do curso eu era a única mulher. Éramos 11, 10 homens e eu no meio, lá, aquela maravilha, lá. E aí, no encerramento do curso estava presente, na época um monte de diretores do Serpro. Que esse curso era encerrado com solenidade e ele me perguntou na época sobre... viu as minhas notas do curso. Ele me perguntou se eu já estava empregada, eu disse a ele que não. Ele perguntou se eu queria ficar em São Paulo, eu não quis, queria voltar para a Bahia, e daí ele me encaminhou para o Serpro da Bahia. Eu fiz uma entrevista com ele [...] para fazer um estágio aqui. Então é um programa bom esse aí. Isso em 1976, no dia seis de janeiro de 76, eu cheguei aqui no Serpro e que estágio foi esse que até hoje eu estou aqui [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

Fica patente que a programadora Marilza Matos não se deixara abater pela perda sensorial que tivera. Ergueu-se e iniciou uma caminhada pioneira tanto pelo fato de ser ela mulher, quanto pelo fato de ser ela mulher e cega. Não havia, na época, qualquer meio de interação direta entre a pessoa cega e o computador. Sua coragem em enfrentar um desafio tão grande lhe valeu todo o respeito que goza diante das pessoas que são suas colegas de trabalho, bem como daquelas outras que são suas colegas de deficiência. Sendo já funcionária pública e tendo perdido a visão no exercício efetivo da função, poderia muito bem ter se acomodado e abastido ao ponto de preferir aposentar-se e remoer uma vida sem sentido e sem gosto até que o seu corpo desfalecesse para ser levado à sepultura. Entretanto, decidiu enfrentar o desafio de recomeçar, de reencontrar-se com o trabalho, com a produtividade e com a finalidade última da pessoa humana: ser útil a si mesmo e aos outros.

Conquanto soubesse das inúmeras dificuldades que encontraria pelos novos caminhos que iria trilhar, não recuara nem se recusara a segui-lo com a firmeza e a competência de quem imaginava ter toda uma vida pela frente, que não poderia ser mitigada por algumas migalhas de aposentadoria por invalidez, incapacidade para o trabalho ou quaisquer outras

cognominações que possam ser encontradas no vão dicionário da vida medíocre e insólita daquele que se entrega à própria desgraça, tornando-se e fazendo desgraçado aos que lhe possam rodear, por qualquer circunstância ou em qualquer época.

Ela reafirma que tivera dificuldades e reafirma também que as encarara:

[...] Nesse tempo todo, tive as dificuldades naturais de... imagine você chegar na empresa para fazer processamento de dados, isso há 22 anos atrás, para trabalhar numa coisa que era nova para a maioria, imagine para uma pessoa cega. Então era uma coisa muito legal porque com o Serpro a gente trabalhava muito em equipe, o pessoal aqui é muito legal sempre está trabalhando junto desde o início, é uma... não é só comigo, é com todos, todos trabalham em equipe, sempre estão trabalhando juntos. (MATOS, informação verbal, 1998)

E assevera que:

[...] Isso ajudou muito, facilitou muito, mesmo porque não tinha, naquela época, ferramentas adequadas... Hoje a gente já tem algumas coisas que fala, mas naquela época não tinha. Já cheguei a ser supervisora da área de desenvolvimento, na época de 91 a 95, mas depois surgiu a oportunidade de ir para o interior, eu preferi, que não deu certo depois. E estou aqui, eu sou a coordenadora e trabalho até hoje aqui [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

207

E Marilza Matos (informação verbal, 1998) prossegue sua narrativa:

[...] Atualmente estou estudando Filosofia. Resolvi fazer vestibular e estou estudando Filosofia. Não tinha formação universitária, essa é a primeira. Eu tinha... eu sou técnica de contabilidade, então apesar de ter trabalhado muito com contabilidade, eu não tinha formação universitária, agora que eu resolvi fazer Filosofia como opção, que é uma coisa que eu quis fazer toda vida e agora eu estou fazendo para realizar o meu sonho [...].

Até os 28 anos, mesmo tendo consciência de que mais cedo ou mais tarde não mais veria, Marilza afirma não ter tido muitos contatos anteriores com cegos, sobretudo no sentido de preparar-se para seu momento, conhecer o mundo que poderia passar a vivenciar, para melhor interagir com ele. Ao ser confrontada com o tema, responde com franqueza:

[...] Eu lembro que só conhecia duas pessoas cegas, uma era Nadir, que morava perto do lugar onde eu trabalhava e eu ajudei Nadir a atravessar a rua duas vezes, como os meus colegas também. E conhecia de vista Manoel Santa Rosa. Mas não tinha nenhum contato com nada, tanto que, de início, eu tive uma certa dificuldade para saber onde era que tinha os serviços que eu precisava. Não tinha nenhuma informação sobre esses serviços, não sabia de nada sobre os cegos em geral. E via também o cego como uma coisa assim... como as pessoas que enxergam bem nos veem. Não tinha contato com os cegos de jeito nenhum [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

Indagada como era que ela via o cego, assim se expressa:

[...] Isso daí é o seguinte: minha experiência, eu sei como é que as pessoas enxergam me veem. Tipo assim: 'Nadir, quando eu atravessava. Nadir... Eu atravessava Nadir por solidariedade e por pena também. Uma moça já dessa idade andando por aí sozinha', então tinha aquele sentimento, um certo sentimento de proteção, em relação a Nadir. E ao mesmo tempo: 'Eu achava que ela era uma pessoa corajosa, ela era uma pessoa assim... que enfrentava, que tinha vontade', mas o sentimento assim de proteção, de pena mesmo. Dizer assim: 'poxa, coitada, na rua, sozinha, agora batalhando [...] não tem família. Ainda se tem...' esse é o sentimento, é o sentimento que, de uma certa forma, eu acho que... está na maioria das pessoas [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

208

Passando para um outro ponto de discussão, ela começa levantar algumas questões que até já foram mencionadas em páginas anteriores, quando Adriana apresentou alguns pontos de vista que foram corroborados pela própria Marilza, mas que aqui ganham um pouco mais de profundidade.

[...] Antes de ficar cega, eu nunca estive casada, até por conta de que eu sabia que tinha essa coisa muito forte. Eu tinha glaucoma, eu não enxergava de um olho, e já tinha glaucoma, minha pressão chegava a 46 e eu sabia que a qualquer momento podia ficar sem enxergar. Então, isso foi um problema. Eu achava que eu não tinha que impor isso a ninguém, já que isso ia acontecer a qualquer hora, vamos deixar acontecer primeiro para depois decidir o que é que dá. Aí aconteceu e quando aconteceu eu estava com um relacionamento bem forte e foi a primeira topada que eu levei. Apesar da figura ser uma figura legal, mas ele me confessou que não tinha estrutura, para ele era muito difícil. Tudo bem, para mim também foi muito difícil lidar com isso, mas foi difícil. Nos separamos [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

Aqui cabe uma interrupção. A chegada da cegueira, embora prenunciada, não desorganizou somente a vida profissional de Marilza. Ela veio também desorganizar a sua vida privada, mais especificamente a sua vida afetiva. Embora precavida quanto a assumir uma relação mais estável, não deixava de ter seus sonhos, seus projetos de vida a dois, se bem que precisasse esperar o desfecho dos acontecimentos oftalmológicos.

Entretanto, uma vez dando-se o desfecho que resultara na cegueira total e definitiva, a pessoa com quem mantivera uma relação forte não tivera o equilíbrio emocional suficiente para apoiá-la em seu momento difícil de autoaceitação, de recomposição de sua autoestima. A justificativa que mais explica do que convence, como não poderia deixar de ser, foi o fato de não ter estrutura para encarar a sociedade, a si mesmo, no momento em que tivesse que apresentar sua namorada, noiva, esposa e mãe de seus filhos. Por que isso acontece?

Uma primeira tentativa de explicação está no fato de que as pessoas que veem têm como limite de percepção e de compreensão quase unicamente o sentido da visão. As pessoas que enxergam não conseguem idealizar um mundo, uma forma de conviver com o mundo e de interagir com ele, sem que seja por meio da percepção visual. Para elas, só e tão somente essa forma de percepção sensorial é capaz de apreender a totalidade do real, das coisas e dos seres, animados e inanimados. Ou seja, para elas, todos os demais sentidos são secundários, acessórios e não têm razão de existir se não for para complementar a percepção visual. Essa seria uma explicação técnica.

A própria construção da visão de mundo que envolve a sociedade moderna, fundamentalmente estribada em apelos visuais, em formas que são construídas para serem vistas, em elaborações que implicam a preponderância do ver, denuncia essa formulação. Imagens, suas evocações e seus usos em todos os aspectos da vida contemporânea reforçam o processo de maior valorização do ver e a redução dos outros modos de sentir para o segundo plano, no qual mergulham a sociedade e seus aparelhos de persuasão. Suas formas arquitetônicas e suas manifestações de cultura, em geral, não são desenvolvidas de modo a que se possa apreender quer com o olfato, quer com o tato, quer com a audição. Até mesmo a propagação e inculcação de ideias e ideais de vida se fazem a partir do sentido da visão, negligenciando os demais sentidos, existindo, inclusive, a evocação de uma pesquisa que diria ser mais fácil, rápida e eficaz a apreensão e a

retenção de ensinamentos (ideológicos ou contraideológicos) perpetrados pelos meios visuais. Fique bem claro que se trata muito mais de evocação de imagens dinâmicas, envolvendo cores e dimensões variadas. Por certo, não está incluído nessa elaboração o incentivo à leitura, por exemplo.

Uma segunda tentativa de explicação da razão que levava a relação forte de Marilza a destroçar-se como um castelo de cartas é pura e simplesmente a preocupação com a aparência e com a censura. As pessoas não se querem defrontar com os conceitos e preconceitos engastados na sociedade, que dizem que uma mulher cega, por exemplo, não poderia assumir uma casa de modo eficaz e com competência. Essa criatura certamente preocupava-se com as explicações que teria que dar aos amigos e parentes a partir de observações, tais como: “Tantas meninas bonitas e ‘perfeitas’ estão por aí a tua volta, por que teria você se deixado prender por uma cega?”. Qual a explicação que ele arriscaria? A velhíssima explicação do “foi o amor”? Seria estrepitosamente ridicularizado ou, quando menos, se sujeitaria a olhares compadecidos de uma resignação evocativa de uma predestinação da qual se não poderia livrar.

Que outra explicação tentar encontrar? A da solidariedade humana? Até quando ela duraria? Na prática, sua atitude disse que ele não estava disposto a assumir o ônus social de se fazer marido de uma mulher que, a despeito de bonita e plenamente capaz de se bastar, quer enquanto pessoa e profissional, quer enquanto mulher com todos os atributos, virtudes e defeitos que lhe são inerentes, tratava-se de alguém que não mais via.

Ele revela aquilo que a sociedade, com suas simulações, tenta esconder, mas que no dia a dia se faz clara: uma atitude de rejeição que discrimina, alija, exclui e nega a oportunidade às pessoas cegas, para que possam demonstrar sua capacidade de integrar-se ao seu ritmo produtivo e ao seu caráter utilitário. Fique claro que o discurso social – as propagações de agentes das políticas públicas e privadas em relação ao cego em particular – apresenta-se exatamente contrário a tudo isso. Ele se apresenta como integrador, fazendo a apologia da igualdade das oportunidades, da formação profissional para o mercado de trabalho, promovendo até mesmo a ministração de cursos. No entanto, na prática, no dia a dia do cego, as ações concretas são exatamente aquelas do namorado que deixara Marilza por não ter estrutura para encará-la em sua nova situação físico-sensorial.

Devolva-lhe a palavra, para que continue sua narrativa. Agora, entre os cegos, ela sofre o efeito contrário, porém não menos traumatizante, uma vez

que é transformada em um objeto de posse, um objeto de desfrute, sem vontade, sem direito a uma escolha, enfim, alguém que poderia ser possuído sem a menor cerimônia ou constrangimento. Aí entra a parte da ideologia social absorvida pelo homem cego, que o torna tão discriminador e preconceituoso quanto aqueles que o discriminam, que lhe atribuem papéis e lhe imprimem estereótipos contra os quais vocifera.

[...] Eu fui para São Paulo e lá eu confesso que voltei um pouco traumatizada com relação a isso. Porque eu descobri que, principalmente entre os cegos daquela época, eu descobri uma coisa assim, que chega a ser um pouco neurótico. As pessoas assim... 'eu quero te comer', no sentido exato da palavra mesmo. Eu, de uma certa forma, não era de se jogar fora. Então, todo mundo queria mesmo me passar a mão. Então, foi uma coisa assim meio agressiva, mesmo porque eu estava no meu processo de... eu tinha saído de um relacionamento forte e de repente, eu via um monte de homem ao meu redor querendo me 'papar'. Aí ficou um negócio difícil. Mas tudo bem, foi o meu primeiro contato com isso [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

E Marilza prossegue com sua história de rejeição e preconceito. Nesse episódio, além do preconceito da própria figura, entra um segundo elemento: sua mãe. A esse segundo elemento, sucumbe até mesmo o tão propagado amor.

[...] Muito bem, aí eu fui para São Paulo, fiquei aí enquanto eu estava trabalhando e eu conheci uma figura que trabalhava aqui no emprego e começamos a ter amizade, foi, ficamos apaixonados. Só que essa figura, a família dele, na época, a mãe dele em especial, me chamou um dia, isso depois de cinco anos que nós estávamos tendo um relacionamento, me chamou para me falar que não gostaria que o filho dela se casasse comigo. Que ele era o filho único dela e que não era eu a nora que ela gostaria de ter, eu era cega [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

Assim, parece ficar muito clara a influência que a família exerce sobre um membro que, por alguma razão, resolve camuflar o seu próprio preconceito, a sua própria rejeição. Alguma coisa existe para, num primeiro momento, se passar por cima de seus próprios sentimentos de repulsa, transformando em amor um sentimento que mais exprime covardia e insegurança do que propriamente aquele sentimento tão sublime que faz com que as pessoas superem a si mesmas, suas internalizações há muito

incrustadas no seu subconsciente. Na verdade, a pessoa é despertada para o seu real sentimento, para a sua real forma de encarar aquela outra que momentaneamente quer, por meio da pressão externa que lhe chama à realidade, fazendo-lhe sair de um torpor que ela reputa como sendo amor. Fica patente ter sido isso que ocorrera com a figura em questão. Sua mãe, na verdade, lhe despertara para aquilo que normalmente era o seu modo de viver e de pensar. O que reforça essa ideia é o fato de ter ele cedido às pressões e às argumentações de sua mãe (certamente não só dela, mas preponderantemente) contrárias a que ele se envolvesse com alguém que para ela (e também para ele) não era capaz de desempenhar minimamente o papel de mulher, de mãe, de profissional, enfim, de esposa total e plenamente. E Marilza Matos (informação verbal, 1998) reproduz aqui a argumentação com a qual sua opositora golpeava de morte sua relação “amorosa”:

212

[...] Como é que o filho dela ia casar com uma mulher cega, como é que eu ia tomar conta da casa, como eu ia criar os filhos... Aí eu disse a ela que tudo bem, ela tinha o direito de pensar isso, mas eu achava que isso era decisão dele, também, que a opinião dela eu sabia que era essa já de algum tempo, mas teria que ter a decisão dele. Eu fui conversar com ele e realmente essa opinião da mãe dele pesou e é uma pessoa que até hoje me jura amor, mas que não topou ficar comigo. O motivo principal é a cegueira [...].

Tratando-se de um tema muito próximo desses – envolvendo agora a forma como a sociedade vê e trata o cego, não mais tomando a relação familiar como parâmetro, mas sim as relações sociais de modo mais abrangente –, tem-se levantado o seguinte: dentro das universidades, tem-se um discurso bastante avançado no sentido de apresentar, em suas linhas gerais, um progresso no que tange ao modo como as pessoas, os seus atos, as suas diferenças e as suas preferências são encarados. Tem-se fugido dos paradigmas estabelecidos: dentro e fora das universidades, são aceitos e como que venerados os homossexuais; a prostituição não é mais vista com aqueles olhos de uma mentalidade conservadora, razão pela qual é renomeada, de modo a perder aquele caráter pejorativo; mas o homem e a mulher deficientes em geral e o cego em particular continuam sendo deficientes. Esse é um título, um cognome tão pejorativo quanto aqueles outros, tão cuidadosamente escamoteado pela inteligência, sobretudo de

origem nos partidos de esquerda, considerada “vanguarda do pensamento social”.

Ao primeiro grupo, todas as concessões, todas as formas de fazer ouvir as reivindicações lhe são propiciadas, todos os meios de comunicação estão à sua disposição, ao tempo e à hora. Ao segundo grupo, tudo é negado: todas as suas reivindicações soam como privilégios. Todos os espaços na mídia estão ocupados, as portas fechadas para as suas reivindicações, para a veiculação de seu pensamento. A exclusão dentro da exclusão é algo notório e alguma coisa escandalosa. Nesse ponto, Marilza, uma vez mais, busca inovar, procurando fazer uso da tecnologia e dos meios de que dispõe para facilitar seu acesso às informações e abrir caminho para uma interação entre os professores e o aluno, entre a escola e o estudante.

A tal respeito, Marilza Matos (informação verbal, 1998) faz o seguinte comentário:

[...] Eu tive uma experiência na Universidade Católica, que eu cheguei nesse ano que passou e procurei a direção do Instituto de Filosofia para conversar, o diretor acadêmico do instituto, e eu queria fazer minhas provas no computador. Porque eu tenho o Dosvox, facilitaria legal para mim. Eu acho que é uma tecnologia que existe e que podemos usar e na verdade eu achei abertura completa da direção da escola. Só que os professores da universidade, na maioria, teve uma certa resistência para isso, porque achavam que estavam me fazendo uma concessão, que a segurança das provas deles estava sendo abalada, ou seja, desconhecimento de um monte de coisa [...].

Não se trata apenas de desconhecimento. Trata-se também de formas de consolidar uma segregação já forte e calcificada. Abrir esses precedentes significa abrir possibilidades de pessoas “indesejadas” manifestarem-se, apresentarem-se como capazes, mediante o uso de uma tecnologia de ponta, apreender conteúdos, reprocessá-los e transformá-los em teses e antíteses, formulando, assim, as sínteses. Isto é: faz-se necessário não deixar que estes poucos que chegaram andem tão livremente, pois podem contaminar os outros, fazer com que os outros acreditem que também podem chegar. E Marilza expõe seu ponto de vista, já de pronto, chamando a atenção para a quota de responsabilidade dos próprios cegos e de suas lideranças, no que tange a não elaboração de um pensamento coletivo,

a não aplicação em buscar uma representatividade coletiva. Para ela, tais atitudes fazem com que uma categoria já marginalizada viva num processo de acomodação e de estagnação social contínuo e perigoso.

[...] Nós, os próprios cegos, que lideramos de alguma maneira alguma coisa, como seres humanos [...], gostamos de poder também. Então [...] pode olhar que todas as vezes que a gente começa a fazer alguma coisa, por menos que a gente queira, a gente está tendendo a direcionar, a legislar em causa própria. A gente tem as associações que são representativas, mas, na verdade, representa muitas das vezes o presidente da associação. Quando muito, a diretoria.

A gente tem nas universidades os diretórios acadêmicos, que têm pessoas lá cegas ou de [outra] deficiência, mas que estão representando a cada pessoa, ali de alguma maneira é o palco de ascensão daquela pessoa. É claro, eu acho que tem que ter, você tem que procurar sua ascensão, você tem que procurar também fazer sua política pessoal. Mas você não pode usar a sua cegueira para fazer isso. Se você está falando em nome da cegueira... a gente tem que ter um pouco mais de escrúpulo com relação a isso. Eu acho que tem muita gente por aí falando em nome de muitos aí e falando coisas erradas. Até pelo poder... isso é do próprio ser humano.

Então isso é uma coisa que precisamos mudar, precisamos melhorar. A própria conscientização do cego de um modo geral, mesmo do que se diz intelectual, tem que ser feito um trabalho político mesmo. Um trabalho de... sei lá, sabe, juntar mais, porque não adianta eu me representar. Eu estou me representando como M. mas eu sou cega, eu estou representando os cegos de um modo geral. O que tiver errado comigo... tudo que se tem errado com o cego, passa a ser errado com os outros, porque passa a ser estigma nosso. Isso aí a gente tem que ter cuidado, não é que você tenha que se encolher, mas você tem que unir mais, essas coisas [...]. Poucos falando em nome de muitos e falando de uma realidade que não é a realidade dele. E a aprovação pessoal, claro como seres humanos que somos, por que não? [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

Retomando um ponto anterior da narrativa de Marilza, faz-se necessário, já que seu caso é interessante, por uma razão simples: como ela mesma colocou, quando se vê não se dá a importância ao fato de que se está na iminência de não mais ver. Mesmo sabendo que era esse o seu caso, ela não desenvolveu qualquer ação “preparatória” para que essa transição fosse menos traumática. É essa mesma atitude que se assume no que respeita à morte, por exemplo: todos sabem que vão morrer, mas ninguém se

prepara e ninguém aceita. A lógica biológica pura e simples indica que as pessoas mais velhas morrerão primeiro que as mais novas, eliminando-se os fatores outros de morte, que não o natural. Mesmo sabendo disso, entra-se em pânico quando se pensa na possibilidade de vir a morrer ou de vir a não mais enxergar. Com Marilza, certamente não era diferente nos momentos em que refletisse a possibilidade de se tornar cega. E ela confirma:

[...] eu, eu não vou ficar cega não. [...] eu não vou morrer não. A sensação é a mesma. [esta] associação [é] muito boa. Se tem certeza, mas não se acredita. Eu tenho certeza que eu vou morrer, mas todas as vezes que eu penso que eu vou morrer... Como a gente não acredita que... quer dizer, eu acho que todo ser humano é um deficiente em potencial. Alguém ficar cego é a coisa mais fácil que tem. Se você tomar uma pancada no olho, fica cego. Então você é um deficiente em potencial, você é um cego em potencial. Outros que estão dirigindo carros são paraplégicos potenciais. Então, eu acho que o ser humano é um deficiente potencial. E eu acho que a não admissão disso tudo é, até por conta da fuga disso aí, de se topar com essa realidade, de dizer 'eu sou um deficiente em potencial' [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

215

Ela então foi indagada se, no decurso de sua adolescência e juventude, alguma vez refletiu sobre isso e, por consequência, entrou em depressão, perdeu o controle, enfim, entrou em “parafuso”. Ela responde com toda limpidez de quem tem o domínio de uma situação:

[...] Muitas vezes. Eu tinha duas vertentes. Tinha essa do pânico, muitas vezes, e essa do pânico é assim... calada. É comigo mesma. Porque meu pai é separado da minha mãe, sempre eu tinha pena da minha mãe e eu queria poupar a minha família, como se eu fosse, digamos, culpada disso. Eu sentia uma culpa muito grande mesmo. Eu tive que fazer dez anos de terapia para me livrar de algumas culpas, inclusive essa. Era como se eu fosse culpada de ficar cega. Foi uma coisa muito forte. Eu queria poupar, eu tinha que esconder meus sentimentos porque eu não queria fazer minha mãe sofrer [...] como se fosse eu que estivesse fazendo. Isso eu tinha [...] foi muito claro, foi uma coisa forte. Então eu tinha que esconder. Eu lembro quando estava começando a ficar sem enxergar, ninguém na família sabia. Meu cunhado uma vez que me pegou em flagrante. Que deu assim: Eu ia pelo corredor da minha casa e de repente sumiu tudo. Aí eu parei encostei na parede um pouquinho pra [...] entrei em pânico, naturalmente, e ele viu e veio conversar comigo. Aí eu falei com ele como eu estava mesmo, mas eu ia pedir um

favor pra ele. Eu queria que ele fosse meu aliado, não queria que ele contasse para ninguém na minha família. Então se vê quais são os processos. Esse processo todo, eu sei que a família também faz disso uma coisa maior do que é. Desde muito cedo, para minha mãe isso era um drama também. Quer dizer, o sofrimento dela é muito grande. Por ser grande, eu queria amenizar esse sofrimento dela. Quer dizer, eu amenizei o dela e em... quer dizer, não sei se amenizei porque na verdade isso não se ameniza em ninguém [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

Observe-se que aqui persiste a ideia de uma tragédia, tanto quanto no caso da morte de alguém e, sobretudo, de algum membro da família. O fato de se avizinhar o já prenunciado dia em que Marilza teria confirmada a hipótese de se tornar cega, ela se tornava angustiada e se embatia em esforçar-se por sofrer sozinha, por poupar sofrimentos à sua mãe e, principalmente, apresentava a si mesma como sendo a culpada por tudo aquilo. A busca de um analista para desfilas suas angústias, dúvidas e sentimentos de culpa, se assemelha à frenética busca feita por um grande número de pessoas em encontrar nas práticas religiosas – sobretudo naquelas que se apresentam como as que poderiam, a partir de seus rituais e evocações espirituais, saber o futuro dos vivos ou anunciar o presente dos desencarnados – um meio de tranquilizar a si e aos seus familiares.

E ela segue no desenvolvimento de sua narrativa:

[...] No dia em que eu tive o descolamento de retina, eu estava trabalhando. E lá alguém me chamou e, quando eu virei a cabeça, o meu campo visual se dividiu no meio certo. Eu fui atender o telefone e, de lá mesmo, eu já liguei para o médico. Falei com o Dr. F. Príncipe, que era meu médico na época, ele pediu que eu fosse lá. Eu fui e ele disse que eu tive um descolamento de retina e era para eu ir para o hospital agora. E eu disse ‘olha doutor, agora eu não vou porque eu preciso ir para casa preparar minha mãe para isso’. Então eu disse a ele que no outro dia eu iria para o hospital. Então, a minha preocupação era chegar na minha casa para dizer à minha mãe. E tive que procurar todas as minhas forças para chegar em casa para dizer, tentar fazer um pacto com ela. Tipo assim: ‘vamos segurar juntas aqui, você vai ter que me ajudar, se você se desmantelar, eu também vou, então você vai ter que me ajudar’. Mas foi assim... principalmente a minha mãe, meu maior drama da cegueira foi em relação à minha mãe. Quanto a gente se despreza às vezes por conta dessas coisas! Então, a relação da pessoa deficiente com a família, eu acho que é um dos maiores dramas que a pessoa tem. Porque ela começa a culpar-se, começa a não dizer as coisas, fica um negócio muito ruim [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

Ao iniciar esse assunto, ela diz que sua reação à cegueira tivera duas vertentes. Uma, ela acaba de explicar que fora o pânico. Depois de externar bem isso, prossegue, apresentando a segunda vertente:

[...] É, uma foi o pânico e a outra, a impossibilidade. Meu Deus do céu, o que é que eu vou fazer! [...] Isto é: aquela sensação[...] de impotência. Tipo assim: 'meu Deus do céu, minha vida vai acabar, o que é que eu vou fazer daqui para frente?' Ou seja, o desconhecimento mesmo que se tem, você como indivíduo, assim de quanto a visão anula as outras coisas [os outros sentidos]. Tipo assim, eu não vou enxergar [mais]. Então, não vou fazer mais nada. Era assim o maior pavor, era esse também. Acabou a vida: não sei fazer mais nada, não vou saber fazer mais nada. Como é que vai ser isso aí? [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

A partir dessa experiência pessoal, Marilza afirma, com a firmeza de quem vivenciou na pele todas as intempéries de perder aquilo que mais valorizava e que considerava a única maneira de aprender e apreender as coisas, que o esclarecimento da família sobre as possibilidades de superação da perda visual (ou de um outro dos sentidos) e o pleno conhecimento das potencialidades do indivíduo, a despeito das limitações a que passa a estar sujeito em função da perda sensorial, “são os dois pontos principais para se ter [...] para se reconquistar” a vida aparentemente perdida. Esses fatores são fundamentais para que a pessoa que tem perda visual pós-adulta se considere capaz de prosseguir ativa, produtiva, não só sob o ponto de vista econômico e social, mas também sob o ponto de vista da cultura, do lazer, do prazer e da afetividade. As limitações advindas a partir da perda sensorial podem ser minimizadas a partir da exploração das habilidades e capacidades inerentes à pessoa humana, à sua formação pessoal, profissional e acadêmica, independentemente de ter ela perdido a visão ou a audição ou a locomoção.

No entanto, é subjacente a ideia de que a pessoa, uma vez sensorialmente limitada, é social, econômica, política e culturalmente incapaz, na medida em que isso se reflete no indivíduo que vivencia tal situação, independentemente da formação e da camada social a que esteja vinculado. É uma ideia arraigada nas pessoas que sempre afirmam ser, por exemplo, a cegueira a maior perda que um indivíduo pode sofrer, na medida em que fica impedido de desfrutar dos prazeres, dos lazeres, dos folguedos, da produção econômica e cultural. Enfim, para a maioria das pessoas, mesmo aquelas esclarecidas,

em princípio a perda visual representa tudo isso, mormente se ela se “abater” sobre um dos seus. Na verdade, essa concepção está diretamente relacionada com a forma como é tratado o cego, não só pela sociedade civil, através do corpo social com suas formas de estereotipar os seus membros diferenciados por quaisquer estigmas, mas também pela elite dirigente encrustada no aparelho de Estado, que prefere realizar propaganda de investimentos e implementações técnico-educacionais assistencialistas, tendo, no entanto, uma prática social e política diametralmente oposta à sua própria propaganda.

Mas, devolva-se a palavra à Marilza, para que ela continue apresentando seu pensamento de quem vivenciou uma cegueira, embora anunciada, no entanto não menos traumática, à medida em que ela estava inserida numa sociedade que nunca pensou uma pessoa cega como sendo alguém capaz de viver normal e plenamente.

218

[...] Depois que eu fiquei cega, durante algum tempo, graças a Deus não foi muito tempo, porque eu tive até sorte, logo no ano seguinte eu fui para São Paulo, passei um ano sozinha lá. Então, São Paulo, na verdade, foi a minha reabilitação. Eu tinha que me virar mesmo, não tinha ninguém por perto. Eu estava no meio de não sei quantos milhões de paulistas, morando num pensionato, então eu tinha que me virar. Então, foi a minha reabilitação. É tipo assim, o que eu descobri da minha potencialidade foi aí. O que é que eu podia fazer de novo. Tanto que, até nessa época, eu até escrevi alguma coisa sobre cegos, que eu chamei de Nós cegos e você, estado geral e igual. Comemos, dormimos, trabalhamos, andamos, enxergamos, você não sabia, nós também enxergamos. Para você que utiliza o sentido da visão, é difícil acreditar que se possa enxergar também com o tato, com o olfato, com a audição e até mesmo com o corpo inteiro. Imagens nós não fotografamos com a retina, mas nós formamos com o cérebro. Então, qual a diferença? Você usa um sentido para enxergar, nós, os demais para ver. No mais, saudade, amor e vida verdadeira iguais a você.

Isso aí diz da minha descoberta. Eu descobri lá, que era igual a vocês, que até então era como se tudo fosse ser diferente. Então, essas duas vertentes, o pânico, o pavor e aí passa um pouco também pela vaidade da gente, tipo assim, o cego, aquela imagem do cego coitadinho. Muita gente não usa a bengala por isso. Acho que passa pela vaidade, passa pela impotência, passa pela humilhação, passa por um monte de coisa. Difícil [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

Na verdade, parece que Marilza vivenciou sua experiência de cegueira em um período que, em termos de aproveitamento da mão de obra de

pessoas cegas, era mais fácil, como em alguns campos, por exemplo o da indústria, onde não se exigia grande especialização técnica. Já nas áreas, como o do emergente setor de processamento de dados – só para citar um –, tal aproveitamento era mais difícil. Aliado a isso, a resposta da sociedade ao cego e à sua utilidade era sempre ou quase sempre negativa, devido a essa sociedade ser extremadamente utilitarista. Não é demais salientar que tal atitude negativa está baseada no pressuposto de que o cego é um ser inapto para a produção, que precisa ser assistido, amparado pelos poderes públicos e pela filantropia privada. Por isso, a sociedade o rejeita, exclui e discrimina. Ao que ela interpõe:

[...] E se a gente for apurar mesmo ao pé da letra, digamos, eu trabalho no Serpro há 22 anos, sei que conquistei o meu lugar aqui, a empresa tem respeito por mim, mas se eu for apurar mesmo isso, não é a mesma coisa dos meus colegas. Se você for apurar mesmo de verdade, não é a mesma coisa. É uma coisa que você sempre tem que estar alerta, sempre estar atenta, porque eu acho que é inerente do próprio ser humano [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

219

Marilza passa, então, a narrar sua experiência com pessoas que precisou contratar para trabalhar em sua casa. Diz ela:

[...] Qualquer coisinha do dia a dia, no relacionamento, por exemplo, um relacionamento super difícil que todos têm é com a secretária. E eu, como dona de casa cega, acho que tem um relacionamento esse... e o outro da parte da cegueira que é o mais difícil de todos: o negócio de enganar, esconder, tapear, dizer que fez e não fez [...] essas coisas que vão [acontecendo] no dia a dia, as pessoas mentem muito, as pessoas não assumem, não dizem a verdade de um modo geral. A gente tem que fazer um esforço muito grande para não ficar a vida assim, em cheque, porque senão... Tem que ficar atento, alerta o tempo inteiro, com isso aí, digamos, com a sua dignidade. Porque eu acho que esse é um problema seríssimo para o cego. Pelo menos, para os que prestam atenção nisso. Tem muitos que não prestam atenção. Mas, por exemplo, você quer o seu lugar de ser humano, fica difícil. Tem-se que estar com os tostões o tempo todo ligados. Tem-se que estar dando de vez em quando uma referenciazinha aqui, uma referenciazinha ali, dizendo: 'oh, você está confundindo, não é bem assim...'

Eu acho difícil. Dizem que eu sou muito exigente, não sou não. Eu só sou atenta pela minha dignidade e disso eu não abro mão. Mesmo sendo cega, eu sou antes de tudo ser humano e por isso, eu brigo sempre que posso. Eu acho que é um dos

pontos maiores que se tem que estar lidando, tem que estar aceso para preservar sua dignidade. Esse para mim é o [...] Porque qualquer coisa, a tendência é escorregar [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

À certa altura da conversa, Marilza é indagada sobre o que acha do procedimento dos cegos diante da sociedade. Têm eles se portado de acordo com o estigma e com os estereótipos a eles atribuídos? São eles, de fato, enquanto coletividade, aquilo que a sociedade constrói, uma camada social doente, inútil? Ao que ela responde:

[...] Olha, infelizmente, quer dizer, ele não é, ele assume, acho que a maioria ainda – uma grande parte não, já tem muita gente aí brigando pela sua dignidade. Mas a maioria ainda troca a sua dignidade por favores. Favores no sentido de... quer dizer, não tem... Um exemplo, se alguém chega na Associação Baiana de Cegos, vá agora de tarde lá, a gente sabe por exemplo que está difícil emprego naturalmente, tá difícil para todos, a gente sabe que está difícil ganhar dinheiro, sabe que está difícil viver de um modo geral, mas hoje, ontem, há dez anos atrás, se você chegar agora na Associação Baiana de Cegos você vai encontrar no mínimo 20 cegos jogando dama [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

Assinale-se que o que é hoje na associação, há dez anos era na Biblioteca Central. E se alguém observar bem, são as mesmas pessoas.

[...] Então eu acho que, de uma certa forma, por isso eu disse antes que nós todos precisamos mudar nosso relacionamento em relação ao poder. A gente tem que atacar mais firmemente essas coisas. Porque não adianta eu, você isoladamente, urgente ter as conquistas porque quem falar de cegos vai se basear por M., por J... E a gente não pode ficar promovendo a cada um de nós [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

Saliente-se ainda, uma vez mais, que a mídia vê Matos, Sampaio e Santa Rosa como se fossem pessoas ou agraciadas pela sorte ou uma exceção de ser alguém portador de inteligência rara. Quer dizer, não generaliza o fato de que você e outros estarem em uma posição hoje possa ser possível que outros cegos possam estar em tais posições. Já o contrário não. O contrário é generalizado, quer dizer: até que se prove o contrário, todo cego pede esmola, bate viola na feira, toca sanfona, é aposentado, procede mal, entre outras coisas. Ao que Marilza Matos (informação verbal,

1998) assevera: “E isso a permissão é do próprio cego, que aí passa por algumas outras coisas”.

Falando acerca da necessidade de se buscar uma independência real, efetiva, ela endurece o discurso, uma vez que a maioria esmagadora dos cegos, mesmo aqueles que se dizem emancipados, colocam-se em uma posição de dependência quase que imperceptível, tanto quanto inaceitável, na medida em que não a admitem como tal. Referindo-se inicialmente à filosofia do instituto de praticamente entregar tudo pronto nas mãos dos seus alunos (para aos 18 anos lhes tirar tudo sem mais protelações), afirma ser difícil crescer com alguma noção de independência em tal sistema. Diz ela:

[...] O Instituto de Cegos da Bahia forma os cegos, dá a formação básica. Quer dizer, não forma o cego, mas uma parte dos cegos passa por lá, crianças cegas passam por lá, adolescentes... [...] essa instituição, apesar de formar, ela é deficitária porque as pessoas que dirigem esta instituição têm pena dos cegos. As pessoas que estão lá são iguais à minha mãe, iguais à tua mãe.

Eu vi uma cena do Instituto de Cegos, que eu a entendo, mas que eu não sei o que eu faria, eu sei que a cena me chamou muito atenção.

Os meninos do Instituto de Cegos recebem, de manhã cedo, a escova de dente com pasta. Aí eu perguntei: ‘por que recebem com pasta?’ ‘É para economizar pasta’. Tudo bem, é instituição, precisa economizar pasta. Mas será que não tinha outra maneira de você ensinar, desde a hora da pasta de dente até as outras coisas, ao cego a ele economizar, ele valorizar isso aí? Por que que alguém tem que fazer isso por mim? Por que eu não posso aprender a fazer isso? [...] (MATOS, informação verbal, 1998)

Prossegue ela com a firmeza de quem tem a cátedra da vivência pessoal e uma gama de outras experiências arquivadas num corolário de vidas contatadas por pelo menos duas gerações:

[...] tudo bem, chegou, não sabe, vai lá e ensina. [...] ali dentro é escola, se lá tiver a minha mãe, a sua mãe, não vai adiantar nada. Se eu fosse pela vontade de minha mãe ... Eu viajei com minha mãe agora. Até hoje... eu tenho 52 anos, até hoje se ela puder ela tira minha roupa. Ela briga comigo, quer se meter em todas as minhas coisas, quer descartar, quer mandar na minha vida, quer responder por mim. Não pode, eu tenho que dizer não a isso. Mesmo sendo a minha mãe, mas eu não posso fazer isso, senão quem está vivendo a minha vida é a minha mãe.

Eu vou ficar como em um negócio desse? Se eu estou numa instituição e a instituição fala por mim, tem voz por mim? [...] Agora é o seguinte: eu acho que hoje o cego está [lidando] com três tipos de pessoas, eu hoje lido com três tipos de pessoas: eu lido com pessoas que se pudessem me colocavam no colo, para me poupar do sofrimento da cegueira: aquelas que são abençoadas, estão lavando a alma com Deus, são caridosas; lido com as pessoas – são poucas – que me tratam mais ou menos de igual para igual, pouquíssimas, mas lido, tem pessoas assim; e lido também com uma grande parte de pessoas que, por exemplo, de seu relacionamento de um modo geral, entra em confronto comigo. Tipo assim, querem fazer as coisas por mim e quando eu digo não, brigam comigo, porque eu sou orgulhosa, porque eu sou vaidosa, por isso, por aquilo, ou seja, competem comigo. Elas gostariam e não admitem que eu diga não, então a gente quebra o cacete de vez em quando aí. Então tem as caridosas, calam, compreendem, coitada, mas as outras... É assim mesmo, 'não, coitada, é porque ela é cega assim mesmo, é nervosa. Deixa para lá, ela volta de novo a ser submissa', mas é isso mesmo, é a verdade. E essas que é que entram em confronto comigo são as que me discriminam, as que não permitem, as que acham que não posso fazer aquilo, como fazer isso? São essas aí e essas aí são um grande número de pessoas. Você vê na escola por exemplo, tinha 52 colegas esse ano e muitos chegavam para mim e diziam: 'M., não pergunte muito ao professor não se não a gente não vai ter o horário de não sei o quê'. As pessoas não gostam. Se você tem um certo destaque, você perguntou, você questionou, você começa a incomodar as pessoas, você passa a entrar em confronto com elas. De uma certa forma, você às vezes mostra a impotência das outras pessoas, na hora que você diz não 'como você faz se eu não posso fazer isso?' [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

E Marilza exemplifica com aquilo que vivenciara na sua prática profissional:

[...] Aqui no Serpro, já teve épocas... hoje não, hoje, graças a Deus, não tem isso aí, mas já teve época de eu estar sentada na frente de um terminal com colegas meus trabalhando e a gente estava trabalhando, falando... e daqui a pouco ele bate qualquer coisa errada no teclado e eu disse, olhe: 'Está errado isso aí'.

– Está errado como? eu estou vendo. Aqui não está errado não.

– Está errado, você bateu errado.

– Não está, Mara, eu estou vendo aqui na tela, não está nada errado.

Tá. Então vamos, aí a gente vai, quando chega lá na frente, dá erro. Eu não lhe disse que estava errado? Aí neguinho se reta e 'Vá tomar no cu!' Levanta e se pica, certo? Porque não admite.

Naquela hora ali, fui eu que vi que estava errado. Então, esse tipo de pessoa é a grande maioria. Se lida no dia a dia com esse tipo que... que você tem que compreender, tipo assim coitado, mexeu na... no dele... deixa ele se refazer... depois ele volta [...]. (MATOS, informação verbal, 1998)

Acácia da Beira Rio: “Eu sou mais voltada pra o estudo, pra pesquisa; não sou muito de trabalhar assim, com as mãos; meu negócio é mais mental [...]”

“Bom, meu nome é Acácia da Beira Rio, nasci e resido atualmente em Juazeiro, sou deficiente visual. Meu problema foi glaucoma e perdi a visão total com 12 anos [...]” (BEIRA RIO, informação verbal, 1998)

A jovem professora e pedagoga Acácia tem uma história muito parecida com a da maioria das pessoas cegas, como se vai perceber. No entanto, faz-se necessário atentar para sua narrativa, por ser uma história que transcorre, em grande parte do tempo, fora da região metropolitana de Salvador, o que torna os rumos e as trajetórias de uma pessoa cega ainda mais difíceis, visto que tem que lutar com todas as suas forças e sem qualquer apoio logístico dos órgãos públicos para isso criados e mantidos. Em sua trajetória, Acácia descobre o quanto está distante do viver real no dia a dia do cego, da propalada ação do Estado em favor de tornar uma pessoa deficiente pronta para enfrentar a vida com independência. Nota-se também o quanto estão presentes a discriminação e a rejeição de modo explícito na vida da pessoa com cegueira, as quais, muitas vezes, são perpetradas por professores, dirigentes de órgãos e repartições públicas, que, em tais casos, estão sendo pagos para exercerem abertamente seu preconceito, sua repulsa àquele ser que em alguma forma lhe é diferente.

Aqui será priorizada a fala da entrevistada, porque, por si só, diz muito daquilo que é sua vida, que é sua trajetória rumo a perspectivas que ainda estão por tornarem-se reais em sua vida. Claro que, em alguns momentos, haverá intervenções no seu discurso, para reafirmar ou mesmo esclarecer alguma coisa que porventura se faça necessário.

Em entrevista gravada em fevereiro de 1998, Acácia Beira Rio (informação verbal, 1998) conta que:

[...] Logo que eu nasci (16/05/1964), a família percebeu logo. Foi de imediato, já foi congênito. Logo com o nascimento, já foi detectado. Pra falar a verdade, esse problema foi ocasionado por rubéola em minha mãe, durante a gravidez. Então, eu já nasci com problema.

[...] A primeira infância que eu passei aqui com os meus familiares foi uma infância difícil, porque, na época, imagine aí, há 34 anos atrás, praticamente as pessoas não tinham informação suficiente e o deficiente era visto realmente como um doente. Então, eu era tratada como doente, tanto é que eram feitas todas as minhas vontades, eu não podia me contrariar na época porque [...] a glaucoma ela proporciona muito incômodo ao [seu] portador. Então, ela impossibilita que você fique chorando, ela... quer dizer, o máximo que você puder evitar transtorno que venha a dilatar os olhos, é melhor. Então, por causa disso, a minha família me via muito como doente. Ela me poupava ao máximo pra que eu não me contrariasse, pra que não houvesse irritação, pra que eu não chorasse, pra que a pupila dos olhos não dilatasse, essas coisas. Então, eu fui criada mais assim como uma doente. Os outros eram normais e eu era a doente. Aí uma doente que era feito tudo por mim, que eu não sabia fazer nada: tomar banho, trocar de roupa, pegar alguma coisa, botar comida, essas coisas. Tudo era feito pelos outros. Eu era uma boneca [...].

Comentando sobre a forma como chegara a ouvir falar do instituto e de como fora para lá, diz ela:

[...] Ah, essa é a parte mais interessante, né? Acontece que eu tenho um tio lá em Salvador e através da esposa dele, que na época eram muito desenvolvidos, até hoje eles são pessoas muito boas e souberam do instituto e aí se interessaram de me levar. Mas meu pai, na época, por superproteção, ele não deixou. Ele tinha medo que eu sofresse com a ausência deles, essas coisas, essas superproteções de pai. Então, ele nunca permitiu. Minha mãe sempre teve vontade, porque ela achava que, apesar da deficiência, se existia um recurso, ela queria que eu tivesse essa condição de vida que os outros filhos dela; mas o meu pai, mais amoroso e ao mesmo tempo superprotetor... não deixou. Então, com a morte do meu pai quando eu tinha nove anos, isso foi em 1973, minha mãe decidiu – como ela era a chefe de família nesse momento – assumir e me levar pra Salvador. Ela achava assim, que meu pai já tinha morrido e ela poderia vir a faltar e eu ficar como uma pessoa inútil. Então, para que isso não acontecesse, ela enfrentou a dificuldade de... essa questão toda da ausência, do sofrimento, não sei quê... e aí ela resolveu realmente a me levar pra o internato [...]. (BEIRA RIO, informação verbal, 1998)

Acácia da Beira Rio (informação verbal, 1998) fora interrompida em sua narrativa para ser indagada a respeito das relações e de como se davam os contatos com as crianças, suas coetâneas. Ao que ela responde, com uma ponta de saudosismo:

[...] Não, isso aí era normal, apesar de... porque naquela época as brincadeiras eram diferentes das de hoje... a gente brincava muito era sentada, de boneca mesmo... as meninas. Então, as brincadeiras não eram como as de hoje, não tinha muito... a gente não tinha acesso à televisão... porque a gente não tinha condições e televisão era coisa rara... principalmente aqui no interior.

[...] Então, a gente brincava muito e era todo o mundo junto, porque as brincadeiras eram calmas, eram saudáveis, não tinha essas violências que têm hoje, essas brincadeiras de empurrar, de machucar, de correr, essas coisas, apesar de que tinha aquela brincadeira de esconde-esconde, mas na maioria dos casos e das vezes as brincadeiras eram mais sossegadas... então dava pra todo mundo se integrar normalmente. Eu me integrava muito bem com as vizinhas e as vizinhas comigo e a gente tinha um elo muito forte de ligação. Nesse ponto, a infância foi normal...

[...] Eles me tratavam de igual pra igual, tanto é que, como eu falei anteriormente, as brincadeiras eram saudáveis, então... eu sempre participava de tudo normalmente; não tinha aquela coisa de diferença não. Eu acho que posso dizer que a integração era perfeita entre as crianças [...].

Ao tratar do instituto, Acácia da Beira Rio (informação verbal, 1998) diz que:

[...] É, no instituto tudo foi novidade... porque em casa eu tinha todo mundo pra fazer tudo e lá eu passei a fazer as coisas que eu desconhecia, que podia fazer aqui, porque tudo que eu podia fazer lá eu não podia fazer aqui. Então, pra mim, a princípio, foi um choque, mas um choque até bom, porque me fez me sentir assim mais independente, uma criança normal. Então, eu tive noção das minhas possibilidades, foi aí que realmente eu consegui me encontrar como pessoa [...].

Ela aqui faz uma afirmação, que deve ser encarada com a compreensão de que quem fala, fala como quem relata uma coisa já ocorrida. Não é possível que, aos nove anos, ela possa ter se encontrado como pessoa. Ela pode ter tido uma nova sensação de possibilidades, de descoberta de potencialidades, visto que, até então, ela nada mais era do que alguém

que precisava de tudo e de todos para continuar vivendo. E isso fica mais claro quando ela afirma que:

[...] Não, na verdade, eu não tinha noção. Eu achava que... eu ... na verdade, eu não tinha ideia do que viria... entendeu? Eu só sabia... a única coisa que me animava era a questão do estudo; eu sabia que eu ia estudar e que eu ia crescer nesse sentido, muito embora na época eu não tivesse essa visão de crescimento. Mas eu sabia que ia conseguir chegar aonde meus irmãos iam chegar também. Então, dentro desse ponto de vista, a gente pode dizer isso hoje, que no meu íntimo já tinha essa noção de crescimento, muito embora não soubesse expressar [...]. (BEIRA RIO, informação verbal, 1998)

E voltando a falar sobre a sua experiência com o instituto, Acácia da Beira Rio (informação verbal, 1998) prossegue:

226

[...] Bom, os dois primeiros anos foram ótimos... Eu me dei muito bem, consegui assimilar todos os ensinamentos, na verdade, eu sempre fui muito introvertida, muito tímida... então eu sempre tive muita dificuldade de comunicação, eu sempre fui uma menina muito tímida, nunca tive facilidade pra chegar até as pessoas, mas no momento em que as pessoas chegavam até mim, a gente se dava muito bem, a gente criava um elo de amizade muito forte; pelo menos, eu penso. E os problemas, os conflitos que vieram depois, foi por conta da perda da visão. Porque até então eu tinha visão subnormal. Até ali era ótimo, dava pra me virar muito bem, mas a partir do momento em que eu tive a perda da visão a coisa se complicou pra mim, porque eu me perturbei, eu me desencontrei. É como se eu tivesse me desestruturado, tudo aquilo que eu pensei que fosse naquele momento passou a deixar de existir, então é como se eu tivesse que retomar tudo de novo. Pra mim, esse período foi muito difícil. Perdi as amigas que eu tinha: na época, amigas boas, sólidas – que eu acho que não era tão sólida porque acabou, mas até então, era. E aí ficou aquele clima de desarmonia e que realmente me levou a sair antes do momento certo. A instituição fica com a gente até os 18 anos e eu saí aos 13 justamente pela minha falta de, digamos assim, de adaptação, depois dessa fase terrível que eu passei com a perda da visão [...].

Ao que parece, a perda do resíduo visual que lhe restara se constituiu no ponto de inflexão na vida da narradora, embora ainda fora tão tenra quando tal se deu. Diz ela:

[...] Vim, vim pra cá. Agora, interessante apesar de tudo, apesar dos conflitos, apesar da má fase, apesar de tudo que se possa imaginar de negativo daquilo tudo, mas no meu íntimo eu sempre quis vencer, sempre quis crescer, sempre quis cursar uma faculdade. Eu sabia o que é que eu queria. Claro que, na época, não sabia o curso que queria fazer... mas eu já sabia que eu tinha que vencer na vida, eu vim pra o mundo pra crescer. Eu não vim pra ficar parada... E apesar das dificuldades, eu sempre quis assim conquistar o meu próprio espaço. Eu sempre quis conquistar aquilo que eu achava que tinha realmente condições e direito de conquistar. Uma coisa minha. Eu queria me encontrar comigo mesma... Então, apesar de eu sair daquela instituição, que dá um certo apoio a gente, que investe mesmo na nossa autoestima, e sei lá e aí eu vim pra cá, mas vim com o objetivo realmente de continuar os estudos, apesar das dificuldades, apesar de eu saber que seria difícil, que aliás eu não sabia nem como começar. Mas eu saí de lá realmente pra o interior, mas com o objetivo de continuar os meus estudos. Chegando aqui, encontrei realmente muita dificuldade. Inclusive, a maior dificuldade que eu encontrei foi comigo mesma, porque eu por ser muito tímida, eu não era muito de brigar pelos meus direitos, eu não tinha nem consciência de como chegar. Então, eu procurei realmente escolas pra que eu retomasse meus estudos e eu não consegui na época. Mas eu não consegui e me acomodei. Porque eu tinha medo de enfrentar as pessoas. As pessoas diziam que não podia, que eu ia chamar a atenção das outras crianças e eu achava que não tinha como lutar, apesar da minha vontade. Então, eu me acomodei por um tempo, o tempo passou também, eu não aguentava mais ficar naquela ansiedade, naquela ociosidade [...]. (BEIRA RIO, informação verbal, 1998)

Sabe-se que esse é o primeiro problema que o cego enfrenta ao procurar estudar em sua cidade de origem. Ele tem que enfrentar as muitas desculpas daquela instituição que teria por princípio integrar, agregar em torno de si pessoas dos mais diversos matizes socioeconômicos e psicoculturais, para fazer delas cidadãos que saberão respeitar as diferenças e os direitos, que dirigirão a sociedade, que criarão e executarão as políticas sociais, econômicas, culturais e educacionais, a partir das bases recebidas nesta instituição que forma, junto com a família, o caráter do homem: a escola. É ela a primeira a discriminar, a segregar, a rejeitar um aluno que não enxerga, porque diz não ter meios para atendê-lo em suas necessidades especiais de acesso à escrita e à leitura. É, portanto, ela que forma pessoas frustradas, acobardadas unicamente porque não lhes foi dada a chance de desenvolver o seu potencial intelectual, cognitivo e criativo.

E, salvo um melhor juízo, o que é mais grave: não existe a menor perspectiva de que tal atitude tenha mudado e/ou que vá mudar a curto, a médio e mesmo a longo prazos. Não existe qualquer política pública ou ação privada que eficaz e seriamente pretenda resolver um tão grave problema. Existem ações isoladas, mas não contam com apoio efetivo de quem executa a política educacional do país ou do Estado.

Volte-se à Acácia da Beira Rio (informação verbal, 1998) e à sua narrativa.

[...] Aí resolvi, já adulta, voltar pra Salvador, pra ver se eles me ofereciam algo mais que aqui eu não tinha conseguido. E aí quando eu retornei... retornei, aliás, pra Salvador, eu fiz locomoção, [o que] pra mim foi uma coisa muito boa, porque aí eu conquistei um algo mais na minha vida, que eu não tinha, a minha independência... e aí eu retomei os estudos. Entrei também na oficina pedagógica, pra tentar aprender alguma coisa, mas eu confesso que não aprendi nada lá, não por culpa deles, mas é porque eu não nasci mesmo pra essas coisas de arte. Não dou pra fazer nada assim manual... não tenho esse dom de... essa aptidão de fazer as coisas manuais. Eu sinto que o meu forte, apesar de eu não ser também muita coisa, claro né, mas eu sinto que eu sou mais voltada pra o intelecto. Eu gosto mais de estudar, eu gosto mais de... sabe... eu gosto mais assim... sou mais voltada pra o estudo, pra pesquisa. Não sou muito de trabalhar assim, com as mãos. Meu negócio é mais mental [...].

Indagada se conseguira alguma colocação em Salvador, para que se pudesse prover nessa nova empreitada de sua vida, Acácia da Beira Rio (informação verbal, 1998) afirma que não.

[...] Na verdade, a minha família que continuou a sustentar, em termos financeiros. Ela me botou lá e ela mesma arcou com as despesas. Pra falar a verdade, lá eu não cheguei a trabalhar, fui mantida o tempo todo pela família. E só quando eu retornei pra cá... Eu estava em Salvador e Seu Manoel Santa Rosa – parece que ele era o encarregado na época, não sei se ainda é, de colocar o deficiente em determinados empregos, não sei... E me parece que eles achavam melhor colocar a gente na própria cidade. E aí ele veio com uma proposta, disse que tinha um emprego... inclusive eu estava estudando, tive que deixar os estudos, porque ele disse que eu retornaria pra lá, pra regularizar a situação. Não foi assim que eu cheguei aqui no mês de maio e fiquei aqui mesmo. Trabalhei na prefeitura, um tempo como telefonista e depois eles foram embora e não deixaram nada certo... Engraçado que... eu acho interessante essa parte, porque eles não conversaram claramente comigo. Eu não

sabia nem direito o que eu vinha fazer aqui, eu sabia que era alguma coisa relacionada a emprego. Mas eles não disseram [...].

Aqui cabe uma interrupção, para que se diga ao leitor que era exatamente essa a forma como agiam as pessoas que lidavam com a vida do cego como um todo. Não era apenas o setor responsável pela colocação de mão de obra, era assim que agia o pessoal que dirigia o setor braille da Secretaria de Educação e o pessoal que dirigia o ICB. A informação do que estava acontecendo ou do que iria acontecer era sempre negada. Toda vez que se pretendia saber alguma coisa a respeito da empresa para onde se estava sendo levado, o que lá se faria, quase sempre era negado. A ideia de deixar que as coisas acontecessem era corrente na cabeça das pessoas que dirigiam esses setores. Acácia da Beira Rio vivenciou isso de modo muito traumático, já que teve que interromper o processo de escolarização que retomara à custa de muito sacrifício seu e de seus familiares, sem que tivesse nada concretamente estabelecido sobre a sua vida funcional. Prossegue ela:

[...] Eles não conversaram comigo pra dizer assim: 'olha, você vai pra lá, você vai se empregar, nós vamos colocar você lá em determinada repartição, em determinado órgão e tal, vai ser uma coisa assim...' Quer dizer, eles não me colocaram a par de nada. Eu não sabia se era carteira assinada, se era contrato, o que eu ia fazer... E eu só sabia que era relacionado a emprego, porque os professores comentaram comigo, mas eu não tinha assim... engraçado, eu era a pessoa que vinha trabalhar e eu não fui colocada a par de nada. É como se eu fosse um brinquedo. Eu não tinha noção do que realmente eu ia fazer, apesar de que eles podem dizer que tinha, mas eu mesma não tinha.

[...] Então, quando eu cheguei aqui, e eles me colocaram lá na prefeitura, me deixaram como se estivesse tudo certo, e perguntei se eu ia ficar lá, eles disseram que estava tudo certo. Mas quando eles saíram, não estava nada certo. Na época, o secretário daquele órgão, que hoje é o prefeito, por coincidência, hoje é o nosso prefeito aqui na cidade, ele disse que não me aceitaria, que não me aceitava, é questão de preconceito mesmo... E aí por muita briga, muita confusão mesmo, com o tempo eu fui admitida, mas com o tempo também eu fui afastada e até hoje estou na batalha [...]. (BEIRA RIO informação verbal, 1998)

Aí aparece uma segunda manifestação de rejeição, de discriminação contra ela, perpetrado pelo poder público. Na verdade, o poder público

prefere agir com as pessoas com deficiência de maneira que tal ação possa ser alardeada, como sendo uma ação praticada por alguém e que induza a se pensar que foi um indivíduo quem a praticou. O pleito de Acácia era o de ter assegurado o seu direito ao trabalho, ao provimento com a utilização de suas habilidades pessoais, isto é, ela só queria vender sua força de trabalho. Ao poder público interessa mais uma política que tenha como pedra de toque a assistência, a doação. Isso faz com que o seu executante apareça aos olhos da população, da mídia e do deficiente assistido, como sendo alguém que se interessa pelas circunstâncias em que estão ele e seus familiares mergulhados, razão pela qual toma a iniciativa de prover-lhe com alguma coisa. Porém, tem que ser alguma coisa que não dure, para que ele possa, ou antes, precise voltar quantas vezes forem necessárias para repor aquilo que lhe fora dado. Ou, no caso de um benefício pecuniário, para que a população o veja mensalmente ir a uma agência bancária e saiba que ele está sendo assistido pelo Estado e, por via de consequência, saiba quem foi que possibilitou essa sua provisão como que providencial.

Mas Acácia da Beira Rio (informação verbal, 1998) dá provas de perspicácia, quando se aproveita da situação indefinida no que tange ao emprego, para dar o rumo que sempre pretendeu à sua vida.

[...] Aí, nesse meio tempo, eu retomei os estudos e aí não parei mais. Fiz o primeiro grau, terminei, fiz o magistério em Petrolina e prestei o vestibular e passei e aí, fui cursar na faculdade em Petrolina e foi uma experiência assim muito boa que eu tive, porque me oportunizou, essa vinda pra cá, os estudos, que eu tanto almejei conseguir. E no ano passado, já formada, eu fiz o curso de especialização em atendimento ao deficiente visual, que, pra mim, foi uma experiência muito boa, porque veio pra minha cidade, eu fiz aqui mesmo. Posso dizer que foi uma felicidade pra mim [...].

Ao responder se aquelas idas e vindas de sua vida funcional tinham alguma coisa a ver com o fato de ser cega, ela diz acreditar que sim e discorre de chofre, sua terceira experiência de sofrer uma rejeição explícita.

[...] Eu acredito que tenha, porque, apesar de tudo, apesar da televisão hoje estar falando mais claramente, estar mostrando, mas a gente sabe... a gente tem que admitir que a gente mora no interior, e como tal, as pessoas ainda são muito, digamos assim, mal informadas e menos comprometidas com certas realidades,

que uma delas é essa, dessa integração do deficiente, quer dizer: eles acham legal, normal, lá no sul, lá em outra cidade ou mesmo aqui no nordeste, contanto que seja longe deles. A partir do momento em que a coisa chega próxima, eu acredito que isso choca e intimidada.

[...] Eu pude ver isso, eu ousou falar dessa forma, porque eu me lembro que, quando eu entrei no colégio pra fazer o primeiro grau, uma professora me chamou muito a atenção, ela professora de matemática [...] que ela me deixou uma lembrança muito interessante, embora tenha sido negativa, mas eu guardei isso comigo, não porque é negativo, mas porque me chamou bastante atenção a forma como ela se sentia ao lidar comigo. Quer dizer, eu confesso que concordo com as pessoas, que pra quem não tem experiência, pra quem não tem um curso de especialização, seja realmente muito difícil lidar com o portador de deficiência. Mas uma coisa que me chama a atenção também é essa falta de disponibilidade deles de conhecer o novo. Eles têm medo, porque eu, quando não conheço algo, eu vou lá e procuro conhecer. Eles não. Eles são o contrário: eles não conhecem e têm medo de conhecer. É como se fosse um fogo. Qualquer coisa ele fosse explodir, eles fossem ser apanhados no meio daquele fogo.

[...] Então, ela virava assim pra sala, olhava assim pra mim – engraçado que a gente não vê, mas a gente sente quando a coisa é direcionada – ela dizia: ‘tem gente aqui que vai desistir; eu vou fazer, vou acontecer’ [...] ela ameaçava mesmo sabe, ela era linha dura. Ela ameaçava mesmo. Só que eu não desistia, porque meu objetivo não era me intimidar, era estudar realmente. Eu já estava ali, ali eu tinha que seguir. Não podia fracassar mais, não podia perder mais tempo. Eu já estava muito atrasada e eu queria sair daquilo ali. Então, ela viu que eu não desistia. Ela chegou até o coordenador geral do colégio e pediu que pelo amor de Deus, ele tirasse aquela menina dali, porque aquela menina não era pra estar naquele colégio, que a família dela teria que colocá-la na capital, porque... [...]. (BEIRA RIO, informação verbal, 1998)

Aqui, ela arremata, apresentando sua leitura de tudo o que vivenciou, indicando uma plena consciência daquilo que enfrenta todo o deficiente e o que a sociedade de fato quer para ele.

[...] Quer dizer, pra eles, é como se o deficiente tivesse que correr sempre de onde está para um outro lugar. É como se a gente tivesse que ser obrigado a viver fora da cidade, pra que não pudesse incomodá-los. É por isso que eu digo que é preconceito mesmo. Eu não vejo outra forma de colocar, não. Eu acho que é o preconceito realmente que entra nisso aí... [...]. (BEIRA RIO, informação verbal, 1998)

Nesse ponto, Acácia retoma o caso de seu emprego na prefeitura, que, por sinal, tem a mesma leitura. Ela procura reforçar o que já foi colocado como sendo forma normal de agir e pensar do corpo social, no que respeita à aceitação e à admissão da pessoa com deficiência como alguém normal, capaz, hábil e que precisa apenas ser visto como tal.

[...] Na verdade, eles não queriam me aceitar, sob hipótese alguma. [...] e a partir do momento em que eles me aceitaram... Engraçado que, na época, [...] o expediente era pela manhã, nessa secretaria. Aliás, na maioria das secretarias. O expediente era pela manhã e eles me colocaram à tarde, porque eles achavam que o movimento era menor. Eles alegaram que o movimento era menor, que eu tinha que ter mais sossego, que não tinha que fazer muita coisa... Então, eles me colocaram no horário da tarde, onde não tinha muito o que fazer. E, por incrível que pareça, na secretaria em que eu estava, realmente não tinha nada pra fazer. Nada mesmo. O telefone nem tocava. Era preciso fazer oração pra o maldito tocar, pra eu poder fazer alguma coisa. Então, e por incrível que pareça, essa secretaria, ao lado dela, na época, tinha o chamado bordel e lá aconteciam muitas brigas, muitas confusões... Então, pra você ter uma ideia, só ficava nessa secretaria à tarde eu e o vigia. Assim mesmo, o vigia, ele foi colocado por minha causa, porque eles achavam assim, que eu era deficiente não podia ficar lá sozinha, porque realmente lá não era muito aconselhável. Então, por lá ser um lugar assim muito [...]. (BEIRA RIO, informação verbal, 1998)

Aqui, ela descreve o lugar que fazia vizinhança com seu local de trabalho, indicando ser um lugar “boca quente” onde as brigas, os palavrões, as confusões e os assassinatos eram o prato diário. Ela narra um dos episódios, que teve uma consequência importante para a sua vida funcional.

[...] Então, certa vez, houve um crime lá. E por causa desse crime... era um período assim de eleição, tinha muita movimentação na secretaria, atrás do secretário, pedindo... lá era secretaria de obras e eles pediam muita... sabe como é o povo... na época de política, aproveita pra pedir material de construção, não sei o quê... tudo que eles podem arrancar eles vão lá e pedem. [...] E, nessa época, eu lembro que houve um crime. E foi por causa desse crime que eles me mandaram ir pra casa. Então, a partir daí, com o tempo eles me dispensaram. Eu tentei voltar várias vezes, ligava pra lá, ia lá, mas eles não me aceitavam. Inclusive, nesse período... houve um grande período que ficou inativa essa função à tarde. Realmente, não existia esse lugar. Esse lugar foi criado pra mim, porque não existia. E aí com o tempo, as coisas foram se modificando, os horários mudaram, essa coisa toda [...]

e aí não houve mais espaço realmente pra mim. Toda a secretaria em que eu batia estava já preenchida. O meu lugar já era preenchido, então não teve mais como [...]. (BEIRA RIO, informação verbal, 1998)

Diante disso, indagou-se se tal dispensa de serviço significava retirada de folha, ao que ela responde, um tanto titubeante: “[...] *Essa questão de retirada de folha, ela... continuou, sabe? Mas é uma continuação assim, que não tem nada certo; é um período... essa questão de mudança... quando muda alguém corta; quando volta... um bota, outro tira; aquela coisa assim; não tem nada [...]*”. (BEIRA RIO, informação verbal, 1998)

Na verdade, Acácia da Beira Rio (informação verbal, 1998) não conseguiu ganhar estabilidade. Mas ela aproveitou bem isso, fazendo avançar sua vida pessoal e intelectual, conforme seu desejo íntimo.

[...] Aí eu aproveitei pra estudar, porque já que eu tinha vindo pra cá com uma proposta de emprego e não deu certo e eu estava nesse impasse todo, então eu aproveitei pra estudar. Estudei um bom tempo à noite, depois fiz magistério durante o dia, já que não tinha nada pra fazer. Magistério geralmente é durante o dia. Aí eu fiz [...].

A narradora detalha o processo que a levou a concluir o seu processo de formação, fazendo-se professora.

[...] Aí aconteceu outro fato interessante. Na época, eu tinha uma amiga de Petrolina e ela sempre andava aqui em casa, e ela falou pra mim que estava tendo atendimento ao deficiente visual, que a partir daquele ano, o pessoal tinha feito o curso e ia atender ao deficiente visual. Então, minha mãe sempre teve vontade de que as filhas fizessem magistério, porque ela não pôde fazer... essa coisa de mãe: transferir pra os filhos o que gostariam de ter feito. E por realmente não ter uma outra coisa! Se sabe que segundo grau está muito a desejar, então eu realmente me enquadrei na questão de fazer o magistério. E aí essa minha amiga me disse que tinha esse atendimento e eu empolgada com esse atendimento que realmente ia ter, com essa assistência, eu disse: ‘Ah, então eu vou fazer’. Eu fiz o primeiro grau todo aqui, por minha conta, sem assistência nenhuma, brigando com os professores e tal, então lá vai ser melhor.

[...] Aí eu fui lá, fiz a matrícula. Quando eu cheguei lá, encontrei com uma diretora muito simpática na época, me recebeu muito bem, me atendeu, até falou sobre a lei, disse que a lei assegurava, que mesmo que ela não quisesse, que a lei me dava

toda a cobertura. Mas ela realmente foi muito simpática, muito agradável, me aceitou de cara, foi aquela empolgação por ter uma aluna deficiente e tal... Só que depois que eu entrei, eu fiquei sabendo que o curso que os professores tinham ido fazer em Recife era voltado para a alfabetização, pra atender crianças na faixa etária infantil, na fase de alfabetização. E eles entraram em pânico, porque surgiu uma aluna já no magistério, eles não sabiam que existia essa aluna, esse cliente novo [...] O atendimento foi isso: eles se prepararam pra uma coisa e surgiu outra no caminho deles. Mas foi uma experiência, acho que tanto pra mim, quanto pra eles. O que eles não sabiam eu ia conversando com eles até no atendimento com crianças, sei lá, devido à minha experiência... Foi aí que houve essa integração.

[...] No primeiro ano – o primeiro ano é mais voltado assim pra o básico e tem três matérias específicas do magistério – não foi tão problemático, porque essas disciplinas, elas, apesar de serem do magistério, mas elas são mais, digamos assim... teóricas... Problema mesmo veio no segundo ano, com o estágio, quando eu tive que encarar o estágio [...]. (BEIRA RIO, informação verbal, 1998)

E a narradora prossegue o seu desfilar de experiências:

[...] Interessante que, quando eu cheguei no magistério, apesar de eu não saber, eu só... engraçado eu só soube agora, já terminando a faculdade. Conversando com os professores, tive aquela curiosidade de perguntar pra eles o que é que eles sentiram, se eu perturbei o meio deles, como é que eles viram a minha chegada no magistério. Eu não sabia, mas disse que foi uma confusão, todo o mundo entrou em parafuso: 'Meu Deus, o que fazer agora? como organizar esse curso pra essa menina? Como organizar essa criatura... no estágio?'. Então houve muita preocupação e houve muito tumulto e muito pânico também, só que o pânico deles foi muito bem abafado. Eu não percebi nada, realmente eles me driblaram. Mas como o curso é voltado para o ensino comum, houve realmente dificuldades [...] E a dificuldade maior era saber como me enquadrar no estágio. Então... o que foi feito? Eles colocaram uma aluna pra me acompanhar na sala. Quer dizer: ao invés do estágio ser assim, um aluno por cada... em cada sala, foi assim: duas alunas, no caso, [...] então pra facilitar. Quer dizer, eu dava a minha parte... Na parte de observação não, que na observação a gente não faz quase nada... Por exemplo, eu não podia escrever no quadro, não podia... essa parte de participação não tinha. Mas distribuía atividades na sala, a minha colega me ajudava. Então, isso foi tudo normal. Agora problema mesmo foi no terceiro ano, que aí a gente tinha que dar aula [...]. (BEIRA RIO, informação verbal, 1998)

E Acácia da Beira Rio continua:

[...] Pra início de conversa, a professora... a orientadora do estágio, ela já sabia que eu me encontrava na escola, então, no primeiro dia de aula, ela me rejeitou. E foi através dessa minha amiga que me levou pra Petrolina que eu consegui me enquadrar na equipe dela... Porque... eu preferi ficar na equipe dela pelo seguinte: porque, pra mim, era mais cômodo, por ser mais próximo aqui de casa, apesar de que era em Petrolina, mas a escola que eu ia estagiar ficava ao lado da orla... aliás, em frente à orla e a orla já fica aqui, de frente pra Juazeiro; então, eu preferi estagiar com ela. Deu muita confusão, porque ela [a orientadora] não queria de forma alguma me aceitar, ela não queria me enfrentar, enfrentar o problema, a dificuldade, qualquer coisa. Ela não se deu ao trabalho nem de conversar comigo pra saber o que é que eu achava, como era que faria... Então, acabou que ela não me queria de forma alguma, e eu entrei na raça. Então, ela me tratou muito discriminatoriamente, ela me tratou de uma forma muito cruel, ela me rejeitou em todos os instantes do estágio, inclusive ela me prejudicou bastante. Ela me colocava sempre abaixo das outras e o máximo que ela me dava era, quando ela não fazia nada por mim, ela me dava a indiferença. Ela me destratava e, quando ela não me destratava, ela me tratava com indiferença, ou seja, não era nada pra ela. Tanto fazia eu estar ali como não, pra ela conta era a mesma. Se eu fizesse bem, estava bom; se eu não fizesse, estava melhor ainda. Então, tudo que eu fazia, ela criticava, tudo que eu fazia, não tinha valor... e quando ela não falava nada, ela também não gostava, segundo ela demonstrava... Inclusive, as pessoas já sabiam, é tanto que teve confusão no estágio, porque ela não me orientava, não orientava o grupo, mas principalmente a mim... você sabe como é orientador de estágio, joga lá e cada um que se vire. Ela era muito exigente, cobrava muito, mas dava muito pouco. E, pra mim então, é que ela não ligava mesmo. Então houve muita dificuldade, porque não houve preocupação em nada em relação ao estágio... comigo; e eles me colocaram numa [...].

Nesse ponto, a narradora conta um episódio um tanto quanto estranho, para dizer o mínimo, no que tange ao modo como são tratados os alunos com os quais a escola não sabe ou não quer lidar. Diz ela:

[...] Engraçado que tinha uma aluna cega nessa escola e ela era aluna de uma professora recém-chegada na cidade; que a professora também tinha pânico de cego e dizia que... demonstrava também indiferença com a menina; e ela dizia sempre que não queria aquela menina no... a menina era rejeitada na sala de aula... quer dizer, ela fazia de forma assim, não ligava pra menina, sabe aquela...

ela dava aula pra todo o mundo, como se todo mundo fosse igual na sala. Ela não estava nem aí pra quem não soubesse, pra quem tivesse dificuldade e a menina cega, então, ficava a ver navios. Então, eu fui colocada nesta sala pra atender esta menina. A professora da sala de aula me aceitou, mas não me aceitou porque eu era uma estagiária, ela me aceitou porque eu ia resolver um problema que ela não conseguia resolver, eu ia assumir a aluna dela que era deficiente visual. E uma coisa que me chamou bastante a atenção, nesse período, foi justamente que essa professora passava essa menina nas provas, sem que ela soubesse nada. Ela dava notas altíssimas à menina e a menina não acompanhava a sala [...] o ensino que ela [...] E uma coisa que me chamou bastante a atenção também foi que [...] nós ficamos numa sala de crianças repetentes há três anos. Quer dizer, três anos, essas crianças vinham sendo repetentes e foram reunidas numa só sala e era uma sala de meninos altamente indisciplinados e essa sala choveu substituta. Essa professora não ficou na sala de aula regularmente, ela tirava... licença várias vezes e choveu substitutas. E as substitutas também não tinham controle nessa sala. E foi um pandemônio... Pense aí numa loucura. Foi uma coisa estressante, desgastante, muito ruim mesmo. Então, quando partimos pra o estágio, pra dar aula realmente, foi uma experiência muito árdua pra mim, porque as crianças não me atendiam. Talvez não porque eu fosse cega, mas porque elas não tinham o hábito de respeitar o professor da sala de aula. E choveu muita substituta e não tinha assim aquele domínio. Eram pessoas... Eu acho que, na verdade, aquelas crianças, precisavam de um atendimento psicológico e não tinha. A escola não oferecia esse tipo de trabalho. Então foi muito difícil [...]. (BEIRA RIO, informação verbal, 1998)

Entrando já na fase final da entrevista, Acácia passa a falar sobre o seu período de faculdade, que parece ter sido mais tranquilo, apesar de não menos trabalhoso.

[...] Na hora de cursar [a faculdade], para falar a verdade, os professores da faculdade eram praticamente os mesmos, mudavam muito pouco, mas os mesmos do magistério, então aí eu já não tive grandes dificuldades de relacionamento. Eu tive dificuldade mesmo foi na parte de material, porque faculdade, você sabe, é tudo jogado, pelo menos por aqui foi, não é? E explicação só aqueles de boa vontade, mas na verdade eles só dão conteúdo, conteúdo, para você se virar, para você passar aquele conteúdo adiante, você entra como aluno e sai como professor realmente, porque você é o tempo todo sendo professor, mesmo sendo aluno e o professor passa a ser aluno, quer dizer, ele lhe coloca, lhe enche de conteúdo, mas só dando material, mas explicação ele não se predispõe, não é?

Então, a minha dificuldade era justamente aí, porque era muito conteúdo para pouco tempo. Por exemplo, você recebia três quatro cinco apostilas hoje para dar amanhã e aí eu me via assim empanturrada de apostilas sem ter como digerir isso tudo. Então, como é que eu me safava disso tudo? As colegas liam, a gente estudava em grupo, a gente explicava uma para a outra, discutia, dividia os tópicos das apostilas e a gente combinava de cada uma fazer a sua produção, a sua explicação dentro daqueles tópicos que a gente dividia e... eu ia me virar dessa forma. Quando eram coisas mais extensas, eu pedia para as colegas gravarem, as colegas gravavam para mim, e aí a gente estudava para fazer trabalhos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, a gente estudava. Eu estudava através do gravador: as meninas gravavam e eu estudava em casa, ouvia, aí eu fazia os trabalhos individuais. E em grupo, a gente sentava, estudava, cada uma dizia seu ponto de vista, chegava a um consenso e elaborava o que tinha para elaborar.

[...] Quanto às provas, devido a essas duas professoras terem feito curso de atendimento aos deficientes visuais, elas batiam algumas vezes as provas em braille para mim, a título de voluntário, eu acho que elas não recebiam nada para isso, acho não, eu tenho praticamente certeza que elas não eram profissionais da faculdade. A faculdade convocava, mas, a título de amizade, só amizade mesmo, então elas se prontificavam de bater as provas e alguns textos que eu queria, eu pedia para elas baterem, mas eu não pedia tanto porque eu sabia que era gratuito, a gente fica meio assim, de pedir, para que as pessoas trabalhem para a gente de graça, diante deles serem profissionais e diante da crise que está aí, sufocando todo mundo. Então, eu, diante da minha timidez, eu nunca fui de pedir, não tive muita facilidade de comunicação, então eu passei muito aperto por isso, eu não dizia exatamente o que eu queria e eles não sabiam, então... Bom, mas as provas como eram feitas, não é? As provas eram feitas individuais. Quando as provas estavam batidas em braille e em dupla – passaram a fazer prova em dupla porque eles não queriam nem mandar as provas pra Debi, aquela questão dos professores não quererem antecipar seu trabalho. Por exemplo, para eles mandarem as provas do deficiente para a secretaria bater, eles têm que elaborar antes para mandar, então, é... não sei se pela questão do tempo, talvez fosse porque, na verdade, eles eram professores de outras instituições, talvez fosse pela questão do tempo. Eles não queriam se predispor a antecipar essas provas para Debi bater e eles fazerem de novo e eles fazerem aquela questão, não é? Então, devido esse vai e vem, para encurtar o trabalho, eles preferiram fazer provas em dupla. Porém, teve uma das professoras que não queria prova em dupla, queria que eu fizesse prova oral e eu rejeitei a fazer prova oral. Porém, uma das vezes eu me submeti devido à necessidade, porque eu não tive argumento para usar, por conta da pessoa que batia prova em braille para mim estar viajando, então como eu teria que fazer aquela

prova, eu me submeti a fazer aquela prova e ela achou interessante porque, no fundo no fundo, ela queria me testar se realmente eu acompanhava o programa ou não. Então, para mim, foi uma experiência ruim, porque eu detesto prova em braille... essa questão de falar e tudo principalmente com professor, essa coisa de nota, você fica meio tenso. Eu fico toda, não é meio não, eu fico toda. Aí eu achava aquilo ruim e tal, ficava nervosa, coisa que a gente sabe a gente acaba se atropelando, esquece até, não lembra, então teve questões mesmo que eu sabia e não consegui lembrar na hora e, logo depois, quando ela disse que acabou a prova, eu lembrei, mas aí ela não deixou que eu dissesse, porque aí já tinha terminado e para mim foi chato nesse ponto. Mas, por outro lado, eu provei para ela – ou ela se sentiu provada – que eu poderia acompanhar o conteúdo da escola, como qualquer outro aluno, com as mesmas condições e as mesmas deficiências também. [Mesmo porque] eu não sou obrigada a ser aluna nota dez sempre, como também eu não sou obrigada a ser aluna abaixo do seis ou do sete como era a média. Então, ela ficou encantada com a minha condição de poder acompanhar a turma e foi a partir dali que ela viu que eu não era aquela coisa toda que ela achava que eu fosse, o bicho papão, ela me enfrentou e achou que eu realmente dava conta do recado [...]. (BEIRA RIO, informação verbal, 1998)

E ela conclui reflexiva, procurando mostrar-se a um tempo contente por ter atingido um determinado patamar na vida e a outro, alguma decepção por estar ainda sem estabilidade funcional, sem resposta a todo o esforço envidado para chegar a um tal ponto.

[...] É engraçado, desde criança, eu sonho em entrar na faculdade, de entrar num curso superior, mas o meu objetivo maior era justamente de... era em termo de... eu queria avançar culturalmente, eu queria ampliar meus conhecimentos, mas, ao mesmo tempo, eu queria conquistar a minha sobrevivência, a minha independência financeira, e eu queria ser aquela pessoa responsável pela minha sobrevivência, não queria deixar isso para as outras pessoas. Para você ter uma ideia, meus irmãos hoje estão bem, mas para mim... eles estão bem, fico muito contente com eles, mas eu ainda não me encontrei porque justamente eu não tenho essa independência financeira, entendeu? E... uma das minhas perspectivas era justamente sair de lá e no mínimo conseguir pelo menos um contrato, para dizer assim, olha, você está contratada, e está realmente engajada em alguma coisa para seguir seu caminho até que você consiga avançar, passar num concurso, ter estabilidade realmente, mas confesso que, depois do curso, me deparei com a dura realidade. Quando a gente está estudando, a gente tem aquela ideia, ah... aquele sonho, não é? Eu estou louca para terminar, para trabalhar, meu objetivo

era trabalhar nessa área, era realmente conquistar o meu espaço, era realmente ganhar essa independência financeira, realmente eu fiz com o propósito de melhorar meu ordenado, de ganhar melhor, de melhorar aquilo que eu não tenho, mas de ganhar melhor no futuro. E de repente, não ganhei nada, estou parada [...]. (BEIRA RIO, informação verbal, 1998)

Dessa forma, ao expor o que pensa nessa última passagem, Acácia da Beira Rio talvez esteja refletindo o que é vivenciado por inúmeros outros cegos que trilharam mais ou menos a mesma estrada que ela: só um balanço que indica muita luta, muitas intempéries, muitas dificuldades enfrentadas e superadas, mas, na prática, como resultado concreto de tudo isto – nada.

Bela Vaitsman (1933-2006): “[...] eu digo sempre que o cego da Bahia tem duas fases. Antes e depois de Bela ficar cega, eu tenho até vaidade de dizer isso [...]”

239

Ao estabelecer contato com dona Bela Vaitsman para que aceitasse gravar uma entrevista, o autor destas linhas foi prontamente atendido, mesmo não tendo havido qualquer outro contato pessoal entre ambos, salvo em duas oportunidades, quando ele ainda era interno no ICB, cerca de 23 anos antes do momento em que chegara na sua residência, naquela quarta-feira que antecedia o carnaval.

Antes daquela manhã de sol na soterópolis, dona Bela Vaitsman não figurava entre as pessoas que seriam entrevistadas para a pesquisa então em curso. O seu nome passa a ser cogitado como importante para o fortalecimento das investigações que culminaram no texto que ora está diante dos leitores, na medida em que é citado por outros entrevistados que estavam mais próximos de sua atuação como construtora de novos modos de agir, ser e pensar das pessoas cegas, no sentido de imiscuir-se no convívio com as demais pessoas e na busca de encontrar o seu “lugar” na sociedade. Entre elas, dona Bela envidava esforços no sentido de incutir neles a compreensão de que havia uma necessidade premente de desenvolverem ações individuais e/ou sociais, visando construir o processo de autonomia pessoal, inserção na escola e no mercado de trabalho, conquistas indispensáveis para avançarem na direção de sua autodeterminação social.

Tendo em mente essas premissas, buscou-se informações sobre como entrar em contato com dona Bela, o que não foi difícil, visto que, embora este autor não tivesse proximidade com ela, as pessoas entrevistadas – que a mencionaram como figura importante para a construção daquele devir histórico que as pessoas cegas procuravam fortalecer mediante o seu apoio – imediatamente passaram os dados de contato e ela, uma vez convidada a falar sobre si e sobre o trabalho que conduzia, aceitou de pronto receber o entrevistador em seu apartamento e relatar longamente acerca do seu modo de ser, de pensar, de atuar enquanto pessoa cega que possuía a experiência do tempo já vivido até ali.

Dona Bela Vaitsman (informação verbal, 1998) começa relatando como ficara cega, já adulta, e aponta algumas das primeiras reações daqueles que faziam parte da sua vida de senhora casada, mãe de uma filha ainda tenra:

240

[...] Eu me chamo Bela Vaitsmam, tenho 65 anos, sou viúva, tenho uma filha, dois netos e perdi a visão exatamente no dia dois de julho de 1970, em decorrência de um choque anafilático que tive em 68, em consequência de um remédio. Eu tinha alergia a 'cutasona' e daí eu tive um ressecamento de córnea por falta de lubrificação, porque os canais lacrimais ficaram entupidos. E eu tive essa falta de lágrima que provocou o ressecamento da córnea – das córneas, porque foram os dois – [...] e houve o rompimento e, conseqüentemente, o esvaziamento do globo ocular, com a perda total da visão. Durante dois anos, após o choque, eu ainda fiquei enxergando um pouco, porque eu usava um colírio que substituía a lágrima. Mas essa seqüela que eu tive foi talvez até pouca coisa, porque normalmente o choque anafilático que eu tive é chamado de Síndrome de Stevenson Johnson. Foi tão violento que, na época, os médicos praticamente não conheciam esse tipo de choque. O grau muito alto. Eu fiquei num estado que, à primeira vista, o médico julgava que tinha sido [...] que eu estava com 'fogo selvagem', porque houve uma inflamação total de todas as minhas células, de todos os meus músculos, basta dizer que o grau foi tão alto que eu fiquei toda preta e toda inchada. Mas eu escapei e é uma coisa raríssima. Segundo os médicos – mais de 70 médicos que eu já consultei nesses anos –, uma pessoa em mil escapava desse choque anafilático. E quando escapava, ficava com sérias seqüelas, inclusive tinha que fazer traqueostomia para ter que se alimentar pela garganta e os [...] ficava toda deformada e eu, no primeiro momento, só tive a seqüela da visão e depois de 14 anos é que eu continuei a seqüela e fiquei sem andar. E isso porque os médicos realmente não conheciam a doença. Como as pessoas que tinham isso morriam,

eles não sabiam quais as consequências que vinham depois. Eu escapei, continuei lutando, trabalhando, fazendo tudo que eu podia fazer, então isso me deu possibilidade de ter uma vida normal e a consequência de... porque eu fiquei sem andar, porque os médicos não me recomendaram que eu precisava fazer muita fisioterapia, para que os nervos, os músculos, não encolhessem e como eu não tinha essa informação no princípio que perde a visão, eu naturalmente comecei a andar mais devagar e ficava bastante sentada, fazendo trabalhos mais sentada. E isso me foi muito prejudicial.

Como o leitor pode notar, dona Bela possui uma narrativa muito bem articulada, na medida em que o seu “rememorar” se afigura aos lábios sem grandes dificuldades. Entre outras razões, isso pode se dever ao espírito letrado e culto que preside a sua vida enquanto pessoa “que lembra”. Talvez o tempo decorrido entre as coisas narradas e o momento em que narra permita ao historiador que as registra inferir que dona Bela já tivesse consolidado o seu lembrar, ressignificado e elaborado o modo como desenvolveria o seu falar sobre aquele passado que decidira trazer para o presente. Ela continua desenvolvendo o seu rememorar, sem que haja qualquer interrupção por parte do entrevistador. Dona Bela Vaitsman (informação verbal, 1998) assegura que:

[...] Bom, eu dizia sempre que eu tiro de letra a perda da visão, porque eu tinha um marido que dependia muito de mim, que ficou desesperado, e tinha uma filha de cinco anos para criar. Então, eu me vi forçada a lutar contra a cegueira. E qual foi o meu primeiro momento? O que foi que eu fiz me primeiro lugar? Primeiro, eu arrumei a casa, botando em ordem móveis etc., para eu poder transitar livremente dentro de casa [...].

Aqui, caberia uma breve interferência na narrativa de dona Bela, para que sejam observadas algumas passagens de uma reportagem publicada no jornal *Correio da Bahia*, de 14 de setembro de 1996,⁷ que está fundamentada em uma entrevista que ela concede à jornalista Rosimari Laurindo. A incursão na matéria pretende extrair algumas passagens que podem indicar a existência de premissas formuladas por ela e, como se disse em algumas

||||||

7 Na lista de referência: Vaitsman (1996b).

linhas anteriores, a entrevistada teria tais elaborações discursivas já consolidadas.

A entrevistadora faz uma ponderação e uma pergunta para iniciar a conversa. Diz ela que *“Até 38 anos, a senhora teve a visão perfeita, andava. De lá para cá, foram mais 26 anos com uma nova condição física. Como é viver duas fases tão distintas? [...]”*. (VAITSMAN, informação verbal – *Correio da Bahia*, 1996) Em resposta, dona Bela Vaitsman (informação verbal – *Correio da Bahia*, 1996) elabora um raciocínio bastante elucidativo do modo como a sociedade dos que enxergam percebe aqueles que delas estão ou foram excluídos, como é o caso dela mesma, quando em outro ponto da referida entrevista, ela diz que *“Quando eu via um cego, não imaginava que se pudesse viver sem enxergar”*. Mas considere-se a resposta que dera à ponderação da sua entrevistadora:

[...] Quando enxergamos, vemos a vida de uma forma. A perda da visão mostra outra realidade. Como tive oportunidade de absorver todo o mundo físico que me rodeia até os 38 anos, tive uma experiência forte. Quando perdi a visão, estava casada, com uma filha de cinco anos e tinha que continuar a viver e a lutar para sobrepujar as dificuldades que estava enfrentando. Minha filha dependia muito de mim e meu marido não se conformou com minha perda de visão. Eu tinha que mostrar a ele que continuava a ser útil, uma pessoa normal [...]. (VAITSMAN, informação verbal – *Correio da Bahia*, 1996)

Retome-se à narrativa de dona Bela Vaitsman (informação verbal, 1998), quando fala ao seu interlocutor acerca das providências que ela tomara, logo que a cegueira se fez consolidar no seu viver.

[...] Segundo, aprendi braille. Com oito dias que eu tinha perdido a visão, eu aprendi braille. Aprendi braille inclusive através de um programa que existia na Rádio Cultura, do professor Cid Teixeira.⁸ Eu liguei para ele e ele me deu dicas para eu saber onde encontrava um alfabeto braille, que eu já tinha visto quando

|||||||

8 Dona Bela está se referindo ao professor Cid José Teixeira Cavalcante, nascido na Ilha de Maré em 1924 e falecido na cidade de Salvador em 2021. Ela se reporta ao tempo em que ele era apresentador de programas de rádio. O professor Cid Teixeira teve grande atuação na programação de diversas emissoras de Salvador e também atuou como professor na UFBA e em escolas de ensino médio, além de inserções na imprensa escrita da urbe soteropolitana, bem como na atuação no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB).

enxergava. Eu estava em Itaparica e conheci Nilce. Ela estava lá comigo, com uma carta e eu vi os pontinhos lá, que era o braille. Mas não sabia. Só conhecia o Instituto de Cegos, com relação a cegos. E meu marido não queria me falar a palavra cego. E se opôs que eu fosse procurar o instituto. Então eu, através de um advogado que também tinha perdido a visão, eu aprendi o braille.⁹ E depois, eu achava que trabalhando de [...] porque minha paixão na vida sempre foi ler muito, então eu procurei na secretaria, para me arranjar uma professora e foi levado lá, Primitiva [...].

Nesse ponto, dona Bela indica que havia um descompasso no processo de “reabilitação” levado a termo pelas instituições encarregadas de prover os meios de (re)inserção no trabalho, na escola e na sociedade, daquelas pessoas cegas que enfrentaram a perda visual na idade adulta, como era o seu caso. Ao solicitar alguém que lhe desse as instruções no campo da leitura e da escrita braille, recebeu a indicação de uma profissional muito competente no trabalho com pessoas já vivendo na condição de cegueira. No entanto, fora insuficientemente capacitada para lidar com casos em que as pessoas mudaram da condição de “normovisual” e passaram a vivenciar o mundo daqueles que já eram cegos desde a infância.

Assim, reportando-se ainda à década de 1970, dona Bela relata a sua experiência com a professora Primitiva Sampaio, profissional que lhe fora indicada para ajudar no seu contato com a nova maneira de ler e escrever, por meio da qual passaria a interagir com a cultura, com a leitura e com as demais apreensões da realidade que se apresentaria:

[...] uma pessoa espetacular, só que eu contratei ela, ela ficou indo em minha casa e quando chegou no fim do mês eu perguntei a ela. Eu disse: ‘mas eu não estou indo ainda rápido?’ Ela: ‘ah, isso aí você tem que... você tem que ler, você já conhece todas as letras, pode ler isso só depende de você’. Aí eu pedi a ela. Você vai, chega em casa coloca uma venda nos olhos e tente ler essa página aqui,

||||||

9 Na entrevista ao *Correio da Bahia*, dona Bela detalha um pouco mais como tomou contato com o braille e menciona o nome do advogado: “Fiz tudo sozinha. Não conhecia nenhum cego para obter orientação. Depois é que conheci alguém para me ensinar braille. Tive ajuda de um advogado, hoje já morto, o doutor Maltez. Levou o alfabeto braille e a reglete, uma espécie de prancheta para escrevermos com punção, uma espécie de estilete. O braille tem como base seis pontos em alto relevo. Aprendi em oito dias. Posso ensinar o alfabeto braille para qualquer pessoa em 45 minutos [...]”. (VAITSMAN, informação verbal – *Correio da Bahia*, 1996)

dei a ela uma página em braille. Aí, no outro dia, ela voltou para me dar aula, ela disse:

'Bela, eu não venho mais aqui, porque você está me pagando para fazer uma coisa que eu não posso fazer. E ontem passei a noite toda tentando ler e não consegui ler mais que três linhas. Então realmente não é fácil e você tem que sozinha resolver esse problema.'

Porque as pessoas que liam braille – as professoras itinerantes –, elas não liam pelo direito, elas liam pelo avesso. Porque a leitura pelo avesso, elas sabiam pelos pontinhos, pontinho um, dois, três, então ficava a marca dos pontinhos e pelo lado direito elas não sabiam ler. Então, ela foi muito honesta comigo e era uma pessoa assim, maravilhosa. Então, eu aí tentei ler sozinha e consegui ler bastante rápido o braille [...]. (VAITSMAN, informação verbal, 1998)

A partir desse ponto, a interlocutora passa a explicar o modo como ela se comportara, desde o momento que lhe foi dado a conhecer que não mais enxergaria e, portanto, que teria que organizar a sua vida pessoal e familiar, de acordo com aquela realidade. Diz ela:

244

[...] meu trabalho antes disso era com meu marido, nós tínhamos loja, então eu trabalhava na contabilidade, um serviço que dependia da visão. Então, eu não podia continuar com isso e eu não queria ter a minha vida inútil. Eu também achava que a perda da visão não era uma coisa somente minha, existiam várias pessoas que não enxergavam e sobreviviam e eu também tinha que sobreviver.¹⁰ E como eu não dependia de trabalho para sobreviver, eu achei que devia me dedicar voluntariamente aos cegos. [...] O primeiro trabalho que eu fiz foi na biblioteca central, abrindo a sala braille. Porque existia uma sala braille na biblioteca, mas ninguém sabia o que era que estava lá dentro. Tinha muitos livros, mas ninguém sabia, porque não tinha ninguém que soubesse braille para fazer esse serviço. Eu me dispus a ir todos os dias pela manhã. E lá eu encontrei livros didáticos,

||||||

10 Ainda na já aludida entrevista ao jornal *Correio da Bahia*, dona Bela fala um pouco mais desta forma de pensar: “Quando perdi a visão, não pensei como muitos que acham que foi um castigo, coisa assim. Pensei que perdi a visão é porque tenho uma missão a cumprir junto aos cegos. E me achava mais preparada pela minha vida anterior, de vidente (é como os cegos chamam os que enxergam), podendo dar uma ajuda maior. Essa ajuda iniciou-se com a abertura da sala de Braille da Biblioteca Central. Existia lá um grande acervo de livros em Braille e ninguém sabia como usá-los [...]”. (VAITSMAN, informação verbal – *Correio da Bahia*, 1996)

romances e vários tipos de livros. E eu fiquei horrorizada de ver aqueles livros se acabando. Então, eu organizei a sala braille e abri a sala braille. Inclusive, fazendo programas em rádio, divulgando que existiam na Biblioteca Central esses livros, que os cegos podiam ir lá procurar etc. [...] (VAITSMAN, informação verbal, 1998)

Nesse sentido, a entrevistada passa a se reportar ao tempo em que deu início ao seu intento de construir instrumentos que, no seu entender, dariam às pessoas cegas um conjunto de ações culturais e materiais, que os ajudaria no processo de busca por uma autonomia pessoal e coletiva, que os levaria a construir a sua autodeterminação social.

[...] Eu comecei a fazer reuniões com os cegos na biblioteca, porque eu senti que os cegos existentes daquela época ou não sabiam [...] Eles não sabiam, não tinham conhecimento dos seus direitos, só sabiam seus deveres, os direitos deles, eles não sabiam. Inclusive, sempre aceitavam as coisas que lhe davam sem reclamar, sem discutir. Podia ser bom ou ruim, mas aceitavam. Não discutiam com os videntes as suas necessidades, os seus interesses. Não. Tudo era recebido de graça. Então, eles achavam que como era de graça, não podiam reclamar. E eu os conscientizei que não é assim. Nós tínhamos que discutir o que não achávamos certo; tínhamos que discutir e tentar reivindicar nossos interesses [...]. (VAITSMAN, informação verbal, 1998)

245

E dona Bela prossegue, sustentando a sua posição de quem pensava um tanto quanto diferente do conjunto dos cegos que viviam, estudavam e trabalhavam naquela Salvador dos últimos anos da década de 1970 e dos primeiros anos da década de 1990.

[...] Daí, com essas reuniões que nós fazíamos na biblioteca, surgiu a ideia... A primeira ideia minha foi nós fazermos uma cooperativa, para conseguir que cada cego tivesse sua máquina braille. Naquele tempo, existiu pouquíssimas máquinas braille aqui, porque era muito caro e vinha através da Fundação para o Livro do Cego. Então, eu queria fazer uma cooperativa e aqueles que pudessem dariam uma importância todo mês e aí nós definiríamos aquela quantidade de... cooperativa tinha que ter... nós sortearíamos por mês uma máquina que mandaríamos buscar. Porque eu sempre lutei pela independência do cego, o máximo que ele pode ser independente [...] Nós tivemos a ideia de fundar uma associação. Só que para fundar a associação, eu achava que tínhamos que amadurecer, porque, na verdade, os cegos não estavam todos preparados. Então, essas reuniões eram como uma preparação, para ela amadurecer poder fundar a associação.

[...] Depois, chegou de São Paulo, Marilza. Marilza Matos chegou de São Paulo, que também tinha ficado cega há poucos anos e ela era uma pessoa assim [...], muito esclarecida e eu achei que ela deveria ficar fazendo esse trabalho. E ela continuou. Nós tivemos um relacionamento muito bom. E ela continuou com essa proposta da associação, e a gente veio fundar a Associação Baiana de Cegos que hoje existe aí. Foi a sua primeira presidente, organizou toda a associação e hoje passou para [Felomeno] que está até hoje como o presidente da associação. Inclusive foi um mérito muito grande de ter conseguido uma sede e ter construído essa sede que está quase pronta. (VAITSMAN, informação verbal, 1998)

Nesse ponto, dona Bela Vaitsman (informação verbal, 1998) passa a falar do seu trabalho de conscientização da sociedade, no que tange ao modo de ver, compreender e lidar com a pessoa cega. Deixe-se que ela expresse o seu pensamento a tal respeito:

246

[...] Então o que é que eu reputo como um dos melhores trabalhos que eu fiz? Eu parti para a divulgação junto ao vidente da capacidade do cego, das suas limitações e de como pode ajudar o cego. Então, como eu fiz esse trabalho? Fazendo palestras nas faculdades, nas escolas. E isso foi muito interessante e muito gratificante. Porque eu cheguei depois a ouvir crianças dizerem que, depois que eu fiz as palestras, que elas passaram a tratar o avô que não enxergava, que viviam em casa, de uma maneira diferente. Então, esse trabalho tem sido sempre uma meta minha, que orientar, mostrar ao vidente que o cego não precisa de piedade, ele precisa de ajuda, não de piedade. De ajuda consciente e sempre uma ajuda solicitada. Porque, muitas vezes, a pessoa que enxerga tem até boa vontade de ajudar uma pessoa cega. Mas não sabe como. Então, quando eu deixei de andar e fiquei impossibilitada de sair com facilidade, eu então resolvi escrever um livro, um livro de crônicas, Um clarão na escuridão.¹¹

Esse livro, eu falo sobre minhas experiências como cega e conto coisas interessantes que aconteceram comigo, como eu fiz com que as pessoas deixassem de ter piedade por mim, passasse a me respeitar, que isso é a grande coisa que o cego tem que fazer. O cego tem que procurar fazer coisas, que as pessoas que enxergam o vejam como uma pessoa normal, o mais normal possível, e isso através do respeito que ele impõe. E nós também, nós devemos é... não podemos crer que o cego só tenha dois tipos de cegos. Ou gênio que vence na vida ou o pobre coi-

||||||

11 Na lista de referência, localizar: Vaitsman (1986).

tado. [...] o cego não é gênio, o cego é uma pessoa normal como outra qualquer, que vence quando encontra oportunidade para vencer. Se não tiver uma ajuda correta, é muito difícil que ele vá à frente. Agora, o que precisa inculcar no cego em geral, principalmente naqueles que não conseguiram e não tiveram oportunidade de ter um pouco mais de instrução, é que ele pode ter outros caminhos, os caminhos são vários [...].

Depois de breve interrupção a pedido da entrevistada, ela retoma a sua narrativa:

[...] Como eu disse, escrevi esse livro e tem sido assim... um guia inclusive para trabalhos em outros lugares, até na PUC em São Paulo esse livro já foi usado para trabalhos, pesquisa, para o cego. Realmente, até quando eu escrevi esse livro, não havia nenhuma literatura para se pesquisar sobre a vida do cego.¹² E nesse livro, inclusive, eu oriento como a pessoa pode... deve lidar com o cego. A maneira de ensinar a sentar, a maneira de falar na rua quando tem uma pessoa... a maneira de atravessar a rua com a pessoa cega, aquelas dicas que o cego sabe, mas os videntes desconhecem completamente. Então, esse livro tem algumas dessas crônicas. Então, eu, como eu disse antes, como eu não precisava trabalhar para sobreviver, eu passei a fazer esse trabalho de conscientização, atendendo aos cegos que precisavam e procuravam, eu sempre tive minhas portas abertas para ajudar. E depois escrevi o segundo livro que foi Choque violento,¹³ onde eu conto a história da minha doença, como eu fiquei cega, como eu lutei para poder sobrepujar a minha cegueira, e agora há dois anos eu lancei o terceiro livro, o romance... Horizontes e metas inatingíveis.¹⁴ Então, eu passei a me dedicar a literatura, essa parte, que eu achei que é mais prático. (VAITSMAN, informação verbal, 1998)

247

Convocado a fazer alguma colocação acerca do que ela houvera exposto, o entrevistador postulou que, ao que se sabe, pela vivência contínua, pela integração contínua com as pessoas, professores, colegas, vizinhos, entre outros

|||||||

12 A entrevistada e o seu entrevistador não conheciam duas publicações que se debruçavam sobre a vida do cego, saídas em 1946 e 1983 – portanto, três anos antes do livro por ela escrito –, da autoria do professor do Instituto Benjamin Constant, ele também cego, José Espínola Veiga (1906-1998), *Vida de quem não vê – Memórias de um cego. Psicologia e educação vida de vários cegos* (1946) e *O que é ser cego* (1983), ambos pela Livraria José Olímpio.

13 Na lista de referência, localizar: Vaitsman (1989).

14 Na lista de referência, localizar: Vaitsman (1996b).

agentes sociais, há uma nítida rejeição – embora seja por desinformação, enfim – por parte da sociedade em relação ao cego. E a senhora que teve uma perda visual pós adulta, pós casada, como é que vivenciou isso?

[...] Olha, a rejeição... eu não digo que existia uma rejeição. O que vocês não entendem é que os cegos, aliás os videntes não sabem como tratar os cegos. Então, isso faz com que eles se recolham. Por exemplo, eu já tive oportunidade de ver pessoas que chegam junto da gente e nem dá bom dia. Então, uma vez eu ia na loja com a minha filha, ia fazer compras, comprar minhas roupas, quando eu ia comprar comprava para ela, quando chegava na loja, ao invés da pessoa se dirigir – o que é que a senhora quer? –, perguntava à minha filha: ‘o que é que ela quer?’ Eu aí dizia, ‘olhe minha filha, quem vai comprar sou eu, você pergunta a mim. Eu não vejo, eu não enxergo, mas eu falo e ouço bem’. Então eu sempre faço trabalho. [...] Nesse livro, eu [...] conto um caso, eu fui a Ouro Preto com minha filha e duas primas e quando eu cheguei lá, nós passeamos lá, eu levei ela para conhecer Ouro Preto, aí nós fomos na porta do museu para mim, para minhas filhas e para meus primos. Quando chegou na hora de entrar, o porteiro perguntou, eu estava com a bengala na mão, de óculos escuros, aí ele: ‘e ela vai entrar?’ Eu: ‘Ela não, pergunte a mim, a senhora vai entrar?’ Aí ele disse: ‘Pois não, pois não, a senhora vai entrar?’ Eu disse... ‘vou, por que? é proibido?’ Ele disse: ‘não, porque a senhora não enxerga, como é que a senhora vem para o museu?’

‘Eu não enxergo, mas existe uma lei que o cego pode entrar no museu e pegar as peças com as mãos, que através das mãos a gente pode ver’.

‘Ah! É assim, então espere um momentinho que eu vou chamar o responsável’.

O responsável veio, eu entrei, rodei o museu todo, peguei em tudo, ainda fui explicando à minha filha as coisas lá, o que significava aquilo, para que servia, onde era usado que eu já tinha ido a um museu antes, quando enxergava. Nós entramos na sala, onde estava as urnas dos inconfindentes. Ela ia lendo o nome e eu ia dizendo quem era, quem foi, que foi preso e tal. Quando nós terminamos, arrodamos todo o museu, então tem uma parte de cima onde ficava somente móveis, eu disse ‘agora vocês vão subir que eu vou ficar aqui embaixo, não vou subir não. Subam que lá em cima só tem móveis e eu vou ficar aqui em baixo’. Eu ouvi um salmo de palmas. Aí eu ‘o que é que houve aqui?’ Era um grupo de argentinos que estava acompanhando minhas explicações. Ficaram admiradíssimos por eu não enxergar e ter feito aquelas explicações. Então, eu ainda disse brincando, acabei de descobrir o novo emprego para o cego. Acompanhante em museu. Aí... É assim, o trabalho, agora, tem cegos que não são esclarecidos ou são esclarecidos de maneira diferente [...]. (VAITSMAN, informação verbal, 1998)

O entrevistador insiste no postulado, visto que, de alguma maneira, ela desviou do tema que lhe fora proposto:

Mas então a senhora não chegou a perceber nenhuma resistência? Por exemplo, a senhora está falando de uma coisa correta: a postura do cego, a desinformação do vidente em relação ao cego. Mas há também aquela questão do descrédito em relação ao cego, ou seja, não acreditar que ele seja capaz e até mesmo não lhe dar oportunidade de provar até que é incapaz.

Ao que dona Bela Vaitsman (informação verbal, 1998) responde, com a convicção de quem se assenhora de proposições já previamente construídas no seu modo de pensar a pessoa cega que era e, principalmente, como quem vivenciara a sociedade nos seus dois lados, visto ter enxergado até os 38 anos:

[...] Olha, eu não senti isso, pelo seguinte, eu não dei oportunidade para que sentissem isso, de eu sentir isso, porque as pessoas com quem eu me dava antes, meu círculo social continuou como estava. Mas vamos dizer o seguinte, eu sou convertida a judaísmo, meu marido é judeu e eu me converti a judaísmo. Então a colônia judaica me deu um apoio total, total, eu trabalhava num grupo de senhoras da coletividade israelita da Bahia e eu era secretária do grupo, depois que eu perdi a visão eu continuei sendo secretária [...]. Eu batia as atas na máquina, mandava passar para os livros. E fui representando a Bahia ao Rio de Janeiro duas vezes, fui a Belo Horizonte, fui a Recife, Belo Horizonte duas vezes, fui a Recife, e fui ao congresso que teve em 75 em São Paulo, um congresso que foi muito importante porque, nesse congresso, esteve presente a mulher do [...] aquele que morreu em Israel, foi morto em Israel, que era primeiro ministro,¹⁵ a mulher dele estava presente, a Leah Rabin e eu, inclusive, fiz um discurso para ela em hebraico. E fui sozinha, quer dizer, eu fui representando a Bahia. Eu fui sozinha, sem enxergar. Então quer dizer que essas pessoas tiveram toda confiança em mim, não é? Eu não posso dizer que fui discriminada dessa forma.

Nesse ponto da conversa, a entrevistada faz uma ressalva, que pode indicar a sua consciência daquilo que era passar a ser uma pessoa cega já

|||||||

15 Dona Bela se refere a Itzhak Rabin (1922-1995), assassinado quando exercia pela segunda vez o cargo de primeiro ministro israelense.

na idade adulta e ser uma pessoa cega desde mais tenra idade. Dona Bela Vaitsman (informação verbal, 1998) assim se manifesta:

[...] Agora, eu não posso ser padrão geral, porque minha vida foi diferente, não é como vocês que ficaram cegos criança, tiveram que lutar para sobreviver, tiveram uma outra.... tiveram que construir a vida, porque todos tem que ter um caminho para seguir. Vocês tiveram que construir esse caminho e não é fácil, eu sei que não é fácil para ninguém. Mas, de qualquer maneira, todo aquele que se impõe e que se torna respeitado, as coisas ficam mais fáceis. Essa é a minha opinião.

Mas, interpõe o entrevistador, uma coisa que sempre chamou atenção foi o fato de que sempre foi uma pessoa que nunca se entregou, a despeito das circunstâncias que envolveram a sua vida. Ao que ela assegura:

[...] Ah, não! De jeito nenhum. Eu inclusive já ensinei braille pelo rádio, eu sempre estava mostrando que o cego não é aquilo o que estava determinado a ele pelos 'donos dos cegos' que tem que ser assim, assim, assado, não. Agora, eu recebi discriminação, uma discriminação que eu recebi era a seguinte: quando eu fui à São Paulo, iria comprar minha máquina braille e tinha chegado uma carta aí para o setor braille, dizendo que tinha umas máquinas braille aí a disposição de quem quisesse. Naquele tempo, custava 2.400 cruzeiros, e era muito dinheiro. Eu fiz um sacrifício, consegui, peguei o dinheiro... Eu disse 'não, não quero nada, só quero o dinheiro para comprar a minha máquina, já que eu vou para São Paulo, eu quero aproveitar para comprar'. (VAITSMAN, informação verbal, 1998)

Uma vez mais, faz-se necessário interromper essa parte da narrativa de dona Bela a fim de chamar a atenção do leitor para o entendimento que ela tem do que seria “rejeição”, no sentido de aceitação da pessoa cega, no que tange ao seu convívio e à interação com a sociedade na qual está inserida, e “discriminação”, no sentido de ser alijada da participação do processo social em que ela é agente. O episódio que detalha tem uma complexidade maior, pois há uma tentativa de compreender o que com ela se passara, uma vez que envolvia pessoas e/ou instituições que, em tese, “promoveriam” a integração social, o desenvolvimento cultural e a inserção do cego como agente de seu devir. Volte-se, pois, à sua narrativa.

[...] Fui para São Paulo e tentei uma entrevista com dona Dorina Nowill,¹⁶ porque eu queria inclusive falar a ela sobre o trabalho que eu estava fazendo aqui na Bahia e queria ajuda material, alguma coisa que a fundação pudesse me oferecer e comprar a máquina. Tentei falar, me prometeram, falei com a secretária, não consegui falar com ela, falei com a secretária dela, da fundação. Marquei uma entrevista várias vezes e eu disse a ela que quando ela soubesse do meu nome que eu era da Bahia, que era para falar com D. Dorina para ver uma possibilidade. Então, eu entrei em contato com a Senhora de Horácio Lafer, que era pessoa de grande importância [...] e era amiga de dona Dorina, para tentar junto a ela uma entrevista. E ela marcou uma entrevista. Eu ia viajar na sexta-feira, ela marcou para a sexta-feira a reunião, eu então transferei minha viagem para sábado, para poder fazer essa entrevista. Quando foi de manhã cedo, eu recebo uma ligação na sexta-feira, dizendo que Dona Dorina Nowill pedia desculpa, mas não podia me receber. Eu digo, ah!... não tem importância não, de qualquer maneira eu vou aí de tarde. Então, pela tarde, eu fui com uma prima minha até a fundação, quando cheguei lá, elas disseram que não tinha mais máquina nenhuma. Eu digo: 'não é possível, não tem ainda um mês que nós recebemos essa carta e vocês já não tem mais máquina para vender?' Então, os cegos do Brasil estão muito bem de vida! Porque realmente, naquela época, 2.400 cruzeiros era muito dinheiro. Eu disse não é possível. Ah! mas já venderam todos, não sei o quê... aí eu pedi que eu queria fazer, eu recebia de lá uma revista [...] Relevo, eu recebia, um amigo meu que pediu em meu nome e vinha. Aí disse, eu queria que mandasse também Relevinho. Aí elas disseram que não podiam. Porque eu quero Relevinho, porque eu também oriento crianças cegas, então eu queria também o Relevinho.

'Ah! não pode. Só se a senhora voltar para Salvador e escrever uma carta de lá, pedindo.'

'Então não é problema, você me arranja um papel, me arranja uma máquina que eu bato pedindo aqui, agora mesmo, uma máquina comum que eu bato a carta solicitando.'

'Ah! Não pode, só mandando de lá de Salvador.'

Eu não entendi, mas... tudo bem. Eu até que trouxe também o nome de um rapaz que está querendo que mande a Relevo para ele. Na mesma hora, ela pediu o nome,

|||||||

16 Trata-se de Dorina de Govêa Nowill (1919-2010), idealizadora, fundadora e presidente da Fundação para o Livro do Cego no Brasil – que, mais tarde, teve o seu nome mudado para Fundação Dorina Nowill para Cegos –, entidade que produzia e distribuía material tiflológico, além de ser a responsável pela distribuição de livros em braille para o uso dos cegos brasileiros.

endereço, telefone, eu dei tudo do rapaz, e o rapaz ficou recebendo a revista. Então, como é que eu indo lá, não podia receber a revista e eu pedindo para outra pessoa e a pessoa podia receber, ficou recebendo? Foi aí que eu descobri que... o que é que estava acontecendo comigo com relação a fundação, se... Aí na mesma noite, na sexta-feira, a gente foi jantar com um amigo nosso e ele foi me buscar. Ele era secretário do secretário de cultura de São Paulo, aí eu contando a ele, aí ele perguntou se eu queria mesmo essa máquina. Eu disse 'quero, rapaz, é uma das coisas que eu preciso é de uma máquina braille'. Aí ele perguntou quanto era, eu disse quanto era que estavam pedindo, ele disse:

'Amanhã nove horas, você pode esperar... que horas você vai viajar?'

'Eu vou viajar de noite.'

'Então amanhã até às nove horas, se tiver a máquina, amanhã até às nove horas você está. Então você... Eu digo, mas tem uma coisa, não fale no meu nome, não compre no meu nome porque senão não vão vender.'

Tudo bem.

Você acredita que, no outro dia, nove horas da manhã, a máquina chegou lá em casa, com a fatura comprada no nome de Bela Ramos, que não existia. E ele comprou a máquina e me trouxe.

Mas eu cheguei aqui na Bahia, abri o bico. Dei entrevista em jornal, no rádio, em tudo, mas botei mesmo para quebrar. E aí é que eu soube, que o pessoal daqui da secretaria dava informações de mim, dizendo que eu estava revolucionando os cegos daqui da Bahia, que eu estava metendo coisas na cabeça dos cegos para os cegos ficarem revoltados etc. E acharam talvez que eu tivesse querendo tomar o lugar de alguém [...]. (VAITSMAN, informação verbal, 1998)

Quando dona Bela usa a expressão “o pessoal aqui da secretaria”, ela está se referindo a um corpo de professores especializados na educação para cegos, agrupados em um departamento da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, conhecido como setor braille, cuja finalidade inicial era dar suporte aos estudantes cegos que frequentavam a escola regular, bem como aos seus professores, no sentido de lhes prover material adaptado, textos em braille e/ou transcritos, entre outras atividades de apoio e orientação. É no aspecto da orientação do aluno cego e/ou daqueles que já houvessem concluído o processo de escolarização e estavam partindo para o enfrentamento cotidiano, no sentido de obter a sua inserção no mercado de trabalho, que residia grande parte das críticas à atuação das

profissionais lotadas no setor braille, feitas por dona Bela, bem como por outros cegos que granjearam algumas experiências de vida para além daquele círculo fechado em torno do qual rodavam as demais pessoas cegas naquele período. O entrevistador interrompe a narrativa da entrevistada, a fim de questionar a que ela atribuíra aquela atitude “do pessoal da secretaria”, ao dar informações de sua atuação junto aos cegos: “seria uma espécie de ciúme de alguém que não estava acostumado com alguma independência do cego ou com a ideia do cego pensar por si mesmo?” Ao que responde:

[...] Não, não era ciúmes. Era o seguinte: naquele tempo, antes de, eu digo sempre que o cego da Bahia tem duas fases. Antes e depois de Bela ficar cega, eu tenho até vaidade de dizer isso.

Porque, antes de eu ficar cega, existia aqui, na Bahia, um cego e a este cego foi dado tudo que foi possível para ele vencer a cegueira e se posicionar na vida. Ele está vivo, gosto muito dele, acho que ele estava certo porque cada um se aproveita do que pode e acha. [...] porque cada um tem que pegar as oportunidades que encontra. Esse é nosso querido Manoel Santa Rosa.

Mas, naquela época, só se falava em Manoel Santa Rosa e não tinha outro cego na Bahia. E... quem era o opositor dele era [Palmer Roman], [...] mas [Palmer Roman] não tinha esse respaldo que ele tem, que ele teve e acabou indo embora, [...] ele se casou, também é um rapaz muito inteligente, mas [...].

Depois disso, depois que eu comecei a fazer as reuniões, comecei a abrir um pouquinho a cabeça do pessoal, começaram a aparecer os cegos. E hoje, aqui na Bahia, graças a Deus, a maioria dos cegos são conscientes e estão lutando para sobreviver. No último sábado mesmo, eu tive aqui e tinha uns 15 cegos, [...] todos eles botando as suas reivindicações muito claras, sabendo o que estão querendo da vida, lutando para conseguir.

Você vê agora mesmo, nós tivemos, depois que eu fiquei cega, formaram três cegos em Direito, em Economia, em Filosofia, agora mesmo tem dois cegos fazendo Filosofia na Católica, Marilza e Robenilson, tem Adriana fazendo Letras na faculdade federal, tem Marcos Uelber fazendo Musicoterapia e outros aí estudando, e as pessoas estão se afirmando aos poucos aí, estão se afirmando. Então, agora mesmo, tem aquele menino, o Fernando, que tirou o primeiro lugar naquele concurso que só tinha uma vaga que federal. Esse menino, eu conheci pequeno que ele era de Feira de Santana. (VAITSMAN, informação verbal, 1998)

O entrevistador inquire à entrevistada, se ela acha que, nos anos 1970, o mundo dos cegos girava à sombra de Manoel Santa Rosa, ao que responde: “[...] Não é que girava em torno de Manoel, não é que o mundo dos cegos que giravam à sombra de Manoel. Naquele tempo, só Manoel teve oportunidade de se sobressair entre os cegos aqui na Bahia”. (VAITSMAN, informação verbal, 1998)

Indagada a que atribuiria o fato de apenas ele ter se sobressaído entre os seus congêneres, na sua época, a entrevistada disse acreditar que Manoel gozara da simpatia do pessoal da Secretaria de Educação, que investira nele e no seu processo de formação profissional e o ajudara em sua afirmação pessoal. Dona Bela Vaitsman (informação verbal, 1998) assegura que:

[...] na minha opinião, eu acho que, naquele tempo, a coisa era muito dirigida para Manoel Santa Rosa, porque existiam outros que eram [...] aquela menina Ester que era professora de lá, tinha Nilce que era professora também de lá, tinha Rosa, tinha Antônio, então saíram de lá, no instituto, como professores. Não passaram disso, entendeu? Não tinha gente fora da [...] ele foi do Senai, ele ajudou a algumas pessoas, aí ele depois veio ajudar algumas pessoas através do Senai, que ele foi trabalhar no Senai e, através do Senai, ele conseguiu empregos de... ele abriu os poucos empregos para os cegos, como telefonistas, até mesmo em computação entendeu? Ele abriu, mas ele particularmente foi o mais favorecido naquela época [...].

Assim, conforme formula o sociólogo francês Maurice Halbwach (1877-1945), dona Bela é a pessoa que lembra, mas um tal lembrar é produto da coletividade em que ela esteve inserida. Diz ele:

[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. [...], cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. [...], quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (HALBWACH, 1990, p. 50)

Como se pôde perceber, dona Bela Vaitsman possui uma narrativa envolvente, segura e, certamente, está lastreada em bases sedimentadas pelo tempo, o que talvez permita concluir que o seu rememorar, não obstante as constantes ressignificações inerentes ao trabalho exercido pela memória, pretende trazer para si o protagonismo de quem construiu a sua própria história, bem como ajudou a construir outras histórias, tanto enquanto indivíduo – o que lembra –, quanto enquanto coletivo.

Histórias e memórias de percursos masculinos

Herbert Player (1967-2018): “Eu não tenho revolta de ser cego, muito pelo contrário: eu tenho orgulho de ser cego”

“Meu nome é Herbert Player, nasci com glaucoma congênito por causa de um problema genético que tem na minha família [...]”. (PLAYER, informação verbal, 1998)

Aqui, começa a narrativa da trajetória de Herbert Player, uma pessoa extremamente irrequieta, eletrizada, completamente imiscuída na senda cotidiana dos cegos. A primeira razão é óbvia: também não vê. A segunda, não tão óbvia assim, porque, na grande maioria dos casos, há pessoas cegas que fazem questão de não parecerem cegas, sobretudo quando alcançam um determinado patamar econômico e social ou quando atingem uma certa notoriedade pessoal. Herbert Player, em determinada altura de sua entrevista, pede que não lhe obriguem a falar das coisas dos cegos, sem que seja como ele sabe fazê-lo: apaixonadamente. A principal característica de sua fala é a veemência com a qual se expressa. Com ela e com a emoção que lhe aflora e com as quais decora sua verbalização, procura enfatizar seu modo de pensar, suas ideias a respeito do que é o cego, do que são as instituições de e para cegos e como se deveria agir para que determinadas situações pudessem ser modificadas, com objetivo dos cegos serem melhor atendidos em suas necessidades de integração social, de inserção no mercado de trabalho, de capacitação e de conscientização de seu real potencial.

A sua entrevista, neste capítulo, apresentará somente os momentos em que ele discorre sobre sua trajetória pessoal. Os momentos em que ele discute as instituições de e para cegos e suas ideias a respeito delas foram apresentados no segundo capítulo desta obra, na parte onde elas foram tratadas especificamente. Aqui, seja lhe dada a palavra para continuar a apresentar-se e falar um pouco de suas fainas diárias, como cego, como aluno, como músico, entre outras coisas.

[...] Aquela história do cara com seis dedos, outro nascer com quatro, aquela história... só que em mim deu na vista. Enfim. Aí eu vim pra Salvador, pra operar com dez dias de nascido. Fiz três operações. Como foi em 1967, não resolveu nada; se fosse dez anos depois, eu já não ficaria cego. Mas enfim... Bom e aí, vivi em Utinga, enxergando até os nove anos. Utinga, interior do estado, Chapada Diamantina. Até os nove anos de idade, eu enxergava qualquer coisa: até os seis, com os dois olhos, e dos seis aos nove, com só o olho direito. Mas eu via tudo; via até melhor do que os que enxergavam. Mas aí comecei a perder a visão. [...] Olhava um carro, via dois carros, um em cima do outro; olhava para a lua, via duas luas; [...] fui perdendo a visão, perdendo [...] Aí, [...] eu pedi à minha mãe para ir estudar no Benjamim, onde meu irmão que também é cego – ele é o mais velho, eu sou o mais novo – estudou e aí eu pedi para me levar pro Benjamin, lá no Rio de Janeiro. Setenta e sete, antes de completar dez anos, eu fui pro Rio de Janeiro, pro Benjamim. Como eu era baiano, falava diferente, enfim, tinha cabeça diferente; enfim, era totalmente diferente; apanhei muito [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

Aqui, Herbert Player discorre sobre a primeira separação de seus familiares, conhecidos, amigos, coetâneos, situação que, hoje, ele mais combate. Para ele, trata-se de uma das formas mais cruéis de educar uma criança e uma das táticas mais eficazes para perpetrar a segregação, a discriminação. Isso ficava claro quando os seus novos colegas lhe tratavam com indiferença e, mais ainda, com hostilidade, pelo fato de ser ele diferente, embora fosse cego como eles.

[...] Porque aquilo ali era um verdadeiro presídio. Então, tinha um grupo que costumava espancar os cegos de fora, principalmente os nordestinos. Porque o carioca, naquela época, tinha um preconceito [...] E apanhei muito, sofri muito, foi uma época difícil, uma língua diferente, o alfabeto era pronunciado de maneira diferente. Era uma coisa horrorosa, para mim. Mas me adaptei. Isso em 77 [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

Como se percebe, ele acabou por se enquadrar, a despeito de tudo. Era já um garoto de dez anos. Daí se deduz que já teria alguma ideia de socialização, ao ponto de compreender que precisava fazer-se igual aos diferentes, que tinha que forcejar uma convivência com mundos e pensamentos divergentes, para que pudesse sobreviver a uma estrutura que o empurrava para fora de si. Isso, analisando uma microestrutura, onde a diferença não era físico-sensorial. Mas, mais uma vez, teve que interromper uma aclimação já em processo de consolidação.

[...] Em 78, mais uma vez eu fui estuprado: tive que sair do Rio, de uma gaiola grande, para vir para uma gaiola pequenina aqui em Salvador. Então, no final do ano, eu saí do Rio de Janeiro, no final de 78. E em 79, eu ingressava no Instituto de Cegos da Bahia. No meio do ano, eu passei de série, eu passei da segunda para terceira série. [...] E foi aquela história, eu estava muito forte e no meio do ano eu passei para a terceira série. Já estudava em colégio normal. Eu estudava no Marquês de Abrantes, no Boqueirão. Só que era muito rebelde, né? Muito rebelde mesmo com negócio de prisão, não gostava [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

Aqui, ele já cria o conceito de prisão associado ao de rebeldia. Assinale-se que essa era a forma de demonstrar insatisfação com a situação a que eram submetidos os internos dos institutos nos quais estudara. Era a forma de manifestar que possuíam e da qual faziam uso. Isso nunca fora entendido pelas instituições a partir dessa via de compreensão. A inquietação, a rebeldia e a insubordinação eram sempre tomadas como alguma coisa que não se deveria investir, porque não valia a pena, não se daria jeito. Pessoas que eram acometidas dessas atitudes eram consideradas incorrigíveis, casos perdidos. Esperava-se que elas nada mais fossem que marginais, esmolés, dependentes e infelizes, por serem insociáveis, de convivência difícil com as demais partes formadoras do corpo social.

No entanto, não é demais dizer e assinalar que essa é uma sentença que não encontra respaldo real no dia a dia dessas pessoas, pelo menos em sua grande maioria, que acabam vivenciando uma situação de dependência e de miséria, tal relaciona-se com fatores outros, que não os anteriormente referidos. Mas o contrário: em geral, todos os que foram convidados a sair, ou mesmo aqueles que não passaram por aquelas instituições, têm tido algum êxito em suas incursões pela vida. E aqueles que foram sempre conformados ao sistema, enquadrados em suas normas, salvo as necessárias

exceções, se encontram em situação de paralisia ou de semiparalisia política, social, cultural, econômica e, por conseguinte, efetivamente aliados do processo produtivo da sociedade. Mas essa é uma outra discussão, que já fora travada há algumas páginas desta obra, embora não esgotada. Por enquanto, devolva-se a palavra ao músico, arranjador e internauta Herbert Player que continua a discorrer acerca dos institutos, comparando-os:

[...] E o Instituto do Rio era fantástico; era uma prisão, mas [...] um presídio de alto gabarito! Nós tínhamos não sei quantas quadras de futebol, não sei quanta... enfim, piscina, uma série de coisas, um espaço que nem se compara ao espaço daqui, uma coisa totalmente fora do comum. Aí eu fui engaiolado aqui numa gaiolinha pequenininha, mais com cara de alçapão do que de gaiola! Eu enlouqueci! Aí, namorei demais e fiz muita besteira no instituto, até que fui convidado a sair [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

260

“Convidado a sair” – eufemismo para expulsão, exclusão: essa era a atitude mais drástica que achavam poder tomar para combater a criatividade, a inteligência a qual, correndo risco de asfixia, era o meio de abortar um embrião ao oitavo mês de gestação. Dali, poderia nascer uma insubordinação coletiva, visto que aqueles rebeldes, em geral, tinham senso e carisma de liderança e exerciam alguma influência sobre seus colegas. O que os dirigentes não poderiam imaginar é que eles, ao serem “convidados a sair”, deixavam suas marcas indelévels nos espíritos irrequietos daqueles que ainda ficavam. As ideias, as iniciativas, as práticas tidas como normativas, eram imitadas por aqueles que eram influenciados pelos líderes insurgentes. O medo de propagação manifestado no “convite a sair” acabava se concretizando naqueles que ficavam e que igualmente insurgiam-se, cada vez com mais força e audácia. A cada geração de rebeldes, as ações eram mais perigosas, mais audaciosas, iam, enfim, mais longe. Mas os dirigentes e os técnicos não entendiam como sendo um sentimento coletivo, uma atitude que refletia uma situação vivida e contra a qual se pretendia soerguer. Era sempre interpretado como algo pessoal, anomalia de alguém que não podia enquadrar-se às normas de uma instituição aniquiladora de espíritos e ideais. E segue Herbert Player (informação verbal, 1998):

[...] Bom, mas continuei meus estudos etc., fora do instituto e continuei andando com os cegos, mas quando eu vi que as associações e lugares onde se promovia

o cego só servia para que os cegos jogassem dominó, se reunisse para jogar dominó e baralho, falar da vida dos outros e não fazer mais absolutamente nada, eu resolvi sair do meio [...].

Logo se percebe que não era apenas um rebelde, que se insurgia contra uma instituição que o privava de seu ir e vir. Era uma rebeldia que se manifestava contra o *modus vivendi* de uma camada marginalizada e que como tal se comportava, sem que buscasse qualquer meio de superar esta condição de pária da sociedade dos “normais”. Segue, então, seu próprio rumo, indicando ter percebido a necessidade de fazê-lo, sob pena de ter o mesmo destino que aqueles que se encontram apáticos, literalmente estacionados no tempo e no espaço, esperando que alguém, ou alguma instituição – seja pública ou privada –, venha e faça-lhe alguma coisa, conceda-lhe algum benefício (pecuniário, alimentar ou indumentário): viva-lhe, enfim, a vida.

[...] E, como eu tive iniciação musical lá no Rio, de piano, iniciação musical com piano, solfejo, essas coisas, e aqui em Salvador tive continuidade disso, eu resolvi entrar na música. Primeiro tocando violão etc. etc., e segundo, comecei a mexer no teclado, até pela formação musical que já vinha com piano [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

Aqui, esse rebelde dá uma demonstração de que sua insubordinação se faz acompanhar de uma perspicácia excepcional e igualmente necessária para si e para suas ideias de autonomia e independência. A despeito de rebelar-se contra um sistema que tolhia, atrasava e atrelava a um esquema de fixação de papéis, usava de algumas de suas ferramentas para conquistar seu espaço, sua sobrevivência e, sobretudo, sua fama como artista. Essa é igualmente uma forma de rebelar-se. Está, dentre os papéis determinados pela sociedade para o cego, aquele segundo o qual todo cego deve necessariamente ser executor de algum instrumento ou cantar, para que a sociedade lhe aprecie a voz e se sintam ambos recompensados: um por não ter o direito de ver; o outro por poder dizer: “quando Deus lhe tirou a visão é porque coisa melhor lhe deu” ou “quando Deus tira os dentes, enlanguesce a goela”. Bem assim age o rebelde Herbert Player, fazendo inverter a situação, tomando para si as rédeas de sua trajetória artística: assume uma postura pela profissionalização. Para ele, não se trata de um

mero cego tocador, executor de um instrumento musical, trata-se de um músico, um arranjador. Trata-se de alguém que desempenha um papel social, porém com a altivez de quem o faz de forma ativa e independente de determinismos.

[...] E aí, foi uma loucura. Entrei na primeira banda e conheci um bocado de gente, entrei na segunda e aí não parei mais.

Em 85, eu fiz uma das grandes besteiras da minha vida: me casei pela primeira vez, 86. Eu me casei. E aí, continuei tocando. Fui tocar no Sabor da Terra, uma das casas de espetáculo maiores que já teve aqui na Bahia. Na época da lambada, eu era chamado o rei da lambada e com matérias na Veja etc. etc., enfim, fui tocando minha vida: comprei minha casa, as coisas normais que as pessoas normais costumam comprar para seu conforto e continuei estudando música [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

262

Fica, portanto, claro que se trata de uma opção, de uma escolha feita pela pessoa, pelo homem que escolhe algo para aplicar na sua vida, profissionalmente ou não. Está igualmente claro que o seu espírito inconformado apresenta-se satisfeito por fazer aquilo que lhe apraz, quando menciona “matéria na [revista] *Veja*”, uma explícita demonstração de que prevaleceu a impetuosidade do temperamento que já se manifestava na infância e na adolescência, cuja leitura não puderam fazer os especialistas em dirigir estabelecimentos e vidas de cegos. Diga-se de passagem que os tais se sentem donos e proprietários não só das vidas destes, como também de seus corpos, destinos e vontades. Herbert Player (informação verbal, 1998) segue com a narrativa, posicionando-se como quem tem o domínio quase que pleno dos rumos que se tem que dar à vida: “*Abandonei, no segundo grau, os estudos, porque não dava para conciliar trabalho e estudo: ou eu estudava e não trabalhava e corria o risco de me tornar o meu irmão [...]*”.

Nesse ponto, fez-se uma interrupção deliberada, para que Herbert Player pudesse explicar a alusão feita ao seu irmão, visto que fora para ele um espelho no qual mirara para tomar a maior parte das decisões de sua vida, em virtude daquele ter feito opções que o enquadravam em um sonho pessoal; ele, por sua vez, fizera valer o palpável, o concreto, cuja base fora exatamente o fiasco do primeiro. “*Meu irmão fez quatro universidades no Rio de Janeiro, e eu o encontrei na Avenida Copacabana pedindo esmola. Tive que trazer aqui para Salvador [...]*”. (PLAYER, informação verbal, 1998)

Cobrado a respeito do que dissera acerca de seu irmão, dirá mais adiante que se tratava de um visionário, cujo maior sonho era ser professor na mesma instituição onde sempre estudara: o Instituto Benjamim Constant. Como lhe foram fechadas as portas à concretização de tal ideal, acabou por degenerar-se em esmolé, a despeito de suas quatro formações universitárias. Mais à frente voltar-se-á ao assunto. Defende sua posição em relação a decidir por estudar e trabalhar e só trabalhar, afirmando:

[...] Então, como eu não queria pedir esmola, nunca tive nenhuma influência de segurar na cumбуquinha e tocar pandeiro no meio da rua, eu tive que correr atrás do trabalho, porque trabalho, mais do que estudos, poderia me dar dinheiro. Nada contra estudo. Muito pelo contrário: Minha filha vai apanhar muito para estudar se fizer... se quiser seguir o caminho que eu segui. Mas, enfim, tive que abandonar os estudos para meter bronca no trabalho [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

Dado o caráter enfático da entrevista com Herbert Player, fez-se retomar o tema apenas superficialmente aberto por ele, quando dizia ter seu irmão estudado em quatro universidades e acabou pedindo esmola. Que história é essa? Foi-lhe indagado, com algum espanto e igual ênfase. Sua resposta tornou-se, então, o tema central do seu discurso, em que ele expressa toda a sua revolta, todo o seu modo de ver e pensar as instituições de e para cegos. Daí o porquê muito pouco se intervirá em sua fala daqui por diante, para que ele possa, com uma linguagem toda sua, exprimir-se com a liberdade que não tivera quando “engaiolado”.

[...] Meu irmão foi um cara que nasceu na época errada, no lugar errado, estudou na época errada, se formou na época errada, procurou uma profissão certa numa época errada, quer dizer, tudo aconteceu de errado na vida de meu irmão. Por incrível que possa parecer, tudo aconteceu de errado na vida de meu irmão. Por quê? Meu irmão fez [cursos em] quatro faculdades no Rio de Janeiro, das quais nenhuma... – o sonho dourado da vida dele... [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

Aqui, ele enfatiza, de modo especial, uma posição contrária à forma como funcionam as instituições de e para cegos, salientando, segundo sua própria concepção, o seu caráter de estrangulador de sonhos e de destinos de cegos que buscam uma ação mais intensa e diretamente voltada para uma prática cotidiana independente.

[...] É por isso que detesto instituições pra cegos... porque o sonho dourado da vida de meu irmão era ser professor do Benjamim. Ele se formou inclusive em... era P.H.D em Língua Portuguesa. Só que não conseguiu. Fez matemática, fez computação, fez não sei... milhares de coisas e a sociedade simplesmente o abandonou. Meu irmão era formado em 1975, já tinha cursado esses cursos todos que eu estou falando e não conseguia absolutamente nada, porque fecharam as portas na cara dele.

Então, em 1976, no final de 75, já desiludido com os quatro canudos que ele possuía, ele fez um curso de afinação de piano. Porque ele é ouvido absoluto e ele... outro curso de universidade que ele fez foi Música, mas Música Clássica; é por isso também que eu não segui a música clássica, porque eu não tenho tendência pra sofrer... Então... pra gostar de sofrer. [correção]. Mas, em 76, no final de 75 pra 76, ele fez um curso de afinação de piano; um ano com um professor. Ele foi tão competente, que o professor dele mandou vir da Alemanha uma caixa de ferramentas, com todo o equipamento de precisão, pra ele afinar piano.

264

Só que, por uma miséria da vida, uma desgraça da vida, em 76, as casas noturnas do Rio de Janeiro, que tinham piano, venderam todos os pianos e colocaram duas vitrolas e um disk jockey. Porque, [...] em 76, foi quando iniciou-se o Movimento Disc Music. E acabaram-se as casas com bossa nova, com jazz [...]. E entrou a disc music. Então, os pianos... se acabou [com] os pianos, acabou também o grande mar de empregos que eram gerados no Rio de Janeiro.

E ele, como era um afinador novo, por mais que ele fosse ouvido absoluto, ele era novo; e os pianos remanescentes já tinham seus afinadores contratados e ninguém ia arriscar com um novato... um piano alemão com um novato. Então, ele perdeu... Quer dizer, foi um cara que nasceu numa época errada. Ele nasceu em Utinga, quando não havia nem luz elétrica em Utinga; ele nasceu numa época errada, num lugar errado, num lugar horroroso... quer dizer, hoje até é melhorzinho, mas, na época, era um lugar horroroso! [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

Herbert Player (informação verbal, 1998) enfatiza, uma vez mais, a questão da discriminação e informa o resultado dessa atitude social, no que respeita ao seu irmão.

[...] E ele foi discriminado, enfim, quer dizer, a vida do meu irmão Valter foi uma vida totalmente conturbada. Ele é hoje um homem de 53 anos, vai fazer esse ano [...]; ele nasceu em 1945 e vai fazer 53 anos, e ele sofreu muito. Tanto que sofreu que hoje ele está pirado. Quer dizer, além de cego, ele ficou meio pirado. Eu encontrei ele na Avenida Copacabana, pedindo esmola, cara! E eu fui pro Rio

de Janeiro, achando que ele estava vivendo numa boa, porque, porra! Um professor de língua portuguesa, matemática, computador, música, cara! Afinador de piano... eu achei que ia encontrar ele numa boa. Muito pelo contrário: encontrei ele lá, sem óculos, mal vestido, todo rasgado, sentado na Avenida Copacabana pedindo esmola. Então, para mim, foi um choque horroroso [...].

Ele finaliza fazendo o diagnóstico, apresentando os resultados e apontando a proposta profilática, partindo de suas observações, do conhecimento de fatos ocorridos a terceiros e das informações que por ele foram sendo acumuladas ao longo da vivência e da convivência com as instituições de e para cegos. Na prática, nunca é demais reiterar que tais instituições imprimem em seus membros a ideia de uma permanente espera de que alguém lhe faça as coisas, de que alguém lhe traga algum benefício, lhe proporcione alguma formação profissional, entre outras coisas, o que acaba ficando estático nesta constante e quase interminável espera. Afirma ele:

[...] É por isso que eu acho que as instituições... os institutos de cegos do Brasil, coloque isso, dê uma ênfase bastante grande a isso: [...] os institutos de cegos do Brasil são verdadeiros depósitos de futuros esmolés. Essa é a minha concepção. E é claro que, como pessoa inteligente que sou – porque sou inteligente – posso não ser uma pessoa bem formada com a cultura [...] mas sou um cara inteligente e digo com certeza: os institutos... é claro que toda regra tem exceção e é a exceção que faz a regra... mas, na sua grande maioria, [...] esmagadora maioria, os institutos de cegos do Brasil são fabricantes de esmolés. São fábricas, depósitos...

Pegam um cego, com três anos de idade, um menino que é acostumado na sua cidade a ser visto como cego, seus coleguinhas brincam com ele como se ele fosse uma criança normal; aí tiram aquele cego dali e colocam ele dentro de um hospício, presídio, depósito de esmolé, sanatório etc. etc. E aí colocam esse menino lá, dentro desse monte de lugares que eu lhe falei.

E com 18 anos de idade, dão um treinamentozinho qualquer pra esse menino – que não é um treinamento decente; porque fabricar vassoura, fabricar isso, não dá dinheiro a ninguém. Aí dão um treinamentozinho qualquer, jogam na rua e dizem: 'Oh, se vira! tu já tá formado, se vira!'. Ele que não tem estrutura nenhuma para enfrentar a sociedade, porque a sociedade aqui fora discrimina. Aqueles mesmos coleguinhas que ele brincava quando pequeno já o veem como um 'E.T.!'¹ porque

ele sai quando pequeno e volta quando grande [...] aí já é tratado como E.T. [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

E sentença fulminante e cada vez mais enfático:

[...] E o futuro do cego no Brasil, se não for mudado, sempre vai ser esse. Uns conseguem ter um computador, como eu e você; e [outros] milhares se tornam esmolés, como nós temos exemplos de amigos nossos, que não vale nem a pena citar nessa... mas que se sabe que existe [...]. (PLAYER, informação verbal, 1998)

Para Herbert Player (informação verbal, 1998), a solução seria inverter as coisas, no que respeita à formação dos cegos, à sua educação:

[...] Então, pra mim, é triste ver a educação... o cego ser levado pra educação e não a educação ser levada ao cego. Porque seria muito mais barato. Se alguém for somar o preço de colocar um cego aos três e tirar aos 18 anos! Quinze anos, alimentando um cego dentro de um instituto e alimentando funcionários e alimentando toda aquela estrutura grotesca. Se você for somar todo esse custo, formar uma professora de cada município saía mais barato. Uma professora de cada município [...] fazer braille na cidade grande e voltar pra o seu município seria mais barato... seria muito mais barato. Porque uma professora, pra aprender braille, levaria no máximo seis meses; um cego pra sair um E.T. leva 15 anos.

Então, essa estrutura de levar o cego pra educação e não o oposto, ou seja, levar a educação pra o cego é uma estrutura falida que só presta pra... salvo algumas exceções, não sou radical, mas tenho que admitir que existem algumas exceções, eu e você somos uma prova disso. Mas, salvo algumas exceções, a maioria, a grande e esmagadora... eu diria, 99,9% dos cegos são condenados por uma estrutura grotesca, imbecil, a se tornarem esmolés [...].

Salvo os arroubos de paixão, fruto de um temperamento irrequieto e de um espírito criativo e assaz eivado de curiosidade, impetuosidade e que busca o desenvolvimento e o crescimento naquilo que faz e, sobretudo, aferrado à perfeição daquilo que abraça e que se dispõe a imiscuir-se, temos uma radiografia real e crua do corpo doentio chamado por ele mesmo de “mundo cegal”. Faz-se necessário uma cirurgia muito delicada e arriscada, pois cabeças e interesses estão em jogo e precisam ser, de qualquer maneira, preservados. Mostram-se intocáveis os tumores que carcomem todo o tecido, desde os dos órgãos internos chegando à epiderme, como se fora

um câncer generalizado que impunemente se espalha e degenera todo aquele corpo, sorvendo-o pouco a pouco, mas constante e vorazmente a vida. Essa cirurgia, como se percebe, não pode mais ser protelada, sob pena de não mais ser possível impedir a metástase.

José Augusto Laranjeiras Sampaio: “[...] até hoje, eu não convivo com cegos; eu só me aproximei de cegos quando eu fiquei cego. Acho que, talvez nos primeiros meses depois de ter ficado cego, eu me aproximei de alguns cegos, para pegar a experiência deles e me adaptar, saber de coisas [...]”

“Meu nome é José Augusto Laranjeiras Sampaio.” Assim começa o depoimento de Guga, nascido em 1957, professor de Antropologia de uma instituição de ensino superior, que apresenta uma história de vida realmente atípica, na medida em que pode transitar da vida de quem enxerga tudo ou quase tudo para a vida de quem não enxerga nada, com extrema rapidez e até alguma tranquilidade. A ele, será dada a palavra na maior parte deste texto, para que se possa aquilatar a importância de sua maneira de encarar o trauma de não mais ver.

Convém salientar aqui que a atitude diante da experiência vivenciada pelo entrevistado em causa, a reação comum esperada seria exatamente ao contrário do modo como foi a dele, na medida em que, na mesma situação, muitas pessoas, até mesmo com um nível social e intelectual semelhante ao seu, tenderia ao desespero e se deixaria abater pela circunstância que seria vista como algo similar à morte.

Mas deixe-se que o professor Guga Sampaio (informação verbal, 1998) fale de sua trajetória.

[...] Eu tenho 41 anos, sou antropólogo. Sou cego, desde os 33 anos, dos dois olhos. Eu tenho glaucoma congênito que foi descoberto quando eu tinha dois anos de idade, aí fiz algumas cirurgias que, na verdade, foram eficientes, porque consegui manter a visão até os 33 anos. Eu perdi uma visão aos 19 anos e a outra aos 33, como decorrência, mais ou menos normal, da progressão do glaucoma. Descolamento de retina no primeiro caso e interrupção no nervo ótico no outro.

E a recepção por mim e pelas pessoas, eu não saberia dizer muita coisa não.

O que eu posso lhe dizer, depois de seis anos de análise, é que, de certo modo, isso era uma expectativa na minha vida, embora eu tenha vivido até ficar cego, como um vidente quase que normal, embora enxergasse pouco né, havia essa perspectiva meio que no horizonte. Quer dizer, uma coisa que atrapalhava um pouco a minha capacidade de fazer planos, né?

Mas, depois que eu fiquei cego, na verdade, houve um período de adaptação, que eu acho que deve ter durado aí, no plano profissional, muito pouco tempo... porque eu tirei licença da faculdade somente por dois meses, que era o final do semestre. Passei o período de férias entre os semestres e no semestre seguinte voltei às aulas, quase que normalmente, né? como faço até hoje. E no plano do trabalho de pesquisa, que eu exerço até com mais intensidade do que a atividade de ensino, continuou a ser feito, também com poucas alterações. Eu que [...] costumava fazer pesquisa em equipe, em grupo, e continuei fazendo, hoje até em alguns casos faço sozinho mesmo. Com o problema de deslocamento para as áreas... mas com um pouco de ajuste dá pra fazer.

268

Eu viajo muito sozinho. [...] Viajo muito, viajo muito sozinho. E eu acho que, depois que [...] em seguida logo à perda da visão, eu acho que no máximo um período de adaptação de seis meses, um ano, em que eu aprendi braille, comecei a tentar identificar recursos informáticos pra cegos e, pelo menos no plano profissional, eu poder voltar a trabalhar, sem maiores problemas [...].

Como se pôde perceber, algumas coisas ocorreram na vida de Guga Sampaio, que precisam ser destacadas. Em primeiro lugar, ele não se prendeu a um sentimento de vítima indefesa, atingida de cheio por uma fatalidade que lhe tirara o meio de vida único e absolutamente indispensável de que dispunha: a visão. Como ocorreria na maioria dos casos semelhantes, não teve seu mundo turvado e seus ideais de vida estrangulados por grilhões que não cessariam de lhe apertarem a garganta até vê-lo sucumbir sem forças, entregando-se ao desespero, prostrando-se definitivamente, capturado em uma redoma inexpugnável, na qual se moldaria toda a sobrevida que lhe restaria, de onde só sairia para a redoma definitiva, em que seu corpo teria completada a decomposição – esta que teria iniciado no psicológico, do afã de viver e do desejar. Sua vida não se tornou um caos absoluto, no sentido de tornar-se como uma onda a vagar ao sabor dos ventos, batendo aqui e ali, até que viesse a desfazer-se em espumas, que, no máximo, seriam admiradas em sua beleza pelos que romantizam as manifestações idílicas da natureza ou lamentadas por aqueles que espe-

ravam retê-las para contemplar mais longamente. Afinal, seria apenas para ser contemplada.

Em segundo lugar, o professor e antropólogo em questão não saiu à busca de culpados nem no âmbito interno, onde tentaria encontrar motivos de sua vida que lhe fizessem ter como retribuição um tão grande e nefasto legado; nem no âmbito externo, procurando responsabilizar pessoas, situações, circunstâncias, nas quais ele procuraria lançar as razões de sua “desventura”. Na verdade, a sua atitude foi a de buscar encontrar forças e meios para reerguer-se, reabilitar-se e retomar o curso normal de sua vida, tendo a consciência de que, a partir daquele instante, contaria com algumas limitações em vários âmbitos do seu viver.

Em terceiro lugar, não buscou considerar-se inválido, como seria lugar comum em outros casos, incapacitado para o exercício de sua profissão, quer como professor, quer como pesquisador. Na percepção do até então normovisual, essas atividades poderiam ser entendidas como atividades inteiramente visuais e, como tal, não mais seria possível serem exercidas por um cego. Com tal percepção, poderia ele ter partido para uma aposentadoria por invalidez. Mais uma vez, sua atitude foi exatamente contrária a essa. Entendeu que precisava apenas adaptar-se, aprender o que seria seu novo método de leitura e escrita e partir em busca de descobrir outras ferramentas, sobretudo na área da informática, que lhe permitissem o exercício normal e integral das atividades para as quais era apto, sob o ponto de vista intelectual, e estava qualificado, sob o ponto de vista profissional.

Outra vez, o professor Sampaio tem a palavra para comentar, dessa vez, a reação de sua família diante de tudo isso.

[...] A reação da família... no início, de muita preocupação... porque o meu caso sempre foi um caso assim de empenho de meus pais. Como eu nasci com glaucoma e nasci com a ameaça da cegueira desde pequeno, sempre foi pra eles um ponto de honra me cercar de todos os cuidados e atenções e recursos... e tudo mais... quer dizer: eles sempre me deram todas as possibilidades que poderia ter de recursos médicos pra continuar enxergando e, quando eu finalmente perdi a visão, eu acho que eles se sentiram assim um pouco... de início um pouco assim, talvez... derrotados... Eu acho que quando eles viram que eu poderia continuar trabalhando e vivendo normalmente, eles também superaram isso; eles hoje têm uma relação que eu acho bastante boa com isso. Mas que decorre do fato de eles perceberem que eu posso trabalhar e me manter bastante bem... Mas não foi uma coisa imediata não; acho que a primeira reação deles foi realmente de uma certa

desorientação, e tal; isso passou [...]. (SAMPAIO, informação verbal, 1998)

Quer dizer: mesmo sendo uma coisa que de alguma forma se sabia que, mais cedo ou mais tarde, ocorreria, de alguma forma, houve alguma perplexidade. A essa intervenção do entrevistador, o professor antropólogo retruca:

[...] Não, não se sabia que, mais cedo ou mais tarde, ocorreria não. Poderia até não ocorrer. Havia essa chance; poderia fazer 60 anos e continuar enxergando... Era uma possibilidade... não se sabia se ocorreria ou não, mas era uma ameaça bastante consistente, digamos assim. Bastante presente. Houve alguma perplexidade, porque foi muito de repente também. Quando eu perdi o segundo olho, foi uma coisa mais ou menos repentina; então, houve alguma... não sei se perplexidade, mas alguma... um impacto... um impacto sim.

Meu pai me levou a Belo Horizonte pra fazer tratamento e tal, mas aí ficou logo caracterizado que não havia chance e tal; mas foi muito bom. Inclusive, no dia que eu fiquei cego, fui a Belo Horizonte... depois de dois dias, voltei já sabendo que tinha ficado cego mesmo, definitivamente. Eu falei pra papai que queria mexer logo com os recursos que tivessem ao meu alcance [...]. Comecei a aprender braille quatro dias depois de ter ficado cego. [...] E eles providenciaram isso pra mim. Então vamos dizer, como eles tiveram todo o empenho em me cercar de toda assistência médica, enquanto eu enxerguei, quando eles viram que eu não enxergava mais, eles também tiveram todo empenho pra que imediatamente eu começasse a me adaptar. Então, perplexidade, se houve, foi assim de dois dias ou três [...]. (SAMPAIO, informação verbal, 1998)

Aí aparece uma notória diferença no que diz respeito às reações em relação à perda da visão, na observação do caso do antropólogo e professor José Augusto Sampaio. Essa diferença se estabelece no que tange ao apoio e à forma como a sua família enfrentou a situação. Em casos outros, o desespero se faria acompanhar de uma atitude de descrédito em uma eventual recuperação e, sobretudo, em uma possibilidade de que aquele homem ou aquela mulher, agora desprovido(a) de visão, viesse a ser uma pessoa útil, capaz de movimentar-se e manter-se autonomamente. Ou seja, a atitude comum, em tais circunstâncias, seria a família entender que, a partir daquele momento, esse ser passava a se apresentar diante de sua percepção como um fardo que toda a família teria de suportar e prover resignadamente.

No caso em foco, e aí entra em questão a índole do personagem, se em algum momento essa ideia passou nas cogitações de seus familiares, logo foi dissipada, com a sua intenção manifesta em não se deixar ficar prostrado à espera de que alguém lhe viesse estender a mão. Logo, tratou de levantar-se e dispôs-se a andar.

Essa atitude dos familiares do professor Guga Sampaio foi fundamental para a sua reabilitação e para a reestruturação de sua vida pessoal e profissional, na medida em que lhe provera de todos os recursos necessários para que, emocionalmente, ele pudesse ter a chance de perceber que ainda era possível estar no pleno domínio de sua trajetória, que poderia retomar nas mãos as rédeas do seu viver, sem que tivesse que se entregar a uma vida vegetativa, inútil, improdutivo e, sobretudo, sujeita a toda sorte de incógnitas, já que, uma vez sendo completados os dias de seus pais, por exemplo, ficaria a pergunta de quem o ampararia dali por diante. Uma pessoa que sempre tivera o pleno domínio de seus atos e de seus movimentos não poderia perdê-los pelo fato de ter se tornado cego. Sua impressionante recuperação, no sentido de tornar-se outra vez senhor da situação, de sua vida, de si mesmo e de seus rumos, além de ser creditada à sua têmpera ativa e decidida, deve igualmente ser creditada a esta atitude de confiança a ele tributada.

É evidente que, ao se pensar dentro de uma determinada lógica, o fato de que ele e seus familiares possuíssem alguns haveres, por meio dos quais pudesse bancar uma tamanha empreitada, não fará ofuscar os méritos de todos eles. Isso se pode afirmar pelo fato de se saber da existência de outras pessoas, igualmente providas de meios econômicos e sociais, que não tiveram necessariamente o mesmo êxito, já que os recursos financeiros são insuficientes quando não existem a disposição, o ímpeto pessoal, o apoio e a confiança dos que são próximos ao indivíduo que precisa sair de situação similar.

Nesse caso, o que chama a atenção é o fato de que o professor Sampaio, ao ser indagado se teria tido algum contato com pessoas cegas antes de se ter tornado cego, já que convivia com a possibilidade de se tornar como um deles, por conta de ser seu caso progressivo, responde que não, o que torna ainda mais *sui generis* a sua adaptação a um mundo que sequer conhecia de experiências outras. Vindo de uma outra realidade físico-emocional, a despeito de ser portador de uma miopia bastante acentuada

e, a partir de certa altura, não mais ver por um dos olhos, era de se esperar que já iniciasse em desvantagem sua caminhada para a reabilitação. No entanto, o que se vê é uma pessoa cega de pouco tempo, já assumindo uma postura crítica no que respeita às atitudes e às formas de agir dos seus novos coagentes sociais.

[...] Não. E, inclusive, até hoje eu não convivo com cegos. Eu só me aproximei de cegos quando eu fiquei cego. Acho que talvez nos primeiros meses depois de ter ficado cego, eu me aproximei de alguns cegos para pegar a experiência deles e me adaptar, saber de coisas. O que foi muito útil; na verdade, eu [...] frequentei algumas vezes o setor braille da biblioteca, mais para conversar com as pessoas; fui a umas reuniões da associação; e, depois de algum tempo, não voltei mais a conviver com cegos; eu só os procurei pra ter alguma experiência, ouvir um pouco da experiência deles. Mas depois me afastei deles [...]. (SAMPAIO, informação verbal, 1998)

272

Fazendo um parênteses na fala do professor antropólogo Guga Sampaio, caberia umas palavras a respeito do motivo que o teria levado ao afastamento dos cegos que ele conhecera e com quem aprendera como conviver com sua nova situação de limitação sensorial. Ele afirma que se afastara

[...] Porque os cegos formam um clube. Um clube do qual eu não faço parte. Um clube onde tudo está mais ou menos ligado ao fato deles serem cegos: eles namoram com cegos, jogam dama com cegos, tomam cerveja com cegos e eu sempre tive meu círculo de relações, quer dizer, o fato de ter ficado cego, já adulto... quer dizer, eu fiquei cego tendo uma vida estruturada na profissão, na família, na relação afetiva, para mim, realmente a convivência com cego foi útil pra me adaptar. Depois que me adaptei, eu converso com eles às vezes, pra discutir coisas de computador, acho que só isso, basicamente [...]. (SAMPAIO, informação verbal, 1998)

Pode-se pontilhar nesse afastamento do professor Sampaio dos demais cegos, pelo menos, três características que foram imediatamente por ele identificadas. A primeira se relaciona com uma tendência irrefutável à hermetização dos cegos em um clubezinho, no qual os interesses, as ideias, as conversas e as manifestações de lazer se limitam ao universo daqueles que não veem. Isso se dá em meio a todos os grupos sociais marginalizados, na medida em que eles estão como que se isolados preventivamente,

como que numa tentativa de fugir de uma avalanche de rejeições e de discriminações iminentes. Essa atitude preventiva faz com que eles se fechem em seu “mundinho” idealizado e criado fundamentalmente em torno de seus iguais, tira deles a capacidade de fazer frente ao processo de marginalização e de discriminação que a sociedade em geral lhes impõe.

Como consequência da primeira característica, surge outra que se manifesta na construção de relações de cumplicidade, de afetividade, cuja base é sua composição endógena, formando um círculo fechadíssimo, em que todos se conhecem e se dão a todos, de acordo com uma tácita convivência coletiva. Isso fica bem claro quando se parte para avaliar as relações afetivo-fraternas. Elas, em geral, são estabelecidas em torno de um número restrito de pessoas, ligadas entre si pelo fato comum de serem cegas, mas não necessariamente por outras variantes, tais como a profissão, o nível cultural e intelectual ou mesmo o nível socioeconômico. Apenas a título de exemplo: dado o pequeno número de pessoas cegas do sexo feminino que se apresenta para participar desse convívio, no que tange à proporção entre um gênero e outro, há uma forte tendência para que haja uma atitude de circularidade.

Ainda tomando em conta as observações do professor Sampaio, surge uma terceira característica por ele percebida em seus primeiros e rápidos contatos com os cegos. Trata-se de uma certa tendência ao ócio mental observável em grande parte deles. Tal se infere pelo fato de um considerável número de cegos não se interessar por uma busca real e concreta de realizar atividades intelectuais e acadêmicas, que os possa fazer modificar o pensamento coletivo a respeito do cego e/ou da cegueira e, por conseguinte, buscar efetivamente mudar a forma de se pensar e de agir entre si, bem como as formas de pensar e agir em relação à sociedade como um todo. Isso se diz não só dos cegos de um modo geral, mas sobretudo daqueles que teoricamente estariam em condições de fazê-lo. Diz o professor, ao se referir à sua primeira experiência com outros cegos, dessa vez, aqueles ligados ao Dosvox,² em todo o Brasil, ao participar de encontro realizado no Rio de Janeiro:

|||||||

2 Sistema operacional desenvolvido na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir de 1994, por meio do qual Guga e grande parte dos cegos brasileiros passaram a utilizar os microcomputadores com liberdade. No ano em que foi gravada a entrevista com Guga

Voltei a ter um encontro muito bom com um grupo imenso de cegos. Foi quando eu fui pro encontro Dosvox no Rio. Eu gostei muito desse encontro, porque eu vi que realmente cegos podem estar juntos e fazer coisas úteis para os cegos, o que na Bahia, eu nunca tinha percebido isso, porque a associação tinha aquelas reuniõezinhas e tal... eu nunca percebia dos cegos da Bahia um empenho maior em mobilizar coisas para os cegos. A não ser, ao nível assim mesmo dos pequenos confortos pessoais e tal, que eu já tinha. Quer dizer: quando eu fui pro encontro Dosvox no Rio, foi que realmente eu me senti assim mais confortável em estar entre cegos, discutindo assuntos tecnológicos, de cegueira e de informática. Voltei com uma impressão melhor dos cegos em geral. Depois disso, ficou uma amizade muito boa com aqueles cegos, mas só que eram cegos mais próximos de mim intelectualmente: M. C., M. [...]. Porque hoje na verdade, são mais meus amigos, se principalmente, são também cegos, mas a amizade passa por outros dados que não só o da cegueira em comum [...]. (SAMPAIO, informação verbal, 1998)

Ele conclui o assunto afirmando não ter encontrado

274

[...] entre os cegos, mais do que um apoio inicial. No momento em que eu decolei para o meu trabalho, a convivência com os cegos ficou desinteressante; eu não sei se há uma letargia; eu sei que, infelizmente, parece que os cegos se conformam a uma segurança da vida entre cegos. E eu acho que é muito fácil pra mim, que fiquei cego adulto, com profissão, com emprego, com mulher, ficar criticando os outros cegos, que ficaram cegos na infância, pobres, não é? Eu acho que eu não tenho esse direito de pedir a eles que saiam de seu mundinho de cegos, não é? Porque eu acho que deve ser um mundo muito mais seguro e confortável mesmo, do que o mundo aqui fora, né? Um mundo onde vivem os não cegos e onde os cegos realmente têm que se virar e tal, né? Eu preferi me virar fora desse mundinho, porque eu tinha recursos pra isso: recursos pessoais, profissionais, afetivos... que eu acho que a maioria deles não tem. Gostaria muito que todo cego pudesse ter as condições que eu tive e que eu tenho, de competir e de viver no mundo como um todo e não [só] no mundo dos cegos [...]. (SAMPAIO, informação verbal, 1998)

Na prática, o professor Guga está indicando que existe uma grande diferença entre aquilo que ele é e aquilo que poderia ser, observando-se as condições que ele tem e que aqueles outros não têm. Enfim, a desigualdade

||||||

Sampaio, os leitores de tela Virtual Vision e o Jaws estavam iniciando o processo de desenvolvimento e uso pelos cegos no Brasil.

social fazendo sentir seus efeitos até mesmo na hora de produzir uma pessoa ajustada ou não ajustada às novas circunstâncias físico-sensoriais. Ele fez uma análise contemporânea de uma situação já vivida, mas que não escapou à sua percepção, mesmo quando ainda era um cego em inícios de trajetória. Mas, já se disse e convém lembrar, que para além das diferenças sociais e econômicas, interferem muito fortemente as diferenças pessoais, afetivas, emocionais de cada indivíduo. Claro está que, em concomitância com a possibilidade, precisa operar a oportunidade. Mas ambas seriam inúteis, ou quando menos insuficientes, ao se depararem com alguém desinteressado, desmotivado, desprovido de forças suficientes para se sentir ainda pessoa útil e capaz. Isso, no professor Guga Sampaio, foi uma conjugação matematicamente perfeita.

A título de conclusão desta análise da trajetória desse personagem que se destaca pela sua capacidade de recuperação e de adaptação às novas situações da vida e às novas necessidades de ação e interação social, focar-se-á mais dois pontos de sua entrevista. Em primeiro lugar, trata-se daquele momento em que ele precisou retomar a sua vida profissional, já que se sentia pronto para o pleno exercício de suas atribuições acadêmicas. Perguntado sobre como se dera, a partir de então, a sua adaptação e as formas de se portar no trato com os alunos e com os colegas diante da nova realidade sensorial, afirma:

[...] Na verdade, embora eu seja professor universitário, a atividade de ensino é muito periférica na minha vida. Eu ou em média 8 horas de aula por semana e ocupo as outras trinta e tantas horas disponíveis de tempo útil, em pesquisa, com extensão, que é o que eu mais faço mesmo; [...] No trato com os colegas, no meu departamento... O meu departamento, na época, em que eu fiquei cego, entrei de licença, saí de licença; voltei no outro semestre como se nada tivesse acontecido; voltei e não tinha disciplinas pra mim; as disciplinas não tinham sido distribuídas pra mim. Eu voltei e falei 'olha, eu estou de volta, tenho condição de trabalho, não estou mais de licença, quero trabalhar'.

'Ah, mas o semestre já vai começar já. Já estamos a 15 dias do início do semestre e...'

Aí eu descobri que não tinham dado a matéria pra mim. Eu falei: 'oh, se vocês não quiserem que eu dê aula, ótimo, vou ficar aqui, mas eu não vou ficar aqui sem ficar trabalhando, estou reassumindo...' Aí discuti lá o que iam fazer e tal... Depois eu soube que o departamento consultou a Pró-Reitoria Jurídica da Universidade pra saber se eu podia dar aula. A Pró-Reitoria jurídica disse que sim, que podia.

Eles aí remanejaram disciplinas, me deram disciplinas, eu vim pra sala de aula e dei aula, né? Como os alunos... sempre alunos novos, cada semestre, né. No meu caso, eu peguei aula para calouros, né. Meus alunos com quem eu dei aula depois que fiquei cego não me conheciam antes, já me conheceram como cego, eu já me apresentei na sala de aula como sendo cego, nem disse que estava cego há pouco tempo, nem há muito. Falei: 'oh, estou aqui, vocês devem ter percebido, eu sou cego, mas eu dou aula! Então pronto [...]'. (SAMPAIO, informação verbal, 1998)

Interpelado sobre o fato de ter tido uma realidade diferente, ao fato de dar aula antes, utilizando os diversos recursos visuais, ele informa que:

[...] E eu nunca utilizei muito os recursos visuais não, a não ser estar vendo a cara dos sujeitos, né? Eu sempre dei muita aula expositiva mesmo, falando pelos cotovelos e estimulando a participação, o debate. Nunca fiz prova com vigias, pra não pescar; nunca fiz isso, por exemplo, né? Eu usava o quadro negro, bastante, né? continuei usando, só que passei a usar de forma sistemática, invés de usar meio às tontas, o que vinha na cabeça na hora, eu passei a trazer de casa um plano de aula já feito. O plano de aula que eu trago de casa, eu passo para um aluno passar no quadro; então, o aluno passa no quadro o plano; e, quando eu quero escrever no quadro um nome, alguma data, alguma referência bibliográfica, eu mesmo escrevo no quadro né? mesmo sendo cego, eu ainda uso o quadro. [...] Quando eu estou falando e quero [...] referir algum título, ou algum nome de autor, ou alguma data, ou algum conceito, eu vou no quadro e escrevo; frases curtas, palavras eu escrevo no quadro bastante.

[...] Quando eu vou dar prova, eu passo questões no quadro; uma ou duas questões, eu passo no quadro, diretamente. Até pergunto ao pessoal: 'como é que é, dá pra ler, tal... dá pra entender?'. Eu não perdi a minha memória gráfica. Eu não vejo o que eu estou escrevendo, mas eu sei escrever manuscrito, né? [...] Sai um pouco torto, claro, sai feio, sai um pouco torto, mas o pessoal entende, o pessoal lê. Então, alguma dúvida, eu esclareço, né? 'Que palavra é essa aí?' quando tal palavra... e eu digo 'é tal...'

Mas eu uso pouco os recursos visuais, eu uso pouco, mas sempre usei pouco também, porque não esqueça que eu era um professor vidente, mas altamente míope também... Então já tinha uma... Eu tinha miopia de 22 graus, então eu nunca fui muito visual, não... A grande diferença que eu acho que faz é com relação ao diálogo visual com os alunos, porque o bom professor, ele olhando pra cara dos alunos, sabe se o pessoal está de saco cheio, se está atento. Se pode monitorar uma aula visualmente [...], e perceber o ambiente, podendo concluir 'minha aula deve estar um porre,

está todo o mundo com cara de sono'; ou pode dizer assim: 'a aula está boa, está todo o mundo atento, está legal'. Então, tem muita comunicação que você passa pros alunos, passa no olhar... Então esse recurso eu perdi.

Eu tento superar dizendo pra eles: 'oh pessoal, eu não enxergo; a comunicação visual é muito importante entre professor e aluno, então, como eu não tenho esse recurso, eu quero que vocês, sempre que possível, falem comigo o que é que estão achando da aula; se a aula está chata, se tem que mudar alguma coisa'. E até brinco com eles, falando que não adianta ficar com a cara de inteligente que eu não vou perceber... 'Se vocês quiserem ser inteligentes, abram a boca, perguntem, falem...' e coisas desse tipo... São esses atalhos [...]. (SAMPAIO, informação verbal, 1997)

Nesse ponto da narrativa, o professor Guga aproveita para falar do antropólogo, do pesquisador:

[...] E com relação ao trabalho de pesquisa é que é mais interessante né? que eu trabalho com povos indígenas... Na região nordeste, povos indígenas camponeses, não são índios tipo índios da Amazônia, são índios camponeses... e... quer dizer: pra eles, isso é meio impactante o fato de eu ter ficado cego. Os cegos que eles conhecem são cegos quase inválidos ou que são artesãos, músicos e então pra eles é uma coisa misteriosa. Pra eles, eu sou tido até como uma figura assim meio superdotado e sobrenatural, porque sou um cego que viaja sozinho, que trabalha, que escreve no computador... que tem uma profissão, e ganha dinheiro e tal, né? Então... Mas isso com o tempo também eles acostumaram. Eu costumo dizer pra eles que... eles dizem: 'não, mas você vai andando...' porque eles ficam querendo que eu não... me tomar muito conta de mim... Eu digo: 'olha, andar no mato com um bom guia é mais fácil do que atravessar uma rua na cidade'.

E, com o tempo, isso também vai se superando, né? [...] Na verdade, é... Pro trabalho de pesquisa, de fato a perda da visão também prejudica muito, porque o contato visual, a observação mesmo, de coisas puramente visual, é muito importante, né?

Mas eu abandonei um pouco esse lado do trabalho de pesquisa, passei a trabalhar basicamente com entrevista. E sempre recorro à auxiliar de pesquisa, né.. ou companheiro de pesquisa pra [obter] outros dados [...]. (SAMPAIO, informação verbal, 1998)

Ele é indagado se esse pessoal que é alvo de sua pesquisa hoje como cego, teria tido contato anterior com ele, quando ainda enxergava, ao que responde:

[...] Alguns sim, outros não. Alguns sim, outros não. Entre pesquisa e extensão,

depois de cego, eu trabalhei com umas dez sociedades diferentes na Bahia, em Alagoas, em Minas Gerais. Dessas dez, acho que umas quatro ou cinco já me conheciam antes, outras são trabalhos novos. Mas, como o contexto social e político é muito restrito, são os índios do Nordeste, mais ou menos, todos eles se conhecem entre si, têm contatos... por causa do movimento político, e tal, então, a minha fama corre. Todo o mundo sabe quem eu sou e tal. Antes de eu chegar na área, já sabem que eu vou chegar e que eu sou cego; e que eu sou antropólogo; sabem muita coisa sobre mim, não só que eu sou cego; mas sabem muita coisa de mim, antes de eu chegar; não chega a ser um impacto tão grande por causa disso [...]. (SAMPAIO, informação verbal, 1998)

Um último aspecto que se gostaria de enfocar da trajetória do professor Guga Sampaio seria a sua opinião acerca da ABC, em particular, mas que pode ser estendida no sentido de ser uma opinião que englobaria outras instituições de e para cegos. Embora ele não tenha tido contatos mais diretos com alguma delas, no sentido de sofrer qualquer tipo de influência, pôde, no entanto, perceber sua fragilidade e desvio de propósitos, no sentido de se fazer porta-voz e estandarte das reivindicações daqueles que diz representar. Diante das perguntas e das observações do entrevistador, assim Guga Sampaio (informação verbal, 1998) se posiciona:

[...] É... o papel dela, na minha opinião, seria contribuir na socialização dos cegos e ser uma voz dos cegos diante da mídia; quer dizer, eu acho que a associação, poderia ser, poderia ser... Na verdade, quando eu conversei na época com os diretores dela, na época, ela tinha essa ideia mesmo de ser isso, ser uma instância de reivindicação dos cegos na sociedade, reivindicação pras coisas que os cegos precisam, coisas mais idiotas que só um cego sabe que ajuda: orelhão do lado esquerdo do passeio, sei lá o que... sinal sonoro, recursos de educação de informática pro cego, colocado à disposição dos estudantes que são a grande massa dos cegos que precisam de assistência; quer dizer, um monte de coisas que a sociedade deve aos cegos, que essa associação deveria ser uma instância de reivindicação e de cobrança, esclarecimento, de assessoria aos órgãos públicos etc.

Eu tenho experiência de militância em organização não governamental, porque trabalho com índios, e eu sei como é que funciona, quando se quer ser uma instituição reivindicativa e representativa. Eu acho que a associação poderia ser isso [...]. Mas infelizmente parece que não é; ela parece que é apenas um clube de cegos; um clube para convivência social, para lazer [...] mas não sei se isso é culpa da associação ou culpa do mercado que ela tem.

O mercado que eu digo, o mercado interno que ela tem, os próprios cegos. Enfim, eu percebo por exemplo, que todos os recursos de informática que se coloca à disposição dos cegos e que são recentes e que cada vez mais se aperfeiçoam não interessam à maioria dos cegos, não interessa, porque já estão há muito tempo acomodados com o que eles fazem. Então, não tem muita paciência pra quebrar a cabeça aprendendo a mexer com computador, nesse tipo de coisa, não, eles procuram mais comitê de cegos pra isso mesmo. Pra se sentir seguros, pra brincar, pra namorar. Então, a associação acaba atendendo àquilo que o seu próprio público demanda dela. [...] Agora eu gostaria que houvesse uma entidade de cegos, que pudesse ser mais visível no plano político da sociedade... Eu acho que isso, infelizmente, não tem [...].

Na verdade, pondera o entrevistador, esse papel de ser “a voz do cego na Bahia”, ela não vem desempenhando satisfatoriamente. Aqui não caberia dizer o porquê, mas enfim, ela não consegue desempenhar: não se percebe nos jornais, na televisão, nem no rádio, a presença da associação, a não ser por coisas assim bastante inúteis diante da realização de uma mudança de comportamento de toda uma sociedade em relação ao cego, como convite para festas, inaugurações, entre outras coisas. Quer dizer, o cego continua sendo visto como alguém que precisa ser carregado nos braços, que precisa ser sustentado pela família e pelo governo. Assim, com esse modo de pensar velho, preconceituoso e discriminatório, a sociedade não tem como abrir as portas para que o cego seja professor de uma escola como o Vieira, por exemplo, o P.H.D. e o professor Sampaio (informação verbal, 1998) acrescenta:

[...] Justamente, no mercado privado, você não teria condições [...] Até em concursos públicos mesmo, é sempre uma batalha. Esse tipo de coisa... mesmo que seja garantido por lei, na prática, vira uma batalha; isso acaba sendo uma batalha pessoal dos cegos interessados. Mário César mesmo, que é advogado e que fez vários concursos, até bem sucedidos, tem que ficar puto da vida porque sempre que ele tem que enfrentar um concurso, ele tem que ir sozinho e dizer ‘não, eu posso me inscrever sim, a lei me garante o direito’. Não tem uma associação que faça uma campanha dizendo... que garanta o espaço social dos cegos, pelo menos nesse nível institucional, quer dizer: cada cego tem que falar por si mesmo, quando quer [precisa] buscar algum direito... não tem uma... uma voz [...].

Mário César Lima:

“Eu sempre me impus... onde eu estava, me impunha”

[...] Meu nome é Mário César da Silva Lima, eu sou formado em Direito pela Universidade Federal da Bahia, exerço a minha profissão de advogado de forma contínua. Atualmente, ocupo cargo público de procurador fazendário do Estado, já fui advogado da Petrobras Distribuidora, sou casado, tenho uma filha, resido em Brotas [...]. Sou portador de retinose pigmentar, além de outras complicações, [a] exemplo de estagno, fotofobia, catarata num dos olhos. Esse meu quadro clínico vem desde o meu nascimento; e, com meu crescimento, paulatinamente meu campo visual foi se reduzindo; hoje eu tenho apenas um campo restrito que eu tenho sensibilidade à luminosidade e à leve percepção de vultos [...].
(LIMA, informação verbal, 1998)

280

A narrativa do bacharel Mário César Lima apresenta-se como sendo um discurso meticulosamente estudado para uma determinada situação. Sempre cauteloso, falando de modo bem pausado, aparentando medir milimetricamente cada palavra, cada frase, como quem depõe num tribunal, esforçando-se para não deslizar em alguma afirmação que lhe possa trazer algum dissabor futuro. Mas ao leitor não escapará as características principais de seu pensamento: autonomia, firmeza de propósitos, fortemente estribado nos fundamentos de suas origens sociais.

Trata-se, portanto, de um depoimento deveras importante, na medida em que pode identificar na pessoa de Mário César todas as características inerentes ao homem comum, normovisual e em uma posição de destaque no mundo dos juristas, mas que vivencia uma situação de pessoa com cegueira e que se esforça, tanto quanto os demais deficientes das outras áreas da sociedade brasileira, por se fazer reconhecido e respeitado, quer enquanto pessoa, ser humano, cidadão, quer como profissional, capaz de fazer uma carreira tão brilhante quanto eficiente e exitosa, como se fora um dos seus pares normovisuais. Não por ser cego, pois esse fato por si só não indica que o cego seja inteligente, capaz, pronto para desempenhar bem aquilo que se propuser fazer. Mas sim o fato de ser ele alguém comum, no que respeita à formação biopsicossocial, cuja única diferença que o marca indelevelmente em relação aos demais componentes do círculo dos bacharéis está no fato de ele não utilizar o sentido da visão para fazer o que faz.

Devolva-se lhe a palavra, para que possa discorrer sobre sua trajetória.

[...] O meu processo educativo, inicialmente, foi numa escola tradicional de freiras, Escola da Soledade, onde eu cursei até a primeira série primária. O meu estudo inicialmente foi feito paralelamente com uma escrita em negrito e a escrita em braille; eu tinha um acompanhamento de uma professora especializada, era enviada da Secretaria da Educação. Como da minha parte, havia muita resistência ao método braille – porque naquela época, se as letras estivessem em caneta hidrocor, eu tinha condições de estudar normalmente –, então eu fui do segundo à quarta série primária em outras escolas, só pelo negrito. Quando eu fui iniciar o ginásio, coincidiu com uma perda acentuada de visão. E aí foi um problema, tanto que eu perdi a primeira... a quinta série eu perdi uma vez. Daí em diante, as lentes... eu usava lentes fortes... fazia um tratamento... fiz tratamento em Belo Horizonte, Campinas, Rio de Janeiro, São Paulo capital, mas chegou um momento em que estas lentes já não produziam resultados satisfatórios. Então, eu tive que fazer os meus estudos só pelo método braille, aí eu voltei a ter acompanhamento por professoras indicadas pela Secretaria de Educação que estavam nas escolas comuns onde eu estudei [...]. (LIMA, informação verbal, 1998)

281

Aqui aparece um elemento que chama bastante a atenção. Trata-se do fato de Mário Cêzar informar que tivera resistência ao braille, alegando ainda poder ler material escrito em negrito. Na verdade, por trás da rejeição ao sistema braille de leitura e escrita e do uso de bengala, o que se verá adiante é a resistência ao fato de paulatinamente tornar-se cego. Já se disse que uma das principais razões disso é a exacerbação da importância dada ao sentido da visão, sobre o qual é colocado praticamente todo o sentido da vida humana. Era ele ainda uma criança e um adolescente, mas já rejeitava o fato de tornar-se um cego. No entanto, não se pode dizer que já tivesse uma ideia, ainda que tênue, de que o fato de ser cego lhe traria problemas, como rejeição, preconceito, discriminação social; tratava-se, aparentemente, de uma ideia de não mais poder fazer, ser ou ter determinadas coisas. E Mário Lima (informação verbal, 1998) prossegue sua narrativa:

[...] Inclusive, isso me deu a oportunidade de conhecer vários tipos de professoras, desde pessoas maravilhosas, como a saudosa Primitiva Sampaio [...]; pessoas como a professora [Heuvéssia], que é incansável batalhadora na educação especial, uma figura com uma capacidade humana muito grande; e também burocratas, limitadas, atrofiadas, como [Silvaneyde Petra], que ocupou cargos de chefe e que

era um atraso na vida de todo mundo.³ Mas eu fui aos trancos e barrancos né, com o apoio significativo da minha família, galgando degraus mais elevados no processo educativo [...].

Aqui, sempre considerando que se trata de uma análise a posteriori, ele critica vorazmente a estrutura de atendimento e apoio à pessoa cega, sobre o qual ele – bem como todos os outros – teve que construir suas bases, sobre as quais assentou sua vida, sua formação profissional, entre outros. Ele nomeia e analisa criticamente dois tipos de pessoas, bastante distintos, que atuavam na área de atendimento ao aluno cego. Essa dicotomia parece indicar que, dependendo de como este ou aquele aluno fosse visto por um desses dois grupos, ele viria ter ou não chances de avançar, recuar ou estacionar, conforme tivesse ou não meios de escapar de tentáculos tão poderosos. Em um primeiro grupo, estavam aqueles profissionais que tinham como objetivo final de sua atuação, o aluno. Ele era o centro de suas atenções, de seus desvelos, de seu empenho pessoal, em que o que importava era o resultado: os êxitos alcançados pelo aluno.

Em um segundo grupo, estavam as burocratas para quem o objetivo final de sua atuação era a pessoa. Para essas, o que importava era o sucesso de uma determinada e meticulosamente escolhida pessoa. Para tanto, eram envidados todos os esforços, alocados todos os recursos, buscados todos os meios que pudessem fazer com que a pessoa (ou pessoas) escolhida pudesse ter o êxito planejado e desejado para ela. Mário César, no entanto, procura dar indicações de que escapara disso – e a impressão de que não era uma pessoa das preferidas – graças ao apoio e às possibilidades que sua família lhe dera e tivera para fazê-lo andar em largas passadas, apesar de tudo e de todas, em contrário.

[...] Estive cursando as minhas séries finais no colégio Maristas. Isso não posso deixar de registrar aqui: recusas que eu enfrentei em alguns colégios. Por exemplo: veladamente o colégio Antônio Vieira não me aceitou. Mas no colégio Maristas eu fui aceito de braços abertos e foi uma experiência muito positiva. Sofrida no início pra mim, porque até então eu vinha estudando em escolas relativamente pequenas.

||||||

3 Os nomes que aparecem entre colchetes são pseudônimos utilizados em outros lugares desta obra e assim estão para substituir os nomes reais das pessoas que o narrador cita.

Então, desde o contato com professoras e colegas, identificação de colegas até o domínio do espaço geográfico, era muito mais fácil do que um colégio de dimensões como o Maristas [...]. (LIMA, informação verbal, 1998)

Faz-se necessário que se explique com mais vagar a afirmação por ele feita, no que respeita à rejeição sofrida, quando se apresentara como candidato a ser aluno do colégio Antônio Vieira. Não pareça incomum tal situação, visto que o processo de inclusão dos alunos cegos nas classes comuns era uma experiência ainda relativamente nova e, como não poderia deixar de ser, enfrentava resistências muito fortes, por vezes explícitas, às vezes veladas, sobretudo por parte das instituições privadas de ensino, mas não só. Daí julgar-se importante tê-lo indagado quais teriam sido as alegações utilizadas pelo Vieira para não admiti-lo como aluno regular daquele conceituado e tradicional estabelecimento de ensino da cidade de Salvador. Ele, bem filosófica e cautelosamente, responde:

[...] Olha, todos os colégios, no fundo, não queriam assumir os riscos que um aluno portador de deficiência traria: era uma queda na escada, a convivência com os colegas que poderia não ser das mais satisfatórias, o processo de aceitação dos colegas desde a hostilidade até a pena... Outra coisa, o professor numa sala de aula, que teria que ter uma atenção mais específica para esse aluno que era específico. Tudo uma série de adaptações que os colégios não queriam fazer [...]. (LIMA, informação verbal, 1998)

Note-se, a título de informação, que, até poucos anos antes do final da década de 1960, o ensino dos indivíduos com cegueira ainda se realizava dentro das quatro paredes dos chamados colégios especializados, onde não se tinha qualquer contato com outros tipos de alunos. A Bahia, justiça se faça, foi um dos primeiros estados a intentar uma tão grande inovação no setor de ensino desse tipo de clientela, introduzindo-a para uma convivência com os demais alunos, em busca de obter como resultado uma melhor aceitação destes por aqueles. A grande verdade é que, entre as crianças, o processo de discriminação e a atitude de rejeição é quase inexistente, uma vez que elas têm a capacidade de relacionar-se bem com as diferenças de qualquer ordem, naturalmente, considerando o seu modo de encarar a arte de conviver. E Mario Cesar Lima filosofa, apresentando seu conceito de educação, considerando haver alguns ingredientes *sine qua non* à sua

concretização, indicando que é a falta desses ingredientes que teria levado o Vieira ou qualquer outra instituição com atitude semelhante, a assumi-la. Lima (informação verbal, 1998) prossegue dizendo que:

[...] Isso inclusive é até uma contradição, dentro da linha filosófica de educar. Porque educar é, antes de tudo, um ato de amor. Educar é você emancipar, é abrir horizontes; e quando você está se recusando a educar uma pessoa que é portadora de deficiência, porque essa deficiência que ela porta vai lhe obrigar a ter um dispêndio maior de suas energias, então se está dizendo que não tem amor suficiente para educar, que não se está definitivamente imbuído do propósito de emancipar a todos [...]. (LIMA, informação verbal, 1998)

Uma vez matriculado no Maristas, apresenta-se à sua vida um grande desafio pessoal, ligeiramente comentado em páginas anteriores: aceitar-se como cego. Mário Lima (informação verbal, 1998) se posiciona sobre a questão:

284

[...] E justamente aí surgiu um desafio pra mim, que até então – eu sabia que uma hora ia chegar – mas que foi sendo relegado pra um segundo plano, em função das necessidades, que era a locomoção. Eu sempre me...lá dentro das escolas, em minha casa eu não precisava de ninguém pra me locomover; mas, se precisasse ir à rua, aí já surgia essa dependência. Só que, com o meu crescimento, com as novas tarefas que a fase, a etapa da vida que eu estava vivendo me traria, então seria impossível eu ter alguém quotidianamente do meu lado, porque se assim fosse, eu estaria renunciando a minha independência. Porém, admitir, fazer a locomoção, andar sozinho pela rua com bengala, era admitir o meu quadro de semicegueira que, na verdade, no fundo, eu não estava preparado pra essa realidade. Então, foi um processo muito doloroso, e que eu tive que topa esse desafio [...].

Outra vez, Mário César é interrompido para que responda a indagação sobre o fato de que dos 15 aos 16 anos, ele vinha sofrendo uma perda progressiva da visão. Mas ele não admitia que, mais cedo ou mais tarde, estaria sem ela ou então não estava informado disso. Qual seria a situação em que ele se enquadraria para agir de forma a não se admitir cego, apesar das evidências cada vez mais inequívocas do fato?

[...] Não, informado eu... Agora, todos nós... a coisa mais difícil de mudar é a cabeça do ser humano. E não tem nada que lhe assuste mais do que o novo; pra quem sempre andou pela rua, acompanhado de alguém que o protege, é extremamente arriscado andar sozinho. Todo o problema era isso, era o medo do risco; é o

risco da vida; que, naquele momento, era representado por andar sozinho pela rua. E nós todos temos nossas cargas de medo. Ainda era complicado pra mim, me aceitar daquele jeito, porque eu, no fundo, reproduzia... eu sabia que as pessoas não olham o portador de deficiência como olha qualquer outra pessoa. Então, o desafio seria chegar para as pessoas que estavam à minha volta e dizer: 'olha, eu tenho uma deficiência, mas eu posso ser igual a vocês, eu posso fazer coisas que vocês estão fazendo, eu posso ser útil pra vocês...' é esse grande desafio que se vai enfrentando em coisas miúdas [...]. (LIMA, informação verbal, 1998)

E Mário prossegue, entabulando um episódio que, segundo disse, acabara de lhe vir à memória:

[...] Eu vou aqui dar um exemplo que me veio à memória: uma escola em que eu estudava, nós tínhamos um andar térreo e um andar superior. Só que, no fim da escada, havia um pequeno portão; e aí não se sabe... de vez em quando esse portão estava fechado. Então, o que a gente fazia: subia e pulava o portãozinho. Então, um dia eu fui fazer e o colega disse que não acreditava que eu fizesse. Eu disse: 'umbora, eu vou lá e faço pra você e pronto'.

'Eu vou lá pra ver você arrebrandando a cara!' [...]. (LIMA, informação verbal, 1998)

E conta mais um episódio, tentando fortalecer as suas assertivas anteriores:

[...] Já outra vez, nesse mesmo colégio, é... a gente... tinha também uma salas que tinha também umas varandas. E aí fechavam; os meninos na brincadeira iam e fechavam. Então, o que a gente fazia: saía pelo fundo, pulava e ia pra outra sala e ganhava o corredor. Então, eu fui fazer isso um dia e um viu e me chamou atenção: 'eu vou falar pra diretoria que lhe vi fazendo isso, que você não tem problema nenhum de visão, que você está enganando todo mundo' [...]. (LIMA, informação verbal, 1998)

Nesse ponto, Mário Lima (informação verbal, 1998) estrutura o pensamento a partir do qual credita a sua resistência à nova configuração que passaria a reger o seu viver enquanto pessoa cega. Diz ele:

[...] Porque o deficiente ele sempre é o menos capaz, ele é sempre o coitadinho, ou então é sempre excepcional, nunca é o meio termo. Ele nunca vai ser o super forte; ele sempre é o super gênio; porque as pessoas não admitem a força física

do deficiente, tá, porque é sabido demais. Então era isso: essa dúvida de como me colocar pras pessoas e mostrar pra elas que eu, não obstante deficiente, era eficiente [...].

Aqui, Mário Lima (informação verbal, 1998) diz qual teria sido o ingrediente fundamental para que, então, definitivamente se dispusesse a fazer locomoção e se assumisse como efetivamente cego:

[...] É porque... era já, naquele momento, uma questão de sobrevivência. Porque veja: eu já estava me tornando um adolescente, de adolescente eu seria um homem... Então muito bem: eu poderia até encontrar alguém pra me levar pra escola, deixar na escola, me apanhar na escola, me deixar em casa. E depois: e o lazer? E o namoro? Como é que ia ser? Eu seria um ser pela metade. E graças a muita coisa que eu encontrei pelo caminho, esse desafio foi topado. Foi vencido e foi uma coisa muito interessante [...]. (LIMA, informação verbal, 1998)

286

E continua a sua narrativa:

[...] Então, eu concluí meu segundo grau no Maristas, como aluno normal: bom em algumas matérias, excelente em algumas bem poucas, péssimo em outras tantas, a exemplo de matemática. Matemática eu fui um aluno que perdia todas as unidades, ia pra recuperação, perdia, e era aprovado no conselho de classe, porque eu tinha um desempenho bom em outras matérias; e, no terceiro ano, eu quase, quase eu não faço vestibular porque eu fui pra prova final e passei arrastado, arrastado mesmo em matemática. Porque eu era um aluno absolutamente normal, dentro do colégio eu fui da direção do grêmio, desenvolvi atividades literárias. Nessa época, eu também participava no meu bairro de grupo de jovens da igreja, e alguns amigos que eu fui conhecendo, nós desenvolvemos trabalhos literários em rádio, na rua, eu tinha uma atividade efervescente [...]. (LIMA, informação verbal, 1998)

Ao desenvolver o seu raciocínio em torno de seu desempenho como pessoa, como jovem secundarista, procura demonstrar que a ele não se aplica as máximas por ele apontadas pouco antes, a do cego gênio, superdotado, que é bom em tudo que faz. Mostrou, por sua própria experiência, que tanto pode fazer inúmeras coisas excelentemente bem, ter excelente desempenho em uma série de atividades, quanto pode fazer um outro tanto de coisas mal feitas, ter desempenho até medíocre em outras atividades que

não se empenha ou não tem habilidade para desenvolver. Caracterizando-se como uma pessoa normal, uma criatura como outra qualquer, procura distanciar de si ideias que minimizem o brilho de sua carreira, de sua atuação advocatícia. Isso porque se ele fora um gênio, onde estaria então o mérito de seus esforços por ser o que quer que seja?

Ao partir para a etapa de sua vida na qual tivera que se empenhar ainda mais para atingir objetivos mais ousados, mais uma vez faz críticas acres ao desempenho dos órgãos públicos – que, em tese, deveriam apoiar a pessoa com cegueira em sua caminhada rumo à formação escolar e/ou acadêmica –, chegando a citar especificamente uma pessoa, como se ela fora o símbolo mesmo da atuação seletiva e, como tal, discriminatória daquele aparelho estatal. O mais grave é que os resultados posteriores indicam que as pessoas cegas eram tratadas diferentemente, de acordo com critérios ainda pouco claros, na medida em que pessoas inteligentes e mentalmente muito bem ajustadas estão no mais completo abandono socioprofissional, vivendo das mais variadas formas, sem, no entanto, necessariamente vencer-se pela acomodação.

Prossegue Mário Lima (informação verbal, 1998) com sua narrativa:

[...] Ingressei na Universidade Federal, eu passei tanto na Federal quanto na Católica, inclusive vencendo um desafio da nefasta [Silvaneyde Petra], que, em outras palavras, disse que não acreditava que eu passasse na Federal, porque nenhum deficiente passava na Federal e que me daria um prêmio se eu passasse...

E na Federal, eu não tive nenhuma ação específica da universidade para mim; também não pedi. Foi tipo assim: 'Olha, a Universidade está aí, você se resolve como você puder'. Então, eu tinha que me virar. Por exemplo: eu tinha aula na Piedade, tinha aula no campus de S. Lázaro onde não... há uma única linha de ônibus; e que só tem um ônibus, também... de hora em hora [...] Então, eu tinha que fazer o que todo o mundo fazia: saltar na Caetano Moura e dar o meu perneamento até S. Lázaro... As vezes que precisei almoçar no restaurante universitário, tinha que ir também, subir aquela escada pra Ondina; tinha, enfim, tudo que todo o mundo fez, eu tive que fazer... Lógico, muita coisa dessas complicadas, com o auxílio de colegas, que realmente eu contei com muitos colegas, colegas excelentes [...].

Conforme já se pôde inferir de outras falas trazidas aqui nesta obra e de como era corriqueiro para todas as pessoas cegas que ingressaram

nas universidades, Mário precisou envidar os mais diversos esforços para prosseguir no seu intento de graduar-se. Para além daquele esforço exigido para todos no sentido de acompanhar os seus respectivos cursos, da pessoa cega é exigida uma cota maior de empenho e de desempenho, caso insista em permanecer até o fim da graduação e/ou caso queira dar passos mais ousados no seu processo de formação profissional/acadêmica. É nesse sentido que Mário Cézar Lima (informação verbal, 1998) afirma que:

[...] Na universidade, o meu estudo foi providenciado por conta própria. No início, através daquele maravilhoso trabalho das copistas; tem uma que já é falecida, dona Beatriz Santos.

Mas depois, a minha família conseguiu comprar um OPTACON e aí somando o Optacon, às vezes leitura de alguém que lia pra mim, enfim, deu pra concluir o curso e começar atuar [...].

288

Fora lhe perguntado sobre as perspectivas alimentadas como estudante secundarista que tivera uma vida tão ativa, enquanto militante com atitudes e ideias progressistas. Ele procura separar duas situações por si vivenciadas, de modo bem distintos:

[...] Aí se tem duas vertentes pra isso. A perspectiva de um aluno, que dentro do sistema educacional brasileiro equivocado, você está estudando pra ser aprovado no vestibular. Então, minha perspectiva era, nessa vertente aí, era conseguir chegar até a universidade. Como um aluno que tem uma deficiência, minha perspectiva era não ficar no meio do caminho, era ter que ultrapassar as barreiras que eram: a carência de livros... Era, basicamente a carência de livros. Era a cada contato com o professor, a gente se adaptar um ao outro, colégio, era isso [...]. (LIMA, informação verbal, 1998)

Indagado se, em algum momento, já durante a graduação, ele calculou o nível de dificuldade que teria para exercer a profissão para a qual estava se preparando, apresenta uma resposta bastante interessante, na medida em que formula ideias baseadas mais em sua realidade enquanto pessoa com cegueira, imiscuído em uma comunidade de seres que vivenciam situações fundamentadas numa totalidade cultural do que em sua realidade socioeconômica específica. Diz ele que

[...] Por mais que se imagine, nunca se consegue ter um quadro real da dificuldade. A gente só conhece o tamanho da fera e a força da fera, indo para a arena brigar com ela. Então, com certeza, eu não podia divisar. Agora, uma coisa eu digo: eu não tive e não tenho a dificuldade para exercer a profissão, que não seja aquela coisa que nós temos... a dificuldade que nós temos para estudar, para namorar, para se divertir, para ser atendido, ter acesso ao sistema de saúde, que é uma coisa chamada preconceito. Porque eu, no exercício da minha profissão, eu sentava na minha máquina, no meu computador, redijo minhas petições, como qualquer outro advogado faz: eu participo das audiências e dos processos como qualquer outro advogado participa, e entro em cartórios e tribunais como qualquer outro, vou enfrentando. Agora, com certeza, tem muito olho espantado à minha volta... 'pô, ele é cego e faz isso tudo?'. Como gente que vem e procura e vê: 'Pô, o cara é cego, não pode ser meu advogado'.

[...] Então, o nosso problema maior... Nós temos problemas de ordem objetiva. Mas temos um problema que esse é central, é subjetivo, que é o sentimento da sociedade que é o preconceito. E esse é real, velado, exteriorizado, seja como for, mas ele existe e é violento [...]. (LIMA, informação verbal, 1998)

289

No entanto, cabe aqui salientar que essa é uma percepção que se está tendo hoje, agora, com alguma maturidade que se adquiriu com as idas e vindas, os tropeços, as quedas e os erguimentos. Mas insiste-se na questão se, enquanto graduando, ele já tinha essa percepção. Afirmativa e categoricamente responde:

[...] Tinha. Tinha. Eu sabia que eu ia enfrentar preconceito, Porque eu tive estágios recusados, tanto que eu, como já sabia disso, eu procurei selecionar os lugares onde eu ia tentar estagiar. Justamente eu procurei os lugares onde havia mais mente aberta... É porque, na época, eu era uma pessoa muito engajada em movimentos políticos, então eu já sabia mais ou menos onde as cobras dormiam [...]. (LIMA, informação verbal, 1998)

Aqui, caberia instigá-lo a falar de como conseguira cumprir uma das normas do curso de Direito, que obriga o candidato ao exercício advocatício a realização de estágios, para que assim possa fazer jus ao registro que lhe permitirá tal exercício. O fato de ser cego, fique claro, fez com que tivesse que fazer muitas gestões para conseguir estagiar. Ele diz como pôde cumprir tal exigência.

[...] Olha, eu sempre me impus... onde eu estava, me impunha. Então eu estagiei um tempo no serviço jurídico da Faculdade de Direito, onde eu estava dentro do meu ambiente. Então não teve nenhum problema. Estagiei num sindicato, onde... É eu desempenho, mas o problema do sindicalismo brasileiro, infelizmente, é que ele é extremamente partidarizado, uma parte da direção...

E o povo do P.T. é de uma mesquinhez na análise das coisas, do que é divergente... e era a direção toda vinculada ao P.T., e como eu não era do P.T., embora de esquerda, mas não ligado ao P.T., então, eu fui cortado, uma decisão mais partidária do que qualquer outra coisa; por sinal, era até o sindicato de professores, um pessoal que devia ser até mais aberto.... Infelizmente, é isso aí. Então, o estágio, pra mim, não teve grandes problemas; então, não posso me queixar [...]. (LIMA, informação verbal, 1998)

Assim, como se pode depreender, o enfrentamento não se deu apenas na perspectiva de ser uma pessoa cega. Também se deu na perspectiva dos posicionamentos partidários, que podem ter sido utilizados como disfarce para camuflar o real preconceito havido no posicionamento do sindicato ao vetar a possibilidade do aluno desenvolver estágio no interior da organização.

João Bosco Dias Santa Rosa (1955-2019): “Eles colocavam sempre obstáculos”

[...] hoje, nós estamos aqui a [...] 13 de janeiro de 1998. Bom, meu nome é João Bosco Dias Santa Rosa, sou portador de cegueira congênita, minha formação profissional, ela é radio técnico [...], estou enveredando, acho que há uns dois ou três anos atrás, na área de informática, mas a nível profissional, eu sou eletrotécnico e classificado na Petrobras como eletricista. São 23 anos de batalha aqui na empresa e a gente vem lutando aí, vem lutando [...]. (SANTA ROSA, J. B., informação verbal, 1998)

Assim começa Bosco, como era conhecido por todos, em uma entrevista cheia de relatos e de comentários, na qual ele desenvolveu seu pensamento harmoniosamente articulado, sem deixar de ressaltar pessoas e fatos que considerara de grande relevância para todo o êxito por ele alcançado. Funcionário de carreira da Petrobras, atuando principalmente no campo,

começa assim uma das últimas etapas da era industrial, no que tange às colocações de mão de obra feitas pelo Senai. Diga-se de passagem que essa foi a colocação de maior importância em termos de repercussão e de êxito realizada por aquela instituição.

Bosco, na verdade, integra uma espécie de elite restrita de cegos, que conseguiu firmar-se em colocações de mão de obra promovidas pelo Senai em todo o seu tempo de atuação, cujas características diferiam grandemente daquelas que constituem a maioria esmagadora das colocações. Uma dessas era a exigência de uma qualificação técnica, propiciada por uma formação específica do candidato. Aquele precisava apresentar-se pronto para uma atuação de grande risco e responsabilidade extrema, na medida em que estaria em uma área de produção pesada, que exigia de seu titular, dentre outras coisas, perícia e grande habilidade, aliadas a um conhecimento prático-teórico muito bem fundamentado, visto que naquele setor produtivo não cabiam improvisos de última hora.

Empresas como a Petrobras, Bosch, Brastemp, dentre outras, só poderiam empregar mão de obra que tivesse, em seus detentores espaços, disposta a um aprendizado mais complexo e constante, na medida em que as máquinas e os equipamentos sofriam modificações constantes para se adequarem aos métodos e às técnicas de produção e de trabalho em constante desenvolvimento. Outrossim, os melhoramentos tecnológicos dos produtos daquelas empresas se faziam notórios, razão pela qual os trabalhadores precisavam aprender as novas modalidades de montagem, o que exigia um nível intelectual e uma capacidade de assimilação grandes para que a empresa e sua produção não sofressem solução de continuidade.

Obviamente, por todas essas razões, eram aqueles trabalhadores melhor remunerados e tais vagas mais cobiçadas, despertando o ciúme daqueles que não as conseguiam.

Mas, devolva-se ao entrevistado a palavra, para que ele possa desenvolver a sua narrativa, para que ele possa expressar-se.

[...] A história é a seguinte [...], eu nasci na verdade no interior lá de Sergipe, na cidade de Boquim e meus pais vieram para cá quando eu tinha precisamente três anos e... vale a pena salientar essa coisa da família, como a gente foi orientado. Eles, apesar de terem sido pessoas simples, pessoas do interior, meu pai sempre foi pessoa que lidou com roça, essa coisa, mas tiveram assim o dom de nos orientar de uma forma normal, nos criar de uma forma natural, bem natural, ou seja,

integrado com os outros irmãos. [...] enfim, foi todo esse tratamento super natural que aí eu acho que é, digamos assim, é a base de toda engrenagem da sequência da história da gente, porque daí você tem coragem, você encara as coisas, você não, não fica uma pessoa devotista, ou seja, você não, você não teme aos desafios, você encara, encontra mil dificuldades para caramba, muitas dificuldades realmente, mas nem por isso você desiste [...].

Eu vim do interior de Sergipe, para aqui, para o interior da Bahia, Itapetinga, passei lá até os seis, sete anos, e eu vim para o Instituto de Cegos da Bahia com sete anos de idade, e lá no instituto – que o instituto ainda era prédio velho, não tinha toda essa tecnologia que hoje os meninos lá estão cercados, toda uma plataforma montada para eles –, naquele tempo, a coisa era bem crua ainda [...] mas funcionava e funcionou, a verdade é essa. Não só eu, como outros passaram nessa época lá, estão aí, atirados, não estão no mercado de trabalho porque já estão aposentados, e os que não deram sorte, não deram sorte mesmo, mas que tivemos boas orientações tivemos [...]. (SANTA ROSA, J. B., informação verbal, 1998)

292

Aqui caberia uma interrupção, para que se observe a que o entrevistado atribui o fato de alguns de sua época não terem tido o mesmo êxito que ele tivera: a falta de sorte. Não se saberia dizer por que razão atribuiria ele a uma falta de sorte daqueles seus colegas. Não se poderia, no entanto, dizer que seria uma ingenuidade de sua parte, uma vez que ele é uma pessoa bastante inteligente e perspicaz, para saber que a verdade não é essa? Houve um processo de seleção, um jogo de preferências, uma política de favorecimento sim. Não se pode ainda dizer, com toda a segurança, os pilares nos quais se assentam tais políticas ou preferências. Mas está muito claro que não teria a sorte favorecido a um e desfavorecido a todos os demais.

Infelizmente, ainda se percebe uma tentativa de escusa em se externalizar a verdade quando se trata de analisar as razões da vitória de poucos e do fracasso de quase todos os demais. Um desses processos está fundamentado no tipo de formação que se dá a uns e que não se dá aos demais. Uma espécie de eleição, que garante ao eleito todas as oportunidades que apareçam para que ele se qualifique, se torne pronto para granjear o maior número de avanços que lhe seja possível. Assim, fica fácil da sorte ser-lhe prodigamente favorável.

Devolva-se a palavra ao entrevistado, para que retome a sua história.

[...] Depois eu passei apenas no instituto o primário e meus pais vieram morar aqui em Salvador, automaticamente eu fui morar com eles, morei com eles e inicializei o ginásio. Estudei no João Florêncio Gomes, já na cidade baixa, fiz meu ginásio lá, depois do ginásio eu fiz Turismo, não tem nada a ver, não é? Mas eu fiz Turismo, foi uma das primeiras turmas que surgiram aqui na Bahia, aqui em Salvador, eu fui um dos alunos. Mas um curso que, na verdade, não tem nada a ver comigo, fiz, me formei até, mas não tinha nada a ver. O que eu sentia, que corria nas veias mesmo rapaz, era essa área elétrica, essa área profissional mesmo da eletricidade e isso que eu vim investindo desde a época do Instituto de Cegos.

No Instituto de Cegos eu fazia algumas experiências, mesmo escondido, mas fazia, e daí, depois de tudo isso, eu fui fazer o curso do Senai, formação profissional, o curso de eletricidade que o Senai tinha lá de um ano e meio, mas era uma forma bem mais intensiva, você estudava pela manhã e pela tarde. De manhã, era teoria, e pela tarde, era prática, e... depois ingressei, fiz estágio aqui na Petrobras, depois desse estágio fiz concurso, prestei concurso aqui para a empresa na área de eletricidade e engajei como eletricitista mesmo.

Só que, paralelo a tudo isso, eu fiz vestibular para Eletromecânica e fiz Eletrotécnica, aí realmente eu concluí o curso de Eletrotécnica [...]. (SANTA ROSA, J. B., informação verbal, 1998)

E João Bosco Santa Rosa (informação verbal, 1998) chama a atenção do entrevistador:

[...] Agora, vale a pena salientar o seguinte [...]: toda essa história não foi apenas se encaixando como se encaixa uma mão na luva, não, tá? existiu realmente muitas dificuldades, até mesmo discriminatória mesmo, porque... aquela história, as pessoas se admiram muito do deficiente visual: 'Poxa! você faz isso, ele é formado naquilo', mas na hora de lhe dar oportunidade mesmo, que é o que interessa, aí a pessoa normalmente, aí dá um passo atrás. Aí é onde entra você, a sua coragem, você argumentar, você pedir oportunidade para você realmente provar que você tem condição de exercer aquela tarefa, aquela profissão. Então, não pense que fazer o Senai foi fácil, apesar de já ter uma pessoa lá que já era deficiente visual. Para que se tenha uma ideia, no Senai, Manoel, ele estava no Senai e já trabalhava lá e era muito simples chegar lá fazer um curso, não, nem por isso foi tão fácil assim [...].

Observe-se, de passagem, como o entrevistado procura minimizar o fato de ter um irmão como chefe do setor de colocação de mão de obra.

Aqui, já não é mais a sorte quem dá o tom. Aqui é a luta, o esforço, o empenho etc. Percebe-se uma mudança no discurso, quando se trata de explicar a razão de seu êxito, sob sua percepção. Os outros que não foram exitosos, não tiveram sorte; ele, precisara lutar. Nesse ponto, ele é igual aos outros. Os outros precisaram lutar e não contar com a sorte. A diferença está no fato de ele dispor das ferramentas, das armas necessárias para empreender a sua luta; os demais, ou a grande maioria, não dispõe. Isso é o que ele chama de falta de sorte. E segue ele:

[...] Fiz o concurso do Senai, os testes que eles fazem lá, e todos os níveis do curso, primeiro, segundo e terceiro grau. Para se ter ideia, tive que fazer um teste prático antes de todos eles, para ver se eu tinha realmente condição de fazer aquele, digamos assim, aquele grau, aquele nível de curso. Foi eletricidade básica, aí eu fazia, me saía bem e tal, concluía seis meses o semestre, aí partia para o segundo. 'Ah, mas e aí agora, como é que você vai fazer eletricidade industrial? Como é que vai ser isso aqui?'. Quer dizer, eles colocavam sempre obstáculos. 'Ah!, vamos ver'. Isso eu já estava concorrendo com os outros de uma forma bem mais, digamos assim... desumana até mesmo, não é? A coisa mesmo discriminatória mesmo, eu acho. Aí eu tinha que fazer, ele tinha que me dar uma tarefa do segundo grau, coisa que eu nunca tinha visto e executar aquela tarefa; ele me explicava, para dizer: 'Não, realmente ele tem condição de fazer'. Vamos lá fazer o segundo grau, tudo bem, me saía bem no segundo grau, aí vamos o terceiro, a mesma coisa, aí era o bicho papão que era a área de bobinagem de motores, a parte de máquinas elétricas e essa que realmente foi parada, porque o cara achava que eu jamais ia bobinar o motor.

Tem até uma história interessante, tem um episódiozinho aí. Quando nós estávamos no primeiro dia de aula, aquela coisa de apresentação do aluno, professor, aí ele virou para a turma e disse: 'rapaz, o motor que você bobinar aqui eu faço questão de comer assado'. Na frente da turma, [...] E eu digo: 'rapaz, olha', também eu tive na hora presença de espírito, 'tomara que você não tenha uma congestão'. Não deu outra, graças a Deus, eu consegui bobinar todos eles e, por incrível que pareça, a minha profissão aqui dentro é fundamentada na bobinagem de motores. Foi durante 20 anos na área de bobinagem de motores; bobinei todos os motores e se ele comesse todos os motores, eu acho que... não sei se ele suportava não [...]. (SANTA ROSA, J. B., informação verbal, 1998)

Observe-se que aí o fator sorte não mais faz parte do discurso, na medida em que a capacidade, a inteligência e a habilidade são chamadas à cena.

Trata-se de uma forma de tentar creditar apenas a esses fatores o seu êxito pessoal, o que, por conseguinte, dispensaria o fator sorte. Ou seja: mesmo que os outros fossem igualmente dotados de capacitação e habilidade, mesmo se dispusessem de inteligência, nada conseguiriam, uma vez que não tiveram sorte. Mas o entrevistado sabe que não é essa a verdade. Sabe ele que o nivelamento dos outros, que não tiveram sorte às condições que ele e outros poucos tiveram, certamente estariam prontos para uma concorrência *pari passu* consigo. Se a todos fossem dadas as mesmas oportunidades de capacitar-se e habilitar-se, de desenvolver sua inteligência, restaria o jogo das relações para fazer a diferença. Para evitar surpresas, é melhor iniciar a diferença pela base da formação.

Adiante, o entrevistado insiste na ideia de uma conquista eminentemente meritória.

[...] E para entrar na Petrobras também foi uma outra história, o estágio, a gente concluiu através do Senai, de dois meses e graças a Deus nós tivemos um desempenho bom, a própria empresa solicitou mais dois meses e acabou indo quatro meses. Na verdade, foram seis meses, aí eu parti para fazer o concurso, aí foi que a porca torceu realmente o rabo, porque é aquela história, pessoas com pequenas avarias queriam se aposentar por invalidez, então como é que uma pessoa com avaria total, que seria a visão, já ia entrar como profissional dentro da empresa? Mas o fato é que a gente lutou, lutou, fez o concurso, pediu pelo menos para fazer o concurso, se passasse tudo bem, se não... Mas graças a Deus a gente passou, e aí chegou a hora médica, que a hora médica realmente anularia todo esse esforço nosso, não é?

Mas a gente já foi na área médica com o desconto, sabendo que a gente tinha deficiência visual e apenas ia ser avaliado outras questões de saúde e graças a Deus nós conseguimos entrar e estamos aí até hoje [...]. (SANTA ROSA, J. B., informação verbal, 1998)

Depois de algum tempo na área de eletricidade e depois de ganhar fama como “o cego da Petrobras”, resolve sair da área de bobinagens para iniciar sua atuação na área de informática da empresa, onde atuava no momento que concedeu essa entrevista. Claro que houve um período de transição, que durou alguns anos e lhe custou algumas resistências. Há de reconhecer-se que são seus os méritos e são seus os pés que percorrem esse caminho. Já tem maturidade e habilidade profissional suficiente para

fazê-lo. Não mais depende das mediações que lhe proporcionem qualquer vantagem sobre quem quer que seja. Aqui, ele já construíra sua própria estrada.

[...] De um tempo para cá, depois de sair dessa área, eu resolvi entrar nessa área de informática, como reabilitação. Eu tive um problema de saúde e, por volta de 91 a 93, dois anos que eu passei afastado e, na minha volta, não dava mais para essa área de campo, porque eu trabalhava no campo em Catu [...], eu viajava para lá todos os dias, era uma barra; com essa ocorrência aí, eu tive que interromper esses dois anos e, na volta, eu não voltei mais para eletricidade. Então, eu optei para ser reabilitado na área de informática, que é uma coisa que eu também tinha uma certa inclinação, eu sempre gostei, mas me afastei devido ao tipo de atividade que eu fazia, que não tinha nada a ver com informática mas, comigo, eu sempre tive essa ideia de um dia me envolver com informática.

E aí estou. A empresa na verdade – isso aí eu tenho que dar esse depoimento, em qualquer lugar que eu estiver –, nesse momento então, ela foi muito solícita. Não encontrei grandes dificuldades. E comprei equipamentos [...] que facilitavam a interação com o computador, com o sintetizador de voz, o software para que você pudesse navegar nos aplicativos, nos programas, e não fechei ainda o pacote a nível de capacitação, porque a tendência é fechar para programador [...]. (SANTA ROSA, J. B., informação verbal, 1998)

Indagado sobre o fato de contar com um seu irmão à frente do setor de colocação de mão de obra do Senai, se não seria um facilitador de seu ingresso na empresa que melhor pagava e que lhe dava a melhor das oportunidades conferida aos cegos de sua época e mesmo de épocas posteriores, uma vez que todos os colegas da época assim pensavam, ele rebate dizendo que:

[...] Inclusive [...], já que se tocou nesse assunto, foi até um pouco oportuno. As pessoas imaginam que eu por que eu sou irmão de Manoel, ele é mais velho do que eu, se engajou no mercado de trabalho do que eu, e foi no mercado de trabalho qual foi não é? Que foi do Senai, de provação do deficiente visual no mercado de trabalho, que eu tenha sido protegido e isso, na verdade, não existe porque graças a Deus cada um tem a sua competência e não adiantava nada disso se eu não tivesse condições de chegar aonde eu cheguei. Você acha que a Petrobras ia me aceitar se eu fosse apenas coitadinho ceguinho para ficar aqui dentro, as escolas da vida ia me aprovar só porque eu era apenas um ceguinho que eu estava lá dentro, 'Coitadinho, vamos aprovar ele, não, não é?'

Nós sempre fomos muito independentes, graças a Deus, inclusive até discordamos às vezes de ponto de vista etc. etc., a nível profissional mesmo. Como irmão, não tem nada a ver, como família, não tem nada a ver, mas, profissionalmente [...], discutir, não é apenas porque ele acha que está certo e eu digo amém, mas não é porque ele acha, que eu acho, ele tem que achar? Não, a gente sempre foi muito independente e as pessoas sabem disso. E realmente, cara, eu derramei muito suor, certo? Muito suor para chegar até onde cheguei, e não derramei não, ainda estou derramando, viu? Estou derramando, você vai ver depois. A coisa não é fácil não [...], então, para chegar até onde chegou não foi a varinha de condão não, não foi a fada madrinha não [...]. (SANTA ROSA, J. B., informação verbal, 1998)

Aqui, ele volta a tentar mostrar que tudo o que conquistou foi por méritos próprios. Lógico que não se vai cometer a leviandade de negar-lhe os méritos da conquista. O que se discute é a questão dele apresentar como explicação para seus êxitos o esforço, o empenho, a dedicação, o suor; e para o fracasso dos outros, simplesmente a falta de sorte. Para ele, as mediações de ter tido as oportunidades que outros não tiveram não seriam também explicação. Seria apenas a falta de sorte que os golpeia. Para ele, não fora a fada madrinha, nem a varinha de condão. Mas para os outros fora a falta disso que ocasionara seu fracasso, seu alijamento do processo produtivo. Quem teve oportunidade de fazer cursos em São Paulo, dando-se ao luxo de abandoná-los em favor daquele que fazia no Senai? E Bosco Santa Rosa (informação verbal, 1998) prossegue:

[...] E aí voltei e terminei o curso do Senai, e aí sim deslanchei de onde veio todo esse suor que eu estou falando, todas essas barreiras que surgiram aí na frente. Então, o pessoal realmente sempre teve essa história, realmente acha que foi tudo fácil, que tudo a gente conseguiu caindo do céu na verdade, entendeu? Agora, as pessoas têm o direito de pensarem o que quiserem, elas são livres, agora, a minha consciência está, graças a Deus, muito tranquila, isso é que importa, não é? [...].

Ele, na verdade, conjugara a oportunidade surgida: a possibilidade de fazê-la propícia a si e a presença de um círculo de relações que lhe permitira ser o contemplado com as oportunidades surgidas. E ele explica:

[...] Até para fazer o vestibular de Eletrotécnica criaram problema, não queriam deixar eu fazer vestibular para essa área porque achavam que ia me frustrar, achavam que se eu passasse eu não ia ter condição de fazer o curso, ou então, mesmo que fizesse profissionalmente. Só que eles não sabiam que eu já trabalhava

na área e que eu tinha inclinação realmente para a coisa [...] desenho aqui na Bahia, por exemplo, desenho para cego, adaptado para cego, [...], eu que comecei a mexer com essa coisa por causa dessa área que eu entrei, porque essa área sem esquema, sem desenho, eu digo: 'não, nada feito' sem saber interpretar, então a gente teve que meter as caras mesmo aí nessa área de desenho, e... a gente conseguiu. Aí pronto, aí eu fiz vestibular, para Eletromecânica [...], teve uma prova que eu tirei uma nota boa, eu cheguei a tirar dez numa prova de desenho lá, que foi aquela coisa de virar, de geometria, você dividir circunferência em nove partes, sete partes essas coisas e graças a Deus a gente conseguiu tirar dez, essa prova até a escola aprendeu, [...], mas você pensa que era fácil eu chegar lá assim? Não. Eu tinha que... não tinha negócio de sábado e domingo para mim, eu tinha que estudar mesmo, tinha que treinar. Minha cegueira como foi congênita, então eu não tinha noção nenhuma de traçado de risco, então tinha que ser injetado aquilo naquele período. Então, imagina-se o esforço que foi; não foi uma coisa assim caindo do céu não [...]. (SANTA ROSA, J. B., informação verbal, 1998)

Bosco Santa Rosa (informação verbal, 1998) conclui reflexivo e, outra vez, creditando a si, com justiça, salientando-se a vitoriosa trajetória profissional.

[...] Sim, não, não, não. Aí me admitiram, aí eu fiquei voltado para a área de bobinagem de motores, já disse aí antes na gravação, comecei minha vida aí profissional como bobinador e aí pronto, começar a abrir os motores, e às vezes só queria me dar motores pequenos, pequenininhos, aquilo foi indo, foi indo me irritando porque como eu disse eu não gosto dessa coisa repetitiva, aí eu disse: 'eu quero motores de respeito, motores maiores, motores mais complicados'. Aí eles me davam um mais complicadinho para fazer o teste, a coisa dava certo e eu saí bobinando motores de 150, 200 cavalos numa boa, mas é por isso que eu chamo de peregrinação, não foi fácil não, você se fazer respeitar dentro da área, porque uma coisa é quando você está lá fora, [...], outra coisa é quando você começa a colocar ombro a ombro com outros companheiros, competir mesmo aqui dentro, trabalhar com eles, então, aí começava até muitas vezes criar até dificuldade, aquela coisa da discriminação, 'pô, aquele cara, deficiente visual é cego, quer saber fazer isso, tá vendo que não pode?' Então se eu me calo, se eu me encolho, realmente não podia, não tinha chegado onde eu cheguei, mas como eu não me calei... e não pense que, ao longo desse tempo, nessa caminhada, não se criem algumas vezes inimizades, pessoas que antipatizam por isso. Não, cria sim. Porque... você sabe que quando você reivindica demais, incomoda, e se incomoda, as pessoas se aborrecem, mas só que isso, para mim, era só um obstáculo que eu tirava do meu caminho e ia continuar a caminhada [...].

É fato que João Bosco desenvolveu a sua vida profissional de modo a obter fama e prestígio junto aos colegas, chefes e até mesmo junto ao público em geral que ouvia falar dele, sem que nunca o tivesse conhecido. No entanto, insistir na ideia que desenvolveu e sustentou por toda a sua vida, que dava conta de que ele, ao ingressar no curso de eletricidade do Senai, ao ingressar na competitiva indústria petrolífera, na sua área de formação, o fez apenas como fruto de seu esforço, sem o concurso de elementos “facilitadores”, não subsiste a uma análise mais profunda que venha a ser realizada no processo de inserção do cego no mercado de trabalho, no período que medeia o começo e o fim do *boom* do processo de industrialização baiano.

João Eudes Alves Ferreira: “Quem quiser ficar sem lutar, vai ficar em casa, sem fazer nada. Mas também não vai ter mérito, porque ficou em casa sem fazer nada. Só erra ou acerta quem tenta fazer alguma coisa”

299

[...] Meu nome é João Eudes Alves Ferreira, eu sou do município de Mairi, de um lugar chamado Angico e eu vim para o Instituto de Cegos já com 14 anos incompleto, sou cego de nascença, minha infância foi muito boa, porque eu tive uma infância normal, brincando com o pessoal do interior, minha infância no interior é muito boa, meus pais quando perceberam que podia fazer alguma coisa eles botavam para fazer, ou seja, não me deram tudo na mão, me botavam para fazer.

Meu pai tinha casa de farinha, o que ele via que dava para fazer, peneirar massa, essas coisas, eu estava lá; padaria, alguma coisa assim de amassar, aquela massa de fazer o pão ou puxar cilindro para fazer a massa do biscoito, então foi uma experiência boa para mim.

Aí quando cheguei no Instituto de Cegos, foi normal. Eu já fui me alfabetizando e depois fiz o primário no Marquês; comecei fazer o sistema de seriado no Iceia, mas preferi fazer supletivo. Aí fiz o supletivo de 1º e 2º graus. Na época em que eu estudava, comecei a trabalhar também paralelamente e estava sem condições de trabalhar e estudar, aí tive que optar parar o estudo por uns oito anos ou mais, e depois voltei a estudar e terminei o 1º e 2º graus.

Mas trabalhei na indústria, trabalhei na Brastemp, que é com montagem de ar condicionado. Ela funcionava no C.I.A. Depois, saí da Brastemp e fui para Bosch, trabalhava com vela de ignição, com linha de montagem também.

Depois fui para a Kodak, trabalhar com revelação de filmes na câmara escura. É um trabalho que emenda um filme no outro para depois ser colocado no processo para o filme ser revelado. Esse tipo de trabalho ficou inviável, eu tive que sair da Kodak por isso, porque com as novas técnicas, vieram as novas máquinas e esse tipo de trabalho ficou inviável.

Na realidade, as máquinas agora são máquinas que trabalham com filmes soft, notas de alguns minutos, depois colocam outro filme e assim vai, e ele aproveita, trabalham três pessoas, o que na época eram 20 que faziam. Então, para que se tenha uma ideia de como funcionava a coisa no laboratório, para entregar filme em 24 horas, trabalhavam 20 pessoas; hoje, para entregar filme em uma hora, trabalham três pessoas, já era um emprego a menos para o cego nessa época.

E depois, eu saí da Kodak, fui trabalhar, tentei vendas, tentei trabalhar na oficina de um amigo meu de [...] fiquei um pouco com ele, depois fui para a área de... fiz um curso de massagem que é massoterapia e nessa área eu me identifiquei mais do que nas outras, e aí estou exercendo essa função de massoterapia já há cinco anos que eu fiz o curso, há seis anos que eu fiz o curso, entrei para o Estado e comecei a trabalhar nessa área, trabalhei um pouco no Ebal também, numa parte de embalagem e passei, fiquei na parte de embalagem do Ebal, depois passei uma transferência para esse setor que hoje é no setor de saúde da justiça e por enquanto eu estou por lá. Então aí está um perfil da minha vida traçadas em linhas gerais [...]. (FERREIRA, informação verbal, 1998)

Indagado como chegara a saber da existência do instituto e como chegara até ele, João Eudes Alves Ferreira (informação verbal, 1998) responde:

[...] Eu soube do instituto através de um senhor que mora aqui em Salvador, senhor Dionísio Souza, e ele sabendo... que ele é amigo de meus pais há muitos anos, ele já morou no interior, sabendo da minha condição, soube do Instituto de Cegos e escreveu para mim falando que existia um Instituto de Cegos que o aluno ia aprender a ler, escrever, falando das coisas que tinha no instituto, o que era jogo de bola, o que era música, além dessas coisas todas e incentivando. Me lembro bem que, na carta, ele pedia para ler para mim e dizendo que eu ia poder andar pelo Brasil todo, então, para mim, naquela época, eu sabia que o cego não podia andar sozinho, era um negócio incrível. Para mim, chamou muita atenção, eu tive vontade realmente de vir para o Instituto de Cegos [...].

Ao ser perguntado sobre o seu ingresso no mercado de trabalho, que se dera por volta dos anos 1970, assim discorre o entrevistado:

[...] Meu ingresso no mercado de trabalho, naquela época, como todo cego que começava a trabalhar, tinha que entrar através do Senai, quando o Senai tinha um trabalho que era de emprego às pessoas da indústria, adaptação das pessoas na indústria e no comércio em geral. As pessoas que trabalhavam no Senai era M. D. S. R. e S. D., depois ficou M.D. S. R. só. Então M., ele entrava em contato com as indústrias e percebia onde tinha emprego, onde dava para empregar os cegos e aí ele fazia a seleção daqueles que iam trabalhar, então havia uma seleção.

O pessoal ia para o Senai, e lá M. fazia entrevista com eles e de acordo com a habilidade de cada um, M. percebia e, de acordo com o emprego que fosse surgindo, ele colocava essas pessoas no mercado de trabalho.

Foi uma época assim que eu acho, que nos anos 70, se fez muita coisa porque se empregava, me parece que a média era de 15 cegos por ano ou mais, então na... eu entrei pela Brastemp foi até por um intermédio até desse setor M., a Brastemp ela... de início, as firmas sempre recusavam, não queriam, achavam que o cego não tinha condições de trabalhar. Como M. era cego, então ele é que ia para esse setor tentar convencer às pessoas e às vezes até fazer determinadas operações para as pessoas perceberem que o cego sabe fazer aquilo, poderia fazer. Chegava no local, eles deixavam ser testado. Como é que faz isso aqui? Aperta um parafuso aqui, outro ali, como é que monta essa peça? Então M. aprendia como montar a peça e aí mostrava que o cego podia trabalhar, se ele é cego podendo fazer, aí automaticamente ele abria cancha para a indústria entregar, então foi assim que eu entrei na Brastemp.

Eles não queriam, mas, depois que eu entrei, eles perceberam que o cego tinha condições de trabalhar. Chegou a trabalhar cinco. Na indústria, quem chegou a empregar o maior número de cegos no C.I.A foi a Brastemp. Justamente porque eles perceberam que havia condições; chegou a ter cinco cegos trabalhando, inclusive eles perceberam uma coisa, que quando tinha um rapaz que não tinha um comportamento bom, eles botaram para fora e colocaram outra pessoa no lugar. Quer dizer que normalmente a indústria, ela fazia o emprego. Quando um cego trabalhava, que ele não saía bem, eles botavam para fora e achavam que outro cego não teria condição porque já que aquele cego não deu certo, outro ele não queria e a Brastemp, inclusive, conseguiu perceber até isso de não discriminar: um cego saiu, outro entrava porque já que eles perceberam que tinha outros que trabalhavam e que cada pessoa era um universo, é uma individualidade, aliás tinha muito essa coisa na indústria em geral, esse cego não pode trabalhar, então outro também não vai [...]. (FERREIRA, informação verbal, 1998)

Afirma-se, sem medo de estar equivocado, que é essa a percepção das pessoas de um modo geral, independentemente do grau de instrução ou de inserção socioeconômica. Seria conveniente relatar um episódio que, ao mesmo tempo hilariante e quase anedótico, é também revelador dessa concepção social acerca do cego. Ele ocorreu em Feira de Santana. Eram cinco os cegos que estavam juntos numa loja, todos muito diferentes fisicamente uns dos outros. Entram ali para que a única mulher do grupo pudesse comprar umas fitas para a sua máquina de escrever. Enquanto os outros esperavam, uma senhora apareceu e perguntou:

'Vem cá, vocês todos são irmãos?'

Um deles, com um arzinho muito sério, disse:

'Somos sim, dona, saímos todos da mesma barriga'.⁴ (FERREIRA, informação verbal, 1998)

302

Então, é esse o conceito que as pessoas têm: o de que todos os cegos são irmãos, são iguais, são parentes, pensam do mesmo jeito, praticam as mesmas coisas, são, enfim, conhecidos uns dos outros.

Na verdade, acaba passando isso para a área do comportamento. Quer dizer, se um se comporta mal, se é agressivo, o outro também é, um terceiro também é, mas se sabe que o inverso não ocorre. Se um é educado, o outro não é. Daí fazer-se necessário indagar ao entrevistado como era na Brastemp, a relação entre os empregados normovisuais e os empregados cegos. Ao que responde:

[...] A relação é normal, muito boa, porque eles conseguiram perceber que não teria problema nenhum. A gente brincava normalmente, a gente saía juntos, então o pessoal tratava a gente normal, fora a barreira que a gente conseguiu tirar. Eu que entrei primeiro... Porque tem uma coisa que ocorre com as pessoas, que a pessoa ia me ensinar, eles achavam que eu não podia fazer determinada operação. 'Não se pode fazer isso porque você não vai acertar, que é difícil'. Então, se eu dissesse: 'Não, você vai me ensinar, porque não vai ser difícil'. E eu ficava por ali e tudo bem. 'Então, deixe eu ver como é que você faz isso aí'. O cara me

||||||

4 Este episódio se deu no início dos anos 1980, quando este autor estava em Feira de Santana, em companhia de Audaí – que fora comprar fita para a sua máquina de escrever –, com mais outros três cegos, além de um seu irmão que enxergava.

mostrava como é que fazia e tal e 'Então, deixe eu pegar para ver como é que faz para fazer isso aí'.

[...] Com paciência, um dia, não precisava ser no mesmo dia, ficava até conversando, e então, quando a pessoa ganhava confiança na gente, aí eu dizia 'deixe-me ver como é que faz isso aí, como é que monta essa peça'. Começou a me mostrar, depois, quando ele via que eu sabia montar, ele mesmo, depois, começava a me chamar para ajudá-lo. Porque, na realidade, tem aquela coisa: o ser humano também precisa; pois, às vezes, não está com muita disposição e precisa de uma pessoa para ajudar. É cada uma pessoa numa operação; mas às vezes fica muito cheia aquela operação e já que eu estou na outra operação na frente e está faltando aquele aparelho ir para minha mão, porque está faltando uma operação, então eu vou para lá ajudar. E então, com isso, as pessoas começaram perceber e começaram a ensinar. Então, daqui a pouco, eu já sabia trabalhar em todas as operações da montagem do ar condicionado. Porque a montagem do ar condicionado era dividida em várias operações. Me lembro que era dividida em cinco ou seis, então eu participava em todas as operações, porque eu ia fazendo assim com todas as pessoas, não pode, tá tudo bem. Quando aquele era muito irredutível e aparecia outra pessoa que ia trabalhar naquela operação, que era mais flexível, então com aquela eu conseguiria. Então a pessoa que tem a deficiência visual... M. diz uma coisa: 'é mais fácil preparar o cego para a sociedade do que preparar a sociedade para o cego'.

[...] Então o cego tem que se preparar para isso. Ele é que tem que ter jogo de cintura, porque ele é minoria. Então, ele vai ser mais exigido, então ele tem que ter essa percepção e dizer: 'agora eu posso, agora eu não posso'. Esse é muito irredutível, procurar uma pessoa mais flexível; é por aí. A conversa não pode ser de outra forma, porque aí é que está rompendo barreiras. Os outros não, os outros já romperam, os outros não têm barreiras, porque os outros não têm essa percepção das barreiras. Então, uma coisa eu concordo com eles: é justamente isso, é que o cego, ele tem que ser preparado para enfrentar todas estas barreiras e ter jogo de cintura para ir, aos poucos, cercando... cercando como o pessoal fala no futebol até conseguir o objetivo dele [...]. (FERREIRA, informação verbal, 1998)

E João Eudes assegura que, na Brastemp, tinha uma relação tranquila e normal, apesar de, em alguns momentos, às vezes, aquela relação parecer uma atitude de superproteção e, às vezes, ela parecer uma atitude de repulsa. Então, ele é indagado sobre o modo como se dava a competição entre eles. A questão faz sentido, uma vez que entre colegas existe uma relação de competição interna, no tocante a uma disputa para que se estabeleça

quem teria o melhor desempenho, na medida em que um representaria perigo iminente à manutenção do outro na função em questão. No caso do trabalhador cego, essa disputa poderia se dar no campo da habilidade, mobilidade, versatilidade, da capacidade de aprender e de compreender esta ou aquela nova operação ou etapa da produção. Claro está que o trabalhador normovisual, em princípio, parte do pressuposto que sairá vitorioso em uma tal disputa. É o princípio da visão que supera a todos os demais sentidos.

Eudes Alves Ferreira (informação verbal, 1998) parece ter entendido a questão por esse ângulo e respondeu:

[...] Olha, a competição é aquela coisa normal do ser humano, pois o ser humano, quando ele sente que alguém está trabalhando no setor dele, ele se sente ameaçado como se estivesse alguém tomando seu lugar. Tem pessoas que tem este tipo de comportamento.

304

[...] Eu trabalhei com muita gente onde tinha pessoas que possuíam este tipo de comportamento, mas eu nunca me preocupei com isso [...].

E parece ser sabido que, em alguns setores da vida em geral e do trabalho em particular, realmente existe uma espécie de ciúme para com o colega que tem um melhor desempenho. A isso, J. E retruca:

[...] Eu nunca me preocupei com isso porque eu sempre ensinei quem queria saber. Eu ensinava, então eu não me preocupava com competições. Tem essas pessoas que tem isso do próprio ser humano, tem aquela coisa de brincadeira, ver quem trabalha mais rápido, essas coisas, às vezes chegavam pessoas novas que não conhecia a gente, a coisa do preconceito e achavam que não sabíamos trabalhar e queria ensinar até uma operação que eu já sabia. O cara chegava lá e dizia para esperar que ele já ia ensinar e queria me ensinar. E sabendo que eu já estava ali há um tempo, achava que eu não sabia aquela operação. E uma outra coisa: achar que podia trabalhar mais ligeiro do que eu, porque ele via que eu era cego e, de vez em quando, a gente brincava. Teve até uma vez que a gente fez uma brincadeira assim – que eu nunca gostei de apostar –, mas um amigo meu... Um cara disse que trabalhava mais rápido do que eu numa operação lá. Aí o amigo meu disse: ‘Não trabalha’. Aí ele disse: ‘Eu aposto’. E eu disse: ‘Não quero apostar com você que eu trabalho mais rápido do que você realmente, tá? então vamos apostar um tíquete de refrigerante’.

[...] E, então, eu comecei. E realmente: enquanto ele fez na operação – era um trabalho que fazia lá no ar condicionado, no aparelho – e eu terminava em um e partia para outro e enquanto ele estava em um, eu já tinha feito dois. E a raça começou a fazer gozação com ele [...]. (FERREIRA, informação verbal, 1998)

Convém lembrar de passagem que tais fatos se dão nos anos 1970, aqueles anos em que se, de um lado, abriam-se os caminhos para o aproveitamento da mão de obra da pessoa com cegueira – o cego industrialista estava apenas dando seus primeiros passos –, de outro lado, o país, sob o ponto de vista político, mergulhava na sua mais densa, longa e fria noite. João Eudes chega a mencionar isso, na medida em que lembra a dificuldade que era para se fazer alguma reivindicação, por mínima que fosse.

[...] Os anos 70 foi toda uma indústria para mim, estudando e trabalhando na indústria, era um ano que não se podia discutir política, era [muito] difícil, não podia falar em política partidária, porque sempre tinha alguma pessoa por ali, ligada ao governo, o pessoal falava muito em agente secreto, naquela época. Então, quando se estava discutindo um termo político, tinha que estar falando baixinho com uma pessoa e quem se confiava. Quando se reclamava qualquer coisa que não se gostava, de determinado tipo de comida que tinha na firma, por exemplo. Se alguém não gostasse e tentasse fazer um movimento, esse alguém era tido como agitador. Então quando se reclamava de algum comportamento do chefe, já era chamado de agitador, então era um ano muito difícil, era um ano sem iniciativa política, a coisa do medo era muito grande.

[...] Mas aí depois, saí da Brastemp, fui para Bosch. Na Bosch, trabalhei na área de operações também, com velas de ignição. Houve também as mesmas coisas que houve na Brastemp, mas a gente superou também e tinha um contato normal com a turma; brincava normalmente. Então, essa barreira a gente conseguiu vencer [...]. (FERREIRA, informação verbal, 1998)

Logicamente, ele encontrou dificuldades em conciliar escola e trabalho, já que sempre teve que trabalhar para garantir a sobrevivência. Eudes Alves Ferreira (informação verbal, 1998) foi indagado se, em algum momento, chegou a desejar fazer um curso de nível superior, se chegou a tentar fazer, ao que ele responde:

[...] Neste ano não. Tentei depois, porque, nesta época, era impossível realmente para mim estudar, porque, uns anos que eu morava em pensão, trabalhava distante

e realmente eu não tinha condição de estudar mesmo. Mas, naquela época, não se falava muito em estudar, era voltado tudo para o trabalho e pouco cego conseguia trabalhar e estudar, muito difícil. Eu não conheço ninguém que conseguiu estudar e trabalhar, a não ser no emprego como o de M., que era no Senai e B., que foi na Petrobras. O resto não tem mais ninguém que eu conheça, que conseguiu trabalhar e estudar. Os outros conseguiram fazer curso superior porque só estudaram [...].

Aparece aqui uma afirmação que, ao que parece, confirma o que se tem dito no que tange à preparação do cego para atuar em setores e áreas onde não seja exigida mais do que a capacidade de aprender uma operação e a habilidade de manusear um ou outro instrumento para a consecução desta ou daquela operação produtiva. A ideia era e ainda é a de que os patamares mais elevados da cultura, do pensamento lógico e filosófico, não podem ser acessíveis aos cegos, já que continuam, em sua grande maioria, analfabetos e sem quaisquer perspectivas pessoais, sem quaisquer pretensões coletivas, com uma apatia social que chega às raias da estagnação total, embora pareça o contrário, haja vista as propagandas de realizações de cursos e assim por diante. Mas, quando eles se realizam de fato, têm sempre este caráter de preparar uma mão de obra subserviente, maquinal, sem ideias, sem iniciativas próprias, sem pretensões maiores. Se algum escapa desse círculo vicioso, escapa por sua própria iniciativa, por sua própria índole, por sua própria indomabilidade de temperamento.

Apenas a título de exemplo, note-se o que diz Patrícia A. de Amorim, então com 20 anos, quando indagada sobre suas perspectivas, seus projetos, suas pretensões pessoais para o futuro.

[...] Patricinha vai quebrar a cara até entrar na faculdade, seja quantas vezes for, é... e aí eu pretendo fazer a Pedagogia, eu não nego, é um sonho de criança, a psicologia para trabalhar no instituto, que é um sonho meu. Mas isso aí são só sonhos. Eu pretendo fazer um curso universitário, seja Pedagogia, Psicologia ou Jornalismo. Eu sei que, no fim da minha vida, eu serei psicóloga ou jornalista. Nem que eu chegue aos 60 anos dizendo isto!

[...] Psicologia, porque eu tenho vontade de trabalhar essas crianças que, às vezes, elas não são compreendidas. Porque hoje a gente compreende elas porque a gente passou por isso. Mas não diga que o psicólogo vidente tem a mesma maneira de ver que eu ou que você ou que qualquer outro cego tenha a respeito do deficiente,

da instituição e de outras coisas, mas que é melhor não citar. Então... e o jornalismo é sonho de criança, uma vocação minha mesmo, sabe, eu sou muito curiosa, eu tenho certeza que eu vou batalhar muito, vai ser difícil eu conseguir. Mas eu aprendi com uma pessoa amiga, que antes chorar por não ter conseguido, do que por não ter tentado. Eu posso não chegar lá, mas tentar eu vou até o final da minha vida. (AMORIM, informação verbal, 1998)

Ou seja, ainda aos 20 anos, Patrícia Amorim tem alguma consciência das dificuldades, das barreiras, das caras viradas que vai encontrar na sua trajetória rumo aos seus objetivos. No entanto, não se dá por vencida antes de perder a última batalha. Ela é uma das poucas exceções à regra geral de letargia mental que predomina no mundo dos cegos. Por culpa deles? Também. Mas não só. Trata-se de uma ação coletiva, trata-se de viver sob uma mentalidade coletiva que, apesar de apresentar vernizes de mudança e de flexibilidade em suas sarcófagas formas de ver, pensar e agir com as pessoas cegas, esconde sob as capas coloridas que lhe decora e cobre o corpo uma pútrida e sempre ativa ação no sentido de manter as coisas da forma que são e as pessoas nas condições em que estão, para que não tenham que rever nenhum de seus pressupostos marginalizantes, por meio dos quais mantêm suas políticas educacionais, assistenciais, de emprego e renda, de cuja propaganda sustenta o Estado e sua cúpula social dirigente.

Devolve-se a Eudes Alves Ferreira (informação verbal, 1998) a palavra, para que ele prossiga em sua observação do modo que estavam agindo os cegos de sua época de industriário, no que tange à necessidade de trabalhar e à perspectiva de estudar:

[...] Então, eu não conheço nenhum caso de um cego que trabalhasse e estudasse ao mesmo tempo, porque os trabalhos eram muito distantes, a dificuldade grande, também até de apoio de professores. Tinha muito professor, mas na hora que a gente ia estudar, era uma coisa mais complicada. A indústria pedia extra: na BOSCH era de turno. Teve uma vez que eu fiz um mês de extra, no dia que eu apareci no colégio, foi um dia de prova, então não tinha condição. O cara falava assim para a gente: 'Ou você trabalha ou você estuda. Se você quiser estudar, largue o emprego'.

[...] Quem é que podia largar emprego? E era assim que o chefe dizia para a gente e se a gente reclamasse, tivesse uma extra e nós não quiséssemos fazer, era taxado de agitador [...].

A referida inviabilidade se explica porque, principalmente na universidade, o cego tem que produzir, quase sempre sozinho ou com ajuda de colegas, todo seu material de estudos e de pesquisa. Aliado a isso, às vezes – para não dizer sempre –, o indivíduo já deu um duro desmedido na indústria, no comércio ou no serviço, durante o dia e durante a noite. E o cansaço do cego é ainda maior por conta de sua necessidade de envidar mais o esforço para poder acompanhar o curso. É fisicamente inviável.

[...] É, eu acho muito difícil por isso. Quando eu saí da Brastemp, da Bosch, fui para a Kodak. Já na Kodak, me daria condição para estudar, então, na Kodak, já tem um ponto mais de relaxamento meu, eu não procurei estudar na Kodak, aliás assim mesmo eu fiz o 1º e 2º grau supletivo quanto tirei eu estava trabalhando na Kodak. Então, como na Kodak dava condições de estudar, levava material para lá, estudava lá, quando eu fiz o curso e 1º grau, eu gravava as fitas e lá eu passava para o braille, então muita coisa eu fiz quando eu estava na Kodak, aí deu para estudar mais a nível de supletivo. Depois, quando foi agora no início de novembro, eu fiz um cursinho pré-vestibular, entrei no vestibular, mas não deu, então não tentei mais, eu fiz um curso de massoterapia e estou trabalhando na área e alguns cursos que aparece, de vez em quando eu faço. Como apareceu um curso de radialista, eu fiz também esse curso e terminei o curso que estava dando condições mesmo de fazer eu aproveitei e fiz, e é um curso que está guardado para uma oportunidade [...]. (FERREIRA, informação verbal, 1998)

João Eudes agora é instigado, no sentido de emitir sua opinião sobre como ele acha que é o relacionamento social dos cegos entre si. Ele assim se expressa:

[...] Eu acho uma relação muito distante, o cego na Bahia, ele... eu acho assim, tem uma turma que está mais assim no... Já acostumou com isso que está vivenciando aí, parou, porque tem muita gente que está parado, não está fazendo nada, não está trabalhando, com essa aposentadoria que o governo abriu agora, o pessoal se pegou nessa aposentadoria, mais ninguém está fazendo nada. É como se dissesse 'fica aí parado para receber esse dinheiro' e o pessoal está aceitando numa boa e ninguém faz nada, ninguém está estudando muito. São poucos, tem alguns que estão estudando realmente, mas a maioria está aí parada no tempo. A impressão que eu tenho é essa. E não tem nada de trabalho, nada de criativo. Tem algumas pessoas que estão ligadas em área de arte, música. Temos um grupo de dez, nessa faixa que estão tentando nessa área de música alguma coisa, o resto está nisso aí. Eles vêm para a associação à tarde se

encontrar, ponto de encontro e a gente fica sem saber como incentivar; o que é que poderia incentivar para fazer com que essa turma faça alguma coisa [...]. (FERREIRA, informação verbal, 1998)

Eudes finaliza a sua entrevista, afirmando a respeito dos cegos, que eles precisam correr atrás, que precisam deixar de esperar que façam alguma coisa por eles e eles mesmos passem a fazer alguma coisa por si.

E arremata:

[...] Agora ele sabe que pode ir, agora vai ter que correr atrás, tem que ir à luta, tem que enfrentar tudo isso que está aí, para poder levar a coisa em frente. Para poder realmente alcançar o objetivo dele. Nada se consegue sem luta, quem quiser ficar sem lutar vai ficar em casa, sem fazer nada. Mas também não vai ter mérito, porque ficou em casa sem fazer nada. Só erra ou acerta, quem tenta fazer alguma coisa, então, é isso que eu quero deixar para você [...]. (FERREIRA, informação verbal, 1998)

309

Manoel Dias Santa Rosa (1948-2013): “[...] Eu não acho ninguém superior a mim e nem inferior. Eu vejo que todos nós somos iguais”

[...] Meu nome é Manoel Dias Santa Rosa, nasci no dia 21/12/1948 em Boquim Sergipe. Hoje sou viúvo, tenho dois filhos, um com 10 anos e outro com 13 [...].

(SANTA ROSA, M. D., informação verbal, 1997-1998)

Assim começa a narrativa de Manoel Santa Rosa, ao se dispor a receber este entrevistador em sua sala no Senalba, localizado no bairro da Saúde, em Salvador, para falar sobre a sua vida pessoal e profissional enquanto pessoa cega. Vale salientar de passagem que os dois interlocutores não se encontravam há mais de 18 anos. Desde dezembro de 1979, quando Santa Rosa o encaminhara para se apresentar na Fagipe – que seria a sua segunda oportunidade de trabalho industrial. Somente naquele dezembro de 1997, este autor e Manoel Santa Rosa voltaram a estar frente a frente na mesma sala, estando o primeiro na condição de entrevistador, que estava

ali com o objetivo de ouvir a narrativa de sua trajetória, que viria a ser analisada em pesquisa de mestrado.

Pelo transcurso da conversa entre ambos e por demonstrar uma certa surpresa ao ser informado pelo entrevistador que também fizera parte do contingente de cegos que foram colocados como mão de obra naquele período em que atuara como responsável pelo setor, este que agora escreve estas linhas arrisca o palpite de que o seu interlocutor sequer lembrava de já ter estado com ele, haja vista que outros tantos cegos foram encaminhados pelo entrevistado para as atividades laborais intermediadas pelo setor de colocação de mão de obra, que funcionara no Senai, sediado ainda nos Dendezeiros.

Feitas essas necessárias observações, devolva-se lhe a palavra, a fim de ele mesmo conduzir a sua narrativa.

[...] Cheguei em Salvador com oito anos de idade, para o Instituto de Cegos da Bahia. Lá estudei, fiz o meu primário, parte no Instituto de Cegos, parte na escola Marquês de Abrantes. Depois fui para o Instituto de Educação Saías Alves, onde fiz o meu ginásio, na época. Na época, era a lei de diretrizes e bases, então era o ginásio. Logo após o ginásio, eu fiz o primeiro ano pedagógico... não, eu fiz o primeiro clássico, no Anísio... no Colégio Central da Bahia. Depois parei e fui fazer o primeiro pedagógico técnico, no Anísio Melhor. Sentindo a dificuldade do colégio, então parei de estudar. Logo em seguida, fiz o curso de Administração nível médio, no Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, na Madragoa; concluí o curso de Administração. E fiz vestibular para Direito, passei na Faculdade Católica da Bahia... Universidade Católica de Salvador. Fiz o curso [...] fiz matérias até o quinto semestre; terceiro, quarto, quinto, sexto semestre, fiz até matérias. Isso, na minha vida escolar [...]. (SANTA ROSA, M. D., informação verbal, 1997-1998)

Já deve o leitor ter percebido que o processo de escolarização de grande parte das pessoas cegas tem mais ou menos o perfil traçado por Manoel. É certo que se pode observar algumas diferenças aqui e ali e que grande parte de tais diferenças, em grande medida, é devido mais às especificidades individuais do que às condições estruturais que sustentam as trajetórias coletivas. Definidas as bases de sua escolarização, inicia-se o processo de sua formação profissional. Manoel Santa Rosa (informação verbal, 1997-1998) prossegue a sua narrativa:

[...] Na vida profissional, entrei no Senai em 1964, em primeiro de abril de 1964. Fiz um período de estágio na escola gráfica do Senai. Logo depois, fui colocado no serviço de colocação de mão de obra... de aproveitamento de mão de obra dos portadores de deficiência visual, os cegos. E lá toquei meu barco durante 22 anos nesse serviço.

[...] Trabalhei no Senai, fiz vários cursos profissionalizantes, participei de inúmeros congressos promovidos pela Associação Brasileira para Educação dos Deficientes Visuais, Congresso Interamericano, São Paulo; é... depois fiz alguns cursos de relações humanas...

E por conta da minha vida profissional, eu tive assim muitas dificuldades. Primeiro porque há de se considerar a discriminação social do... para com os deficientes visuais. Então, eu fui realmente [...] senti na pele essa discriminação, mas isso, para mim, servia como um incentivo, como estímulo maior para que eu pudesse mostrar a pessoas que tentavam me discriminar, que tudo isso nada mais era do que somente uma discriminação, não eram obstáculos. Eram obstáculos altamente transponíveis. Eu sempre procurei superá-los, dentro do possível.

O entrevistador faz uma interrupção para indagar como é que funcionava, como é que se fazia, como é que se sentia essa discriminação.

[...] Todos os investimentos profissionais que a gente queria fazer existiam dificuldades por parte de pessoas; não pelas... pelas atividades que eu queria fazer, exercer, mas as pessoas sempre colocavam – algumas pessoas, claro, não é – colocavam obstáculos: que o cego não pode fazer, que o cego tem dificuldade... mas isso, pra mim, não tinha problema.

E maior dificuldade ainda é quando eu fazia – porque eu trabalhava na parte de colocação e treinamento de deficientes visuais no emprego – então, quando eu chegava na empresa para colocar um companheiro deficiente visual, os encarregados de área: ‘Ah, mas o cego não pode fazer isso’ e nós sempre colocamos as pessoas que colocamos e sempre elas desenvolveram. Aqueles que não desenvolviam, ou porque não tinham coordenação motora nenhuma ou porque não se adaptavam. Como ser humano não é obrigado a saber tudo, nem a fazer tudo, e não se adaptavam às atividades, aí... mas sempre que nós investimos nessa... no aspecto profissional, sempre dava certo e até hoje vem dando certo.

E colocamos muitos cegos nas empresas da Bahia. Colocamos inclusive no interior: Juazeiro, colocamos em Serrinha, Feira de Santana, Cruz das Almas, nós tivemos uma abrangência boa do nosso mercado de trabalho. Não digo boa em termos

de aceitação, mas digo boa pelo que nós colocamos e que ficaram trabalhando, são profissionais até hoje, competentes. São pessoas que se... se deram por conta de que devem ser profissionais [...]. (SANTA ROSA, M. D., informação verbal, 1998)

Manoel segue em sua narrativa, mostrando as diversas atividades de implementação que promoveu, indicando ter tido uma atuação bastante dinâmica no processo de expansão da ideia de inserir a pessoa cega no mercado de trabalho e apontando para uma espécie de propiciação de meios para que a pessoa cega empreendesse a sua busca por autodeterminação social, a partir do alcance de sua independência econômica e autonomia de seus movimentos.

[...] E implantei também o serviço de colocação de cegos na Paraíba, lá no Senai de João Pessoa, fiz várias palestras no Brasil inteiro sobre colocação e sobre reabilitação profissional... Enfim, eu tenho... a minha vida foi calcada, no início dela, muito nessa área de reabilitação profissional. Fui supervisor técnico da parte das oficinas pedagógicas da Secretaria de Educação aqui de Salvador, eu supervisionei a oficina do Instituto de Cegos, supervisionei a oficina na Vítor Soares... tinha até uma escola lá que eu não me lembro o nome da oficina... mas foram quatro ou cinco oficinas que eu supervisionei. Por questões políticas, eu acabei me afastando dessa atividade [...]. (SANTA ROSA, M. D., informação verbal, 1998)

Indagado pelo entrevistador se “as questões políticas” que o fizera deixar o serviço teriam sido políticas internas dos órgãos responsáveis pelo processo de habilitação e/ou reabilitação ligados ao Estado, Manoel Santa Rosa (informação verbal, 1997-1998) responde:

[...] É... por conta dessa própria discriminação e por falta de prestígio político, eles colocaram uma pessoa lá na Secretaria de Educação pra assumir essa supervisão, essa pessoa não entendia nada e queria sempre estar no auge, no ápice, não é? Eu achava que essa pessoa estava prejudicando o trabalho. Então, eu tive que sair. Pra que não sofresse solução de continuidade, eu então saí, deixei, tanto que hoje praticamente já não existem mais oficinas. Existe a toque de caixa. Na realidade, o nosso era bem diferente... Mas ainda existe lá, precariamente... Não quer dizer que tenha sido a minha saída que tenha parado, mas realmente houve um prejuízo grande, porque o trabalho que nós fazíamos era um trabalho em cima de uma realidade bastante voltada para os limites dos deficientes visuais. E as oficinas outras, elas tinham também com deficientes mentais e... D.A.,

D.M e D.V. Sempre fizemos um trabalho voltado a isso. Com essa... com a vinda dessa profissional, eu achei que ela por não conhecer nada, poderia atrapalhar nosso... nossas atividades e eu resolvi sair [...].

Manoel continua narrando a sua trajetória, passando a considerar aquela que foi a mais importante atividade por ele desenvolvida ao longo do seu caminhar. A mais importante e – por que não dizer? – a mais controversa. Diz ele:

[...] E... Existe o seguinte [...] porque, na verdade, às vezes as pessoas dizem: 'o cego pode fazer isso? O cego pode fazer aquilo?' Existem alguns tecnocratas – isso não só na área de deficientes, mas em todas as áreas existem aqueles tecnocratas – que conseguem criar determinadas imagens, que eu entendo como imagens criminosas. Porque você chega pra mim e diz assim: 'Manoel, quais são as atividades que o cego pode fazer?' não é? Primeiro que eu não diria... eu estaria... eu estaria rotulando capacidade de cada companheiro ou companheira em dizer atividade essa ou aquela outra, não é? Eu estaria sendo muito pretensioso. E segundo que, na verdade, para cada... em cada empresa tem o seu layout, tem o seu funcionamento, não é? Mesmo, vamos dizer... vou dar um exemplo que eu sempre dei. Uma torrefação de café... o cego pode empacotar café? Pode. Mas tem companheiros que já não podem, pela própria linha de produção... eu diria, não é de produção, pelo próprio layout, pelo próprio maquinário, pelo próprio avanço tecnológico.

Então, é um exemplo bem grotesco assim. Entendeu? Então, dado a estas dificuldades de se encontrar... de se fazer análise ocupacional, de um empresário dar oportunidade de se visitar a empresa, dele acreditar também que o cego é capaz... era capaz ou é capaz de fazer... Essa visita; essas visitas constantes... Eu visitava empresas 30, 50 vezes... tantas quantas fossem necessárias... para conseguir uma... pelo menos fazer uma pesquisa; depois ia voltar, para fazer um trabalho de convencimento... Então, a falta de credibilidade para com as pessoas portadoras de deficiência... deficientes... deficiência é muito grande; então isso é que realmente é a [causa da] baixa bem grande, não é, companheiro? O cego ainda... já melhorou alguma coisa, mas, naquela época então, era bem mais... menos acreditado [...] Entendeu? [...]. (SANTA ROSA, M. D., informação verbal, 1997-1998)

Então, passou o tempo, mudaram os processos de utilização da mão de obra pela indústria e, mais ainda, mudou o modelo de funcionamento

do processo industrial. O impacto de tais mudanças no processo de aproveitamento da mão de obra da pessoa cega não tardou muito a atingir a atividade desenvolvida por Manoel Santa Rosa à frente daquele serviço que o Senai mantivera, com o fito de receber dele os cegos que ocupariam alguns postos de trabalho que Manoel identificara como compatíveis com a condição de cegueira. Mas o entrevistado, aparentemente, não percebeu a profundidade daquelas mudanças. Observe-se o modo como ele entendeu o fim do setor em que operara por cerca de 20 anos. Diz ele:

[...] Continuamos aí e o serviço do Senai foi tocando até a vinda... a chegada de um diretor regional, veio do Rio de Janeiro para assumir o Senai aqui, e ele então achou que essa atividade, para o Senai, não era uma atividade que... [...] Bem, quando ele encerrou essa atividade do serviço de colocação de cegos, ele... aí nós ficamos um tempo assim... eu fiquei no Senai – muitos companheiros cegos até ficaram contentes com a minha saída... com a extinção dos serviços, por que eles tinham uma imagem assim de que eu era altamente privilegiado por assumir essa atividade, não pensando no bem que... não era... no bem que não... que não era eu Manoel Santa Rosa que fazia, mas o bem que o serviço prestava para o aproveitamento da mão de obra do pessoal no mercado de trabalho. E ele realmente acabou com o serviço e aí me colocou no serviço de orientação profissional do Senai [...]. (SANTA ROSA, M. D., informação verbal, 1997-1998)

Indagado sob qual alegação o “novo” diretor cessara o serviço, Manoel Santa Rosa (informação verbal, 1998) assim responde:

[...] De que não era um serviço que trazia produção para Senai. Quer dizer, o gasto: os gastos que eram feitos, que existiam para com o serviço, não justificavam a produção que a gente apresentava. Porque, no máximo, o que se colocava era 12, 14, 15 pessoas por ano. Então, esse número de pessoas... esse número de colocações que nós fazíamos, ele entendia... entendeu que não justificava a despesa com a receita que nós tínhamos. Certo? Aí, então, ele acabou mesmo com esse serviço. E pensou, na época, até em me demitir. Eu questionei muito, fui pra imprensa, denunciei, a própria Associação Baiana de Cegos também se pronunciou, enfim.

Há muitos que queriam que acabasse, muitos companheiros cegos; mas muitos, a maior par... a... maioria foi contra, pessoas que pensam, na verdade, foram contra realmente a extinção desse serviço [...].

Talvez devido ao seu resistir diante de um processo demissionário, ele permaneceu vinculado ao Senai, porém em outros setores, pois, não obstante os protestos em contrário, o serviço de colocação de mão de obra de pessoas cegas teve suas atividades encerradas, conforme o firme propósito do “novo” diretor. A esse respeito, Manoel Dias Santa Rosa (informação verbal, 1997-1998) assim prossegue a sua narrativa:

[...] E eu continuei no Senai, não é? Fui para o setor de orientação educacional... profissional; toquei o barco lá por algum tempo, dois anos, mais ou menos; – para você ter ideia da disparidade de colocação de mão de obra de deficiente para a colocação de pessoas que se dizem normais, eu coloquei, no período em que eu assumi o serviço de orientação educacional, eu coloquei em média... foi uma época em que existia... estava numa greve numa metalúrgica, eu coloquei para indústrias, alunos... ex-alunos do Senai, oitocentos e trinta e tantos alunos, nesse ano. Então, a visão dele foi ratificada pelo número que eu colocava de cegos entre 12, 14 e 15 pessoas por ano. No ano em que eu assumi o setor de orientação, eu coloquei oitocentos e tantas pessoas. Aí veio ratificar mais a... a... ideia dele, né? [...] a visão dele. E é uma prova cabal de que a sociedade ainda tem ideias... continua com as ideias estereotipadas, contra os deficientes, não é? E em especial os visuais. Por isso que as coisas ficaram mais difíceis [...].

Manoel Santa Rosa conclui a parte da sua narrativa trazida para este texto, salientando que não engoliu calado nem de forma passiva os movimentos feitos na direção de seu alijamento do protagonismo social. Além de ter questionado judicialmente o Senai, no caso de sua demissão, também procurou manter-se plenamente ativo, no que respeita ao protagonismo junto às pessoas cegas. Diz ele:

[...] Depois eu... eu tive um problema judicial com o Senai; coloquei o Senai na justiça, então eles me afastaram das atividades, do setor de orientação e me colocaram à disposição da Direção Regional, até que fosse julgado o meu processo. Passei dois meses assim... numa prisão de luxo. Eu ia bater o cartão oito horas, saía meio dia, voltava uma e meia, saía cinco e meia, numa sala. E eles, de vez em quando, abriam a porta lá para falar comigo, enfim, eu tive uma prisão de luxo, durante dois meses.

Depois, eu voltei para o Senai novamente, lá para o Centro, não é... voltei para o Cemot e fiquei sem atividade, fiquei só... sem atividade. Mas eu estava,

nesse período, também no sindicato. Por força de si... força maior eu, felizmente, já estava me sentindo mal por estar inútil, já ia pensar até em entrar na justiça contra... uma rescisão... contra o Senai requerendo uma rescisão indireta de contrato, quando eu vim pra o sindicato ficar à disposição do sindicato.

E até hoje... tocando o barco, né? [...] e já fui do sindicato... já fui segundo tesoureiro, já fui diretor do departamento jurídico e, hoje, estou presidente... hoje eu estou presidente. Assumi, nesse período todo, a Associação Baiana de Cegos, vice-presidente também em algumas gestões. Nunca pensei, na época, em ser presidente da associação e o companheiro [Felomeno] é quem ficou sempre como presidente...

Hoje... hoje até me afastei da associação; eu renunciei a Associação Baiana de Cegos. E estou também como presidente do Conselho Deliberativo do Instituto de Cegos da Bahia... Quer dizer: saí da Associação, mas estou no Instituto de Cegos dando a minha colaboração e aqui no sindicato... [...]. (SANTA ROSA, M. D., informação verbal, 1998)

316

Conforme o exposto até aqui, pode-se compreender o fato de haver percepções diferentes, até mesmo divergentes, de um mesmo momento histórico, quando este é narrado, uma vez que as escolhas feitas pelos narradores obedecem às mediações inerentes ao seu “lugar de pertencimento” e ao lugar a partir do qual realiza sua observação. É assim que Todorov (2002) entende que para o processo de “reviver o passado no presente” precisaria passar pelas etapas de “estabelecimento dos fatos”, em que se dá o primeiro ato de selecionar, ora involuntário e inconsciente, ora deliberada e conscientemente realizado; depois, passa-se para o que o autor denomina de “a construção do sentido”, que consiste em “[...], uma vez estabelecidos os fatos, é preciso interpretá-los, isto é, essencialmente, relacioná-los uns aos outros, reconhecer as causas e os efeitos, formular semelhanças, gradações, oposições”. (TODOROV, 2002, p. 144) Segundo ele (2002, p. 148), “a construção do sentido tem por objetivo compreender o passado; e querer compreender – tanto o passado como o presente – é próprio do homem”; por fim, vem a etapa do “aproveitamento”. Sobre ela, Todorov (2002, p. 133) afirma que:

[...] Poderíamos designar por esse termo um tanto irreverente um terceiro estágio da vida do passado no presente, e que é a instrumentalização dele com vistas a objetivos atuais. Após ter sido reconhecido

e interpretado, o passado será agora utilizado. É assim que procedem as pessoas privadas, que põem o passado a serviço de suas necessidades presentes, mas também os políticos, que relembram fatos passados para alcançar objetivos novos.

Conforme já se tem propugnado há um bom par de páginas desta obra, o momento, vivido por Manoel Dias Santa Rosa e por ele entendido como tendo sido uma mera decisão burocrática de um diretor do Senai que pouco ou nada sabia da importância do serviço de colocação de mão de obra por ele dirigido, era tão somente o reflexo de mudanças no capitalismo, sobretudo no que tange ao modelo industrial. As crises que o modo de produção capitalista enfrentara, desde aquelas que eclodiram em 1973 e 1979, fez com que outros modelos fossem buscados, no sentido de poupar mão de obra, implicando um processo de reorientação de modelos de produção, que pudessem prescindir de seu uso massivo, passando a preconizar a implementação de um volume significativo de processos de automação. Isso implicaria, inexoravelmente, uma drástica redução do contingente de trabalhadores empregados nos parques fabris. Aquela providência entrara em uso com grande força no Brasil dos meados da década de 1980, sob os auspícios da recessão econômica que se abatera sobre o país, atingindo em cheio as pessoas cegas, sobretudo por grande parte delas não terem qualificação e/ou escolarização que lhes permitisse uma realocação para as novas áreas industriais, em grande processo de automação. E, certamente, Manoel Dias Santa Rosa não teve e, naquele momento, não poderia ter tido essa percepção.



CONCLUSÃO

Ultrapassando a gratidão: a filantropia reavaliada

A esmola parece ser uma palavra e prática antiga. Já na época dos evangelhos – entre 50 e 80 d.C. – fazia-se menção a ela, indicando que era alguma coisa já bastante arraigada no cotidiano e na prática popular, sobretudo no que diz respeito à prática religiosa, sempre vinculada diretamente a recompensas, àqueles que a praticassem de maneira discreta e desinteressada.

É dessa época a expressão que se tornou popularizada, que parodia uma passagem do Sermão do Monte, descrito pelos Evangelhos de Mateus (capítulos 5 a 7) e Lucas (capítulo 6, 20-36) que preconiza: não seja vista pela mão esquerda o que a direita vier a fazer.

Segundo Philippe Arriès (1993), havia na Idade Média uma prática vulgarizada de se esmolar pelas mais diversas razões. Essas iam desde a coleta de dinheiro para os Santos até o provimento de pessoas leprosas, cegas, aleijadas e de famílias de doentes, passando pelas coletas para construções de templos e celebrações religiosas.

No afã de disciplinar essa prática, a Igreja instituiu grupos de pessoas que ela considerava lícito esmolar, incluindo, dentre outros, os cegos, que eram reconhecidos como seres incapazes de se prover de outro modo que não aquele.

Essa jurisprudência mental perdura até hoje e persiste na prática popular, a despeito de todos os avanços e conquistas feitas pelos cegos, fazendo com que as pessoas associem-nos à prática de pedir esmola, tomando como anormal aqueles que não estão sob este instituto. Conforme assevera Bronislaw Geremek (1995, p. 14),

[...] É bem mais fácil detectar mudanças nas técnicas de obtenção de víveres, na organização dos meios de transporte, nos métodos

de guerrear ou governar, do que nos sentimentos, na sensibilidade e na imaginação dos homens. Esta dificuldade não se deve unicamente à especificidade da pesquisa, num domínio onde tantas vezes escasseiam a documentação, as técnicas e as ferramentas de investigação adequadas: a própria matéria resiste à exploração e impede uma periodização rigorosa. As modificações articulam-se de modo ténue e não obedecem a uma progressão regular e linear. Seria errôneo pensar que o gesto misericordioso da esmola vem a ser substituído, para o mendigo, pela ameaça da força; a caridade e a repressão conheceram longos períodos de coexistência e fases intermitentes, ora de força ora de fraqueza. Ambas sobreviveram até à civilização moderna, que as integrou e colocou entre as suas ambiguidades. Elas aí estão, umas vezes separadas por barreiras religiosas, econômicas ou políticas, outras vezes bem juntinhas em fraterna coexistência [...].

A despeito de todas as resistências, a pessoa cega está sempre associada à cuia estendida por mãos sujas e trêmulas, aos cantos tristes e lamuriosos, cujo resultado final é o recebimento de esmolas. Uma tal associação tem raízes profundas no modo de pensar coletivo, que ainda considera uma pessoa cega como incapaz, inválida, sobretudo no que diz respeito ao provimento de suas necessidades e de sua família e ao convívio social independente e pleno.

Tal como a filantropia, a esmola é um instituto que visa fazer com que aquele que provê alguém com elas sinta-se aliviado no que diz respeito ao cumprimento de seus deveres “cristãos”, dando-lhe a sensação de estar construindo a estrada que palmilhará rumo ao céu. A esmola tem a sua atuação no varejo, atendendo individualmente a pessoas que se apresentam como necessitadas da ajuda de quem a distribui. A filantropia, por sua vez, age no atacado, coletivamente, de modo constante, no sentido de construir um indivíduo coletivamente amparado, formando quiçá uma consciência em torno de si, na medida em que aqueles cidadãos por ela assistido tornem-se para sempre gratos por terem sido alvos de tão grande benevolência e desprendimento das coisas materiais de pessoas cujo coração está efetivamente voltado para o bem estar do próximo.

É nesse sentido que pode ser evocado o artigo que foi publicado no jornal *A Tarde* de 16 de abril de 1934 e entende-se que deva ser transcrito na sua íntegra, para que melhor se perceba como era – e ainda é – visto o cego e a cegueira. O jornalista apresenta um texto cheio de emoção, que não faz

questão de esconder, na medida em que não poupa adjetivos que exprimem tristeza, comoção, pena, quando se refere aos cegos e ao estado de cegueira. Ele, ao descrever as situações que escolheu para comentar, tem em vista aquilo que reputa de mais importante: a criação da Fundação Santa Luzia, que, no seu entender, seria como que a redenção dos cegos e a forma como os baianos iriam demonstrar sua solidariedade para com o próximo, o desditoso que estará sendo ajudado por aquela fundação. A matéria é longa. No entanto, crê-se ser importante a sua inserção aqui, uma vez que os conceitos e modos de pensar ali encontrados, ainda encontram eco na “mentalidade” social, apesar do tempo decorrido entre a sua publicação no jornal e a sua transcrição para este arrazoado.

[...] DE SETE EM SETE DIAS

Todas as sextas-feiras, bate-me à porta um indigente, a fisionomia, moça, pouco mais de quarenta anos, mas a cabeça quase branca. Fora operário de construção civil. Como o trabalho lhe corria compensador, arrendou uma pedreira. Durante quatro meses, carroças iam, diariamente, ao seu serviço para a compra desse material. Conseguirá um contrato de avultado fornecimento a empreiteiros para o calçamento de algumas ruas. Foi quando, num sábado, tendo aumentado as minas de dinamite para maior produção de uma, talvez por carga demasiada, ao explodir, com formidável, sentiu que lhe atingira o rosto qualquer coisa, horrível como a centelha de um raio. Não viu mais nada. E cada vez lhe doíam mais os olhos. Na assistência, pediu que chamassem um especialista. Esse não se demorou. Fê-lo conduzir ao seu escritório. Lá, depois de um exame de mais de duas horas, com uma meticulosidade de cientista e aplicação de todos os recursos de sua clínica, prognosticou, não tem remédio. É, a cegueira absoluta. A aparelhagem para a função dos órgãos está completamente destruída. Voltou à casa. Teve de mudar-se para uma morada humilde com a mulher e cinco filhos. Esgotaram-se as pequenas economias e a penúria sobrevindo abriu-lhe o caminho de amarguras para caridade pública dei-lhe esmolos, ele agradeceu com aquela voz pungitiva dos ceguinhos.

Santa Luzia lhe conserve a luz dos olhos. Nesta mesma sexta-feira, fui ao Bonfim, o espetáculo é entristecedor na linda esplanada sobre a arcaria de aqueduto colonial, testemunho grandioso da fé religiosa do último prefeito da capital, ao anoitecer da Primeira República. O ilustre engenheiro F. Souza interpretou e realizou algo das aspirações da alma católica da Bahia para a magnificência do seu adorado padroeiro. Procedo a um

rápido inquérito na quase centenas de infelizes, condenados a escuridão perene, que, ali estendam as mãos à romaria de devotos, que perambulam na sagrada colina. Este cegou à intensidade da chama azul na saída do aço. Aquele, depois de uma crise luética. Aquele outro, quando ia entrar na convalescença de paratifo. E muitos vítimas de furúnculos, de moléstias diversas, de incúria, de descuido das vistas, adiante, uma mulher de cor, tem no colo uma criancinha, com as pálpebras mal encobrindo as órbitas vazias da membrana íris e aos brados um rapazinho e uma menina, de dez a doze anos, completamente cegos. – As cabeças de uma e de outra movem-se como pêndulos, como se estivessem sob ação da meningite: Todos disseram assim. Talvez devido ao meu sangue ruim, diz a pobre mãe e os dois mal aventurados sorriem um riso doce, como devem sorrir as crianças, que veem a vida, lá fora, cheia de sol, resplandecendo nas árvores, nas flores, nos frutos, nas águas correntes, no ser humano, na beleza que renova, todos os dias.

O coração transido, no alto pondo-me a contemplar a cidade. Lá no fundo, a plataforma, como um presente de Natal. Depois a planície verde e tranquila da enseada dos tainheiros. Os pequenos lagos, de água clara, em que os mangues com rasante verde escuro. Volto a olhar, é a velha URBS. A Torre Alta de Sto. Antônio além do Carmo, lembra um farol de Deus, iluminando a fé, para o desvio das sortes da perdição de alma. Recordo-me do Santo Padre Tapiranga, que, ali viveu por mais de trinta anos na humildade e pobreza de um anacoreta, distribuindo com deserdados da sorte, na paróquia o pão frugal da sua dispensa e o próprio gasalhado como São Martinho, e doando a todos os paroquianos os tesouros da sua formação apostólica, segundo os evangelhos e pelo modelo a igreja primitiva. Adiante, a maravilha do cimento armado da engenharia norte americana, no monumental elevador Lacerda. Para a rever o formoso zumbo Rio de São Bento, em que a claridade da primavera incide e abre um esplendor de apoteose.

Quantos cegos sob aqueles tectos? pergunto a mim, olhando para o casario. E porque não há de ampará-los os corações misericordiosos dos baianos?

Está aí o exemplo, o êxito triunfal do professor Martagão Gesteira e dos seus companheiros, Drs. Álvaro da França Rocha e Bráulio Xavier Filho, que operaram, com a liga contra a mortalidade infantil, o verdadeiro milagre das novas e estupendas realizações no asilo dos expostos, onde, o lactário e o pavilhão gesteira, disseram ontem os eminentes sábios dos meios científicos do sul e do Recife, podem competir com os melhores e mais aperfeiçoados do mundo. De volta do Bonfim, encontrei-me num café, com o Dr. Colombo Spinola, especialista, já de

renome, em doença de olhos. E fui-lhe à fala, expondo-me as minhas tristíssimas impressões da cegueira na cidade. E ele com visível alegria pelo encontro de idéias, informou-me que estava organizado um Instituto para esse fim; que se dava para bem pela aliança com elementos marcantes na alta sociedade baiana, como os Srs. Dr. Rodrigo Martins Catharino, Anísio Massorra, Clovis Spinola, Dr. Octávio Torres, Eugênio Teixeira Leal, Everaldino Brito, Inocêncio de Góes Calmon, Armando Joaquim de Carvalho, e José da Costa Magalhães. E a propósito, dê um salto no meu consultório, para ver as bases do contrato em notas do tabelião, em que esses nomes ilustres figuram como os fundadores da Fundação Santa Luzia.

Fui e pude registrar, a seriedade da organização, que se está processando, não em terreno movediço de ideologia, mas com a segurança de uma instituição jurídica.

[...] E quando iniciará essa obra de tamanha benemerência? – Dentro em breve. Pelo contrato, eu como diretor médico e os citados fundadores, que são o conselho, cuja fundação é gratuita, estamos tratando já da organização dos serviços. Mas é preciso o patrimônio, para financiar a fundação.

[...] Apertei-lhe a mão, fraternalmente, por esse movimento de dó pelos desditosos, que nunca viram a luz de Deus e pelos mais desgraçados, ainda, que conheceram os encantos do planeta e lhes perderam a visão depois.

E aqui estou cumprindo o dever christão de uma súplica aos bons corações, aos quaes a sorte sorri bonançosa, em favor da maior, dos infortúnios que é a cegueira [...]. (DE SETE..., 1934, p. 6)

Note-se que a impressão aterradora que transtornara o repórter fora causada por aquelas cenas de exposição de crianças cegas e, consequentemente, pela cegueira. Ela, muito mais do que a pessoa cega, é assustadora, visto que é uma situação abstrata ao não cego, mas não tão abstrata que não possa, em um dado momento, ser concreta. O exemplo do homem da pedreira é suficiente para assustar o jornalista, que logo começa a imaginar as mais diversas situações nas quais as pessoas cotidianamente estão sujeitas a se tornarem como uma daquelas descritas por ele como desditosas.

Mas uma tão profunda e emotiva reflexão não abre a possibilidade de um processo de reabilitação, de capacitação, às quais o indivíduo, agora cego, possa ser levado. Aquela reflexão parece querer inferir tratar-se de uma

situação de fim de quaisquer perspectivas para a pessoa que acaba sendo atingida por um tão grande infortúnio. Nesse caso, para a sua percepção trintista, restava à pessoa assim desafortunada a pena, o amparo da caridade pública e da filantropia dos mais aquinhoados.

Não se pense que hoje é muito diferente a percepção das pessoas, inclusive daquelas que formam a opinião pública. A despeito de tudo que já se tem demonstrado ser o cego capaz de fazer e de ser, ainda persiste a ideia de infortúnio, desdita, na medida em que aqueles que superam tais concepções de invalidez e dependência são considerados seres excepcionais, não se percebendo que os outros que não conseguiram acompanhar o ritmo das mudanças, encarar o ardor da luta e o extremo esforço empregado nas conquistas realizadas pelos chamados excepcionais, nada mais são do que pessoas que não foram orientadas para reivindicar, para forcejar sua ascensão, a conquista do lugar que lhe é de direito, como cidadão, em todos os níveis da vida e da sociedade. A eles, não foram dados os instrumentos necessários para uma tal formação. Sempre assistidos, sempre amparados – inclusive agora com a subvenção governamental já comentada em outras passagens deste texto –, continuam à espera de que outros conquistem para eles o seu lugar. Continuam a esperar que façam para ele o que ele mesmo deveria fazer. A maioria dos cegos está lançada na prática de esmolar. Uma parte deles a isso recorre por ser mais fácil, mais cômodo, não requerer grandes esforços e, mais do que isso, mesmo estando preparados, têm que provar a tudo e a todos que são capazes de desempenhar aquilo que se está propondo. Uma outra parte, porque não lhe foi ensinado que a vida fora das instituições de assistência é diametral e radicalmente diferente daquela a que ele foi submetido anos a fio de sua existência.

Ousa-se dizer que a continuação dessa forma de pensar entre os cegos deve-se a um associativismo medíocre e estéril, que não incute nas pessoas que se agregam às associações de cegos a ideia de que ninguém vai fazer nada por ele: ele é que tem que fazer a sua parte. Tem que se preparar, se profissionalizar e, sobretudo, tem que se fazer acreditar. Mas saliente-se que é exigir muito de um associativismo que sequer faz o que lhe cabe: as reivindicações que só têm efeito se feitas com o respaldo de uma ação coletiva.

Há que se fazer a opção: a cuiá, representada pelas ações assistencialistas e paternalistas, que visam abrir caminhos rumo à salvação e/ou ao

aperfeiçoamento, sem o objetivo de formar, conscientizar o cego de seu real papel social; ou a bengala, que significa dispor-se a encarar a vida com todos os seus percalços, suas idas e vindas, suas vitórias, suas derrotas, seu recomeçar contínuo.

Nesse último caso, os méritos são daqueles que encaram a vida de frente, mesmo contando – o que, aliás, jamais se poderá prescindir – com o apoio das pessoas que veem, mas com a independência suficiente para decidir o que é melhor para si e para as suas pretensões. Isso fará com que ele possa deliberar exatamente para onde vai, como vai, quais os meios de que dispõe para ir, dando-lhe o total controle e ao mesmo tempo a total responsabilidade pelas ações que venha a praticar, tendo que dar satisfações apenas ao todo social como qualquer outro cidadão e não aos grupos que lhe proveram esta ou aquela parte de sua vida.

Pelo exposto, parece razoável afirmar que a filantropia não tem como objetivo formar cidadãos na plena acepção do termo – um cidadão livre que pense e aja autonomamente. A ela, basta prover-lhe a existência e assistir-lhe a subexistência. Alimentar, vestir, calçar: três elementos que bastam ao ideal filantrópico. Em sendo isso verdade, fica patente a formação de seres alienados, desprovidos de ambições e anseios de liberdade, crescimento, avanço, na medida em que são amoldados a esse tipo de pensamento, cujo limite é o ventre.

Não se está advogando o fim das ações filantrópicas. Preconiza-se sim a mudança de enfoque de tais ações, na medida em que se voltada para a construção de cidadãos livres, dispostos a uma permanente ascensão mental e coletiva, trará grandes benefícios não só às pessoas por elas assistidas, como ao próprio país, que passará a contar com homens e mulheres na plenitude de suas capacidades para contribuir para o crescimento e desenvolvimento da nação.

Faz-se necessário, por fim, uma mudança no modo de pensar a pessoa cega, na maneira como ela é vista e como se age em relação a ela. Por sua própria natureza, o filantropo continuará pensando o cego como sendo alguém que pode ser o alvo de sua ação benévola e assistencial, que lhe pode trazer dividendos espirituais. Uma mudança nessa forma de ver tirará da filantropia o seu caráter mais elementar: a prática de ações de amparo e assistência aos menos favorecidos da sorte e aos importunados por disfunções físicas, com o intuito de ter a eterna recompensa, cuja consumação depende de que seja feito o maior número possível de benefícios aos

outros. Quanto maior o desprendimento do filantropo, maior a recompensa que ele pode esperar receber.

No entanto, convém ressaltar que é fundamental que o cego mude a forma como ele pensa a sociedade e a ele mesmo. Ele precisa se perceber como alguém que é capaz de se prover, desde que devidamente preparado, e que obtenha a oportunidade de fazê-lo, sem que fique à mercê daquilo que queira ou possa dar. A ideia de cidadania passa pela propiciação de meios e de oportunidades para que o indivíduo alvo das ações filantrópicas comece a rever seus autoconceitos e reencontre-se consigo mesmo, na medida em que não sendo assim será sempre um ser necessitado de que os outros lhe façam benefícios, de que os outros se disponham a ir à luta por ele, constituindo um reforço de uma dependência que poderia ser revertida à categoria de limitação, impostas por circunstâncias físicas que estão muito além de sua vontade. Reduzir a dependência à categoria de limitação deveria ser a grande meta da pessoa com cegueira.

326

Portanto, no decorrer dos diversos momentos históricos vividos pelos cegos, mormente naqueles tempos em que eles precisavam de alguém que lutasse e falasse em seu nome e em seu favor, os seus diversos interlocutores nem sempre ouviam os seus reclames e os seus muitos e variados pleitos, nem suas inúmeras e consequentes reivindicações, para expressá-las diante daqueles que pudessem atendê-las e implementá-las. Em geral, esse alguém se fazia intérprete de suas necessidades, na medida em que aqueles nada podiam senão receber agradecidos aquilo que viessem dar-lhes. Ora, nesse contexto, pode-se inferir que há atribuição de papéis sociais aos quais os cegos deveriam ajustar-se, isto é, a eles eram conferidas algumas áreas nas quais se supunha que poderiam atuar satisfatoriamente, dentro de suas limitações sensoriais e econômicas. Mas saliente-se que a eles não era dado qualquer direito de escolha, visto que o fato de terem nascido ou se tornado cegos indicava que estavam enquadrados dentro de parâmetros naturalmente fixados. A sociedade apenas corroborava com o que a natureza já determinara.

Tendo sido ensinado que alguém pensaria em seu lugar, o cego era um ser sem oportunidade de demonstrar que teria como prover-se, ainda que ele mesmo pudesse externar suas preferências, gostos, interesses profissionais, ter a chance de encarar seus próprios desafios, cometer seus próprios erros e propiciar os próprios acertos, já que, ainda que limitados por um tipo de deficiência em um dos sentidos, não lhe tirava a razão, o senso de escolha,

a característica inerente a todos os humanos: o querer. Dir-se-ia mesmo a necessidade de errar, acertar, testar todas as possibilidades, investir em suas potencialidades, ainda que sujeitos a limites, impedimentos de qualquer ordem, desde que devidamente alertados, treinados, preparados psicológica e tecnicamente para tal. É exatamente essa característica do gênero humano que o corpo social sempre procurou podar no cego, situação que só muito próximo do final do século XX tem apresentado sinais de arrefecimento.

Esses sinais são ainda muito tênues, na medida em que as instituições envelhecidas e as pessoas ainda agarradas às tradições culturais persistem em pensar do mesmo modo, quase que exato e sem retoques, como há alguns séculos – milênios... Por que, já que todo o resto da sociedade tem mudado em vários de seus conceitos, em muitas das suas formas de pensar e agir, em diversos setores e acerca de muitos grupos sociais? Seria o grau de organicidade desses setores e grupos sociais? Alguém poderia argumentar que muita coisa tem mudado, mas onde? “Ah! Na legislação!” Sim, porém apenas na legislação... O papel comporta mudanças imediatas e rápidas. O corpo social e suas estruturas mentais, não. O direito e a legislação podem, sob pressão, ser mudados, mas a forma de agir e de pensar das pessoas, essas precisam de tempo, de vontade daquele que precisa mudar e ser mudado, se é que isso é possível. Isto é, a legislação e o direito seriam alvos das ações e pressões conjunturais, enquanto que as estruturas de pensamento obedecem à longa e longuíssima duração. As novas gerações precisam ser levadas a pensar diferente, o que, aliás, não se tem percebido até então.

Por tudo isso, falar em mudanças de pensamento nessa área é um tanto temerário. Seria mais próximo do real falar em permanência e até mesmo em reforço de velhas maneiras de pensar e de agir, tanto ao nível individual, quanto ao nível da sociedade como um todo, em relação ao handicap visual no sentido mais amplo da questão, isto é, englobando todos os setores em que tais indivíduos e/ou grupo de indivíduos busquem encontrar ou mesmo conquistar o seu espaço. Talvez a diferença resida no fato de que agora ele pode lutar a partir de seu próprio interesse específico, na medida mesmo de suas ambições e dos alvos que busque atingir. Nesse campo, cumpre salientar que o deficiente depende de si próprio, de seu temperamento, de sua índole, da capacidade que possua de se impor e de fazer valer aquilo que pensa, enfim, não mais os outros

pensam e falam por ele, ele mesmo passa a ser dono de seu destino, se é que se pode afirmar dessa maneira. Mas, de sua decisão, depende apenas o lutar ou o acomodar-se à situação estabelecida. A partir do momento em que decida entre um desses campos, sai de sua órbita de decisão todo o resto. Na prática e na maioria dos casos, será uma tomada como que pela força. Ainda assim, ele continuará sendo pensado, visto e continuará sendo alvo das mesmas ações privadas, das mesmas políticas públicas e das mesmas atitudes coletivas.

Assim, a proposta que norteou a pesquisa que resultou nesta obra pretendeu apreender, discutir e analisar os resultados obtidos pela implementação das políticas públicas e das ações privadas de assistência, amparo e mesmo de formação profissional, levadas a cabo por pessoas e/ou organizações, visando uma clientela muito específica – as pessoas com cegueira. A ideia de que o cego deve ser alvo direto das políticas públicas e das ações privadas, no sentido de ampará-lo, assisti-lo em suas necessidades sociais, econômicas e culturais, apareceu com toda a clareza no decurso das entrevistas, que constituíram o principal lastro deste texto e na observação do discurso escrito esporadicamente durante a pesquisa.

Ao que parece, é possível sustentar a assertiva de que as políticas públicas e as ações privadas voltadas para o atendimento aos cegos são mais dispersas, fragmentadas e discriminadoras, do que se apresentam à percepção do observador menos atento, visto que elas insistem em apresentar o cego como alguém de quem se precisa compadecer e ajudar, não tomando em consideração os progressos pessoais e coletivos que ele e sua categoria social tenham atingido. Persiste a ideia de que ele não possui capacidade de autogerenciamento, fazendo-se crer que precisa de alguém que faça aquele trabalho de administração pessoal. Desde as coisas mais simples, como o trato da higiene pessoal, até as mais complexas, como o desempenho de seus labores profissionais/produzidos, são compreendidas como coisas de difícil realização pelo indivíduo cego ou mesmo pela coletividade que os engloba.

É certo, outrossim, que diante das dificuldades de acesso aos diversos materiais e recursos técnicos de que necessita para sua orientação e preparação acadêmico/profissional e, sobretudo, devido ao fato de que a grande maioria das pessoas com cegueira tem sua origem socioeconômica nas camadas mais baixas da sociedade baiana (e também brasileira),

não se pode negar que há uma necessidade de contar com políticas públicas de apoio, no sentido de viabilizar o acesso a tais materiais e recursos. A iniciativa privada também, nesse mesmo sentido, pode e deve contribuir com sua parte na divisão dos custos sociais em se prover a educação e a profissionalização das pessoas cegas.

No entanto, não se pode esperar que a sociedade reveja o seu corpo de ideias acerca do cego e da cegueira, a partir do qual entende que aqueles indivíduos, apenas por serem cegos, sejam incapazes de se autogerir, de pensar por si mesmos, de traçar e seguir os seus próprios caminhos. Pouco ainda existe, de modo socialmente generalizado, em termos de desenvolver ações privadas ou políticas públicas concretas, no sentido de modificar essa forma de ver e de pensar a pessoa cega. É claro que existem aqueles cegos que se encaixam perfeitamente, por inúmeras razões que não caberiam ser discutidas aqui, no perfil que a maioria das pessoas traça para o indivíduo cego. Porém, não se pode encaixar a totalidade dos indivíduos cegos no tal perfil generalizante.

329

Enfim, de tudo que foi dito até aqui, pode-se concluir que, a despeito de todos os avanços espirituais e materiais da sociedade em questão e a despeito dos desenvolvimentos dos espaços conquistados pelas pessoas com cegueira, quer do ponto de vista individual, quer do ponto de vista coletivo, permanecem intactas ou quase intactas as atitudes mentais que os marginaliza, incrustadas há muito na sociedade como um todo, embora se possa notar algumas mudanças quando se trata de algum indivíduo ou grupo de indivíduos em particular. Apesar de uma proliferação epidêmica de associações de cegos, que se apresentam como tendo o propósito de lutar pela sua emancipação e integração social, o que se tem observado é que alguns elementos têm de fato se emancipado e integrado, mas diria, em 90% dos casos, independentemente dessas instituições. Trata-se de ações individuais, isoladas, frutos de esforço muito pessoal, contando, obviamente, com o apoio logístico de familiares e amigos, mas, em termos de instituições representativas, poucos têm conseguido sair do marasmo político social e da penúria econômica e cultural.

A bengala e a cuia: uma leitura do nosso tempo

Joabson Lima Figueiredo

Com muita alegria, leio o livro do professor doutor José Jorge Andrade Damasceno *A cuia e a bengala: histórias, memórias e trajetórias de pessoas cegas em Salvador, em busca de inserção econômica e autodeterminação social (1963-1993)* da Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba, 2021), capitaneada pela sua diretora Flávia Garcia Rosa, que investe em um livro com uma temática muito importante em nossos dias: a inclusão social.

O livro é um produto acurado de uma pesquisa científica em que o pesquisador se debruça sobre a cegueira e apresenta um estudo com fôlego sobre a inserção de pessoas cegas em Salvador nas décadas de 1960 a 1990, em que a leitura do livro nos provoca uma dura realidade. E em linhas gerais e nas palavras do autor: Na primeira parte, “Histórias e memórias do processo de inserção de pessoas cegas na escola, no trabalho e na sociedade”,

apresenta-se uma análise das diversas políticas e ações que são planejadas e levadas a cabo por instituições de e para cegos. Essas políticas e ações deveriam fazer parte de um esforço para integrar social, cultural e profissionalmente o cego, mas isso não ocorre na medida em que cria um vínculo de dependência e acomodação muito forte, do qual poucos conseguem desvencilhar-se, consoante pontuada no segundo capítulo.

Na segunda parte “Histórias e memórias de rumos e trajetórias”

apresenta-se um feixe de narrativas de trajetórias envolvendo 12 pessoas cegas, com o objetivo de mostrar que elas estavam sujeitas às mesmas vicissitudes e idiossincrasias de todos os outros componentes do corpo social, conforme descrito nos capítulos 3 e 4.

Antes de mais nada, quero contar uma história sobre quando conheci o professor e escritor Jorge Damasceno. Na primavera de 2019, o professor começou a ministrar um componente na turma do programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN) no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT), no *campus XVI* da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), localizado na cidade de Irecê.

Ele se embrenhou pelo sertão baiano para ministrar as aulas do componente de Educação, Cultura e Memória. E, ao ser apresentado, conversamos sobre um assunto em comum: a literatura. O pesquisador de Alagoinhas, a Terra da Laranja, exímio conhecedor da literatura ocidental, me apresentou um vasto repertório de leitura, um erudito com uma prosa cativante. Os nossos almoços se tornavam verdadeiras análises literárias, sobretudo pelo professor utilizar em sala de aula, no curso de História da UNEB, o texto literário como ponto de reflexão das sociedades e culturas.

E, assim, um dia, resolvi saber a sua opinião sobre um romance que sempre me cativou, o romance do escritor português José Saramago, único ganhador do Prêmio Nobel em Língua Portuguesa: o livro *Ensaio sobre a cegueira*. E qual não foi minha surpresa quando meu querido Jorge Damasceno fez uma ferrenha crítica ao livro em questão, mostrando as falhas do autor português e desbastando os exageros e equívocos do texto saramaguiano. Utilizando entrevistas e outro romance do autor lusitano (*Ensaio sobre a lucidez*), ele fez um grande ensaio sobre como Saramago fazia uma leitura preconceituosa sobre a cegueira. Assim, ao leitor do livro que aqui dialogamos é uma pesquisa de um intelectual que reflete a cegueira em sua dimensão humana e cultural. Não é gratuito, na introdução do livro, a bem delineada análise da presença das personagens cegas na literatura brasileira. Destaco como o livro abre uma senda necessária ao debate, por vezes cerceado, nos espaços acadêmicos. E ainda destaco a importância que Jorge Damasceno aprofunda uma genealogia à produção acadêmica produzida por pessoas cegas e/ou coletivos ou associações ligadas à

cegueira. E ainda nos brinda com uma genealogia das publicações no século XX.

Gosto de ouvir histórias, gosto de escutar histórias. E os capítulos e partes do livro do livro me apresentam histórias de vidas. Conheci, através da pesquisa, homens e mulheres que narram suas travessias e experiências com a cegueira. Narradas e mergulhadas em memórias que estalam como lenhas secas em minhas afetivas lembranças. Como não se emocionar ao tomar conhecimento de Marilza, Acássia, João Eudes, Santa Rosa e tantos outros e outras vozes que ecoam nas memórias dos entrevistados e escorrem pela escrita honesta e audaz de Jorge Damasceno?

À guisa de conclusão, o autor faz uma reflexão visceral sobre as instituições e filantropias. Destaco as palavras:

Este – depois de descrever algumas instituições, circunstâncias e situações envolvendo os cegos, contemplando mudanças de rumo que interferiram decisivamente na construção de sua história – dá algumas indicações de como se apresentam para o desenvolvimento autônomo do cego algumas das diversas formas pelas quais são tomadas decisões que, em última instância, significam ajudar efetivamente o cego na busca por sua autonomia ou, ao contrário, afundá-lo em sua dependência e conseqüente inutilidade social. Sendo a mendicância um elemento inerente à percepção do cego pela sociedade baiana, fica ele sendo sempre alvo de ações cujo móvel é a filantropia, que acaba se tornando uma readaptação do velho hábito de esperar uma esmola pelo novo de esperar que alguma coisa seja feita em seu favor. Por sua vez, o filantropo passa de ofertante de esmolas no varejo, cujos beneficiários eram alguns poucos indivíduos, para ofertante de seu tempo e recursos, no atacado, o que beneficiará a um número maior e por mais tempo. No entanto, não deixará de estar presente, no modo de pensar da sociedade, a ideia estereotipada e estigmatizante do cego como um ser necessitado de ações movidas pela caridade cristã.

333

Desse modo, o autor reflete as políticas públicas para as pessoas cegas, em que pese os avanços e as contradições em implementações de ações, depoimentos fortes como de Herbert Player, criticando as associações e as dificuldades em avanços.

Relatos fortes, cheios de resignação.

Quantas Adrianas, Adauís, Estellas. E outros e outras. Damasceno dá voz a várias pessoas, apontando, através de entrevistas, situações inusitadas

e preconceituosas. E o ponto mais agudo da crítica autoral é na conclusão do livro, em que aparece uma excelente reflexão sobre as associações e entidades e sua dificuldade em avançar em benfeitorias às pessoas cegas.

Desse modo, *A bengala e a cuija* é um convite à história de cegueira no Brasil. Um grande registro das memórias das pessoas cegas e mais: uma grande bússola para novos paradigmas no século atual. Entre a autonomia e a dependência. Damasceno nos provoca a ir além da filantropia, mas nos faz pensar no empoderamento, para além de discursos acadêmicos politicamente corretos.

Agradeço ao autor por aprender muito com o livro, com as conversas e principalmente com a pesquisa. Um verdadeiro aprendizado.



REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. *Ouvir Contar*. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALTERNATIVA. São Paulo: Fundação para o Livro do Cego no Brasil, ano 1, n. 0, 1982. Edição experimental.
- ALTERNATIVA. São Paulo: Fundação para o Livro do Cego no Brasil, ano 2, n. 1, 1 jun. 1983.
- ALTERNATIVA. São Paulo: Fundação para o Livro do Cego no Brasil, ano 3, n. 2, 2 jan. 1984a.
- ALTERNATIVA. São Paulo: Fundação para o Livro do Cego no Brasil, ano 3, n. 3, 4 ago. 1984b.
- ALTERNATIVA. São Paulo: Fundação para o Livro do Cego no Brasil, ano 4, n. 4, 1985.
- ALTERNATIVA. São Paulo: Fundação para o Livro do Cego no Brasil, ano 4, n. 8, 1987.
- ALTERNATIVA. São Paulo: Fundação para o Livro do Cego no Brasil, ano 5, n. 6, 6 jan. 1986a.
- ALTERNATIVA. São Paulo: Fundação para o Livro do Cego no Brasil, ano 5, n. 7, 7 abr. 1986b.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- (UM) APELO do Instituto de Cegos ao espírito cristão dos baianos. *A Tarde*, Salvador, 19 set. 1953.
- ARAÚJO, M. C. S. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954 – Democracia, Partidos e Crise Política*. São Paulo: Ática, 1992.
- ARIÊS, P. A história das mentalidades. In: LE GOFF, J. (org.). *A história nova*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 153-176.
- AROSTEGUI, J. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: EdUSC, 2006.
- ASSIS, M. de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881.
- ASSIS, M. de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Fundação para o Livro do Cego do Brasil, 1971. Transcrição em braille da 5 edição de 1948 autorizada pela editora Cultrix.
- ATAÍDE, I. B. *Decifra-me ou Devoro-te: história oral dos meninos de rua de Salvador*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

- BACHELARD, G. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- BANDEIRA, L. A. M. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 7. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: Ed. UnB, 2001.
- BAPTISTA, C. M. P. P. A Intervenção Planejada do Estado: uma interpretação do caso Baiano. *Planejamento*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 101, 1969.
- BARROS, J. D'A. *A Fonte Histórica e seu lugar de produção*. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BARROS, J. D'A. *Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- BECKER, J.-J. O handicap do a posteriori. In: MORAES, M.; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 27-31.
- BÉDARIDA, F. Tempo presente e presença da história. In: MORAES, M.; AMADO, J.(org.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 219-232.
- BELARMINO, J. *Associativismo e política: a luta dos grupos estigmatizados pela cidadania plena*. João Pessoa: Ed. Idéia, 1997.
- BEZERRA, M. O. *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro: ANPOCS, 2018.
- BLOCH, M. *Introdução à História*. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2008. (Coleção Saber).
- BOSI, E. *Memória e Sociedade – lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, E. *O Tempo Vivo da Memória – ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BRASIL. [Constituição de (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 131, n. 233, p. 18769, 8 dez. 1993.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992a.
- BRAUDEL, F. *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1992b.
- BURKE, P. *A Escrita da História – novas perspectivas*. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- CARDOSO, C. F.; BRIGNOLE, H. P. *Os métodos da História*. 4. ed. Rio Janeiro: Ed. Graao, 1983.
- CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

- CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). *Uma introdução à História*. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Vãos).
- CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- COMOVEDORA história de um ceguinho baiano. *A Tarde*, Salvador, 31 mar. 1958.
- CONGRESSO estudará educação dos cegos. *A Tarde*, Salvador, p. 7, 10 out. 1964.
- COOK, R. *Cego*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- CUNHA, L. A. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2000.
- CURSO de braille no ensino normal 6 milhões para o instituto de cegos. *A Tarde*, Salvador, p. 3, 13 jan. 1961.
- DAMASCENO, J. J. A. *Vozes eclipsadas, memórias silenciadas: história social e operários cegos: Bahia 1956-1983*. Recife: Ed. Bagaço, 2016.
- DE SETE em sete dias. *A Tarde*, Salvador, 16 abr. 1934.
- DOSSE, F. *A História em Migalhas: dos annales à nova História*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1992.
- DUAS bolsas de estudos para a Bahia. *A Tarde*, Salvador, 1 ago. 1962.
- FAUSTO, B. (dir.). *O Brasil Republicano 3 Sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1983. v. 3.
- FERNÁNDEZ, P. A. *Memoria y olvido de la Guerra Civil Española*. Madrid: Alianza Editorial S. A, 1996.
- FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (org.). *O tempo da ditadura*. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4.
- FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FONTES, V. Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada. *Tempo*, Niterói, v. 2, n. 3, p. 34-58, 1997.
- FONTES, V. M. *Reflexões Im-Pertinentes – história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- FOULCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 11. ed. Salvador: Paz e Terra, 2021.
- FOULCAULT, M. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

FRAGA FILHO, W. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Edufba, 1996.

(A) FUNDAÇÃO Sta. Luzia. Um apêlo do instituto de cegos ao espírito cristão dos bahianos – O interior pagou-lhe as dívidas e a capital dar-lhe-á um pavilhão para criancinhas 19-09-1953. *A Tarde*, Salvador, 16 abr. 1934.

GEREMEK, B. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia 1400-1700*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GEREMEK, R. *A piedade e a força*. Lisboa: Terramar, 1986. (Pequena História, v. 5.).

GIL, M. E. A.; ANDRADE, G. S. *Cegueira e deficiência visual: uma abordagem sociológica*. São Paulo: FACE, 1989.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, A. C. ORG. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 1991.

GOMES, A. M. C. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumarã, 1994.

GUALBERTO, C. *Apesar de ser cego: ver além da visão*. Maringá: Clichetec, 1997.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

HOBBSAWM, E. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, L. *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IOVECHELOVITCH, S.; GUARECHI, P. (org.). *Textos em representações sociais*. 12. ed. São Paulo: Vozes, 2013.

LE GOFF, J. *História e Memória*. 4. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

LE GOFF, J.; NORA, P. *A História Nova*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novas abordagens*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1988.

LUSSEYRAN, J. *Memórias de vida e Luz: a autobiografia de um herói cego da Resistência Francesa*. São Paulo: Antroposófica, 1995.

MACEDO, J. M. *A luneta mágica*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1990. (Bom Livro).

MAIA, F. T. *Vendo a vida com bons olhos: a história de um Cearucho*. Porto Alegre: Ed. Metrópole, 1999.

MARTÍNEZ, J. M. *Los Ciegos em La Historia*. Madrid: Once, 1992. Tomo 2.

- MARTINS FILHO, J. R. (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2006.
- MARTINS, S. H. Z. *Artífices do ócio: mendigos e vadios em São Paulo, 1933-1942*. Londrina: Ed. UEL, 1998.
- MEIHY, J. C. S. B. (org.). *Introduzindo a História oral no Brasil*. São Paulo: Ed. USP, 1996.
- MELO, M. *O símbolo da descrença*. Campinas: Ed. Ativa, 1978.
- MESTRINER, M. L. *O Estado entre a Filantropia e a Assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MOLLAT, M. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- MONTENEGRO, A. T. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Caminhos da história).
- MOTA, M. M. M. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 21-36.
- (A) NOVA orientação para reabilitação do cego. *A Tarde*, Salvador, 1 ago. 1962.
- (A) NOVA sede do Instituto de Cegos da Bahia: meta inicial dos cegos na Bahia. *A Tarde*, Salvador, p. 9, 10 out. 1964.
- NOVAIS, A. (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- PERROT, M. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PORTELLI, A. A Filosofia e os fatos. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 59-72, 1996.
- PORTELLI, A. *Ensaios de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010. (Coleção ideias).
- PORTELLI, A. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. (Coleção ideias).
- PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997a.
- PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, São Paulo, v. 15, p. 13-49, 1997b.

- PRINS, G. História oral. In: PETER, B. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 163-198.
- QUEIROZ, M. A. *Sopro no corpo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- RICÖEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.
- RISÉRIO, A. *Uma história da cidade da Bahia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Versai, 2004.
- ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: MORAES, M.; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 93-102.
- SILVA, A. A.; VENTURINI, J. L. Helen Keler. *Revista Lente*, São Paulo, v. 12, n. 37, 1968.
- THOMPSON, P. *A Voz do Passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- THOMSON, A. Entrevista concedida ao Programa de estudos pós-graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-Sp). *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 229-267, 1997.
- THOMSON, A.; FRISCH, M.; HAMILTON, P. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: MORAES, M.; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 65-92.
- TODOROV, T. A conservação do passado. In: TODOROV, T. *Memória do mal, tentação do bem*. Indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002. p. 133-171.
- TREBITSCH, M. A função Epistemológica e ideológica da História oral no discurso da história contemporânea. In: FERREIRA, M. M. (org.). *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim: FINESP, 1994. p. 19-43.
- UTSFORTH, T. D. *O Cego na Escola e na Sociedade: um estudo psicológico*. São Paulo: Fundação para o Livro do Cego no Brasil, 1969.
- VAITSMAN, B. *Choque violento*. Salvador: Contemp, 1989.
- VAITSMAN, B. [Entrevista]. Entrevista cedida a Roseméri Laurindo. *Correio da Bahia*, Salvador, 14 set. 1996a.
- VAITSMAN, B. *Horizontes, metas inatingíveis*. Salvador: Contemp, 1996b.
- VAITSMAN, B. *O clarão na escuridão*. Salvador: Contemp, 1986.
- VARELLA, F. F.; MOLLO, H. M.; PEREIRA, M. H. F. et al. (org.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- VASCONCELOS, F. D. *Ironias da desigualdade: políticas e práticas de inclusão de pessoas com deficiência física*. 2005. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- VEIGA, J. E. *O que é ser cego*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1983.
- VEIGA, J. E. *Vida de quem não vê – Memórias de um cego*. Psicologia e educação vida de vários cegos. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1946.

WEINSTEIN, B. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964*. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN: Universidade São Francisco, 2000.

ZENI, M. *O assistencialismo em Benjamin Constant: segunda metade do século XIX (O Imperial Instituto dos Meninos Cegos)*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

Formato: 17 x 24 cm

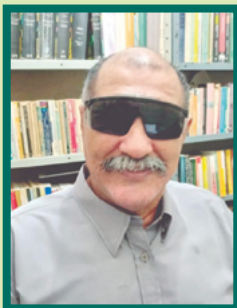
Fontes: Fira Sans, Encode Sans

Miolo: Papel Off-Set 75 g/m²

Capa: Cartão Supremo 300 g/m²

Impressão: Gráfica 3

Tiragem: 300 exemplares





JOSÉ JORGE ANDRADE DAMASCENO

Alagoinhas, 1960

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no Colegiado de História, *campus II*, Alagoinhas, e professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN).

Tem experiência na área de história, com ênfase em história social, atuando principalmente nos seguintes temas: história da cidade; urbanização e lugares de memória; literatura, memória e história. Tem interesse em história do rádio e da radiodifusão; história da religião e das religiosidades.


Publicou em 2021, também pela Edufba, o capítulo intitulado “Histórias e memórias da cidade – Alagoinhas nas trilhas da ‘Era das Ferrovias’ (1856-1896)”, presente no livro *Brasil e Argentina na pesquisa regional/local contemporânea: escalas, periodizações e problema*, organizado por Moiseis de Oliveira Sampaio e Sandra Fernandez. Em 2016, publicou, na editora Bagaço, a obra *Vozes eclipsadas, memórias silenciadas: história social de operários cegos: Bahia 1956-1983*.



Com sua erudição e linguagem refinada, o autor analisa e problematiza o processo de inserção na escola, no trabalho e na sociedade a partir de projetos e ações oriundas de instituições de e para cegos, apresenta narrativas e trajetórias de pessoas cegas, questiona a esmola e a filantropia e aponta para uma autonomia e independência dos sujeitos cegos. Munido de referenciais teórico-metodológicos apropriados e argumentos consistentes, permite aos seus leitores um conhecimento aprofundado das histórias de vida no mundo trabalho de 23 entrevistados. Entre as questões que invadiram a cena da pesquisa histórica nos últimos anos estão as relações entre a história e o mundo do trabalho, e neste livro temos o resultado: uma valiosa contribuição para a historiografia da história social, construída no mais alto padrão da “operação historiográfica”.

Sandra Regina Barbosa da Silva

Professora visitante na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *campus* Eunápolis



ISBN 978-65-5630-365-9

